

Ano VII, n. ° 2, Dezembro de 2012

CADERNOS DE HISTÓRIA

ISSN: 1980 - 0339

*Publicação do corpo discente
do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto*

**PARA UMA HISTORIOGRAFIA DA
CIÊNCIA: PROCESSOS, AGENTES
E ARTEFATOS**

CADERNOS DE HISTÓRIA

ISSN: 1980 - 0339

Contatos

Revista Eletrônica Cadernos de História
www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria
cadernosdehistoria.ichs@gmail.com
Rua do Seminário, s/n - Mariana - Minas Gerais
cep: 35420-000

Conselho Editorial

*Fabício Luiz Pereira
Lucas de Melo Andrade
Rodrigo Machado da Silva*

Organizadora convidada deste volume

Moema de Rezende Vergara (MAST)

Conselho Consultivo

*Álvaro Antunes, UFOP
Andréa Lisly Gonçalves, UFOP
Ângelo Alves Carrara, UFJF
António Manuel Hespanha, Universidade Nova de Lisboa
Cláudia Maria das Graças Chaves, UFOP
Christian Edward Cyril Lynch, IESP-UERJ
Cristina Meneguello, UNICAMP
Fábio Duarte Joly, UFOP
Fábio Faversani, UFOP
Fernando Felizardo Nicolazzi, UFRGS
Helena Miranda Mollo, UFOP
Íris Kantor, USP
Jonas Marçal de Queiroz, UFV
João César de Castro Rocha, UERJ
João Fábio Bertonha, UEM
João Paulo Garrido Pimenta, USP
José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima, UFOP
Marco Antônio Silveira, UFOP
Moema Vergara, MAST
Pedro Spinola Pereira Caldas, UNIRIO
Renato Pinto Venâncio, UFMG
Ronaldo Pereira de Jesus, UFOP
Sérgio Ricardo da Mata, UFOP
Sidney Chalhoub, UNICAMP
Valdeir Lopes de Araujo, UFOP
Virgínia Albuquerque de Castro Buarque, UFOP
Wlamir José da Silva, UFSJ*

Sumário

Apresentação

8

Para uma historiografia da ciência: processos, agentes e artefatos
Moema de Rezende Vergara

Dossiê Temático

*Para uma historiografia da ciência:
processos, agentes e artefatos*

Artigos

15

A criminalização do espiritismo no Código Penal de 1890: as discussões nos periódicos do Rio de Janeiro

Adriana Gomes

35

O racismo universalista no Brasil: eugenia e higienização moral da sociedade

Antonio Carlos Lopes Petean

48

“Epidemia Reinante”: o surto de Febre Amarela na província do Maranhão (1850)

Joyce Oliveira Pereira

59

A influência do Positivismo nos mausoléus do Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre

André Luiz Camargo de Lima

74

Rediscovering irony: Narrative categorisation in the study of centre/periphery interactions

Fabiano Ardigo

- 97 *Etnias, Fronteiras e Ciências Humanas: a contribuição da História da América*
Cristiano Lima Sales
- 124 *A trajetória de um museu como objeto da história da ciência: uma análise das obras mais recentes sobre a história do Museu Paraense Emílio Goeldi (2006-2010)*
Geraldo Magella de Menezes Neto
- 143 *Considerações Históricas na Construção da Pesquisa de Alexander von Humboldt*
Vinicius Santos da Silva
- 156 *Sobre a arte de conservar e restabelecer a saúde dos homens: formação e ofício de um médico ilustrado nas Minas colonial*
Lucas Samuel Quadros
- 176 *A Viagem Mineralógica Pela Capitania de São Paulo Realizada Pelos Naturalistas José Bonifácio de Andrada e Silva, e Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1820)*
Alex Gonçalves Varela
Maria Margaret Lopes
- 208 *Caçadores, negociantes e museus: Ferdinand Schwanda e o comércio internacional de espécimes científicos, 1905-1913*
Diego Amorim Grola
- 223 *Os Sambaquis do Brasil: uma análise das diferentes formas de interpretação destes vestígios durante a segunda metade do século XIX*
Felipe Daniel do Lago Godoi

Seção Livre

Resenhas

236

O “Paradigma Cuvieriano”: uma análise das contribuições de Georges Cuvier no desenvolvimento da Paleontologia segundo Felipe Faria
Felipe Daniel do Lago Godoi

APRESENTAÇÃO.....

Para uma historiografia da ciência: processos, agentes e artefatos

Autora convidada
Enviado em
09/07/2013

Moema de Rezende Vergara

Pesquisadora do MAST/MCTI, Professora do PPGH/UNIRIO e PPGEFHC/UFBA e UEFS
moema@mast.br

8

Em 2004 escrevi um artigo, publicado na *Revista Brasileira de História da Ciência*, em que fazia um balanço historiográfico da ciência no Brasil no século XX. Historicizava o percurso do campo da história da ciência em nosso país em duas vertentes: a primeira continha uma abordagem que via na universidade como grande gerador da ciência nacional. Ou seja, somente com o surgimento da universidade se teria ciência no Brasil e as atividades anteriores a sua existência foram consideradas como “pré-científicas”. Os principais autores desta vertente são Fernando de Azevedo e posteriormente Simon Schwartzman. A partir dos anos de 1980, a história da ciência no Brasil ganhara outro enfoque mais sofisticado com os estudos das instituições, ou seja, se deslocava o foco para o que Maria Amélia Dantes qualificou de “espaços de ciências”, tais como observatórios, jardins botânicos, museus, periódicos, escolas, entre outros¹. Esta abordagem permitiu que se encontrassem atividades relativas às ciências fora dos marcos da universidade. Em seu bojo também estava inserida a crítica de uma visão da ciência que a vê como uma atividade intelectual desconectada dos interesses políticos e econômicos e, portanto hierarquicamente superiores aos demais conhecimentos produzidos pela sociedade. Seria difícil reproduzir em poucas palavras toda uma

¹ Cabe a ressalva de que Nancy Stepan com o seu livro *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira* de 1976 e José Murilo de Carvalho com *A Escola de Minas de Ouro Preto* de 1978 são estudos de instituições científicas no Brasil, mas não partilhavam as mesmas balizas teóricas dos estudos orientados por Maria Amélia Dantes.

historiografia que tem por objetivo demonstrar que ciência é uma atividade humana como as demais. Nesta vertente, importante destacar os trabalhos de Silvia Figueirôa, Maria Margaret Lopes e Jaime Benchimol entre vários outros.

Uma questão que a nova historiografia da ciência no Brasil avançou foi na tentativa de desconstrução da ideia de que o “brasileiro não era afeito aos assuntos de ciência” e de que o nosso ambiente intelectual, tanto na colônia quanto no império era caracterizado pela cópia de outros centros, neste sentido cabe a menção ao trabalho de Carlos Ziller Camenietzki. O mérito desta abordagem é inegável e sou tributária a ele, mas no final daquele artigo, eu lançava a pergunta de seria possível pensar a história da ciência no Brasil para além de suas instituições. Por isso, ao receber o convite para colaborar com um número da *Revista Eletrônica Cadernos de História* sobre história da ciência, aceitei tanto pela oportunidade de realizar um trabalho conjunto com uma nova geração de historiadores, quanto pela possibilidade de verificar a pergunta anteriormente formulada.

Assim, propus o presente dossiê que possuía como meta identificar aspectos que possibilitassem a compreensão das práticas científicas como um dos elementos inseridos na cultura nacional de um modo geral. Esta formulação já traz consigo a característica de uma historiografia que dá relevo às práticas no sentido de um ato contínuo, como ensina Bruno Latour, e não para grandes descobertas ou a hagiografia de cientistas. Desejava também trilhar um caminho aberto por Dominique Pestre, ao investigar como ciência e cultura se enredaram em nosso país.

Mas afinal, o que é história da ciência? Existem autores que afirmaram que ela é de difícil definição. Creio que não seja este o caso. A dificuldade, a meu ver, está no cotidiano do historiador da ciência que precisa dominar minimamente diversos conteúdos, seja da matéria que deseja analisar, e estabelecer as conexões com contexto dado. Isto porque atualmente, o campo já superou os embates entre “internalistas” e “externalistas”. Entendo que para uma história da ciência eficaz é necessário um equilíbrio entre estes dos dois polos. Tendo em vista que a busca por uma definição de conceitos mais precisos é inerente ao ofício do historiador, acredito que a história da ciência pode ser entendida como o campo de estudo dedicado a investigação das atividades que visam produzir conhecimento a partir do método científico, cuja definição varia ao longo do tempo.

Nos últimos anos, observou-se uma crescente profissionalização do campo com o aumento dos cursos de pós-graduação em todo o país. Este crescimento é digno de nota, uma vez que os alunos tem um parco contato com a história da ciência,

enquanto disciplina, durante a graduação. Não obstante, muitos destes profissionais vieram dos cursos de história, e trouxeram outras ferramentas metodológicas. Isto favoreceu enormemente a institucionalização e profissionalização do campo da história da ciência, que a partir deste momento não seria mais uma narrativa memorialista exclusiva dos cientistas.

Na chamada de artigos para o presente dossiê, direcionei a atenção para o caso brasileiro. Cabe lembrar que esta relativização do papel social da ciência só foi possível ao se acionar os conhecimentos das ciências sociais. Quando estes conhecimentos se encontram em uma mesma arena, novos questionamentos surgem, como por exemplo, o lugar das nações. A historiografia em muito caminhou na problematização da categoria nação, ao dar relevo ao seu caráter “inventado” e “imaginado” (Cf. HOBSBAWN e ANDERSON). Em minha atuação em bancas de pós-graduação, bem como parecerista de periódicos especializados, observei que o historiador da ciência é hábil em perceber as relações sociais implicadas em uma determinada prática científica, mas frequentemente naturaliza a ideia de nação. Muitas vezes é como se este historiador da ciência estivesse hipnotizado pelo fetiche do nacional e passasse por anos se perguntando o que falta para o Brasil atingisse o desenvolvimento científico ditado em outras latitudes, ao invés de verificar como as práticas e as ideias científicas foram apropriadas em nosso território em seus diferentes períodos históricos. Esta sedução impede que os mesmos vejam outras relações e problemas para além das fronteiras nacionais. Mesmo assim, ainda estou preocupada com o recorte nacional, não como algo a-histórico, mas acredito que dentro desta perspectiva as questões não se esgotaram. E o historiador da ciência no Brasil tem que vencer entraves como a ideia de atraso, falta de originalidade intelectual e explicações “Macunaínicas” acerca do brasileiro. A noção de que o brasileiro teria pouca familiaridade com os assuntos de ciência está presente, com intensidades variadas, nos discursos dos agentes fomentadores de C&T, dos cientistas e do público em geral, o que cria entraves para políticas efetivas de inclusão e disseminação da ciência.

Os artigos deste dossiê responderam plenamente aos questionamentos da chamada da *Revista Eletrônica Cadernos de História* da UFOP. Primeiro, gostaria de chamar a atenção para a abrangência nacional e internacional do dossiê, como pode ser verificado no mapa que registra a origem dos colaboradores. A maior parte dos autores é da área de história, mas também há colaboradores da área das ciências sociais e museologia, sejam eles alunos de pós-graduação, pesquisadores e professores universitários.

Para atender às expectativas da historiografia da ciência contemporânea, sugeri que os autores procurassem analisar os processos, agentes e artefatos. Inicialmente, a respeito dos processos, há os textos sobre o código penal, ciência e religião na Primeira República de Adriana Gomes (SEEDUC-RJ), racismo e eugenia de Antonio Carlos Petean (UFU-MG), a epidemia da febre amarela em São Luiz de Joyce Pereira (UFMA) e a influência do positivismo nos mausoléus de Porto Alegre de André Luiz de Lima (UNIASSELVI-SC), que mostram o peso do discurso científico na estruturação da sociedade brasileira na passagem do final do século XIX para o século XX. Nestes artigos é possível visualizar como o viés científico transpôs as fronteiras das instituições e dos laboratórios para organizar o espaço urbano, a morte e as políticas públicas de imigração e questões interraciais, conferindo um aparato científico ao problema do racismo herdado da escravidão. Ainda em relação aos processos, mas em outra chave, encontram-se os trabalhos cuja preocupação central reside na reavaliação de modelos disciplinares tradicionais. O trabalho de Fabiano Ardigo (University of Oxford) realiza uma excelente reflexão sobre ironia e narrativa enquanto recursos metodológicos da história da ciência no debate entre centro e periferia. Nesta linha de argumentação também há o texto de Cristiano Lima Sale (UFSJ) sobre a fronteira na história e etnias e sua contribuição para a história da América.

11

Para compreender os agentes das práticas científicas é importante ressaltar que estes não são apenas os cientistas individuais, mas as instituições que também devem ser vistos não apenas como espaço mas como agentes e atores deste processo. Neste sentido, o texto de Geraldo Magella de Menezes Neto (UFPA), que é uma análise historiográfica a respeito da produção recente sobre o Museu Paraense Emílio Goeldi, não deixa de ser uma apresentação desta centenária instituição de pesquisa nacional. O artigo de Vinicius Santos da Silva (PPGEFHS - UFBA/UEFS) sobre Alexander von Humboldt é um ótimo exemplo para entender a concepção de natureza e ciência daquele naturalista que, mesmo nunca tendo vindo ao Brasil, influenciou várias gerações de viajantes e cientistas que por aqui passaram. Outro trabalho que aponta para um processo fundamental para formação de agentes, que é o processo de profissionalização é o texto de Lucas Quadros (UFOP) sobre a trajetória do médico Luís José de Godói Torres em Minas Gerais no período colonial. Por fim, o leitor lerá uma síntese do trabalho do Alex Varela (MAST) e Maria Margaret Lopes (UNICAMP) já veem desenvolvendo há algum tempo que dentre vários méritos, destaca-se em revelar a face de cientista dos irmãos Andrada, em especial o conhecimento de mineralogia de José Bonifácio.

Finalmente, com relação aos artefatos, o leitor poderá ler os textos de Diego Grola (USP) e Felipe Godoi (UFOP). O primeiro possui uma inovadora perspectiva ao analisar a formação das coleções de história natural do Museu Paulista a partir da compra de espécimes e a presença do comerciante alemão Ferdinand Schwanda. Ao destacar os aspectos comerciais de uma das mais importantes instituições científicas do início do século XX, esta pesquisa está produzindo dados para a desconstrução de uma visão de ciência “desinteressada”. O segundo, dedicado aos sambaquis no Brasil é um interessante estudo de como estes restos funerários indígenas forneceram elementos para um momento chave da formação da identidade nacional, a segunda metade do século XIX, quando a arqueologia, etnografia e antropologia assessoraram os intelectuais na busca de uma cultura “autenticamente” brasileira. Concluo aqui esta enriquecedora experiência de editora convidada da *Revista Eletrônica Cadernos de História*. Neste dossiê é possível se ter uma ideia da abrangência, tanto do ponto de vista metodológico quanto dos objetos dos estudos sociais da ciência desenvolvidos na atualidade.

Referências Bibliográficas

12

ANDERSON, B. *Imagined Communities: reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London - New York: Verso, 1991.

AZEVEDO, F. de (org). *As ciências no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, [1955]1994.

BENCHIMOL, J. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.

Camenietzki, C. Z. *A cruz e a luneta*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

CARVALHO, J. M. de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Rio de Janeiro: FINEP, 1978.

DANTES, M. A. (org). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FIGEIRÔA, S. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

HOBSBAWN, E. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LATOUR, B. *Ciência em Ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

LOPES, M. M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

PESTRE, D. “Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens”, *Cadernos IG-Unicamp*, Campinas, Vol. 6, nº 1, 1996, 3-56 (trad. de artigo publicado nos *Annales ESC*, vol. 50, nº 3, mai-jun 1995).

SCHWARTZMAN, S. *Um espaço para a ciência. A formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: MCT, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

STEPAN, N. *Gênese e evolução da ciência brasileira. Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

VERGARA, M. R. Ciência e Modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 22-31, 2004.

DOSSIÊ



A criminalização do espiritismo no Código Penal de 1890: as discussões nos periódicos do Rio de Janeiro

Enviado em:
22/11/2012

Aprovado em:
04/2013

Adriana Gomes¹

Mestranda do PPGH da UERJ em História Política
adriana.gomesrj@hotmail.com

Resumo

O artigo se propõe a discutir a criminalização de práticas espíritas no Código Penal de 1890 em prol da proteção legal do exercício da medicina. Para tanto, foram analisados os discursos nos periódicos que circulavam no Rio de Janeiro nos anos finais do oitocentos – *O Apóstolo*, *Reformador* e *Jornal do Commercio*. As proposições do legislador do referido código, João Baptista Pereira, e do movimento espírita, representado pela Federação Espírita Brasileira, foram confrontadas para a observância das alocações dos grupos em questão com o objetivo de persuadir e convencer os leitores através dos seus argumentos favoráveis ou contrários à inserção do espiritismo na legislação penal do país como um crime contra a saúde pública.

15

Palavras-Chave

Espiritismo, Medicina, Código Penal de 1890

Abstract

The article aims to discuss the criminalization of spiritualistic practices in the Criminal Code of 1890 in favor of legal protection of medical practice. Therefore, we analyzed the speeches in the newspapers circulating in Rio de Janeiro in the final years of the eight – *O Apóstolo*, *Reformador*, and *Jornal do Commercio*. The propositions of the legislature of that code, João Baptista Pereira, and spiritual movement, represented by the Federação Espírita Brasileira, were compared for compliance with the speeches of the groups in question in order to persuade and convince the readers through their arguments for or against the insertion of spiritualism in the criminal law of the country as a crime against public health.

Key-Words

Spiritualism, Medical, Criminal Code 1890

1 Integrante do grupo de pesquisa Políticas, Direitos e Éticas do CNPq e professora da rede pública estadual do Rio de Janeiro.

Introdução

O artigo se propõe a discutir, através dos periódicos em circulação na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do oitocentos, como se deu o processo de inserção e divulgação da Doutrina Espírita codificada por Allan Kardec na Corte e, também, diante da criminalização do espiritismo no regime republicano, das acusações e defesas dos grupos envolvidos. Para tanto, três periódicos foram contemplados para a discussão: *Jornal do Commercio*, *O Apóstolo* (jornal católico) e o *Reformador* (periódico espírita).

Os ditos fenômenos das “mesas girantes e falantes” começaram a ser notícia no *Jornal do Commercio* no início dos anos de 1850. As práticas eram descritas como um modismo europeu frívolo realizado em salões como meio de entretenimento, diversão, curiosidade e brincadeiras. Não havia intenção de associar os supostos fenômenos com qualquer aspecto religioso.

Não há neste momento uma reunião na Alemanha na qual não se fale da nova importação americana The moving table, e não se experimente mais de uma vez o fenômeno, parecendo-me que a sua descrição poderá interessar os seus leitores, passo a referir o que vi. Importa pouco a madeira de que a mesa deve ser feita, basta que seja de forma oval e pouco pesada, para se tornar rápida a execução da experiência. Sentadas cinco pessoas pelo menos à roda da mesa, põem as mãos sobre ela e formam uma cadeia, colocando o dedo mínimo da mão direita sobre o dedo mínimo da mão esquerda da pessoa que fica à direita (...) Começa a notar-se na mesa um movimento de ondeação que se transforma em movimento de rotação assaz rápido (...) Agora, quanto a maneira porque este fenômeno se explica, nada sei (*JORNAL DO COMMERCIO*, 14/06/1853: 1).

A nova moda europeia não tardou para ser importada no Brasil. Nos salões, sobretudo do Rio de Janeiro, “as mesas girantes e falantes” logo se tornaram passatempo dos encontros nos locais de sociabilidades. A Editora Garnier, em sintonia com as notícias divulgadas e com o interesse do público brasileiro com o modismo europeu, acrescentou ao seu catálogo obras sobre o espiritismo e o magnetismo, “tão ao gosto da época por provocar curiosidade” (DUTRA, 2010: 85).

Segundo Ubiratan Machado (1996: 59) a Livraria Garnier anunciava uma série de livros com a temática: *A mesa que gira e a mesa que fala* e *Manual do Magnetizador* de Champignon; *Manual do Magnetizador* e *Cura de Magnetismo* de Dupotet; *Magnetismo* de Deleuze; *Guia dos Incrédulos*, *Magnetismo e*

Sonambulismo e Iniciação dos Mistérios Secretos da teoria e prática do Magnetismo de Gentil; *Mesmer e o Magnetismo Animal* de Bersot e *Cartas Ódicas Magnéticas* de Reichenbach.

A tipografia Paula Brito lançou em 1853 uma comédia sobre o magnetismo, cujo personagem principal, Martinho, ironizava que não havia nada e nem ninguém que não magnetizasse ou fizesse a mesa girar. A comédia de João Ferreira da Cruz foi intitulada como “*Uma sessão de magnetismo ou mesa que responde*”².

A partir de então, o espiritismo de alguma forma aparecia nos noticiários do *Jornal do Commercio*. No entanto, o período que esse jornal se tornou um dos principais centros de debate entre os espíritas e o Estado, foi na implementação do Código Penal de 1890.

Desde o início da legislação do Novo Código Penal pelo jurista João Baptista Pereira, o *Jornal do Commercio* publicava os títulos, artigos e parágrafos instituídos na legislação penal. E em outubro de 1890 o jornal publicou os artigos que criminalizavam o espiritismo como um crime contra a tranquilidade pública inserido no capítulo dos crimes contra a saúde pública.

Após a publicação dos artigos do Código Penal, o *Jornal do Commercio* se tornou o divulgador das discussões entre o movimento espírita (representado pelo periódico *Reformador*) e o Estado, representado pelo advogado João Baptista Pereira.

O início da institucionalização do movimento espírita no Brasil ocorreu na Bahia com a criação do Grupo Familiar do Espiritismo em 1865, que veio a se o primeiro centro espírita do Brasil de conhecimento público. Este centro foi dirigido pelo Luís Olímpio Telles de Menezes, que era membro do Instituto Histórico de Salvador. Quatro anos depois ele criou o primeiro jornal espírita do Brasil, intitulado *O Echo d'Além Túmulo*, que o próprio dirigiu. O periódico era impresso na tipografia do *Diário da Bahia* e chegou a ter circulação no exterior (MACHADO, 1996: 103). O próprio codificador da Doutrina Espírita, Allan Kardec, fez apreciações a respeito do periódico baiano na *Revista Espírita* de novembro de 1869, cuja publicação era mensal na França. No entanto, o tempo de vida do periódico espírita foi curto. A Igreja Católica tratou de impedir a expansão do espiritismo na Bahia que, gradativamente, foi se enfraquecendo.

Por volta dos anos de 1870, as ideias emanadas da Doutrina Espírita

2 Parte do enredo dessa comédia, que fora transformada em peça teatral, encontra-se no livro *Os intelectuais e o Espiritismo* de Ubiratan Machado, pp. 51-53.

começaram a fervilhar na Corte. Um dos principais fatores para a aceitação do espiritismo no Rio de Janeiro, no meio intelectualizado, foi o seu caráter modernizador. A doutrina codificada por Allan Kardec trazia consigo características já inerentes ao universo religioso e cultural do Brasil: a crença em espíritos e no sobrenatural. Porém, com uma leitura científica, filosófica, moralizadora e, sobretudo, “civilizada” pela sua origem europeia. Esses pressupostos iam ao encontro com os anseios de uma sociedade que almejava a modernidade no final do século XIX.

O Rio de Janeiro queria ser inserido no mundo das ideias ocidentais, sobretudo a francesa. Essa inserção não se daria somente por intermédio da cultura e pela concepção de civilidade, acrescentou-se a isto a valorização do progresso científico. “A articulação da ideia de civilização com a ideia de progresso técnico-científico na cidade, se fazia sentir nos debates presentes no Rio de Janeiro” (AZEVEDO, 2002: 59).

Nesse bojo, que as ideias do espiritismo começaram a atrair os intelectuais da capital imperial, sobretudo porque a sua proposta assumia uma visão teleológica da História, indissociável com a lei de progresso contínuo.

18 A Doutrina Espírita defendia o aprimoramento do indivíduo, e este ocorreria de forma contínua. E não só do indivíduo, a sociedade toda também tomaria esse caminho “naturalmente”. Todos estariam em processo de constante evolução. Era a crença na “lei do inevitável progresso” (ISAIA, 2012: 110).

Além dessas questões evolucionistas, que se assemelhavam com algumas propostas do positivismo, outros fatores favoráveis para que o espiritismo atraísse os intelectuais da cidade era que a doutrina preestabelecia a união entre espírito e matéria, o sobrenatural com o natural, a revelação divina com a experimentação científica, a conservação da ordem com a utopia social. A proposta do espiritismo era buscar sempre a conciliação em todas as esferas da vida, inclusive, como uma atitude política. Era um “princípio epistemológico” da doutrina (ISAIA, 2012: 106).

O espiritismo se dissociava das ideias revolucionárias que se disseminaram pelo mundo no século XIX. A luta de classes, a insubordinação, a rebeldia, a ausência do Estado e do poder, a luta armada, barricadas, revoluções, dentre outras discussões e acontecimentos correntes do século XIX, eram refutadas pela Doutrina Espírita. A conciliação era a bandeira a ser defendida (ISAIA, 2012: 105).

Essa união de fatores associados com a ideia de que o espiritismo era uma doutrina que unia variadas vertentes – filosófica, científica e moral (religiosa),

além de sua origem francesa, foram o alicerce para que a sua aceitabilidade fosse progressiva na capital da Corte. Tanto que foi através da cientificidade que a doutrina espírita se propagou pelo Rio de Janeiro no momento inicial. A cientificidade foi a sustentação para que as demais vertentes se tornassem receptivas, afinal era a modernidade francesa na cidade.

(...) A filiação aos ideais iluministas, o reconhecimento de leis mantenedoras da ordem cósmica, perfeitamente perceptíveis pelo homem, fazia com que o espiritismo encarasse a pesquisa científica como aliada no afã de comprovar a veracidade da revelação divina. Apresentando-se como a ‘terceira revelação’, sucessora da mosaica e da cristã, a obra da codificação espírita defendia a pesquisa científica como caminho necessário para o reconhecimento da divindade (...) (ISAIA, 2008: 149).

A imprensa contribuiu muito para a divulgação da cientificidade da doutrina espírita na capital. De uma forma geral, o desenvolvimento da imprensa na segunda metade do século XIX, possibilitou que os periódicos ganhassem um *status* de porta-voz da população carioca. Os jornais aliaram-se às diversas manifestações populares, especialmente as queixas da população.

Os periódicos foram agentes de destaque na construção moderna da cidade do Rio de Janeiro. Nas grandes manchetes, nas novidades e, sobretudo, na formação de opiniões a respeito de quase tudo que efervescia na cidade. A ideia de que a capital do país era “letrada” e “ilustrada” estava nos planos civilizatórios para o Rio de Janeiro.

A vida cultural na capital da Corte transformaram as livrarias em locais de sociabilidade em que ocorriam discussões de ideias políticas, científicas e sociais. Criou-se um estilo de vida mais europeizado e menos colonial. Dentre essas discussões, estavam envolvidas questões referentes à causa abolicionista, republicana, as ideias do positivismo, do socialismo, do anarquismo e do espiritismo.

No momento inicial em que o espiritismo era discutido em reuniões privadas, em cafés e livrarias, a Igreja Católica não se sentiu afrontada com as ideias da doutrina espírita. A Igreja as interpretava como mais um modismo da capital e, portanto, não as combateu como havia ocorrido no Bahia (DAMAZIO, 1994: 102).

No entanto, em meados da década de 1870 o movimento espírita no Rio de Janeiro começou a criar inquietudes na Igreja Católica. Sobretudo quando o médico Joaquim Travassos, secretário geral do Grupo Confúcio, que foi o grupo

pioneiro de estudos espíritas no Rio de Janeiro e o segundo do país, traduziu do francês para o português as obras da codificação kardequiana – *Livro dos Espíritos*, *Livro dos Médiuns* e *O Céu e o Inferno*, que foram publicados pela Garnier. Em 1876, a Livraria Garnier também publicou o *Evangelho Segundo o Espiritismo*, igualmente traduzido por Travassos. Segundo Sylvia Damazio (1994: 103) os livros da codificação foram reeditados inúmeras vezes pela Garnier. Essa atitude contribuiu para que a propagação da doutrina espírita pela Corte se intensificasse e disseminasse.

Na virada do século, as obras que norteavam “sobre o espiritismo, metafísica, cristianismo e vida além-túmulo” continuavam cada vez mais a ganhar espaço, incluindo-se até na “Biblioteca Filosófica” da Laemmert. Demonstrando que havia uma demanda de leitores para esse tipo de literatura (BESSONE, 1999: 96).

Com a maior divulgação do espiritismo, impulsionado também pela publicação dos livros da codificação kardequiana para o português, a Igreja Católica iniciou de forma mais ostensiva o seu embate com o movimento espírita. Para tanto, utilizou o seu periódico *O Apóstolo*.

20 Esse periódico começou a circular no Rio de Janeiro a partir de 1866 e continuou a ser publicado até os anos iniciais do século XX. O jornal católico teve relevância para a imprensa carioca, os assuntos por ele abordados eram diversificados e perpassavam por questões políticas polêmicas.

Os padres proprietários do periódico foram João Scaligero, Augusto Maravalho e José Alves Martins do Loreto. Em 1894 o jornal *O Apóstolo* teve o seu nome alterado para *Estrela*, mas em finais do mesmo ano retomou o seu antigo nome “*O Apóstolo*”. A sua circulação era três vezes por semana (quarta-feira, sexta-feira e domingo) até a virada do século, quando passou a ser semanal.

Através desse periódico, a Igreja Católica começou o seu embate com as ideias disseminadas pelo movimento espírita. O seu intuito era tentar dar ao espiritismo no Rio de Janeiro, o mesmo rumo que havia tomado na Bahia: o enfraquecimento e o esvaziamento. Para tanto, o jornal não poupava palavras hostis para atingir os seus objetivos.

Eis o maior dos absurdos e a maior prova do quanto é perigoso o espiritismo em uma sociedade moralizada. Nem o paganismo perdera nesse ponto a ideia da justiça de Deus. Faça-se desaparecer da consciência do povo a ideia da justiça de Deus, que também desaparecerá o da moralidade, ordem, respeito, honra e todas as virtudes. Voltaremos ao maometismo, e veremos os homens se

prepararem para o seu permitido céu (*O APÓSTOLO* 03/1883, p.2).

S. Ex. mostrou [referindo-se ao sermão proferido pelo bispo na quinta-feira santa] como não precisamos de outro Senhor e outro mestre senão Jesus Christo; e, portanto, repelimos esses mestres da heresia com Lutero, Calvino, Conte [sic], Allan Kardec, e por conseguinte, o protestantismo, o positivismo e o espiritismo. (*O APÓSTOLO* 03/1883: 2).

Diante dos sucessivos ataques da Igreja Católica, que persistia em enfraquecer o movimento espírita, o fotógrafo Augusto Elias da Silva, adepto da doutrina de Kardec, criou um periódico espírita no Rio de Janeiro: o *Reformador*, em janeiro de 1883, cuja publicação era quinzenal. Foi uma iniciativa própria com o intuito de divulgar a doutrina e ir para o embate com a Igreja.

O *Reformador*, inicialmente, não estava atrelado a nenhuma instituição, órgão ou centro espírita específico. Era um periódico de propriedade particular e mantida com os próprios recursos de Elias da Silva. A tiragem do jornal era pequena nessa ocasião, cerca de trezentos a quatrocentos exemplares. As assinaturas não excediam a duzentas. Como boa parte das edições era distribuída gratuitamente, não conseguia cobrir as despesas de confecção.

No seu primeiro ano de circulação, o *Reformador* tinha como principais abordagens a publicação dos princípios filosóficos do espiritismo. A cientificidade era priorizada em detrimento das discussões religiosas. Na revista havia uma seção para que fossem publicados artigos filosóficos, científicos e literários, que norteassem com mais veemência a doutrina espírita para o seu aspecto científico (DAMAZIO, 1994: 118).

Eram publicados artigos com temas relacionados à parte experimental e aos fenômenos físicos sem desdobramento religioso. Assim como eram veiculados artigos que referiam-se às reformas políticas e sociais emergentes no Brasil (DAMAZIO, 1994: 112).

No entanto, apesar da cientificidade que Elias da Silva procurou conduzir o *Reformador*, em seu primeiro ano de circulação os aspectos religiosos da doutrina acabavam sendo discutido com mais ênfase, sobretudo quando o objetivo era contra-atacar as hostilidades da Igreja Católica realizada através de *O Apóstolo* e de outros jornais que expusessem o espiritismo à ironia e à degradação.

Um dos exemplos desse confronto do *Reformador* com a imprensa comum foi com a *Gazeta de Notícias*. Em 15 de abril de 1883, o *Reformador* rebateu a crítica feita ao espiritismo publicada na coluna “Balas de Estalo”, que ironizava

as práticas espíritas. O *Reformador* rebateu lamentando a ignorância de quem escrevia algo que desconhecia e, também, aproveitou a oportunidade para prestar esclarecimentos sobre os princípios do espiritismo, divulgando ainda mais a doutrina, que era o seu principal objetivo.

Em janeiro de 1884 foi criada a Federação Espírita Brasileira (FEB), que teve como fundadores espíritas atuantes em diferentes instituições do Rio de Janeiro na ocasião. Apesar da sua nomenclatura caracterizar a instituição como brasileira, na realidade, estava ainda muito longe de ter abrangência nacional. De fato, ainda nem conseguia a adesão massificada dos centros espíritas do Rio de Janeiro. O seu objetivo fundamental era intensificar a divulgação da doutrina espírita na capital, realizando a “propaganda ativa do espiritismo pela imprensa e por conferências públicas” (*REFORMADOR*, 01/1884: 1). A instituição não tinha o propósito, inicialmente, de representar grupos, mas em ser um instrumento de congregação de esforços de indivíduos para a legitimação do espiritismo.

O *Reformador*, que era um periódico privado, subsidiado por Elias da Silva, passou a ser atrelado em 1884 à FEB. Dessa forma, os custos e a responsabilidade do periódico espírita não ficariam mais ao encargo do fotógrafo. Mesmo com a mudança, a nova redação do *Reformador* manteria o trabalho que era realizado anteriormente, comprometendo-se a “não realizar nenhuma alteração nos rumos dos trabalhos, por considerá-la desnecessária” (*REFORMADOR*, 01/1884: 1). O periódico continuou a publicar artigos de propaganda e defesa do espiritismo, escritos “por colaboradores locais ou extraídos de periódicos estrangeiros, bem como notícias sobre o movimento espírita no Brasil e em outros países” (GIUMBELLI, 1997: 63).

Enquanto ocorriam essas mudanças burocráticas, os embates com a Igreja Católica continuavam. Uma das propostas do *Reformador*, que era combater os ataques da Igreja, fez--se presente nessa ocasião com um discurso fundamentado na liberdade de consciência.

O Apóstolo não conhece a lei da evolução natural, por isso não distingue os períodos evolutivos que a humanidade já percorreu (...) e mais infeliz ainda, se é possível, foi a ilustrada redação, patenteando a sua intolerância e... porque não direi... cegueira, em matéria de liberdade de consciência (...) (*REFORMADOR*, 03/1883: 3).

Sobre a intolerância, tradicionalismo e atitudes retrógradas da Igreja Católica, o *Reformador* reafirmava a posição progressiva dos espíritas, portanto, coerentes com os rumos modernizadores que se vislumbrava para a capital do país.

O espiritismo, porém, é soberanamente transigente com todas as épocas; ele investiga, e só anda de par com as leis naturais; quanto mais caminhar a humanidade, tanto mais também ele andar. Ele amolda-se, portanto, a todas as transições; ele é, pois, essencialmente progressivo (*REFORMADOR*, 03/1887: 3).

Os confrontos entre católicos e espíritas nos anos finais do Império, utilizando os periódicos *O Apóstolo* e o *Reformador*, denotam a luta constante dos espíritas em busca de espaço numa sociedade em que o catolicismo era a religião hegemônica e as teorias evolucionistas eram dominantes nas esferas científicas e intelectuais. As práticas espíritas, nesse contexto, se situavam na interseção das vertentes religiosas e intelectual-científico. Essa leitura fundamenta-se nos pressupostos teóricos de Pierre Bourdieu.

Bourdieu defendeu a existência de campos científicos, religiosos, políticos, intelectuais e artísticos. Nesses campos existem, interiormente, uma “luta pela imposição de uma definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo” (BOURDIEU, 2004: 119). No campo se enfatiza a dimensão dos conflitos, no qual os jogadores fazem usos de estratégias buscando definir regras que determinam o que é legítimo.

23

Para ser um participante de um campo, é preciso compartilhar certos objetos sociais daquele espaço, além de estar imbuído de valores, saberes específicos, enfim, de símbolos reconhecíveis pelo agente autorizado desse campo. Para um novo agente social se inserir em qualquer um dos campos supracitados, ele deve acumular bens simbólicos em diferentes lutas para ser reconhecido como mais um dos jogadores. Para Bourdieu (2004: 122-155), a legitimação é concedida por determinado agente social, situado numa posição superior hierarquicamente, que possui a capacidade de falar agir de maneira autorizada e com autoridade.

A partir desse pressuposto teórico de Bourdieu, compreende-se, então, que os espíritas assumiram a posição de um novo jogador em busca de reconhecimento na sociedade brasileira. Eram embates para a obtenção da legitimidade no espaço público e social das práticas espíritas. Como os espíritas defendiam uma doutrina que se definia como um sistema científico, filosófico e moral (religioso), seus embates foram nos campos científico, intelectual e religioso.

Essa perspectiva teórica de Bourdieu contribuiu para a compreensão dos problemas enfrentados pelo movimento espírita no final do século XIX. Até a Proclamação da República, a sua busca por reconhecimento como mais um

jogador no espaço social, era com a Igreja Católica. Após a mudança de regime de governo no Brasil, além de continuarem buscando seu espaço social com a Igreja, o movimento espírita teve que buscar o reconhecimento enquanto matriz religiosa com o Estado Brasileiro. Isso porque após a implementação do Código Penal de 1890, o espiritismo tornou-se um crime contra a tranquilidade pública no capítulo dos crimes contra a saúde pública, em seus artigos 156, 157 e 158, sobretudo, no artigo 157.

Art. 156 – Exercer a medicina em qualquer de seus ramos, a arte dentária ou a farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos.

Art. 157 – Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública.

Art. 158 – Ministar ou simplesmente prescrever, como meio curativo, para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeirismo (*Coleção de Leis do Brasil*).

24

A partir de então, os espíritas buscaram se posicionar como novos jogadores buscando espaço para ter representatividade na esfera pública e o reconhecimento de suas práticas como religiosas pelo Estado Brasileiro. Os espíritas buscavam sair da situação em que foram inseridos: caso de desordem pública.

E um dos principais fatores que contribuíram para que o espiritismo se tornasse um crime contra a tranquilidade pública foi a atuação de médiuns receitistas que, sem a habilitação profissional para exercer o medicina, realizavam práticas curativas prescrevendo receitas, sobretudo de remédios homeopáticos.

A prescrição de receitas homeopáticas era recorrente na Federação Espírita Brasileira, porque nesse período havia uma forte articulação entre a doutrina hahnemanniana e os postulados espíritas. Essa associação resultou em uma apreciação popular ao espiritismo, que se expressaram nos números de receitas prescritas. Os espíritas da FEB identificavam na prática médica homeopata princípios do espiritismo. Eles compreendiam que a ação do medicamento homeopático seria contrária ao remédio alopático, cuja função seria combater as doenças através de substâncias opostas à patologia clínica. Já a atuação dos medicamentos homeopáticos seria para restabelecer a harmonia do fluxo de fluido vital nos enfermos que, conseqüentemente, acarretaria na cura da doença (GIL, 2010: 200).

Essa interpretação dos espíritas da FEB ia ao encontro às concepções explicitadas na questão 27 do *Livro dos Espíritos* sobre o fluido vital. Este seria o intermediário entre o espírito e o corpo físico.

Ao elemento material é preciso juntar o fluido universal, que desempenha papel intermediário entre o espírito e a matéria propriamente dita, por demais grosseira para que o espírito possa ter uma ação sobre ela (...) Esse fluido (...) sendo o agente de que o espírito se utiliza é o princípio sem o qual a matéria estaria em perpétuo estado de divisão e nunca adquiriria qualidades que a gravidade lhe dá (KARDEC, 2007: 75).

No entanto, apesar do Kardec compartilhar com Samuel Hahnemann³ (1755-1843) da concepção de fluido vital, no *Livro dos Médiuns* o codificador da Doutrina Espírita ao mencionar sobre o gênero de mediunidade que certas pessoas possuem para praticar a cura, Kardec pontua os limites que deveriam ser respeitados por esses médiuns. Para ele, o dom de curar se daria na capacidade de intervir no fluido vital do enfermo e essa intervenção deveria ocorrer “pelo simples toque, pelo olhar, mesmo por um gesto, sem concurso de qualquer medicação” realizada pelo médium curador (KARDEC, 2009: 225).

Para o codificador da doutrina, a cura mediúnica perpassaria ao magnetismo. Para ele, a obtenção da cura por esse meio requereria conhecimentos prévios para desempenhá-la e o seu tratamento deveria ser regular, sistemático e metódico. Já a cura pela mediunidade seria uma faculdade espontânea, sob a intervenção de uma potência oculta, que poderia ser realizada através da própria prece. Dessa forma, a maioria das pessoas já poderia ser qualificada como médiuns curadores, na medida em que a prece seria a verdadeira evocação que atrairia os espíritos que poderiam auxiliar na cura das enfermidades (KARDEC, 2009: 225-226).

Sob essas perspectivas, a prática espírita recorrente na FEB de prescrever receitas e doar remédios homeopáticos que ingeridos agiriam internamente na cura de enfermidades, não tinham o respaldo na codificação espírita de Allan Kardec. A cura através da ingestão de qualquer substância foi uma prática adotada

3 Em 1796 as observações de Samuel Hahnemann foram divulgadas e estas passariam a compor sua mais importante obra: *O Organon*, publicado em 1810, onde explica seu sistema e cria a homeopatia. Nos princípios homeopáticos estabelece-se que toda substância que, em dose ponderável, é capaz de provocar no indivíduo são um quadro sintomático, também tem capacidade de fazer desaparecer, com administração em pequenas doses. Também que a preparação dos medicamentos requer diluições infinitesimais, pois que elas teriam a capacidade de desenvolver as virtudes medicinais dinâmicas das substâncias grosseiras. Hahnemann faleceu em 2 de julho do ano de 1843, 14 anos antes de ser publicado *O Livro dos Espíritos* codificado por Allan Kardec.

pelos espíritas brasileiros. Esses procedimentos de cura foram especificidades do espiritismo no Brasil.

Desde o primeiro semestre de 1890, quando o Código Penal estava em processo de elaboração, eram publicados gradativamente os artigos no *Jornal do Commercio* conforme eram criados. Em outubro do ano supracitado, o *Jornal do Commercio* divulgou os artigos que criminalizavam o espiritismo, tornando-os de conhecimento público.

A partir de então, o movimento espírita adotou uma política combativa e questionadora diante da transgressão à lei e o *Reformador* tornou-se um veículo de contestação perante a criminalização das práticas espíritas.

Para tanto, o periódico mencionou uma série de periódicos espíritas, que na ocasião, circulavam no mundo para demonstrar a atitude retrógrada do governo republicano, em sua opinião, em criminalizar algo que era aceito, respeitado e permitido em vários países. Circulavam, de acordo com o *Reformador*: oito periódicos na Inglaterra, um periódico na Noruega, um periódico na Rússia, dois periódicos na Holanda, três periódicos na Bélgica, quatro periódicos na Alemanha, dois periódicos na Áustria, um periódico na Hungria, um periódico na Turquia, quatorze periódicos na França, doze periódicos na Espanha, um periódico na Suíça, quatro periódico na Itália, um periódico no Egito, um periódico na Austrália, sete periódicos nos Estados Unidos, cinco periódicos no México, um periódico na Venezuela, um periódico no Peru, dois periódicos no Chile, quatro periódicos em Cuba, um periódico no Uruguai e quatro periódicos na Argentina. E em todos os países mencionados as práticas espíritas, de qualquer ordem, eram exercidas livremente. Somente no Brasil que o espiritismo havia se tornado crime (*Reformador*, 15/12/1890: 1-2).

A intenção do *Reformador* era mostrar o quantitativo expressivo, para o final do século XIX, de periódicos que circulavam no mundo com temáticas relacionadas ao espiritismo. Buscando comprovar que o desconhecimento do assunto acarretou na condenação do espiritismo no Código Penal “de uma nação que se pretende colocar a par das civilizadas” (*REFORMADOR*, 15/12/1890:1). Além disso, divulgaram que em 1889 havia sido realizado, em Paris, o Primeiro Congresso Internacional Espírita e Espiritualista, com a presença de quinhentos delegados vindos de várias partes do mundo. E somente no Brasil o espiritismo estava sendo condenado, indo de encontro às tendências mundiais.

As argumentações da Federação Espírita, relatadas no *Reformador* (15/11/1890) eram em torno do cerceamento da liberdade dos espíritas legisladas

no artigo 157 do Código Penal. Para a FEB a criação do artigo foi considerada uma atitude arbitrária e legislado envolto de ignorância sobre o que realmente seria o espiritismo. E sendo uma prática religiosa, era incoerente a sua criminalização, com a garantia do livre exercício religioso com o Decreto 119-A.

Obrigados pela aspereza da lei, que em breves meses será o Código Penal da República, ousamos nos apresentar hoje ante o poder que a decretou, e requerer uma revisão a que nos diz respeito. Se nos afastamos de praxe, até aqui seguida pelo *Reformador*, de, em circunstância alguma, analisar as leis do país, pois que tal compete aos políticos, é que na ocasião presente trata-se de um cerceamento à liberdade (...) Os artigos 157 e 158 que se acham no capítulo – Dos crimes contra a saúde pública – são mais evidente prova de que seu autor desconhece, por completo, o assunto sobre o qual legislou. (...) o espiritismo, Sr. Ministro, é a mais completa negação de todas as superstições (...) Talvez até seja por isso, que ele se vê guerreando por quem devera ser seus maiores aliados – as religiões todas, que em geral, ou se baseiam, ou favoneiam superstições. (...) Quererá atingir o artigo do Código às práticas do espiritismo empregadas por aqueles que o santificará como se religião fora? Mas então permita o ilustre Ministro que se possa por em dúvida a sinceridade com que o projeto constitucional garante o exercício de todas as práticas religiosas. Se assim fora, de deduzir seria que, no pensamento do legislador constitucional, houvera a odiosa restrição do espiritismo, quando entretanto quisera garantir o livre exercício de todas as seitas (*REFORMADOR*, 1/11/1890: 1).

27

O movimento espírita teve como característica, no Rio de Janeiro, ser dissonante às ideias revolucionárias difundidas no século XIX e tinha na prática da conciliação a sua base de atuação nas questões sociais que suscitassem divergências. Para tanto, o movimento procurou atuar, em questões polêmicas relacionadas à política, dentro das limitações concedidas pelo Estado nas ações públicas (ISAIA, 2012: 109).

E sob essas bases já legitimadas e associadas ao movimento espírita no Rio de Janeiro, que o *Reformador* tentou persuadir o Ministro da Justiça, Campos Sales. Em carta enviada ao ministro, foi exaltada a conduta ordeira dos espíritas. Portanto, muito coerente com o que propunha o Estado republicano para o país. Por isso, era desnecessária e injustificada a criminalização do espiritismo como um crime contra a tranquilidade pública.

(...) muito é de estranhar que os poderes públicos pretendam dispensar um dos seus melhores colaboradores na obra ingente de erguer o nível moral da sociedade. Ora a garantia e a segurança da ordem e da paz pública mais se estribam na elevação do caráter e nos preceitos da

moral do que em quaisquer leis coercitivas, por melhor pensadas e mais rigorosas que sejam. (...) O espiritismo prega em todos os tons da humildade, a abnegação, o cumprimento do dever cívico. Será ele pois um inimigo da sociedade e merecerá punição? Ou será antes um dos mais poderosos fatores da civilização pátria? (...) Vão todas as palavras que aqui deixamos traçadas antes o sentimento de ver um estadista da jovem República subscrever por simples deferência pessoal, um Código onde se revive artigo da férrea legislação mosaica há trinta séculos ditatorialmente promulgada do que qualquer amargor, qualquer ressentimento por se pretender abafar o exercício de nossas crenças: antes de tudo somos espíritas (*Reformador*, 15/11/1890: 1).

Mesmo com a presença constante de autoridades políticas como senadores, deputados e ministros, assim como autoridades militares e intelectuais no Centro Espírita do Brasil, que funcionava na Federação Espírita, as solicitações do movimento espírita, representadas pela instituição, foram ignoradas. A FEB possuía um setor de ajuda aos necessitados, que justamente a tornou vulnerável à ação da polícia e suscetível à infração dos artigos. Na instituição funcionava o “Serviço de Assistência aos Necessitados”, que auxiliava a população carente prestando atendimento espiritual e, também, físico. O *Reformador* divulgava esse serviço constantemente: “Assistência aos necessitados – Esta instituição funciona na Rua da Alfândega, 349 - 2º andar, havendo sessões todos os domingos às duas horas da tarde” (*Reformador*, 15/05/1890).

28

Nesse serviço de assistência trabalhavam gratuitamente médicos habilitados, como o Dr. Bezerra de Menezes, o Dr. Dias da Cruz, dentre outros, mas a maioria dos atendimentos eram realizados por pessoas não habilitadas, que não tinham a certificação para exercerem a medicina. Eram os “médiuns receitistas”, que também atendiam em suas residências. Alguns desses receitistas tornaram-se vulneráveis à ação da polícia na perseguição aos curandeiros (DAMAZIO, 1994: 121).

A ação concreta obtida pela FEB diante dos protestos junto ao Governo Provisório foi o pronunciamento do autor dos artigos do Código Penal que criminalizaram o espiritismo e algumas de suas práticas, o já mencionado João Baptista Pereira. Para tanto, o legislador utilizou o *Jornal do Commercio* para rebater as críticas proferidas a ele por meio do *Reformador*. O periódico publicou o posicionamento do autor dos artigos em três dias distintos, na coluna “O Novo Código”, sob o título “O novo código e o espiritismo”.

Nas publicações no *Jornal do Commercio*, o criminalista João Baptista Pereira procurou dar a sua interpretação dos artigos por ele legislados, enfatizando

que o seu objetivo era coibir a prática da medicina ilegal e acabar com o charlatanismo, e já que os espíritas adotavam práticas que se inseriam nessas condições, o espiritismo deveria ser enquadrado. No entanto, o jurisconsulto ponderou que algumas práticas do espiritismo não recaíam nessas condições e, portanto, eram aceitáveis. A questão polêmica era que o artigo 157 já iniciava criminalizando a prática do espiritismo, sem abrir precedentes para ponderações. O autor do artigo generalizou no código penal a criminalização do espiritismo, não particularizou como fez nas páginas do *Jornal do Commercio*, quando expôs a sua versão dos artigos. Essa atitude ocasionou uma série de transtornos aos adeptos do espiritismo, pois possibilitou interpretações diferenciadas.

O artigo 157 e seus dois parágrafos, referentes aos crimes contra a saúde pública, trouxeram a terreiro alguns adeptos do espiritismo que, em acesso de raiva impotente, praguejaram contra o código e arremeteram com injúrias e docetos contra o seu autor que, bem cristão, os perdoa porque está convencido de que, sendo eles uns alucinados, não sabem o que dizem e devem ser tratados com caridade. [...] Não discutimos espiritismo e menos censuramos aqueles que o abraçam: como ciência especulativa sem descerem as suas práticas experimentais [...] sabemos respeitar a liberdade de crenças, ainda as mais extravagantes [...]. (*Jornal do Commercio*, 23/12/1890: 2).

29

Mesmo considerando o espiritismo uma religião “extravagante”, o advogado João Baptista, a considerou uma crença. Nesse sentido, já se pressupunha que não deveria ter sido criminalizado, na medida que o Decreto 119-A havia concedido a liberdade religiosa em janeiro de 1890. E mais, o jurisconsulto permitiu ser interpretado no seu discurso, que o uso do espiritismo como meio curativo é que deveria ser combatido. Mas, para tanto, na legislação utilizou um discurso generalizador criminalizando a prática do espiritismo no artigo 157 do Código Penal. E considerou, de forma preconceituosa, que os adeptos do espiritismo eram vítimas infelizes, supersticiosas e passíveis de serem conduzidas ao hospício de alienados.

(...) o espiritismo tem crentes intrépidos, esses crédulos adeptos são enganados, como cassandras de comédias, por descarados charlatães e que suas práticas ridículas, quase sempre culposas, não servem senão para enriquecer aqueles que os exploram e conduzir direitinho para os hospícios de alienados aqueles que neles creem sinceramente. (...) das pesquisas dirigidas por homens da provada ciência e da ilibada moral profissional te resultado a certeza de que a doutrina espírita é uma superstição, se de outro lado está provado, não por um, mas por muitos inquéritos judiciários a que se tem procedido, em vários

países, e coroados todos com sucesso, que os fervorosos crentes do espiritismo são umas vítimas infelizes as quais se espolia o dinheiro e o juízo, como pode a seita falar em nome da ciência, da moral e da religião para pedir para si uma carta do seguro que o habilite a explorar a lucrativa indústria sem riscos e perigos (...) (*Jornal do Commercio*, 23/12/1890: 2).

João Baptista se posicionou como um defensor da sociedade, por isso, não poderia cruzar os braços diante do progressivo crescimento das doenças mentais. A sua intenção ao criar o artigo 157 veio em resposta aos apelos da opinião pública da capital, diante das leis impotentes que existiam no país no combate à “indústria que ataca a bolsa e compromete a saúde” (*Jornal do Commercio*, 23/12/1890: 2).

Constituindo estes fatos escândalos sociais, não podia o legislador cruzar os braços e mostrar-se indiferente. Não tem outro alcance o artigo 157 que veio atender a um reclamo da opinião escandalizada, da qual se fez órgão e intérprete toda a imprensa desta capital, justamente impressionada com o progresso e desenvolvimento das moléstias mentais e que não cessava de acusar a impotência das leis, a frouxidão e a incúria do legislador (*Jornal do Commercio*, 23/12/1890: 2).

30

E sob a argumentação de que o espiritismo era uma “indústria que atacava a bolsa”, ele seria, portanto, um atentado contra a propriedade e à saúde. Dessa forma, poderia até ser incluído como estelionato. Os crimes cometidos podiam ser da violência física, à violação da liberdade e da castidade.

O espiritismo pode apresentar-se como uma dupla relação com o direito como atentado contra a propriedade e contra a saúde; não é isto extraordinário: crimes de que revestem duplo caráter, como, por exemplo, a violência carnal, que tem sua objetividade na violação simultânea da castidade e da liberdade. Assim considerado como burla, ou manobra fraudulenta, o espiritismo seria bem incluído na classe do estelionato, como abuso da arte de curar, podendo por em risco a saúde e a vida do próximo, o seu lugar adequado é na classe dos crimes contra a saúde pública (*Jornal do Commercio*, 24/12/1890: 2).

João Baptista Pereira, em seu discurso, unificou que todas as práticas espíritas eram relacionadas à cura e, também, seriam realizadas por exploradores, manipuladores da boa fé das pessoas. Através de uma “indústria ilícita” e fraudulenta tirariam proveito próprio com a credulidade dos fiéis. Do seu ponto de vista, o principal objetivo dos espíritas, que praticavam a cura, era garantir o lucro pessoal mesmo que para isso comprometessem a saúde e a vida das pessoas.

Os espíritas não querem outra coisa senão a liberdade para exercerem a medicina evocando os mortos; na representação dirigida ao chefe do estado tiveram a coragem de pedir não só a revogação do artigo, que prescreve as práticas como meio de especulação industrial, como ainda a do artigo que veda o ofício de – curandeiro! Ainda bem que não nos podemos iludir mais. (*Jornal do Commercio*, 30/12/1890: 2).

Em resposta ao advogado criminalista, a Federação Espírita Brasileira que até então utilizava o *Reformador* para difundir suas concepções dos artigos do Código Penal, passou a publicar, também, no *Jornal do Commercio* o seu posicionamento contrário às justificativas dadas pelo jurisconsulto. Foram oito artigos publicados no *Jornal do Commercio*, sob a assinatura do *Reformador*, no decorrer do mês de janeiro de 1891 na coluna intitulada “O novo código e o espiritismo”. A intenção do *Reformador* ao publicar esses artigos, era rebater as acusações de charlatanismo e exploração da boa fé alheia que o espiritismo acabou sofrendo com as proposições de João Baptista Pereira, que simplificou as práticas espíritas à arte de curar e afirmou serem os espíritas especuladores e expropriadores. Procuraram, também, reafirmar princípios da Doutrina Espírita, procurando não limitá-la à arte de curar.

Além disso, sinalizaram as contradições encontradas no discurso do advogado no *Jornal do Commercio*, com o que ficou estabelecido na legislação penal, em que o jurisconsulto explicitou a sua interpretação dos artigos através do periódico, afirmando que os espíritas que fossem fraudulentos que eram passíveis de punições legais, diferentemente do que afirmava o início do artigo 157. O *Reformador*, também tentou persuadir e convencer o criminalista, insistentemente, sob a alegação de que a sua percepção do espiritismo estava encoberto por falácias infortunas.

31

(...) Longe de nós, pois, a ideia de atribuir ao codificador este feio sentimento, quando em todo o seu artigo, girando em torno dos médiuns receitistas, o que vale dizer em torno dos que exercem ilegalmente a medicina, confunde constantemente estas práticas com todas as outras a que se entregam os espíritas. (...) Se por práticas do espiritismo se devessem entender exclusivamente as curas produzidas pelos médiuns, mal dele, porque então não passaria de um sistema de curar, que se viria juntar a tantos outros que desde Hipócrates até Pasteur, tem registrado a literatura médica (*JORNAL DO COMMERCIO*, 03/01/1891).

Os espíritas, representados pelo periódico, solicitavam que o advogado fizesse uma reflexão sobre suas concepções acerca do espiritismo que, de acordo

com o *Reformador*, compreendia o espiritismo de forma pejorativa, por considerar os seus adeptos uns alucinados, espoliadores do dinheiro alheio e exploradores inconsequentes aos riscos e perigos a vida das pessoas, por estarem voltados para a obtenção de lucro (*JORNAL DO COMMERCIO*, 03/01/ 1891: 2).

(...) Longe de nós, pois, a ideia de atribuir ao codificador este feio sentimento, quando em todo o seu artigo, girando em torno dos médiuns receitistas, o que vale dizer em torno dos que exercem ilegalmente a medicina, confunde constantemente estas práticas com todas as outras a que se entregam os espíritas. (...) Se por práticas do espiritismo se devessem entender exclusivamente as curas produzidas pelos médiuns, mal dele, porque então não passaria de um sistema de curar, que se viria juntar a tantos outros que desde Hipócrates até Pasteur, tem registrado a literatura médica (...) (*JORNAL DO COMMERCIO*, 02/01/1891: 2).

32

Além dessas questões, o *Reformador*, através do *Jornal do Commercio*, insistentemente solicitava a revogação do artigo 157 do Código Penal. Os argumentos utilizados pelo periódico espírita para convencer o advogado João Baptista em atuar na revogação do artigo, eram em torno de sua hermenêutica. O advogado não havia mensurado as consequências possíveis da incidência do artigo 157 sobre a realidade antes que ela ocorresse. Se o objetivo do juriconsulto era extinguir com a “indústria que ataca a bolsa e compromete a saúde”, que isso ficasse explícito no artigo. A não clareza na redação do artigo acarretou numa interpretação equivocada, de acordo com o objetivo que o próprio juriconsulto justificou para a sua motivação na criação e aplicabilidade da lei. E essa interpretação obtusa do artigo, pela forma como foi legislado, deixava os espíritas vulneráveis às sanções legais, independente da sua conduta. Era necessário que, segundo o *Reformador*, “o Sr. Baptista Pereira com a generosidade das grandes almas, patentear mais uma vez que errou” (*Jornal do Commercio*, 06/01/1891: 2).

O advogado ao alocar o espiritismo como uma “superstição, charlatanice explorada por especuladores e alucinados”, limitou o artigo a um grupo específico. No entanto, no documento oficial, o Código Penal, não fez essas considerações. Ao iniciar o artigo com a frase “praticar o espiritismo”, abrangeu todos os casos e procedimentos do espiritismo ou do que se nomeava como sendo espiritismo. Não ocorreu na legislação a particularidade do problema que se desejava combater. E para finalizar com a polêmica em torno do artigo, o *Reformador*, solicitava a supressão das três primeiras palavras do artigo 157 (*Jornal do Commercio*, 16/01/ 1891:2).

(...) Era de supor que o Sr. Baptista Pereira, vindo em longo artigo dar a “interpretação oficial do novo código”, limitasse a expender as razões que justificassem a original hermenêutica. (...) O Sr. João Baptista, que, segundo afirmou, não pretendeu condenar o espiritismo como ciência especulativa, nada mais fez em seu arazoado do que esbofar-se por demonstrar que ele é uma superstição, uma charlatanice explorada por especuladores e alucinados, uma lucrativa indústria sem riscos nem perigos! (...) a frase do código – praticar o espiritismo –, devia abranger todos os casos (...). Assim, pois, tendo já refeito suas convicções, o ilustrado Sr. Dr. João Baptista Pereira dirá consigo mesmo, estamos certos (...). Pois, do seu bom nome e sobretudo do da pátria, irá, desde agora, se já não o fez, riscar, com pena diversa da que escreveu o código, as três primeiras palavras do art. 157. Assim será (*Jornal do Commercio*, 16/01/ 1891: 2).

Nesse contexto de acusação, réplica e tréplica entre o movimento espírita e o autor dos artigos que criminalizaram o espiritismo, a Igreja Católica mesmo estando envolvida nas discussões com o Governo Provisório acerca da secularização do Estado e não poupando críticas ao novo regime – “Infeliz nação brasileira, como tens que pagar caro o levante dos quartéis no dia 15 de novembro de 1889” (*O APÓSTOLO*, 19/12/1890:1). Também não se omitiu diante da criação dos artigos inseridos no Código Penal e ao pronunciamento do legislador: “O Sr. Baptista Pereira sustentando suas ideias no Código Penal, tem posto à mostra todos os embustes e bandalheiras daquela seita desmoralizada, que quer impor-se como religião. São dignos de ler-se os artigos do ilustre jurisconsulto” (*O APÓSTOLO*, 31/12/1890: 2).

33

Nos discursos divergentes e com tons diferenciados, cada um dos grupos em discussão, tinha um objetivo muito claro: transformar os seus discursos em mecanismos de compreensão e legitimação de suas ideias. E com discursos “legítimos”, eles buscavam persuadir e convencer o leitor que os seus argumentos eram os mais coerentes em contraposição aos argumentos utilizados no discurso do outro.

As discussões em torno dos artigos 156, 157 e 158 do Código Penal de 1890 tornaram--se uma querela, que prolongaram-se por toda a Primeira República. Esses discursos perpassaram dos periódicos e dos locais de sociabilidades, para os tribunais da justiça. Nesses tribunais, que os juízes se viram na função de legislar entre a manutenção da ordem pública, coibindo as práticas curandeiras de quaisquer ordens, incluindo as espíritas, na tênue linha da aferição da liberdade religiosa e de consciência.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, André Nunes. *A Capitalidade do Rio de Janeiro: um exercício de reflexão histórica*. In: *Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, pp. 45 – 63, 2002.

BESSONE, Tânia. *Livro Palácios de Destinos Cruzados: Biblioteca, Homens e Livros no Rio de Janeiro 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

DAMAZIO, Sylvia. *Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1994.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Leitores de além-mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil*. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs). *Impresso no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 67-87.

GIL, Marcelo Freitas. *A inserção do espiritismo no universo cultural europeu: uma análise panorâmica* In: Revista Brasileira das Religiões: ANPUH, 2010.

34 GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

ISAIA, Artur César. *A República e a teleologia histórica do espiritismo*. In: ISAIA, Artur César; MANOEL, Ivan Aparecido (Orgs.). *Espiritismo e Religiões Afro-Brasileiras*. São Paulo: Ed. Unesp, pp. 103 – 117, 2012.

KARDEC, Allan. *Livro dos Espíritos*. Rio de Janeiro: FEB, 2007.

_____. *O Livro dos Médiuns*. Rio de Janeiro: FEB, 2008.

MACHADO, Ubiratan. *Os intelectuais e o espiritismo: de Castro Alves a Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Publicações Lachâtre, 1996.

ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

Periódicos

Jornal do Commercio

O Apóstolo

Reformador

Oracismo universalista no Brasil: eugenia e higienização moral da sociedade

Enviado em:
29/10/2012
Aprovado em:
04/2013

Antonio Carlos Lopes Petean

Prof. Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia
acpetean@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo busca realizar uma reflexão sobre o desenvolvimento das teses eugênicas e de higienização social no curso da revolução industrial inglesa do século XIX. Teses que atravessaram o Atlântico e transformaram-se em políticas públicas no Brasil. Este artigo abordará, também, como a questão da miscigenação e a tese do branqueamento nortearam os debates dos eugenistas no Brasil.

Palavras-Chave

Eugenia, Higienização Social, Políticas Públicas

35

Abstract

This article seeks to make a reflection on the development of eugenic theories and social hygienization in the course of Industrial English Revolution of the XIX century. Theses that crossed the Atlantic and became public policy in Brazil. This article will address, also, how the question of miscegenation and the whitening thesis, guided the discussions of eugenicists in Brazil.

Key-Words

Eugenics, Social hygienization, Public Policies

As teorias degeracionistas chegaram ao Brasil, no século XIX, por meio de expedições científicas realizadas por viajantes naturalistas e pela elite republicana, influenciada pelas idéias do “racismo científico”. Ao falarmos de “racismo científico” estamos nos referindo as teses, sobre a superioridade racial ariana, criadas na França pelo barão de Gobineau. Teses que defenderam de forma categórica a superioridade física e cognitiva da raça branca em relação as demais raças humanas. Para Gobineau a “raça branca” ocupava o topo de uma suposta pirâmide racial humana, composta por brancos, amarelos e negros. Mas, segundo

suas teses, o grande perigo para a espécie humana é a miscigenação, pois ela criaria uma espécie de homem que herdaria as piores características das três “raças” que compõem a espécie humana.

Estas teses ganharam adeptos, tanto na Europa quanto na América. Portanto, podemos considerar o “racismo científico” uma ideologia transnacional. No Brasil as teses sobre a superioridade racial e os perigos da miscigenação foram defendidas pela elite econômica e por republicanos preocupados com o futuro de um país mestiço. Viajantes naturalistas, ricos proprietários rurais e intelectuais republicanos construíram uma leitura sobre o Brasil alicerçada nas teses do “racismo científico”. A miscigenação passou a ser olhada como um problema, ou seja, ela era uma ameaça ao progresso e a modernização econômica e cultural.

Segundo Fernandes (2007), vários países em que a escravidão foi à base da exploração colonial, tiveram dificuldades em consolidar uma ordem social competitiva, baseada no mercado, na livre iniciativa e na competitividade. Isto se deve, para Fernandes, à degradação do trabalho imposta pela escravidão, que não possibilitou a formação de uma categoria social com forte poder aquisitivo. E, no imaginário nacional construído pelas elites brasileiras no século XIX, o progresso ganhou uma dimensão racial porque a leitura realizada com base nas teses do racismo indicava a impossibilidade de um país miscigenado evoluir economicamente. Desta maneira estabeleceu-se uma íntima relação entre progresso e uma ideia de nação mais branca em seus traços fenotípicos e culturais. Uma sociedade mais branca seria fundamental para o desenvolvimento econômico e cultural.

Embora o racismo esteja presente em todo o período colonial e imperial, foi com a proximidade da abolição e da república que o discurso racista, baseado em argumentos científicos, começou a ser estruturado no Brasil. Este discurso defendeu as teses sobre uma suposta inferioridade biológica do negro e sobre a degeneração representada pela mestiçagem. Mas teses sobre uma miscigenação positiva foram desenvolvidas no território brasileiro. Para Jaccoud (2008) uma teoria da miscigenação positiva surgiu no Brasil, inspirada em teorias científicas.

Inspirada nas teorias “científicas” racialistas que emergiram na Europa desde a primeira metade do século XIX, as teses adotadas no Brasil foram sendo, entretanto, reinterpretadas. A aceitação da perspectiva de existência de uma hierarquia racial e o reconhecimento dos problemas iminentes a uma sociedade multirracial somaram-se à idéia de que a miscigenação permitiria alcançar a predominância da raça branca. A tese do branqueamento como projeto nacional surgiu, assim, no Brasil, como uma forma de conciliar a crença na superioridade branca com o progressivo desaparecimento do negro, cuja presença era interpretada

como um mal para o país. (JACCOUD, 2008: 53)

A mestiçagem recebeu uma leitura positiva, embora se perceba o desejo de atingir uma sociedade mais branca para garantir o progresso e a modernidade econômica. Neste contexto podemos entender a política de imigração, branqueamento, higienização e eugenia da sociedade brasileira. Políticas de incentivo a imigração de alemães, italianos e espanhóis foram intensas no decorrer do século XIX e XX. Com o branqueamento da nação pretendia-se atingir uma higienização moral e cultural da sociedade brasileira. Clarear a população para progredir o país passou a ser um projeto de nação defendido no século XIX, mas que avançou pelo século XX. Projeto que envolvia a eugenia e a higienização social enquanto políticas públicas.

Para compreendermos as ideias de eugenia e o projeto de higienização moral que estavam presentes na sociedade brasileira nos séculos XIX e XX, faz-se necessário, primeiramente, buscarmos as origens destas teorias. Por eugenia, entendemos o melhoramento físico e intelectual da raça e a busca pelo seu embelezamento. Este melhoramento, visto como aperfeiçoamento e purificação da raça. No rol das propostas eugênicas de melhoria da raça podemos destacar a restrição à imigração, a esterilização de mestiços, portadores de deficiências, de doenças infecciosas e degenerativas e, ainda, a proibição de casamentos entre “raças” diferentes, já que a grande preocupação é com a mestiçagem. Sendo assim, a eugenia esteve associada a projetos sociais e políticos.

37

A eugenia esteve associada a projetos de intervenção social que pretendiam gerir a qualidade de vida e a dinâmica demográfica das populações humanas, isto é, projetos que buscavam promover de modo racional ampla seleção dos considerados bons exemplares humanos do ponto de vista biológico e moral, a fim de que as sociedades futuras viessem a ser povoadas apenas pelos melhores estoques (GUALTIERI, 2008a: 92-93)

A miscigenação colaboraria para o enfraquecimento da raça, pois prevaleceria sempre o gene mais fraco, mais inapto e dessa forma potencializaria os defeitos e imperfeições, ameaçando o processo evolutivo da espécie humana.

Na análise dos eugenistas a mistura racial ou hibridismo condenava um país, uma região ou um povo ao atraso. O progresso era próprio das sociedades puras, assim como a robustez e a beleza dos corpos. A miscigenação, segundo os eugenistas, não preservaria o que existe de melhor em cada raça, seja no branco,

no negro e no nativo do novo mundo.

Podemos afirmar que práticas de eugenia remontam ao mundo antigo, principalmente, ao mundo grego, que buscou a purificação e melhoria dos seus cidadãos. Na antiga cidade-estado de Esparta todo recém-nascido era submetido a um conselho de anciãos e caso se verificasse alguma anomalia, o bebê era jogado para a morte. Sobre a prática eugênica encontrada no mundo grego, Diwan afirma que:

Na Grécia antiga colocou-se em prática uma medida que tinha em vista a purificação da raça, durante o apogeu da cidade-estado de Esparta. De acordo com Plutarco, o conjunto de leis de Licurgo no século VIII a. c. previa que desde o nascimento até a morte, todo espartano varão pertencia ao estado. Todos os recém-nascidos eram examinados cuidadosamente por um conselho de anciões e, se constatada anormalidade física, mental ou falta de robustez, ordenava-se o encaminhamento do bebe ao Apotetas (local de abandono) para que fosse lançado de cima do monte Taigeto. Caso contrario, os pais cuidavam de seus filhos até os 7 anos, quando os meninos ingressavam definitivamente na escola de formação militar tutelada pelo Estado. Os filósofos Aristóteles e Platão também pensaram na necessidade de selecionar os casamentos e de estimular o matrimonio dos casais “superiores”, tendo em vista a preservação da raça. (DIWAN, 2007: 220)

38

Mas se Aristóteles e Platão acreditavam na ideia da superioridade e inferioridade de alguns seres humanos, devemos reconhecer que esta tese não era exclusiva do mundo grego antigo. Na idade média a ideia de superioridade dos cristãos sobre os pagãos (muçulmanos e judeus), incentivou a cristandade medieval empreender uma luta pela conquista da Terra Santa. Pois os cristãos ao se colocarem acima dos povos vistos como pagãos, atribuíam a si, direitos que não se estendiam aos não-cristãos. Embora o conceito de raça não fosse utilizado, a prática de estabelecer conceitos sobre o outro, que o inferiorizava, está sempre presente na instituição das sociedades.

Os outros quase sempre foram instituídos como inferiores. Isso não é uma fatalidade, ou uma necessidade lógica; é puramente a extrema probabilidade, a vertente natural das instituições humanas. O modo mais simples do valor das instituições para seus próprios sujeitos é evidentemente a afirmação – que não tem necessidade de ser explícita – de que elas são as únicas verdadeiras – e de que, portanto, os deuses, as crenças, costumes, etc. dos outros são falsos. (CASTORIADIS, 1992: 33)

Na Idade Média embora não houvesse descrições sobre o outro a partir da raça, havia estratégias de inferiorização para justificar perseguições e conquistas, como foi o caso da inferiorização de judeus e muçulmanos na conquista de Jerusalém pelos cristãos. (DIWAN, 2007).

Dentro da Europa, especificamente na Península Ibérica, a estratégia de inferiorização de grupos humanos ocorreu antes do “racismo científico” e, portanto, dos conceitos de raça e fenótipo, mas se baseou na ideia de “sangue puro” e impuro. Esta terminologia serviu de base para classificar e estabelecer um lugar social para judeus convertidos ao cristianismo (cristãos novos), muçulmanos e ciganos. Os judeus, mesmo os conversos, eram denominados marranos (porcos), pelos cristãos após a reconquista da Península Ibérica. Estas categorias foram transplantadas e utilizadas no processo de colonização da América por parte de Portugal e Espanha. Para Seyferth:

Os mecanismos legais de discriminação aos cristãos novos, até mesmo o controle da inquisição, existiram no Brasil colonial até o século XVIII e atingiram outros grupos – indígenas, negros e mulatos (e outros mestiços) também eram identificados pela categorização de sangue impuro. Apesar dos meios de contornar a legislação, ela impedia o acesso a cargos públicos (em todos os níveis), as ordens religiosas, militares, casamentos mistos, etc, aos que não conseguiam provar “sangue limpo” até a quarta geração ascendente. (SEYFERTH, 2002: 29)

39

Sendo assim, estas concepções vigentes sobre uma suposta pureza de sangue, antes da ideia de raça e fenótipo, formaram um terreno fértil para ideias de eugenia e higienização no território nacional, assim como para a política de branqueamento colocada em prática pelo governo imperial e republicano, para civilizar e promover o progresso, tanto social, quanto econômico, cultural e científico. Este progresso foi vinculado a imigração européia e a negação do passado escravista (com a eliminação do negro e da cultura afro-brasileira). Seyferth diz que:

O governo imperial fez esforços diplomáticos (como a missão do visconde de Abrantes em Berlim, 1846) e muitos contratos com agenciadores (por meio de decretos), visando atrair uma parcela do fluxo migratório europeu para o Brasil. Tal empenho foi acompanhado pelos governos provinciais interessados em promover a imigração: sucessivamente, proibiram a escravidão em áreas coloniais, mostrando que o sistema escravista era considerado incompatível com os pressupostos da modernidade (econômico e social). (SEYFERTH, 2002: 31)

Não apenas o sistema escravista era incompatível com a modernidade, mas o negro e o mestiço também foram vistos como sinônimo de atraso e um problema para atingir o progresso, sinônimo de modernidade. Nas palavras de Diwan (2007), a miscigenação era a grande vilã, era contrária ao progresso dos países do “novo mundo” e estava sendo exorcizada pelos europeus.

Os viajantes Gustave Le Bon, Arthur de Gobineau e Louis Agassiz descreveram os negros e mestiços do Brasil como promíscuos e praticantes da vadiagem. Podemos observar que os olhares dos adeptos do evolucionismo, que condenam a mestiçagem, se apegam ao modo de ser do outro, ao modo de estar no mundo deste outro não aceito e incompreendido.

Não foi por acaso que:

Para os médicos da Faculdade de Medicina de Salvador, a primeira do Brasil, em especial para o grupo conhecido como Escola Nina Rodrigues, a miscigenação era impedimento para o desenvolvimento do país. A mistura proporcionava a loucura, a criminalidade e a doença. A escola se inspirou nas práticas do médico legista e antropólogo Nina Rodrigues, que acreditava na inferioridade racial negra, tendo debatido no final do século XIX a construção do saber médico no país, a higiene pública, principalmente a epidemiologia e sua inter-relação com outras instituições, fossem médicas ou de direito. (DIWAN, 2007: 91)

40

Os eugenistas acreditavam na degeneração da sociedade brasileira devido ao miscigenado da população e, diante desta crença, eles adotaram a tese do branqueamento como forma de melhorar o Brasil para que o progresso fosse possível. Defenderam o controle da imigração, a proibição dos casamentos entre “raças” e a esterilização de deficientes, mestiços, tuberculosos e sífilíticos.

No Brasil, no final do século XIX e início do XX os médicos foram os grandes defensores de políticas públicas eugênicas. Políticas que consistiam na segregação da população negra e mestiça para evitar uma maior miscigenação racial. A busca pelo progresso era uma idéia que estava presente no Brasil desde o século XIX e sempre esteve relacionada a idéia de modernização da sociedade brasileira e de sua estrutura econômica.

A Europa era o modelo a ser seguido pelo Brasil imperial, pois ela simbolizava o progresso, o desenvolvimento social e a razão. Portanto, para atingir este modelo, políticas desenvolvidas no segundo império alicerçaram-se nas teses do conde de Gobineau. Teses que expressavam a crença nas capacidades civilizatórias do homem branco, que segundo o conde era a raça superior. Construiu-se o mito de que

a salvação da nação estava no processo civilizatório determinado pela imigração europeia e pelo fim da miscigenação. Podemos afirmar que, em parte, a política externa e interna de D. Pedro II norteou-se na crença do branqueamento da nação para atingir o progresso. Incentivar a imigração europeia e segregar a população negra e mestiça foi uma das metas da política do segundo império.

A crença nas virtudes civilizatórias da imigração europeia foi reforçada, na década de 1850, pela publicação da tese determinista racial do conde de Gobineau, diplomata com passagem pelo Rio de Janeiro, o qual manteve boas relações com o imperador Pedro II. À parte esse detalhe, sua suposição de que o destino de uma civilização depende do grau de miscigenação racial do povo (quanto mais diluído o sangue branco/ariano maior a decadência), teve alguma notoriedade no Brasil, especialmente com a reapropriação da tese por Houston Steward Chamberlain e outros arautos do arianismo no final do século XIX. De fato, a noção de decadência estava associada à idéia de degeneração racial das classes trabalhadoras – algo que ia além da distinção entre brancos, pretos e amarelos. (SEYFERTH, 2002: 32)

Se a decadência associada à miscigenação e ao negro foi vista como uma ameaça ao progresso, era necessário evitá-la e melhorar a raça, segundo o pensamento racista do período. Portanto, a melhoria da raça foi vista a partir de duas óticas, a da eugenia e da higienização, e ambas foram objeto de disputa e debates na Inglaterra do século XIX e estavam presentes, como foi descrito, nas idéias de Nina Rodrigues e do médico Renato Kehl.

41

Renato Kehl utilizará o termo “eugenia” pela primeira vez em 15 de Abril de 1917, durante uma conferencia feita a convite de dois norte-americanos na Sociedade Cristã de Moços de São Paulo, intitulada também Eugenia. Nas palavras de Kehl em a cura da Fealdade: “A definição é curta, os seus fins é que são imensos; é a ciência do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana”. E completa com ressalvas: “É a ciência da boa geração. Ela não virá, como parecerá a muitos, unicamente proteger a humanidade do cogumelar de gentes féis. (DIWAN, 2007: 96)

No Brasil, as teses sobre a eugenia, foram lançadas por Renato Kehl, no livro “Lições de Eugenia”. O investimento era no corpo do indivíduo, pois o progresso relacionava-se ao corpo, as formas físicas, enfim, ao fenótipo. Segundo Gualtieri (2008a) o termo eugenia apareceu no final do século XIX e o seu criados foi o inglês Francis Galton que era primo de Charles Darwin.

As teses de eugenia e higienização da sociedade estavam diretamente

relacionadas aos avanços das ciências naturais no século XIX e, especificamente da biologia e de suas subáreas: a microbiologia, a fisiologia e o evolucionismo.

Estas três ciências determinaram as políticas públicas no século XIX e em boa parte do século XX, a princípio na Inglaterra e depois, no continente americano, incluindo, principalmente o Brasil e os E.U.A. A microbiologia, descoberta por Louis Pasteur, ajudou a fundar o higienismo, pois com a descoberta de microorganismos, propôs-se a sanar doenças e epidemias através da vacinação obrigatória e da criação de sanatórios para isolamento de indivíduos infectados e vistos como degenerados.

Mais do que ser um instrumento técnico para a cura de enfermidades, o higienismo fortalecerá a ordem social e política. Somente num segundo momento, o componente ideológico do higienismo adquirirá repercussão, uma vez que suas técnicas de cura questionaram o papel dos governos no que diz respeito ao saneamento dos espaços públicos e na implantação de políticas de saúde eficazes, como, por exemplo a vacinação. (DIWAN, 2002: 28)

42

Já a fisiologia, explicou o funcionamento do organismo a partir do equilíbrio entre as partes que o compõe (os órgãos), e esta idéia foi transposta para o campo social e político, ao afirmar que o equilíbrio da sociedade depende do equilíbrio entre os grupos sociais que a compõe. O fisiologista Cuvier, partidário desta tese, realizou estudos comparativos entre os fenômenos que ocorrem entre os animais e os que ocorrem entre os seres humanos, utilizando o termo raça. Para este estudioso, o desequilíbrio estava baseado na mistura de raças. Mas foi o evolucionismo, tese de Charles Darwin, que ao ser adaptado ao campo social teria gerado o darwinismo social.

A principal premissa do darwinismo social diz que na luta pela vida, somente os mais bem adaptados sobrevivem a permanente competição, pois são mais bem equipados biologicamente. Esta tese encontra adeptos no campo político e social, gerando políticas públicas de melhoramento da raça e de povos. O darwinismo social, baseado na luta pela vida por meio da concorrência, vê no triunfo do mais forte, a solução para os problemas humanos e estabelece assim as bases para o progresso. O surgimento de tais preocupações ocorreu em sociedades nas quais os processos de industrialização e urbanização se intensificavam, favorecendo a incidência do alcoolismo, da criminalidade e da prostituição, segundo Gualtieri (2008a). Tanto a higienização quanto o darwinismo foram apropriados pelo pensamento sociológico e antropológico e objetos de debates na sociedade inglesa

do século XIX, que buscava soluções para os novos problemas decorrentes da industrialização.

A revolução industrial alterou profundamente a sociedade e a economia inglesa. Foi na Inglaterra que proprietários rurais, com espírito comercial e empreendedor, eliminaram as bases da antiga economia coletiva feudal e criaram o decreto de cercamento das terras e direcionaram as atividades para o mercado com intuito de abastecer o mundo urbano em expansão. Nas palavras de Hobsbawm:

A agricultura já estava preparada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; formar um grande e crescente excedente de recrutas em potencial para as cidades e indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia. (HOBSBAWM, 1982: 47)

A revolução Industrial inglesa gestou a moderna sociedade de massas, presa à especialização e ao tempo de trabalho no processo produtivo. Especialização do trabalho manual e intelectual. A massa se constitui como um todo uniforme, submetida durante o dia a extensa jornada de trabalho na indústria têxtil, nas siderurgias e nas minas de carvão. Estava em gestação o modo de produção capitalista na Inglaterra.

O pioneirismo inglês foi decorrente de uma política de cercamento de terras, acompanhada pelo acúmulo de capitais gerado por uma política externa agressiva e protecionista. No plano interno as cidades inglesas sofreram mudanças sociais significativas como a alta e rápida concentração populacional urbana. Na sociedade inglesa do século XIX o indivíduo teve que adaptar-se a um modo de vida econômico e social sem precedentes na história. O crescimento populacional nas cidades, sem um planejamento efetivo, originou cortiços e espaços densamente povoados. A pobreza, o consumo excessivo de álcool e a prostituição logo fizeram-se presentes e bordéis passaram a fazer parte do cotidiano das cidades inglesas. Para Diwan:

O resultado do vertiginoso crescimento urbano: Londres contava com mais de quatro milhões de habitantes em 1890. Darwinistas sociais acreditavam que a multidão que vivia nos bairros operários de Londres estava degenerando, ou seja, a pobreza associada à degeneração física. Reurbanização, disciplina e políticas de higiene pública deveriam ser aplicadas com a finalidade de prevenir a degradação física de trabalhadores para evitar prejuízos na economia que reverteriam em menos dividendos para a burguesia. (DIWAN, 2007: 35)

A criminalidade também aumentou, assim como as epidemias, o alcoolismo, a loucura e a apatia. Diante desse quadro, o progresso econômico estava ameaçado, assim como o desenvolvimento intelectual e a própria Inglaterra esta sendo colocada em xeque. Este quadro social levou higienistas e eugenistas a debaterem sobre os mecanismos institucionais a serem utilizados para evitar a degeneração. Combater essa decadência, esta situação social, era contribuir para a continuidade do progresso da sociedade, garantindo o progresso da própria civilização (DIWAN, 2007).

Os higienistas defenderam a higienização moral e física da sociedade, pois a conduta passou a ser objeto de reflexão e estudo da higiene e da microbiologia. O alcoolismo, as doenças, a loucura eram problemas não apenas sociais, mas econômicos e que requerem melhorar as condições de moradia, um maior controle dos bordéis, vacinação, criação de casas de isolamento e exclusão dos menos aptos, até que sejam tratados e depois reintroduzidos ao convívio social.

Já, os partidários da eugenia, defenderam, na Inglaterra, a proibição de casamento entre indivíduos que eram apontados como portadores de comportamentos desajustados, e defenderam, principalmente, a proibição do nascimento de crianças cujos pais cometeram crimes ou eram alcoólatras, ao passo que incentivaram casamentos e a natalidade daqueles que poderiam aperfeiçoar a raça inglesa, evitando sua degeneração.

O darwinismo social, que serviu de base teórica e ideológica para a eugenia, defendeu a tese de que na luta pela vida, ou melhor, na seleção natural decorrente desta luta, o triunfo do mais apto e mais forte é fundamental para a perpetuação da espécie humana. O darwinismo social e as teorias degeneracionistas foram temas de conversas e reflexões entre intelectuais. A ciência de um modo geral nunca esteve tão em moda (DIWAN, 2007).

No Brasil as idéias eugenistas ganharam adeptos nos círculos intelectuais e nos jornais. E, segundo Diwan:

No anos de 1929, Renato Kehl, no livro *Lições de Eugenia*, decretou: “a nacionalidade brasileira só embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano”! Dessa premissa dependia a melhoria da raça brasileira. Essa imagem de limpeza remete também ao modo como deveriam agir os eugenistas: esfregando, torcendo e branqueando os corpos do povo brasileiro, como se fossem roupas sujas. (DIWAN, 2007: 88)

Médicos e intelectuais dos mais variados campos aderiram as teses eugênicas

em terras tupiniquins. Mas é inegável que teses do racismo científico que viam no mestiço o perigo da degeneração, já estavam presentes mesmo no século XIX, pois o Suíço Louis Agassiz chegou a afirmar que a mistura prejudicava a evolução das espécies defendida pelo darwinismo social. Nesta ótica, o progresso estava impossibilitado pela miscigenação e pela promiscuidade racial e moral do povo.

A questão essencial a ser respondida é se temos qualquer evidência que indique que os acasalamentos entre indivíduos de descendência e tipos diferentes resultariam numa prole menos vigorosa do que a de seus ancestrais. Não tivemos nenhuma oportunidade para observar qualquer degeneração no homem que se deva claramente a esta causa. Pode-se demonstrar que a alta nobreza de todas as partes da Europa é de origem muito misturada. Populações urbanas da França, Alemanha e Itália são derivadas de todos os distintos tipos europeus. Seria difícil mostrar que qualquer degeneração que pudesse existir entre eles pode ser atribuída a um efeito maléfico do intercasamento. (BOAS, 2010: 72)

A partir desta exposição podemos discutir uma das premissas do método indutivo da ciência moderna, ou melhor, do empirismo de Francis Bacon, que é a observação da natureza. Esta observação de Boas joga por terra um dos pressupostos do “racismo científico” universalista. Nada comprovaria que a miscigenação entre grupos étnicos desencadeie um processo de degeneração.

45

Os descendentes de mestiços de europeus e Índios norte-americanos são mais altos e mais férteis que os Índios puro-sangue. São mais altos ainda que a raça de seus pais. Os mestiços de holandeses e hotentotes do sul da África e os mestiços malaios da ilha de Kisar são de tipos intermediários entre as duas raças e não exibem qualquer traço de degeneração. (BOAS, 2010: 73)

Sendo assim, as afirmações do “racismo científico”, baseadas na observação e no indutivismo não se sustentam. Afirmações sobre a decadência a partir de relacionamentos inter-raciais e a miscigenação como entraves ao desenvolvimento de uma nação não pode ser comprovada. Na verdade, estas afirmações não passaram de outro mito criado pelo próprio “racismo científico”.

No Brasil, o discurso sobre o progresso e desenvolvimento sempre esteve presente, mesmo no campo religioso nacional. A Igreja Católica, até o concílio vaticano II olhava as religiões de matriz africana como entraves ao progresso e ao desenvolvimento de homens e da própria nação. Mezzomo (2008) nos diz que a posição da Igreja Católica frente aos cultos “mediúnicos” era de total condenação. Diz-nos o autor que a Umbanda e o Kardecismo eram associados à pobreza,

doenças, superstições e estagnação econômica, enquanto a própria igreja era associada ao desenvolvimento. Este seria o típico olhar sobre o outro que parte da exaltação das supostas qualidades e positivities de si e acaba menosprezando e inferiorizando o outro e suas manifestações culturais.

Referências Bibliográficas

BOAS, Franz. *A Formação da Antropologia Americana (1883-1911)*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto e Editora da UFRJ, 2004.

CASTORIADIS, Cornélio. *O Mundo Fragmentado: As Encruzilhadas do Labirinto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

FERNANDES, Florestan. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: Global Editora, 2007.

GUALTIERI, Regina Cândido Ellero. “Educar para Regenerar e Selecionar. Convergências entre os Ideários Eugênico e Educacional no Brasil”. In: *Revista Estudos de Sociologia*. Araraquara, V.13, n.25, p.91-110, 2008a.

_____.”Raça, corpo, higiene em publicação pedagógica do início do século XX”. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. São Paulo, V.8, n.03, 2008b.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das revoluções: (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

JACCOUD, Luciana. *As Políticas Públicas e a desigualdade Racial no Brasil: 120 anos após a abolição*, Mario Theodoro (org.). Brasília: Editora do IPEA, 1982.

MEZZOMO, Frank Antonio. “Nós e os Outros: Proselitismo e Intolerância Religiosa nas Igrejas Pentecostais”. *Revista de História e Estudos Culturais*. Santa Catarina: V. 5 N. 1, p. 1-25, 2008.

SEYFERTH, Giralda. “O Beneplácito da Desigualdade: breve digressão sobre o racismo”. In: *Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, p. 17-41, 2002.

“Epidemia Reinante”: o surto de Febre Amarela na província do Maranhão (1850)

Enviado em:
03/12/2012

Aprovado em:
04/2013

Joyce Oliveira Pereira¹

Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
invasoesholandesas@gmail.com

Resumo

As epidemias foram constantes no Brasil Imperial tornando a imagem do país associada a tumbeiros de estrangeiros. Em 1850, uma terrível epidemia de febre amarela grassou pelo país chegando a Província do Maranhão. O responsável pela contenção da epidemia no Maranhão foi o médico José da Silva Maia que usou seus conhecimentos adquiridos na França em prol da higienização da capital da Província do Maranhão.

48

Palavras-Chave

Província do Maranhão, Febre Amarela, Práticas Médicas

Abstract

Epidemics were constant in Imperial Brazil making the image of the country associated with tumbeiros of foreigners. In 1850, a terrible epidemic of yellow fever has swept the country reaching the Province of Maranhão. Responsible for the containment of the epidemic in Maranhão was the doctor José da Silva Maia who used their knowledge acquired in France in favor of hygiene of the capital of the Province of Maranhão.

Key-Words

Province of Maranhão, Yellow Fever, Medical Practices

1 Especialização em Geo-História no Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF)

Desde o dia 11 de maio até hoje, sepultaram-se no cemitério de S. Vicente de Fora, vítimas da epidemia, - 90. Sepultamentos no Cemitério Inglês, - 8. Total 98. Está acabada a peste não é assim? Ora pois, Deus vos recompense tanta bondade.

11 de Junho de 1850.

O Coveiro²

Introdução

Nos fins do século XIX as cidades passaram a ser “locais onde as coisas acontecem” (PESAVENTO, 1999: 158). As velhas urbes com suas estruturas medievais ou coloniais não mais comportavam os anseios de uma sociedade que agora se media pelo relógio, uma sociedade-máquina que tentava se autoregular pelas suas engrenagens (BRESCIANI, 1985: 49). Esta passou a ser o avesso da natureza, o artificial, o produzido pelo homem, o controlável (BRESCIANI, 1985: 56).

No mesmo século, a medicina deixou seus parâmetros galênicos³ no passado e muitos intelectuais médicos adotaram o modelo francês⁴ como ‘meio de pensar’ sobre as doenças:

[...] a nova ideologia médica estimulava os médicos a procurar sinais objetivos de doença em vez de simplesmente confiar no relatório do paciente sobre seus sintomas. Um sintoma como dor ou cansaço é particular do indivíduo; sinais como fraqueza muscular ou um abscesso são questões mais públicas e os chefes dos hospitais franceses queriam basear suas práticas na objetividade de sinais e lesões (BYNUM, 2011: 57).

Esta nova medicina tinha a noção de doença estendida à sociedade, a medicina social influenciou no planejamento urbano e nas transformações que as cidades e os habitantes delas viveram àquele século: “Ao se encarar a urbanização como um problema de saúde pública, seria inegável o aumento da influência e do

2 PUBLICADOR MARANHENSE, 09/07/1850, p. 04.

3 Referência a Cláudio Galeno (139- 200 d.C) médico e filósofo romano de origem grega que teve seus ensinamentos médicos usados por mais de quinze séculos.

4 “[...] As quatro dimensões cardinais do diagnóstico físico ainda ensinadas aos estudantes de medicina são inspeção, palpação, percussão e auscultação. Em formas variadas, todas já haviam sido usadas ocasionalmente por médicos desde os hipocráticos. Os médicos dos hospitais franceses as agruparam, tornando-as rotineiras e sistemáticas e mudaram para sempre o relacionamento entre médico e paciente” (BYNUM, 2011:57).

poder dos médicos nas políticas públicas” (SAMPAIO, 2001: 42).

Epidemias no Império do Brasil e Saúde Pública

As epidemias assolavam o Brasil desde o século XVI⁵, mas, a atenção das autoridades para estas foi mais efetiva a partir da segunda metade do século XIX. As epidemias de febre amarela foram responsáveis pela interferência do Estado Imperial na saúde pública (ALMEIDA, 2004: 233). Segundo Chalhoub entre o verão de 1849-50 mais de um terço dos 266 mil habitantes do Rio de Janeiro contraíram febre amarela (CHALHOUB, 1996: 61). Além de grassar entre os ‘autóctones’, a febre amarela era responsável pela morte de estrangeiros que habitavam no Brasil, dificultando as relações comerciais e a imigração que era pretendida para o branqueamento da população⁶:

Pelo vapor Paraense, entrado ontem a tarde do Pará, tivemos notícias daquela província até o dia 15 do corrente. A febre amarela continuava a fazer vítimas entre as pessoas chegadas do estrangeiro, e mesmo do interior. Entre outros havia falecido com cinco dias de moléstia, um capitão de artilharia do exercito inglês, que andava a viajar. ⁷

50

Para tentar prevenir o surgimento de ‘novas epidemias’ criou-se uma Comissão de Higiene Pública:

Em face desta questão, as autoridades e médicos ligados à saúde pública mobilizaram-se em busca de uma solução do problema para as epidemias de febre amarela no país. Assim, juntamente com as elites empenharam-se em construir uma imagem do Brasil como país “salubre”, ‘civilizado’, capaz de receber grandes levas de imigrantes. Um dos primeiros resultados concretos dessa mobilização foi a criação de uma Comissão de Higiene que mais tarde se metamorfoseou na Junta Central de Higiene, órgão encarregado de direcionar as políticas de saúde pública no Brasil durante o governo Imperial (ALMEIDA, 2004: 233).

5 Sobre este assunto ver GURGEL, Cristina. *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2010, 188 p.

6 “O branqueamento é uma das modalidades do racismo à brasileira. No pós-abolição este fenômeno era retratado como um processo irreversível no país. Pelas estimativas mais ‘confiáveis’, o tempo necessário para a extinção do negro em terra *brasilis* oscilava entre 50 a 200 anos. Essas previsões eram difundidas, inclusive, nos documentos oficiais do governo (...)”. (DOMINGUES, 2002: 566)

7 PUBLICADOR MARANHENSE, 20/07/ 1850, p. 04.

O “vômito preto” no Brasil e Maranhão

Inicialmente, acreditou-se que as condições geográficas do território⁸ assim com a suposta salubridade⁹ reinante não deixariam a febre amarela acometer o Rio de Janeiro. Posteriormente com a ‘chegada’ da epidemia instauraram-se questões centrais: de onde veio? Como tratá-la?

Duas teorias médicas que existiam neste período¹⁰ para explicar este malefício eram a teoria do contágio e a teoria da infecção. A primeira defendia que a febre podia ser transmitida entre as pessoas pelo contato físico, objetos contaminados e pelo ar que circulava, era comparável a um ‘veneno’ que se espalharia por toda a comunidade. As medidas tomadas pelos ‘adeptos’ do contagionismo seriam as quarentenas aos navios, isolamento dos doentes nos hospitais (CHALHOUB, 1996: 65).

Os infeccionistas acreditavam que os “miasmas mórbíficos” é que causavam a infecção, ou seja, era “ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente. A infecção não atuava senão na esfera do foco do qual se emanava os tais miasmas mórbíficos” (CHALHOUB, 1996: 64). Segundo Carvalho “as regras de higiene eram fundamentadas na crença de que boa parte das doenças eram causadas pelo contato com o ar pútrido, saturado, denominado, miasma” (CARVALHO, 2005: 67).

Diante desse dualismo teórico dos médicos não se sabia como tratar a febre, pois, as duas teorias tinham soluções diferenciadas e as medidas tomadas pela Junta de Higiene do Império para a contenção da epidemia foram influenciadas pelas duas vertentes:

Todos os navios infectados serão colocados em local afastado da cidade.

Os navios ancorados no porto serão visitados duas vezes ao dia pelos médicos nomeados para constatar irregularidades na higiene e tomarão providências quanto aos tripulantes infectados.

8 Uma das teorias da época afirmava que a Linha do Equador era um limite claro para a propagação da febre amarela. (CHALHOUB, 2006: 61)

9 “Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e de seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos”. (FOUCAULT, 1979: 93)

10 Sampaio afirma que a medicina ainda era um campo em constituição e conflituoso, havia embates teóricos entre os infeccionistas, contagionistas, alopatas, homeopatas. Em torno de 1840 muitos dos sujeitos históricos do XIX não confiavam nos médicos e nem na ciência que estes pregavam (SAMPAIO, 2001: 51).

Os doentes encontrados a bordo serão recolhidos ao lazareto ou em hospitais.

Mesmo se tomando todos os cuidados com a higiene ainda aparecerem casos de contaminação, o navio será obrigado a proceder a uma higienização completa em uma das ilhas que forem para isso destinadas. Nestas ilhas haverá lugar reservado para quarentena dos navios escolhidos bem como para aqueles que venham de regiões onde existem grandes contaminações.

No caso de aumento da epidemia os médicos socorrem os indigentes partirão em ambulância para os lugares que exigirem seu socorro. Serão criados hospitais e enfermarias em lugares arejados, na medida em que forem sendo necessários. Cria uma comissão provisória para fiscalização enquanto durar a epidemia.

Os enfermos que se apresentarem aos hospitais serão referenciados aos hospitais destinados ao tratamento da febre amarela e aqueles que permanecerem em suas casas deverão ser colocados em salas arejadas e seus excrementos deverão ser tratados como nos hospitais. Os falecidos em decorrência desta doença deverão ser enterrados sem que haja velórios e em caixões de madeira hermeticamente fechados. É proibido o toque de sinos e fechamento de portas de janelas, enquanto durar o luto. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006: 32).

52

Com a chegada das notícias ao Maranhão em julho de 1850¹¹ do “mal terrível” que assolava as outras províncias logo houve mobilização para a formação e uma polícia de saúde¹² com os principais médicos locais a pedido de Azevedo

11 Havia a publicação de notícias dos jornais de outras Províncias do Império Brasileiro no *Publicador Maranhense*.

12 “A polícia médica, que é programada na Alemanha, em meados do século XVIII, e que será efetivamente posta em aplicação no final do século XVIII e começo do XIX, consiste em:

1º) Um sistema muito mais complexo de observação da morbidade do que simples quadros de nascimento e morte. Observação da morbidade pela contabilidade pedida aos hospitais e aos médicos que exercem a medicina em diferentes cidade ou regiões e registro, ao nível do próprio Estado, dos diferentes fenômenos epidêmicos observados.

2º) Um fenômenos importante de normalização da prática e do saber médicos. Procura-se deixar às universidades e sobretudo à própria corporação dos médicos o encargo de decidir em que consistirá a formação médica e como serão atribuídos os diplomas. Aparece a idéia de uma normalização do ensino médico e, sobretudo, de um controle, pelo Estado, dos programas de ensino e da atribuição dos diplomas. A medicina e o médico são, portanto, o primeiro objeto da normalização. Antes de aplicar a noção de normal ao doente, se começa por aplicá-la ao médico. O médico foi o primeiro indivíduo normalizado na Alemanha”. (FOUCAULT, 1979, p. 83)

Coutinho¹³. Entre eles estavam “Dr. José da Silva Maia¹⁴, do comissário Vacinador da Província, Dr. José Miguel Pereira Cardoso e do Provedor da Saúde, Verrísimo dos Santos Caldas para me dar seus pareceres sobre as medidas que convinham adotar” (LIMA, 1993: 37). Apesar desta determinação do governo provincial a comissão não se reuniu e cada um fez seu parecer e enviou ao Presidente da Província.

O parecer adotado foi o de Silva Maia por ter sido considerado pelo Presidente da Província o “mais amplo e desenvolvido, contendo todas as providencias que deviam ser tomadas já pelo Governo, já pela Câmara e pelos particulares [...]”.¹⁵ A atuação política de Silva Maia em São Luís pode ter levado à escolha do seu parecer. Segundo COE, desde a sua chegada à cidade, o higienista tinha sido eleito como juiz de paz, presidente da Câmara Municipal, deputado provincial e presidente da Assembléia Provincial, além de ter sido o primeiro a esboçar um projeto higiênico para São Luís em 1845 (COE, 2008: 48).

No seu projeto para o combate da febre amarela foram adotadas as quarentenas aos navios e uma sentinela à beira da praia tanto pela manhã como à noite e uma lancha armada no caso de tais embarcações não acatarem as ordens estabelecidas. Havia vistorias nos navios para ver se algum tripulante escapava e também para inquirir sobre o estado de saúde destes. Os navios ficavam localizados próximos ao Lazareto da Ponta da Areia. Havia ainda a recomendação para a limpeza dos canos da Praia Grande e redondezas, pois,

Desde que se construíram esses canos, ainda não foram limpos e hoje acham-se obstruídos em certas distâncias de sua extensão por obstáculos formados talvez por materiais solidificado, que impede o livre escoamento do líquido que recebem dos numerosos quintais e ruas por onde passam (...); e isto quando os próprios líquidos não são

13 Honório Pereira de Azevedo Coutinho foi nomeado Presidente da Província do Maranhão em 07 de novembro de 1849 sendo substituído por Eduardo Olímpio Machado em 05 de junho de 1851.

14 “José da Silva Maia era natural de Alcântara e doutor em Medicina pela Universidade de Paris. Em 1821, com dez anos de idade, Silva Maia foi mandado à França para estudar, utilizando-se de uma quantia estabelecida em testamento pelo seu falecido pai. Estudou ali as primeiras letras, aprendendo obviamente a língua francesa. Um ano depois entrou para o *Colégio Real de Caen*, onde continuou seus estudos até 1826, ano em que teve de regressar a São Luís, em virtude da mudança do seu testamenteiro para Portugal. Somente em 1829 conseguiu voltar à França para estudar Medicina, ingressando no curso em princípios de 1830. Em 1838, ele sustentou sua tese e recebeu o grau de doutor em Medicina, voltando ao Maranhão naquele mesmo ano”. (COE, 2008: 48)

15 PUBLICADOR MARANHENSE, 07/09/ 1850, p. 02.

sobrelevados e lançados para a superfície das ruas pela ocasião das grandes chuvas. Acresce que os ditos canos geram constantes miríades de insetos malfazejos e servem ao mesmo tempo de receptáculo a uma imensidade de ratos que vão niçar às casas das vizinhanças à vista de tão grande foco de insalubridade na parte mais habitada da cidade e da urgência que há de removê-lo atento às circunstâncias do momento (LIMA, 1993: 37).

Silva Maia foi nomeado Inspetor da Polícia de Saúde Pública e trabalhou juntamente com o Dr. José Maria Barreto Junior, Fiscal da Saúde do Porto. Este último era encarregado de fazer visitas diárias às embarcações que estavam no ancoradouro da cidade. Segundo o Presidente da Província, “[...] assim a população que a principio se mostrava receosa da invasão do flagelo, tranqüilizou-se e pareceu confiar na eficácia das medidas adotadas para evitá-lo [...]”.¹⁶

A 17 de agosto de 1850, o Governador suspendeu todas as ações de contenção à febre amarela por julgá-las desnecessárias, já que em todo o Império havia “desaparecido quase totalmente”, e fez o pagamento do inspetor, o Dr. José da Silva Maia, na quantia de 6\$000 réis por dia contados a partir do estabelecimento do Lazareto no Forte da Ponta da Areia.¹⁷

54

Segundo Azevedo Coutinho “a cidade converteu-se repentinamente em um vasto arsenal onde todos a porfia trabalhavam para remover de seu recinto qualquer foco de emanações nocivas a saúde pública”. Ainda segundo ele, os médicos atestaram que nunca houve um número menor de doentes desde que se havia iniciado a limpeza geral e que São Luís que já sendo uma das cidades mais limpas do Império tinha melhorado ainda mais neste aspecto.¹⁸

Nesta afirmação do governador sobre a urbe encontramos o desejo de uma cidade ideal já expresso no Código de Posturas da cidade de 1842. Nele encontramos pontos sobre regularidade e aformoseamento e seguridade e salubridade. Desde esse código já havia uma preocupação em “civilizar” e demarcar os espaços de circulação de pessoas, assim como as atividades comerciais. Mas, ao contrário desta idealização do Código e do Governador, o número de infratores destas posturas demonstra a rejeição das populações de camadas baixas a estes novos costumes (CARVALHO, 2005: 99).¹⁹ O próprio governador expressou estas contravenções:

16 Ibid.

17 PUBLICADOR MARANHENSE, 17/08/ 1850. 02.

18 PUBLICADOR MARANHENSE, 07/09/ 1850, p; 02.

19 Para saber mais sobre ver CARVALHO, 2005: 154.

Um dos grandes benefícios que demos a esta época de consternação e de sustos é que o haver-se acabado com o pernicioso costume que havia de estender-se couros secos pelas ruas e praças mais frequentadas. Verdade e que alguns Negociantes julgando-se prejudicados em seus direitos queixaram-se da deliberação da Câmara, que por meio de uma postura proibira esse costume, designando o lugar em que deviam ser depositados os couros, mediante uma módica taxa de armazenagem a título de aluguel da sua propriedade: Mas tendo ouvido a Câmara, e persuadido da conveniência da medida adotada, e da improcedência das razões alegadas, tive de indeferir a representação dos queixosos.²⁰

O Governador informou que estas medidas foram aprovadas pelo governo Imperial e que podia aplicá-las: “O governo Imperial sempre solicito em promover o bem estar dos povos confiados em seus cuidados, foi pronto em aprovar todas as medidas por mim adotadas”.²¹ SAMPAIO atenta que a intenção de “medicalizar a sociedade”²² não era o bastante para que essa acontecesse:

O fato de a “medicalização da sociedade” estar sendo imposta pelos médicos higienistas não significava, em hipótese alguma, que toda a sociedade estivesse aceitando facilmente aquelas regras. Ao contrário, costumes e hábitos relacionados a doença e cura de diferentes grupos sociais vinham sendo mantidos; os médicos, ainda que com mais poder junto aos órgãos públicos, não tinham conseguido suprimir práticas “bárbaras” como o curandeirismo, ou outros “embustes” do “vulgo” (SAMPAIO, 2001: 60).

55

Considerações finais

A medicina no século XIX percebia o corpo social como doente e, para tratá-lo foi necessário tratar da sociedade em seus costumes, vícios. Os intelectuais médicos tiveram grande importância na intervenção pública nas questões de saúde. As epidemias que ‘encontravam’ nas cidades do Império Brasileiro bons locais para se ‘proliferarem’ também foram essenciais para a afirmação de um modo de vida “civilizado” defendido pelos intelectuais médicos.

No Maranhão Provincial o Dr. José da Silva Maia lutou pela higienização

20 PUBLICADOR MARANHENSE, 07/ 09/ 1850, p. 02.

21 Ibid.

22 “Com a criação das escolas médicas, criou-se um espaço institucionalizado indispensável à reprodução social do saber médico, que corresponderá a uma estratégia de poder voltada para a formação de uma ‘consciência higiênica do povo’ por lado, e para a exclusão institucional dos ‘charlatães’ e negros mandingueiros, por outro, que exerciam práticas curativas desviantes da norma médica”. (LUZ, 1982, p. 106)

da cidade e, quando em 1850 explodiu um surto de febre amarela, foi responsável por estabelecer as normas sanitárias para conter a propagação da doença. Ao ‘fim da epidemia’ o Presidente da Província, Azevedo Coutinho, afirmou que São Luís já era e tinha tornado-se uma das cidades do Império mais limpas, mas, nos anos posteriores a capital da Província do Maranhão foi palco de outras epidemias reinantes, a exemplo da varíola nos anos de 1854, 1870 e 1871.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

Jornal Publicador Maranhense, 04 de Julho de 1850.
 _____, 09 de Julho de 1850.
 _____, 20 de Julho de 1850.
 _____, 30 de Julho de 1850.
 _____, 31 de Agosto de 1850.
 _____, 07 de Setembro de 1850.

Obras de referência

56

ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro de. Saúde Pública e Pobreza: São Luís na Primeira República. In: CABRA, Wagner Cabral da. (Org.). *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: EDUFMA, 2002. Pp. 231-264.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Organização Administrativa do Ministério da Saúde: resumos executivos dos atos normativos*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 164 pp.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Metrópoles: As faces do Monstro Urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5, nº 8/9, p. 35-58, set. 1984/ abril/ 1985.

BYUNUM, William. *História da Medicina*. Porto Alegre, RS. L&PM, 2011. 186 pp.

CARVALHO, Heitor Ferreira de. *Urbanização em São Luís: entre o institucional e o repressivo*. 2005. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís (MA), 2005.

_____. *A civilização nos trópicos: um estudo do processo civilizatório de São Luís no século XIX*. 2000. Monografia. Curso de Graduação em História Bacharelado, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 pp.

COE, Agostinho Júnior Holanda. Higienizar para civilizar: a emergência de um discurso higienista em São Luís no século XIX. In: FARIA, Regina Martins de; COELHO, Elisabeth Maria Beserra (Orgs.). *Saberes e fazeres em construção: Maranhão, séc. XIX-XXI*. São Luís: EDUFMA, 2011. Pp. 11-33.

_____. Questões de higiene pública? Debates acerca de um bom cemitério nos periódicos ludovicenses do século XIX. In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (Orgs.). *Maranhão Oitocentista*. Imperatriz, São Luís: Ética/ Editora UEMA, 2009, pp. 75-103.

_____. “Nós, ossos que aqui estamos, pelos vossos esperamos”: a higiene e o fim dos sepultamentos eclesiásticos em São Luís (1825-1855). 2008. Dissertação. Programa de Pós-Graduação e História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 523pp

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo (1915-1930). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.3, p. 563-599, 2002.

57

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979
GURGEL, Cristina. *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2010. 188 pp.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. 295 pp.

_____. *O nascimento da Clínica*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 231pp.

KEMP, A. e EDLER, F. C.: “A reforma médica no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação entre duas retóricas”. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 11, nº 3, pp. 569-85, set.-dez. 2004.

LIMA, Olavo Correia de. *Panteão Médico Maranhense*. São Luís, 1993. 219 pp.
LUZ, Madel Terezinha. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. 218pp.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999. 393 pp.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas do Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, IFCH, 2001. 163 pp

SILVA, Vanessa Serra da. *Desvendando São Luís por meio dos códigos de Postura*. 2008. Monografia . Curso de História Licenciatura: Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA. 2008.

A influência do Positivismo nos mausoléus do Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre

Enviado em:
29/10/2012
Aprovado em:
04/2013

André Luiz Camargo de Lima

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI
andreluizc.l@hotmail.com

Resumo

O Positivismo foi incorporado aos ideais republicanos no Estado do Rio Grande do Sul no século XIX por Júlio de Castilhos, que inspirado em Auguste Comte, redigiu a primeira Constituição do Estado. Antes de sua morte Júlio de Castilhos indica como seu substituto Borges de Medeiros, na qual assume o governo no período de 1898 a 1908, um dos maiores propagadores do Positivismo no Estado, Borges de Medeiros preserva a política castilhista, e em sua administração foi responsável pelo monumento de preservação à memória de Júlio de Castilhos, criando monumentos em sua memória na Praça da Matriz e o Mausoléu no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, monumentos idealizados para manutenção ideológica através da morte, na justificativa de criar um mártir da república. O presente trabalho tem como objetivo, identificar a influência do Positivismo nos Mausoléus do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

59

Palavras-Chave

Positivismo; Simbolismo; Mito

Abstract

Positivism was incorporated ideals Republicans in the state of Rio Grande do Sul in the nineteenth century by Julius Castilhos of which inspired by Auguste Comte, drafted the first constitution of the state. Before his death of Julius Castilhos indicates as his replacement Borges, in which the government takes in the period from 1898 to 1908, one of the largest in the state propagators of Positivism, Borges castilhista preserves the policy, and his administration was responsible preservation of the monument to the memory of Julius Castilhos, creating monuments in his memory in the Church Square and Cemetery Mausoleum in Santa Casa de Porto Alegre, monuments to idealized ideological maintenance through death, in justification of creating a martyr of the republic . This study aims to identify the influence of Positivism in Mausoleums Cemetery, Santa Casa de Misericordia de Porto Alegre.

Keywords

Positivism; Symbolism; Myth

Introdução

A doutrina Positivista de Augusto Comte (SOARES, 1998) foi determinante para o pensamento político do Rio Grande do Sul entre 1880 e 1930, pois foi o principal Estado do Brasil a incorporar princípios Positivistas para regulação de sua política regional.

O governo Júlio de Castilhos inspirado em Comte, cria a primeira constituição do Estado do Rio Grande do Sul com princípios do Positivismo, após a revolução de 1893 conhecida como Revolução Federalista, que dividiu o Estado do Rio Grande do Sul em duas facções nos 31 meses de uma terrível guerra civil, deixaram mais de 10 mil mortos, os republicanos de Júlio de Castilhos vencem, deixando um rastro de sangue no estado, terminando a guerra civil em agosto de 1895, consolidando Júlio de Castilhos no poder com 35 anos.

Instaurando no Estado o Positivismo Castilhista baseado no pensamento comteano, buscando o exemplo administrativo no estado, moralidade nos negócios públicos e transparência nas contas do Governo, utilizando o método científico necessário para organizar a sociedade influenciada pelo lema positivista: “Ordem e Progresso”, no alinhamento da classe social, valorizando o desenvolvimento intelectual baseada nas ciências exatas, na qual Júlio de Castilhos utiliza tais leis, modificando alguns aspectos para reerguer o Estado e aplicar sua doutrina de poder, apoiado no Positivismo Heterodoxo, constituindo no Estado a propaganda doutrinária para manipulação do imaginário da população, no ano de 1903.

Júlio de Castilhos morre de Câncer na garganta, tendo previamente como substituto Borges de Medeiros que preservará a política castilhista, e será responsável em preservar a memória dos governantes e transformá-los em mártires do Estado, utilizando-se da propaganda Positivista na criação do mausoléu em memória a Júlio de Castilhos no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia (ARAÚJO, 2008), influenciada por uma Simbologia na construção do herói, reproduzindo o ideal de mártir-governante.

Origens do Positivismo

O Positivismo foi criado por Auguste Comte no século XIX, utilizando-se da Astronomia, Física, Química, Matemática, Biologia, Botânica, Economia, Política, História Antiga e Religião, para criar seus métodos científicos firmados na

razão humana para o progresso da humanidade. Em 1842 cria o curso de Filosofia Positiva, na qual fundamenta a Lei dos Três Estados que foi a base de sua doutrina:

As Leis dos três Estados são: Teológico, Metafísico e Positivo.

O Estado Teológico ou Fictício: é provisório e preparatório, um primeiro impulso que o espírito procura a origem de todas as coisas e causas essências, analisa a natureza íntima dos seres, as causas primeiras e finais, e os seres sobrenaturais, estágio de maior duração, estudando o desconhecido que certo modo é o mundo que nos rodeia, primeiro degrau da razão humana, na qual este estado está dividida em: Fetichismo, politeísmo e monoteísmo.

O Estado Metafísico ou Abstrato (SOARES, 1998): simboliza o abstrato, a primeira modificação, os agentes naturais são substituídos pelas forças abstratas que são as verdadeiras entidades. Intermediário entre a Teológica e a Positiva, estado que tem como premissa dissolver a ordem estabelecida, a fim de conduzir gradualmente ao terceiro grau.

Estado Científico ou Positivo: Tem como premissa estabelecer as leis naturais invariáveis e a subordinação da imaginação pela observação, condensando a organização social. Fundamentada na ciência as previsões racionais, aptas a construir a harmonia mental, tornando nossas ações contínuas e homogêneas, renunciando a busca íntima dos fenômenos do universo, e conhecer através da previsão as causas íntimas dos fenômenos, através do raciocínio e observação, nas suas leis efetivas.

61

“As ciências sociais [...] também devem submeter-se as leis naturais de duas categorias: a primeira enfoca a sociedade humana, seus componentes e respectivas atividades. A segunda estuda o homem isoladamente, mas entendido como produto da vida social, investiga sua natureza biológica como base de suas faculdades morais [...] intelectual, afetiva e prática, ou seja, quanto à inteligência, sentimento e atividade” (SOARES, 1998: 56).

Em 1852 cria segundo próprio comte sua principal obra, o Catecismo Positivista, na qual é uma exposição da religião da Humanidade, apresentada sobre forma de diálogos entre uma mulher e o sacerdote da humanidade.

Reconhecendo a crescente influência do passado sobre o presente, como exemplo das gerações pretéritas sobre as vindouras, Comte estabeleceu a máxima a ser gravada no pórtico dos futuros templos da Religião do Amor Universal: “Os vivos serão sempre, cada vez mais necessariamente, governados pelos mortos” [...] a lembrança dos melhores exemplos que devemos consagrar e recolher, para com eles

criar o futuro (SOARES, 1998: 79).

Segundo Comte (1895) “é a doutrina que, fundando o futuro sobre o passado, assenta enfim, as bases inabaláveis da regeneração ocidental, na qual a religião consiste em regular cada natureza individual e congregar todas as individualidades”.

Em nome do passado e do futuro, os servidores teóricos [sic] e os servidores práticos [sic] da Humanidade vêm tomar dignamente a direção geral dos negócios [sic] terrestres, para construírem [sic] enfim a verdadeira providencia, moral, intelectual, e material; excluindo irrevogavelmente da supremacia política todos os escravos de Deus, católicos[sic], protestantes, ou deistas, como sendo, ao mesmo tempo atrasados [sic] e perturbadores (COMTE, 1895: 1).

Positivismo e a Morte

Através da doutrina baseada por Augusto Comte “Positivismo”, foi criada a Religião da Humanidade, que é simbolizada pelo Grande Ser que é representada pelos seres humanos do presente, passado e futuro, que contribuíram e contribuem para o crescimento de toda a humanidade, e progresso da civilização.

Os Positivistas religiosos acreditam na eternidade e imortalidade da alma, na qual são cultuados os mortos pelas obras e legados que deixaram neste plano terreno, representado no lema Positivista: “Os Vivos são cada vez mais necessariamente governados pelos mortos”.

Na qual é regido por um regime de prática Positivista, através da aplicação moral, baseada na submissão do homem individual pela sociedade, regulada pelo sacramento, representada por nove leis que regulam a ação do homem desde seu nascimento, morte e pós-morte. Integrando a vida individual e coletiva do homem, na qual o primeiro sacramento é o recém nascido ingresso na Religião da Humanidade através de seus padrinhos, que se comprometem na criação e educação da criança como serva da humanidade (Viver para Outrem), no oitavo sacramento que se chama “Transformação”, é refletida a existência neste plano, na qual é registradas as ações do homem na terra, sub-julgadas ao Grande ser, neste estágio é preparado às cerimônias de sua inumação (enterro), o nono sacramento se dá após sete anos da morte do indivíduo, conhecido como sacramento da (incorporação), na qual se dará o julgamento do morto “Sua memória”, pois serão julgadas suas ações terrenas, e se for digno, seus restos mortais serão levados ao Bosque Sagrado, em sepulturas conjuntas aos seus entes queridos, que circunda o templo da humanidade.

Demonstrando uma moral cívica mítica visionária, para manutenção da ordem social, regulando as ações do homem mesmo após sua morte, segundo as palavras de

Augusto Comte “O presente vem do passado e projeta-se no futuro”, regulando a ação do homem e suas inclinações e paixões pessoais em nome da ordem social do progresso da humanidade chamado de “Grande Ser”.

O nono e último sacramento, sete anos depois da morte, pronuncia a incorporação final no Grand-Être. Os restos mortais serão trasladados para o Bosque Sagrado, perto do templo e, conforme grau de apoteose, o sepulcro recebe um simples epitáfio ou um busto, ou uma estatua [...] ser privado da sepultura do Bosque Sagrado é o maior castigo (LOCHER, 2000: 45).



Figura 1. Lema do Pórtico de entrada da Capela Positivista: Os vivos são sempre cada vez mais necessariamente governados pelos mortos. (Arquivo do Autor).

Os Mausoléus Positivistas como forma de manipulação do imaginário social

Os Mausoléus Positivistas (BELLOMO, 2008) do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre possuem a função de manipulação do imaginário social, redefinindo valores, das quais o estado impõe na sociedade.

Utilizando todo um aparato ideológico de símbolos e linguagem artística, reformulando discursos sociais e políticos na tentativa de regular inclinações na população: nobreza, espírito cívico, utilizando valores e simbólicos, contribuindo para a educação pública penetrando nas almas, pois o regime político cria suas alegorias e heróis para a legitimidade de seu poder para os valores e aspirações coletivas, na construção do mito, do herói, as alegorias instauradas no Estado do Rio Grande do Sul.

Júlio de Castilhos adotou o Positivismo para melhor legitimar seu poder

no Estado, utilizando valores de heroísmo, altruísmo e sacrifício pela república, na qual o torna o herói deste visionário mundo, num processo de “Heroificação, a figura do homem é transmutada para mítica figura de um herói, construindo o mito, a alegoria necessária ao estado para a manipulação da alma da população, apagar a memória da revolução federalista, na qual morreram mais de 10 mil pessoas, tentando instaurar símbolos cívicos de uma identidade regional, na tentativa do esquecimento desta guerra civil que dividiu o estado em duas facções, e mais tarde legitimar seu poder, e instaurar no estado uma República Castilhistas.

O estado sabiamente utilizou os mausoléus de Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado para difundir seu ideal para manipulação da sociedade, utilizando a arte para divulgar sua doutrina na criação de mausoléus em suas homenagens, exaltando seus feitos e tornando-os mártires do povo rio-grandense, apoiado por toda uma simbologia mítica, pois os símbolos são representações, arquétipos, que seriam como protótipos de conjuntos simbólicos, tão profundamente gravados no inconsciente que dele constituíram uma forma de estrutura, regulando valores (CLEMENTE, 1995), preceitos, identidade, utilizando a arte nos mausoléus positivistas, que seriam reguladores da consciência da sociedade contemporânea a sua época e das futuras gerações que as procederiam.

64

Todo o regime político busca criar seu panteão cívico e salientar figuras que sirvam de imagem e modelo para os membros da comunidade [...] a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas (CARVALHO, 1939: 14).

Influências profanas do Positivismo

Profano é tudo aquilo que não é sagrado, neste caso é tudo aquilo que não se enquadra nos preceitos fundamentados pela Igreja Católica Apostólica Romana, que teve suas origens iniciais no Império Romano, instaurando um poder espiritual temporal, acumulando cultura e conhecimento, controlando grande parte do saber herdado da antiguidade clássica, reformulando e moldando o conhecimento erudito para fortalecimento da fé, assumindo o monopólio da ciência, tornando-se o único reduto de cultura, reinterpretando manuscritos antigos para fortalecerem os preceitos religiosos em nome de um Deus provedor de caridade, e da vida eterna, sendo a única instituição que prevaleceu desde a queda do império romano até os dias atuais.

Formação da Idade média deu-se sobre tudo após a profunda crise do século III, quando o Império Romano tentou a sobrevivência por meio de novas estruturas [...] foi o caso, por exemplo, do caráter sagrado da monarquia, da aceitação de germanos no exercito imperial, da petrificação da hierarquia social, do crescente fiscalismo sobre o campo, do desenvolvimento de uma espiritualidade que possibilitou o sucesso cristão (JÚNIOR, 1948: 15).

A religião da Humanidade torna-se deste modo profana (LOCHER, 2000: 7), criada por Augusto Comte tem como principal aspecto à visão científica, na qual o homem busca o equilíbrio na racionalidade dos fatos, pois todos os fenômenos têm sua causa e origem, pois a humanidade esta em eterna evolução em direção ao progresso, pois a evolução do individuo segue um trajeto semelhante evolução das sociedades, na qual seu sistema de Política Positiva gerou a Religião da Humanidade, cuja liturgia é baseada no catolicismo romano, chamado de catecismo positivista (1852), pois sua busca era a fraternidade universal do homem com a sociedade, fundindo o religioso com o civil, na busca da ordem social, a sua religiosidade torna-se cívica, indo ao encontro do progresso da sociedade.

Comte ditou normas e condutas às mulheres, tendo como a rainha do lar e o anjo tutelar, símbolos formados pelo arquétipo da Grande Mãe, segundo Jung [...] imagem da perfeição feminina e foram amplamente reverenciados e difundidos pelos positivistas (ISMERO, 1995: 2).

65

A figura feminina (ISMÉRIO, 2007) utilizada pelo discurso de Augusto Comte foi expirada na republica Francesa e nas divindades femininas que representavam valores, sentimentos, idéias. Atena e Afrodite, na qual os Positivistas ortodoxos utilizaram tais símbolos manipuladores de um novo regime, para o controle do imaginário popular, sendo que a personificação da Igreja Positivista do Brasil é inspirada em Clotilde de Vaux, chamada de mãe espiritual, constituindo um culto privado na qual será representada pela tríplice visão da mulher, por Augusto Comte a mãe simboliza o sentimento de respeito, a esposa representando o sentimento de afeição, e a filha representando o sentimento de bondade, padroeiras pessoais do homem, anjos da guarda e deusas domésticas, numa releitura das virgens e santas da Igreja Católica Apostólica Romana.

O templo tem sete capelas de cada lado, nas quais serão colocadas as estátuas dos 13 homens primários da humanidade [...] Não falta à religião comtista seu sinal da cruz. Ponham a mão no órgão do amor, no occipital, e digam com devoção: "l'amor pour príncipe"; depois, sobre o órgão da ordem, no vértice, dizendo: "l'ordre pour base";

enfim no órgão do progresso, que é a frente, e digam:” Le progrès pour but!””(LOCKER, 2000: 46).

Segundo Locher (2000) O sentimento prepondera sobre o pensamento e a ação. Ora, sendo o sexo feminino representante do sentimento, é ela a (providência moral) da humanidade.

Após o encontro de Comte com Clotilde de Vaux em 1845, sua obra sofreu uma transformação profunda. Os elementos religiosos passaram a predominar sobre os aspectos científicos, o sentimento foi colocado acima da razão, a comunidade foi superposta ao indivíduo [...] Comte passou a unir o instinto social dos Romanos (a virtude cívica) á cultura afetiva da Idade Média, expressa nas tradições do catolicismo. (CARVALHO, 1939: 21)



Imagem 2: Figura feminina da Capela Positivista de Porto Alegre
Fonte: Arquivo do autor: 2011-10-30.

O Positivismo nos Mausoléus do Cemitério da Santa Casa

O Positivismo (DOBERSTEIN, 2002: 47) rio-grandense, para difundir sua doutrina e promover sua auto-consagração patrocinou da estatuária monumental e funerária”.

Os mausoléus presentes no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, modificaram a visão sobre a morte até então, sua estatuária foi de suma importância para enaltecer os políticos representados por Júlio de

Castilhos e Pinheiro Machado após suas prematuras mortes.

Ora, fazia parte do pensamento à celebração cívica dos líderes políticos vinculados ao grupo dominante. Desta forma, o Governo patrocinou não só a construção de monumentos públicos, como o de Júlio de Castilhos em Porto Alegre, mas também de uma série de jazigos monumentais no Cemitério da Santa Casa, reafirmando seus valores políticos e também atendendo ao princípio positivista do culto cívico no líder e da conservação de sua memória, única imortalidade possível do ser humano (BELLOMO, 2008: 21).

Segundo Bellomo (2008) os monumentos são erigidos pelo Estado para servir como sepultura e celebrar a memória dos vultos da república, financiadas pelo governo Estadual, na qual em década passada era de usual o culto cívico em memória destes mortos, em visitas ordenadas, discursos e oferendas, mas com a decadência do Positivismo este culto desapareceu com o passar dos tempos.

Através destes túmulos é observada a economia do Estado nesta época (BELLOMO: 2008), pois quanto mais belas e ornadas os mausoléus, mas rica era a elite local dominante, sendo assim a morte é idealizada. “A partir do século XIX observa-se uma aceleração do processo de expansão comercial, industrial e financeira de Porto Alegre” Bellomo (2008).

Neste contexto social e político os mausoléus são idealizados para a conservação de sua elite política dominante do Estado, a ornamentação de suas sepulturas foi verdadeiras Obras de Arte a céu aberto, ostentando todo o poder e a força da política local.

De acordo com a lei nº 29 de dezembro de 1903, percebemos que o governo do Estado patrocinou algumas iniciativas no sentido de preservar a memória de Júlio de Castilhos. O terreno para o sepultamento foi adquirido junto à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, conforme ata de arrendamentos de sepulturas e catacumbas da mesa administrativa dessa instituição (BELLOMO, 2008: 128).



Figura 3: Mausoléu de Pinheiro Machado. Foto do autor 18.12.11

68

O Mausoléu de Pinheiro Machado apresenta ideais Positivistas na sua simbologia (BELLOMO: 2008), que remonta a idéia de herói, na qual seu corpo nu é exposto em um leito funerário aos moldes romanos, o braço caído e a rigidez do tórax da impressão clara da morte, na qual é coberto pela bandeira nacional, simbolizando o mártir que morreu em defesa da pátria. No seu leito existe uma mulher, sinalizando a importância de sua história as gerações futuras, simbolizadas pelas crianças que rodeiam seu leito.



Imagem: 4. Baixo relevo do Mausoléu Pinheiro Machado.
Arquivo do Autor.

A urna funerária acima, representada por um baixo relevo, é uma urna

funerária romana na qual sua chama representa a idéia viva dos ideais de um homem que sempre será lembrado através das gerações. Segundo Bellomo (2008) representam um casal desnudo realizando uma homenagem fúnebre ou ritual em frente ao altar da pátria. A mulher na cabeceira do leito funerário vela silenciosamente sua face, representa a mãe da república, enigmaticamente sofrendo pela perda de seu filho amado, na qual em sua cabeça ostenta um barrete frígio que segundo Carvalho (1939) a figura feminina passou a ser utilizada na proclamação da república, a inspiração veio de Roma, onde a mulher já era símbolo de liberdade, o barrete frígio identificava os libertos da antiga Roma (CARVALHO, 1990), que mais tarde foi copiada da Revolução Francesa. Verificamos que este preceito foi também copiado pelo governo republicano de Júlio de Castilhos no estado do Rio Grande do Sul.

A concepção do mártir republicano ficou plasmada na figura jacente de Pinheiro Machado, representando desnudo da cintura para cima, numa tentativa de se estabelecer uma analogia entre o senador gaúcho e Júlio Cesar, imperador romano, que no seu cortejo fúnebre teve seu corpo exposto, para que o povo pudesse ver nele as marcas deixadas pelas punhaladas dos inimigos da república romana [...] O mausoléu sugere que o mesmo teria ocorrido com Pinheiro, cujo assassinato acreditava-se ter sido urdido pelos inimigos da república brasileira (DOBERSTEIN, 2002: 189).

69



Imagem: 5. Baixo relevo do Mausoléu de Pinheiro Machado

Imagem:5 Procissão de homens, mulheres e crianças desnudas, estas figuras estão em estado de choque, tristeza representando o luto eterno, são homens, crianças, mulheres e figuras disformes, que representam a humanidade. Uma procissão ao corpo do mártir, em espanto a figura de uma mulher segura às mãos ao rosto em sinal de espanto e dor, as crianças rodeiam esta imagem simbolizando um pai que se foi ou a imortalidade da alma. O homem de joelhos simboliza a rendição da vida sobre a morte.



Imagem: 6. Parte Posterior do Mausoléu de Pinheiro Machado. Arquivo do autor

Imagem 6: Abaixo do nome imortalidade existe um relevo em forma de coração que simboliza a eterna lembrança do mártir, que supera a morte através das gerações.

O coração (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2009) é o centro vital do ser humana, responsável pela circulação vital do sangue no ser humano, símbolo das funções intelectuais e da vida (ou neste caso imortalidade), sede dos sentimentos da afetividade.

O espiral acima do coração simboliza segundo Chevalier (1909) movimento circular saindo de um ponto de partida ou original, prolongando este movimento até o infinito, ligando as linhas sem fim incessantemente as extremidades futuras, simbolizando o desenvolvimento, continuidade e progresso, rotação da criação.



Imagem: 7. Leões nos pés do leito do mausoléu de Pinheiro Machado.
Arquivo do autor 25.11.2011.

Imagem 7: O leão nos pés do leito funerário, simboliza a encarnação do poder a sabedoria e justiça, o orgulho e a confiança fazem dele símbolo de pai (da república), mestre e soberano.

Faz dele o símbolo do pai, Mestre, Soberano que, ofuscado pelo próprio poder, cego pela própria luz, se torna um tirano, crendo-se protetor. Pode ser, portanto admirável, bem como insuportável: entre esses dois pólos oscilam suas numerosas acepções simbólicas (CHEVALLIER, 1906: 538).

71

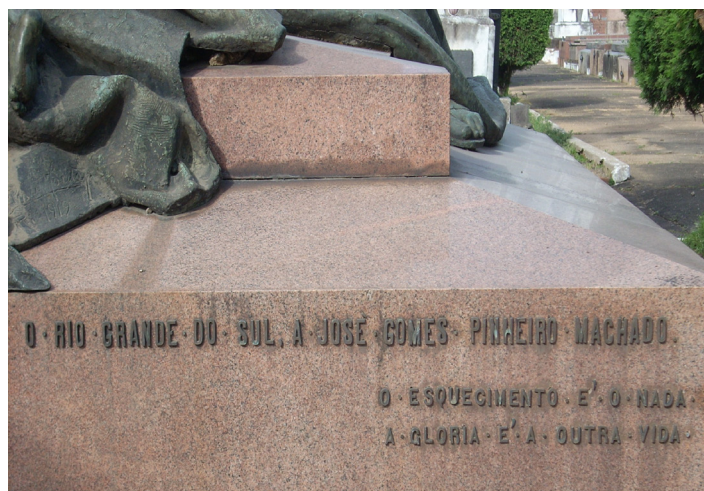


Figura 8: Inscrição: O esquecimento é o nada. A glória é a outra vida.
Arquivo do autor.

A inscrição do mausoléu de Pinheiro Machado remonta a exaltação da imortalidade na inscrição: O esquecimento é o nada. A glória é a outra vida.

Conclusão

A propaganda doutrinária para manipulação do imaginário da população foi amplamente utilizada nos mausoléus Positivistas de Pinheiro Machado e Júlio de Castilhos, de modo de transformá-los em mártires do Estado, utilizando-se da propaganda Positivista, reproduzindo o ideal de mártir-governante, numa arquitetura estética positivista na construção do mito, em símbolos cívicos e doutrinários, na intenção mítica de glorificação aos heróis, que será responsável pelo discurso de manutenção da ordem, através da morte idealizada, influenciada pelo Positivismo, numa nova estética representativa no Cemitério da Santa Casa de misericórdia de Porto Alegre.

Referências Bibliográficas

72

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. Túmulos Celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

DOBERSTEIN, Arnold Walter. Estatuários catolicismo e gauchismo. Arnoldo Walter Doberstein. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002,(Coleção História: 47).

CARVALHO, José Murilo de, 1939. A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil, São Paulo: Campanha das Letras, 1990.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de Símbolos. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

COMTE, Augusto. CATECISMO POZITIVISTA, ou sumaria exposição da Religião da Humanidade. Sede Central da Igreja Positivista do Brazil, CAPELA DA HUMANIDADE. Rio de Janeiro: 1895.

BELLOMO, Harry (Org.). Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade,

ideologia. 2. ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ISMÉRIO, Clarisse. As representações do feminino na educação rio-grandense segundo o discurso positivista (1889-1930), Clarisse Ismério- Revista Histórica em reflexão- Vol. 1 – n.1 - UFGD: Dourados, jan/jun 2007.

CLEMENTE, Elvo (Org.). Integração: artes, letras e história. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. 120p. – (Coleção CONESUL; 2).

LOCHER, Gustavo. Vade- Mécum Filosófico. Gustavo Locher. 2. Ed.- Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, 304p. ; (Coleção Pensadores Gaúchos, 7).

Rediscovering irony: Narrative categorisation in the study of centre/periphery interactions

Enviado em:
30/11/2012

Aprovado em:
04/2013

Fabiano Ardigo¹

Mestre em História da Ciência pela University of Oxford,
Doutorando em História da Ciência pela Universidade de Oxford
fabiano.ardigo@history.ox.ac.uk

Resumo

Este artigo sugere que as análises das interações entre centros e periferias na América Latina poderiam se beneficiar do uso da ironia como categoria narrativa. O potencial da trama irônica é estudado à partir de trabalhos que desafiam indicações de submissão e passividade de comunidades científicas periféricas. Um estudo de caso irá demonstrar como as possibilidades analíticas intrínsecas à tramas irônicas podem servir como uma efetiva alternativa à perene inconsistência de modelos teóricos.

74

Palavras-Chave

História Narrativa, Ironia, Interação Centro-Periferia, STS.

Abstract

This paper analyses the attempts carried out by historians of science to replace diffusionist models of scientific interaction from the perspective of narrative history. I argue that historians focusing on centre and periphery interactions have been using ironical emplotments in their scholarship without realizing the analytical potential this narrative approach offers. It is suggested that a more critical appraisal of the possibilities offered by narrative categorisation may provide insightful alternatives to more symmetrical histories about centre/periphery interactions. A case study is presented to demonstrate the practical use of this change of perspective.

Keywords

Narrative history, centre-periphery interaction, STS.

¹ The author would like to thank Dr Ryan Johnson for his insightful suggestions on an early draft of this work.

The history of scientific development in Latin America has for decades been described as a tale of interactions and exchanges. Early theoretical models used to analyse these interactions portrayed Southern nations as passive receivers of knowledge produced in central regions of the Northern hemisphere. The objective of this paper is to analyse attempts by historians to replace these early, diffusionist models of scientific interaction from the perspective of narrative history. I argue that historians focusing on centre and periphery interactions have been using ironical emplotments in their scholarship without realizing the analytical potential this narrative approach offers. My argument, therefore, is that a more critical appraisal of the possibilities offered by narrative categorisation may provide insightful alternatives to more symmetrical histories about centre/periphery interactions.

Narrative in STS and History of Science

The potential of narrative categories in relation to the studies of centre/periphery interactions may be situated in the context of recent discussions urging the ‘dismantling’ of boundaries between STS and the history of science (DASTON, 2009; DEAR & JASANOFF, 2010). I contribute to this effort by demonstrating in this chapter that works on narrative categorisation in the historiography of science provide analytical insights that could be also useful to STS scholars studying Latin American science. At first glance, discussions about the methodological potential of narrative might appear an odd choice as a way of dismantling boundaries. Several authors have pointed out the uneasiness of social scientists with the historians’ use of narrative. Margaret Somers, for instance, argues that for most social scientists historical narrative is too discursive, non-explanatory and, above all, excessively non-theoretical (SOMERS, 1994). Similarly, John Law argues that social science theory and narrative history were simply driven by irreconcilable ‘kinds of concerns and interests’ (LAW, 1991: 377).

However, recent works have demonstrated that social scientists are increasingly interested in the analytical possibilities offered by narratives. Susan Cozzens and her colleagues point out that narrative is already a common choice, in particular, among STS scholars interested in questions of knowledge and development (COZZENS et al., 2008). In fact, a brief survey of the last edition of the *The Handbook of Science and Technology Studies* reveals that the term ‘narrative’ is already incorporated into the vocabulary and methodology of several STS scholars (HACKETT et al., 2008). This increasing familiarity with narrative reflects an

overall tendency in several branches of the social sciences. For instance, in recent years a reconsideration of the value of narrative and narrativity as ‘concepts of social epistemology and social ontology’ has been identified in diverse disciplines, from gender and cultural studies, to psychology and social research (SOMERS, 1994: 606).

In the case of the history of science, the revival of narrative has emerged not only due to its discursive potential, but also for the methodological possibilities it creates (STONE, 1979). Clark William’s work on narratology, for example, offers a consistent analysis of the diverse categories in which history of science narratives can be classified (WILLIAM, 1995). The work of Martin Rudwick, in particular, became a reference after the author’s eloquent defence of narrative for the study of scientific controversies (RUDWICK, 1985: 11-14). Jan Golinksy identifies in Rudwick’s work a crafted narrative that results from an ‘immersion in the temporal order of intellectual work’ and by careful study of a wealth of archival materials (GOLINSKI, 2005: 195-197). Steven Turner also discusses narrative in the context of controversies over science policy in Canada (TURNER, 2001). Turner argues that narrative awareness allows not only analyses of opposite sides in controversies, but enables a more critical description.

76

However, this increasing awareness to the potential of narrative has not yet taken place in the context of centre/periphery studies. Frameworks provided by specific theoretical models are still the predominant choice to justify methodological approaches. Therefore, the categorisation put forward by Clark William will be used in this chapter in order to explore the extent to which centre/periphery studies in Latin America might benefit from a more critical appraisal of the analytical possibilities of narratives. Clark used the work of the literary critic Northrop Frye to demonstrate the ways in which different scholarship in the history of science may be classified among several narrative categories (FRYE, 1957). Differences among categories stem from specific elements, such as plot, agency, place and voice, which are markedly distinct from each other. As noted above, I argue that the structure of ironical narratives is uniquely suited for both the methodological and analytical requirements of centre and periphery studies, and thus might offer an insightful alternative to the study of centre/periphery interactions.

Models of Interaction

As the structural analysis of ironical narratives is presented in contrast to traditional models of centre/periphery interaction, it is necessary to understand first their use and importance. In Latin America the use of models to study interactions between its countries and “central” nations follows a coherent logic. In the past, certain regions, called “centres”, produced and concentrated more scientific knowledge than other regions, labelled “peripheries”. At the same time, similar institutional arrangements, social relations and cultural values related to scientific practices were located in both central and peripheral regions, suggesting that patterns of transmission or exchange between them existed.

Models of interaction were, therefore, a result of trying to identify and, if possible, predict these patterns. These models tended to reflect theoretical orientations that can be historically situated. For instance, right after the Second World War, theories of economic development, ‘which held that all societies progress through similar stages of development’, influenced projects to apply the same principle to science in order to accelerate scientific development in poor nations (ROSTOW, 1959). In the late 1960s, a host of studies investigating the imbalance of scientific development between nations would pull on similar teleological assumptions. George Basalla’s diffusionist model is perhaps the most prominent example of this period, although Joseph Ben-David and Robert K. Merton also offered frameworks that were used to explain different rates of exchange between centres and peripheries (BASALLA, 1967; BEN-DAVID, 1984; MERTON, 1979). From the late 1970s onwards severe criticism against such diffusionist and teleological models began to emerge, which in turn, lead to the development of new models of interaction.² For instance, Xavier-Polanco’s concept of ‘multiple peripheries’ is a good example of this second phase (POLANCO, 1990; 1992). More recently, new models have been put forward, building upon what has been learned, and the concept of ‘moving metropolis’, created by Roy MacLeod, is one of the most widely known examples of this latest period (MAcLEOD, 1982).

After decades of attempts to improve, reject and recycle models, there are at least two common justifications for their resilience. The first relates to the use of case-studies, the staple of contemporary histories of science (HOLTON, 1981:

2 (Chambers 1991) provides a comprehensive list of critics of Basalla’s model. For a summary of criticisms about Ben-David and Merton’s positions see (Lenoir 1997) and specifically about Ben-David’s assessment of peripheral science in France see (Nye 1986).

46). An inherent difficulty of working with case-studies is discovering a way of relating the specific to the general, the local to the global (GRIJALVA, 2002); or as Peter Galison suggested, carrying out a history of science without being naively grounded in typicality (GALISON, 2008). This is a challenge given that the concept of typicality itself is one of ‘social history’s proudest achievements’ (EUSTACE, 2003: 88). The use of models to analyse individuals, institutions and scientific programmes in peripheral regions allows the historian to concentrate on the specific, but at the same time to situate the specific within a broad theoretical framework. Provided that the model has been tested and accepted by the scholarly community, any case-study, however small or peripheral, is deemed worthy of investigating.

One model that operates well along these lines for historians of Latin American science is Xavier Polanco’s idea of world-science as an analogy of world-economy by Fernand Braudel (POLANCO, 1990; POLANCO, 1992). This framework has been widely adopted as a substitute for diffusionist models such as George Basalla’s (BASALLA, 1967). Polanco’s model frequently emerges in Latin American historiography as a means to justify the study of particular examples of scientific initiatives (BARONA, 1994; FIGUERÔA, 1997; FILGUEIRAS, 2001; LÓPEZ-ÓCON and BADÍA, 2003; MATEOS, 2002; VOS, 2006). Polanco loosely maintained the dialectic idea of centre and peripheries, but introduced new methodological devices, such as ‘semi-peripheries’, and hierarchies within scientific communities (QUEVEDO, 1999).

A second major explanation for the resilience of models of interaction is an uneasiness with the use of the narrative style without a proper theoretical alignment. Narrative without a clear theoretical statement seems, to some scholars, as not properly academic, despite the fact that many do not recognise any necessity to justify their narrative choices on theoretical grounds (BROWNW, 2003; DESMOND and MORE, 2009; SECORD, 2000). However, as Steven Shapin has put it, historians of science sometimes simply feel the urge to ‘upgrade’ their products (SHAPIN, 2010: 9). In the case of social scientists there seems to be an even greater concern to explain and define their theoretical orientations as a means to position their texts. Given the proliferation of grand narratives in the early stages of the discipline, the historiography of science has a peculiar position in this context (KOHLELER, 2005). Such grand narratives of progress, and histories of ‘great’ scientists and discoveries led some scholars to come up with new definitions to differentiate these early approaches to more recent attempts of

writing critically-oriented narratives. Allan Megill, for example, coined the word recounting to define a narrative structure that is more aware of methodological and analytical aspects (MEGILL, 1989: 637). These efforts to rebrand narrative, however, reveal a common misconception about the flexibility that different narrative categories offer. The term narrative is usually used uncritically, as if there was only one possible way of narrating historical events. In the case of the history of scientific practices, descriptions of heroic individuals solving riddles and puzzles follows, in many ways fit the profile of a traditional romantic emplotment, whereas unexpected resolutions of scientific controversies are more inclined to comedic plots (WILLIAM, 1995). But these are only two (romantic and comedic) out of several distinct forms of narratives, each one enabling specific analytical and interpretative frameworks that defy a simplistic definition of narrative.

Learning from Mistakes

Despite the popularity of models of interaction, decades of empirical work proved the existence of a plethora of problems associated with their use. Basalla's model, for instance, became a theoretical anathema for a generation of Latin American historians (LOPES and PODGORNY 2000; MACLEOD, 2000: 3). In the specific case of Brazilian historiography, Basalla appeared to be so off the mark that his model served to direct an entire historiographical school that sought to demonstrate how the case of Brazil defied his model KROPF and HOCHMAN, 2011: 398). The literature pointing to the problems of early models is immense and may be consulted for issues other than interactions and exchanges between centres and peripheries (CHAMBERS, 1991). There are, nevertheless, specific methodological and theoretical difficulties that must be briefly outlined here as they help to understand the usefulness of narrative categorisation.

David Wade Chambers and Richard Gillespie have extensively dealt with several of the problems that plagued early centre/periphery models; and, like MacLeod, investigated science in the Australian context (CHAMBERS and GILLESPIE, 2000). They call attention, for example, to the fact that models used to study colonial science failed to portray symmetrically the complex interactivity between the 'great divides: centre/periphery, local/global, national/colonial and traditional/modern' (CHAMBERS and GILLESPIE, 2000). This limitation emerges in several case-studies where active peripheries challenge the assumption of their inherent passivity. The Brazilian mathematician Luiz de Barros Freire, for

instance, who lived relatively isolated in the city of Recife, managed to not only actively interact with French scientists, but to train a generation of researchers who ended up in central regions of Brazil, such as Sao Paulo and Rio de Janeiro (ALBUQUERQUE and HAMBURGUER, 1996).

Chambers and Gillespie also highlight the fact that models of interaction often do not give the deserved attention to the diversity of ‘vectors of communication, exchange and control’ (CHAMBERS and GILLESPIE, 2000). As pointed out by Antonio Botelho, the assumption that control within scientific communities can be explained through centre/periphery models is particularly problematic in Polanco’s case, because in Botelho’s estimation the existence of a hierarchical structure falls short of explaining an erratic adherence of peripheral scientists to foreign communities (BOTELHO, 1993). A practical example of Botelho’s point is the case of the Colombian naturalist Antonio Zea. The historian Luiz Arboleda has demonstrated that Zea’s interest in the natural sciences practiced in Spain during the colonial period was driven by an intense search of local elites for ‘legitimacy, superiority and prestige’ (ARBODELA, 2000). To become a member of the local elites it was necessary more than ‘wealth and ostentation’ and knowledge of the natural world was the element local elites resorted to as a mark of distinction (ARBODELA, 2000). An even more incisive criticism against traditional models of interaction and control is elaborated by Sagasti (SAGASTI, 1974). Using Argentina as a reference, Sagasti challenged the idea that Latin American countries might reach what early models called “independent” stages of scientific development. Rather, to Sagasti the final stage of centre/periphery models of interaction should be characterised by ‘marginalisation of research efforts’, ‘substitution of imports’, and ‘dependent economies vulnerable to wider patterns of international trade’ (MAcLEOD, 1982: 5).

According to Chambers and Gillespie, early models also did not leave much room to grapple with social infrastructures that accommodated different knowledge systems (CHAMBERS and GILLESPIE, 2000). Marcos Cueto, for example, analysed this issue in the context of Latin America and identified a general dissatisfaction of historians with traditional model’s lack of focus on the diversity of local responses to Western science (CUETO, 1997). Cueto, therefore, developed five areas that could be further explored by historians to capture this diversity – concentration, utilitarianism, nationalism, technology and networks – and demonstrated how these elements effectively provided a framework to explore, for example, the role of entities like the Rockefeller Foundation in Latin America.

Latest Developments

If the appeal of theoretical models discussed above has stood the test of time, their popularity, in many ways, is simply proportional to the problems they offer. A common way of dealing with this paradoxical situation is by formulating alternatives specifically dealing with the shortcomings of traditional models. Roy MacLeod's concept of moving-metropolis, in particular, has been interpreted as not possessing a predictive character, but instead only heuristically providing guidelines that focus on what should be avoided. Based on several problems he identified in previous models, including Basalla's, MacLeod's model has received more attention by historians of Latin American science than other alternatives (KROPF and HOCHMAN, 2011: 397). If history serves as any guide, however, as a model becomes more widely adopted, it is inevitable that it will become problematised. It is already possible to point out, for instance, that in order to avoid the formulation of a unifying theory of any sort, and in order to remain non-prescriptive and non-predictive, MacLeod's model allows for great heterogeneity. As long as case-studies based on his model avoid problematic areas, any approach is permitted. The end result is a plethora of local studies focusing on different and particular aspects, which, when combined, form a group of disconnected and heterogeneous works that are related to each other only through their mutual theoretical commitment. As heterogeneity has increasingly become considered one of the main challenges to the historiography of science, it would not be far-fetched to consider that MacLeod's model might end up having the same fate of its predecessors (SECORD, 2004). More specifically, MacLeod's model is clear on how to avoid triumphalist descriptions of central figures, but less so on how to escape the trap of replacing them with tales of heroic efforts of peripheral figures. Previous models were usually portrayed as focusing excessively on figures and ideas from centres rather than on peripheries. However, by shifting the focus away from central individuals and institutions to peripheral ones, there is no indication of where the limit of this 'shift' is to be found. A symmetrical picture of centres and peripheral interactions is still more often the result of well-crafted narratives than the demands of theoretical models.

Historians have identified that trying to simply insert ad hoc elements to address problems such as lack of symmetry and heterogeneity in MacLeod's model might be a fruitless enterprise. David Wade Chambers and Richard Gillespie, therefore,

call for a ‘new framework for comparing histories of local science’ away from the usual centre/periphery models. But they also concede that such an ideal model would demand consideration of a disproportional amount of particular cases that would render the task hopeless (CHAMBERS and GILLESPIE, 2000). Similarly, Corsi argues that although models are portrayed as important tools for guiding empirical work and providing a broad canvas upon which case-studies can be compared, they are rarely used heuristically (CORSI, 2011). For this reason, my objective in this chapter is to draw attention to the fact that certain narrative categories have intrinsic analytical features, and can be used methodologically, not only to deliver symmetrical centre/periphery overviews, but also to address the main problems identified in previous models. In addition, I believe that a more critical appraisal of the potential of different narrative categories might serve as a useful heuristic device to replace the permanently tentative nature of theoretical models. In order to show the analytical and methodological potential I am referring to, I will use the narrative category of irony to analyse its applicability to studies on centre and periphery interactions, based on the aforementioned suggestions put forward by David Wade Chambers and Richard Gillespie (CHAMBERS and GILLESPIE, 2000).

82

In relation to narrative devices, Lawrence Stone draws attention to the fact that different narrative categories have distinct themes and arguments that provide space for specific analytic demands (STONE, 1979). Among the most traditional of these categories, irony has a specific theme and argument that has, perhaps unknowingly, already been adopted by historians working on interactions between centres and peripheries. Similar to satire, irony sets out to ‘thwart normal expectations about the kinds of resolutions provided by stories’ (GOLINSKI, 2005: 194; WILLIAM, 1995). In particular, ironical narratives have proved effective in subverting and deconstructing traditional assumptions (JACOBS and SMITH, 1997). As a result, in the field of centre/periphery studies, works presenting evidence contrary to expectations generated by early models of unilateral diffusion – the most common approach of the Latin American historiography presented above – can be described as already deploying essentially ironical emplotments.

Clark has made a similar point arguing that an intrinsic characteristic of irony is the disintegration of traditional plots (WILLIAM, 1995). In the context of centre/periphery studies, traditional plots can be interpreted as those provided by models such as Polanco’s or Basalla’s. Steve Turner calls attention to the misconception that such traditional models do not provide ‘story-context’ and possess no ‘explanatory

function' (TURNER, 2001: 500). Theoretical models determine a specific sort of emplotment, which may give little flexibility to the narrator. In this sense, it is an ironical emplotment that allows destabilisation, deconstruction and subversion of traditional stories produced by traditional models. This is another feature that fits with Chambers and Gillespie's argument in favour of 'nonlinear, nonstaged and nonprescriptive' frameworks to analyse centre/periphery interactions. In practice, this is deployed in ironical narratives by openly acknowledging deficiencies, conflicts, shortcomings and inconsistencies in the background in which interaction takes place. As Golinski argues, irony is especially appropriate to 'recapture the openness and uncertainties of scientific practice' (GOLINSKI, 2005). For instance, if the study of institutional exchanges, circulation of ideas, or people, between central and peripheral regions is the primary goal of the narrator, analyses may focus not only on successes, but also on failures. If interaction occurs at the level of disciplines, it may be necessary to welcome inconsistencies and to acknowledge the patrolling of disciplinary boundaries (GIERYN, 1999: 233-335). The attention to failures and inconsistencies requires a specific emplotment that allows and welcomes the depiction of uncertainty and ruptures. In some Latin American countries, such as Brazil, this feature of ironical emplotments is particularly useful, given that common analytical categories that support the so-called 'history of winners' has little use in the study of institutional trajectories and research programmes that are often dysfunctional and discontinuous (ARDIGO, 2011; KROPF and HOCHMAN, 2011).

In addition, ironical narratives welcome a 'reflexive consciousness' that is often not allowed in other narrative categories (JACOBS and SMITH, 1997: 70). For instance, according to Clark William, whereas some early narratives in the history of science portrayed 'sacralised' practices for the study of nature, ironical emplotments are characterized by the focus on "profane" engagements with knowledge production (WILLIAM, 1995: 47). This characteristic can be applied to Chambers' suggestion of focusing on infrastructures that accommodate different knowledge systems. Recent centre/periphery scholarship already tends to focus on the profane when it attempts to desacralise central forms of knowledge and highlight localised research programmes in the peripheries (CUETO, 1997). More importantly, the focus on the profane is the element that yields symmetry to narratives as the systematic analysis of individuals, publications, institutions and ideas that does not constitute mainstream scientific activity, must take place both in the centre and in the periphery. The result is a perspective that symmetrically

portrays virtues and vices in the two extremes of scientific exchanges.

The profane can also be interpreted in the analysis between motivations and discourses, commonly present in ironical narratives. This particular feature may be related to Chambers and Gillespie's suggestion of a systematic investigation of 'vectors of communication, exchange and control' (CHAMBERS and GILLESPIE, 2000). For instance, although some scholars disagree with this definition, to many authors, irony is to say one thing while meaning the opposite (CURRIE, 2010: 4). Jacques Derrida, for example, is often described as an ironic philosopher, because analyses his sources not for what they 'intended to say manifestly', but the meanings that lay 'behind' the text (COLEBROOK, 2004: 92). Graeme Gooday uses irony when exploring the limits of scientists' interpretative schemes and describes their own awareness of their shortcomings (GOODAY, 2004). Finally, Clark William identifies ironical alongside satirical elements in Sandra Harding's portrayal of the motivations behind the constitution of a new scientific discipline, primatology (WILLIAM, 1995). These examples constitute evidence that the recurrent contrast between discourses and motivations is a common feature of ironical emplotments that could serve to usefully analyse the 'vectors of communication, exchange and control' pointed out by Chambers and Gillespie (CHAMBERS and GILLESPIE, 2000).

84

A Case Study

The analysis of a case study will help identify the extent to which well-crafted ironical narratives are suited for uncovering the interaction of centre and peripheries, while still meeting the theoretical requirements of academic texts. The example investigated in this chapter is on nineteenth century Italian geology, *Fossils and Reputations*, because, in many ways, it resembles the reality found in several Latin American countries (CORSI, 2008). Pietro Corsi unveils in rich detail the interaction between central and peripheral regions within European geology, revealing a reality that is commonly found in several contexts of Latin American science. The scarcity of books, collections and journals, for instance, was a problem for Italians as much as it was for Brazilians. In the 1940s entomologists in the south of Brazil struggled to get access to articles and had to carefully plan their alliances in order to make up for their lack of resources (ARDIGO, 2011). The fact that Italians 'turned necessity into virtue' by, for example, insisting that research was conducted outdoors – while sources reveal they could not afford

doing otherwise – is similar to what Peruvian scientists carried out by promoting high altitude experiments from necessity, while their American counterparts used low pressure chambers (CUETO, 1997).

In addition, Corsi explored the history of Italian geology because the European institutional landscape has been to a great extent mapped out. This context is similar to the one found in Latin America, given that the institutional landscape of scientific centres and research programmes, say, in Buenos Aires, Sao Paulo, and Mexico City have traditionally received much attention from historians of science, whereas the same cannot be said about peripheral regions in Argentina, Brazil and Mexico. In the case of Brazil, scholarship has only recently begun to investigate the scantily known periphery of the country's science; and these uncharted waters in many ways demand narrative strategies that resemble the scholarship carried out on research programmes in the European periphery (SCHWEICKARDT, 2011; HODARA, 2003).

More importantly, Corsi deals with many of the critical issues highlighted by Chambers without conforming to a specific model. Through the study of correspondence exchanged between Giuseppe Meneghini, located in Pisa, and Igino Cocchi first in Paris, and then in London, Corsi's case study is essentially a study of centre/periphery interaction. In terms of narrative choices, Corsi deployed many elements that resemble to the ironical emplotments described above, whereas the analytical strength of his work can be found in the constitutive elements of the narrative approach analysed further below.

85

Methodological Narrative

The first element that stands out in Corsi's narrative discussed above is its use of comparative perspective. Although Corsi does not justify this methodology, his work is clearly comparative. Such comparative perspectives are increasingly described as important methodological devices in the historiography of science (LIVINGSTONE, 1995). Jordanova quite correctly points out that, until very recent, the historiography of science did not possess a broad range of comparative models beyond the sociologically oriented (JORDANOVA, 1993: 470). Nevertheless, Lewis Pyenson has demonstrated that 'comparative studies have been among the most innovative and the most durable of scholarly undertakings' in the historiography of science by compiling a long list of works that are essentially comparative even if not admittedly so (PYENSON, 2002). In the case of Fossils

and Reputations, by tracking down the communication between two individuals, one at the periphery, one at the centre, Corsi compared several elements that distinguished scientific practices in both regions. Although disciplinary boundaries were fluid, they remained stable enough to compare localised uses of concepts, descriptions, and geological periods (CORSI, 2008: 10-28).

Analytical Cohesion

Corsi's narrative approach addressed many of the problems and shortcomings of traditional centre/periphery models highlighted by Chambers and Gillespie 2000. Therefore, it is possible to investigate the structure of the narrative about Italian geologists from the perspective of how analytical frameworks, based on problems with traditional models, fit into ironical emplotments. Chambers and Gillespie argued, for example, that the analysis of centre/periphery interactions should allow the 'examination of both local and global contingencies of knowledge production' (CHAMBERS and GILLESPIE, 2000: 227). Corsi accomplished this whilst simultaneously presenting the developments on geology in Italy in comparison with Germany, England and France, where the main institutions, publications and specialists in geology were located or circulated. At the same time, he focused on the local practices in Italy, which consisted of the study of a diverse 'population of naturalists' (CORSI, 2008: 8). Although Corsi used categories such as academic and amateur, he made it clear that such terms were not adequate to capture the subtle constitutions of all the groups related to the production of geological knowledge. Throughout the narrative, the profane, the hallmark of the ironical narrative, is depicted by focusing on the diverse motivations of a population formed by 'producers, buyers and sellers of natural knowledge', which included, but was not limited to, wealthy amateurs, doctors, pharmacists, chemists, botanists, physicists, part-time merchants of natural history specimens, parish priests, quarry workmen, artillery officers, land owners, and mining engineers among others. A review of Corsi's work has correctly noted that he managed to put together short biographies of no less than 220 characters providing evidence of no a priori category of exclusion (CIANCIO, 2010). As a result, the local contingencies and the profane motivations of this diverse population are captured by a historiographical approach that allows and invites the consideration of diverse social figures from different 'intellectual, institutional and social worlds' (CORSI, 2008). Pulled together, such an approach accomplishes the task of uncovering

the production of scientific knowledge in the periphery that eventually had to be legitimised in the centre

A further necessity that Chambers and Gillespie declared vital is a framework that is at the same time ‘nonlinear, non-staged and non-prescriptive’, but capable of having some parameters that allow ‘systematic comparison of the different independent local histories of knowledge’ (CHAMBERS and GILLESPIE, 2000: 227). This is essentially what has already been described above as plot disintegration, an intrinsic feature of ironical narratives. Corsi achieves this aim by exploring the fluid borders of the geological discipline. Geology is portrayed in Europe as a battlefield where characters fight for their reputations in a constantly volatile environment. The narrative about Italian geologists reveals that the demarcation of the discipline was a subject of intense dispute and that the label ‘community’ when applied to these individuals, in fact, hid ferocious competition (CORSI, 2008: 8-24). In addition, it is in the bulk of the discipline that Corsi reveals contentions, interactions, and exchanges that shed light on the contingent factors affecting the accumulation of knowledge in the periphery. For example, in Italy, Meneghini was aware that Parisian experts had not observed some fossils that were familiar to him, but they were still deemed experts on those fossils for being located at the “centre”.

87

As noted above, Chambers and Gillespie insisted on the necessity of paying attention to ‘vectors of communication, exchange and control’ (CHAMBERS and GILLESPIE, 2000: 227). Ironical emplotments allow this attention through the analysis of contradictions between discourses and motivations. In the case of Italian geology, Corsi undertook this analysis by focusing on the extent to which reputations among peers was a driving force behind communication channels, exchange practices and power relations between centres and peripheries. For example, Meneghini in Italy, offered fossil samples to Charles Lyell in England, who was an anti-directionalist; and also sent samples to Constant Prévost in France, who was a directionalist. The Italian geologist was aware that he was providing evidence to researchers who held completely different theoretical positions; however, his motivation to interact with prominent researchers was to gain access to central institutions that could legitimise his own work. The opportunistic character of this alliance sheds light on the nature of exchanges in which personal benefits were as important as theoretical positions. Eventually, Lyell altered his *Elements of Geology* based on the observations that Meneghini had made in Italy. To the Italian, this was a great achievement given the resulting publicity of his

own work. Attempts were made to translate Lyell's works into Italy by Meneghini after he found a publishing space in London. Not surprisingly, soon after British public support for his work, the Italian geologist withdrew his support to Constant Prévost in Paris. In other words, the scientist at the periphery had to carefully craft his alliances because his access to centres, where he could legitimise his work, was extremely difficult.

Moreover, the focus on discourses and their underlying motivations has revealed peculiar elements of power structures within the discipline of geology. For instance, holding a prominent position in a central institution did not necessarily equate to having a distinguished reputation among the scientific community. The case of the Parisian geologist, Alcide d'Orbigny, who occupied a central position but was plagued by a dubious reputation, is illustrative in this case. Although d'Orbigny was essentially forced to occupy a Chair of Palaeontology especially created for him at the Natural History Museum in Paris, he faced, nonetheless, fierce opposition from his peers (CORSI, 2008). This, of course, affected not only the personal career of d'Orbigny, but also contributed negatively to the field he wished to promote. This example suggests that the focus on motivations reveals localised cultural and local rules present in central regions; the same must then also be investigated in the periphery. For instance, Meneghini, in Italy, abhorred the idea of publishing his biography in the Bulletin of the French Geological Society because it might be considered an explicit search for publicity, which would be unacceptable for a person of his status. But this was common practice within the Parisian scientific community and, as result, affected the image of the peripheral scientist without any specific relationship to his cognitive skills.

88

It could always be otherwise

Without a doubt some criticisms of the use of ironical emplotments in centre/periphery studies can be anticipated. First of all, the treatment of narrative categorisation provided in this chapter might be interpreted as an attempt to transform historical studies into simple literary analysis. This could not be further from the goal of this essay, which has drawn attention to the importance of ironical emplotments and their usefulness in providing practical and straightforward guidelines for historians and social scientists to explore primary sources and organise their narratives. While debates about the philosophical merits of such an approach have been exhaustively carried out (as indicated in the bibliography of

this chapter) the argument put forward here is much simpler. Ironic emplotments are traditionally used to ‘disrupt established, intolerant narratives of power’, and thus can assist those trying to avoid or to discuss previously traditional models (JACOBS and SMITH, 1997). This may be accomplished without necessarily entering into the debate about what ironical narratives might offer in terms of causality. In fact, according to Gregory Currie, ironic emplotments ‘target the defects in points of view, generally without any assertion of a contrary stance’, as ironical narratives have a general tendency of avoiding ‘manifest commitment to theories or principles’ (CURRIE, 2010). The use of comparative methodology is particularly pertinent in this case. Peter Baldwin argues that comparative history has become increasingly concerned with complexity rather than with causality, especially through the lens of cultural history; whereas Stone suggests that the central focus of historiographical narrative is on individuals not circumstances, and that their will is as important as impersonal forces (STONE, 1979; BALDWIN, 2004).

A second line of criticism that can be anticipated is regarding inflexibility in narrative emplotments used in history of science (LAW, 1991). Although this may apply for some categories, it is hard to see how this can fit into ironical emplotments. As shown above, ironical narratives are usually the result of attempts to address shortcomings in accepted views. In Corsi’s case study, for example, the existence of a methodological scepticism underlying the whole narrative is clear from the start. By analysing the Parisian scene from the perspective of an outsider, Corsi put into question established knowledge about the French geology scene. For instance, identifying where the centre and periphery are located is made by historical actors, not the historian. This is a distinctive feature between the formulaic nature of models, that establish aprioristic categories for identification of centres and peripheries, and the narrative Corsi puts forth. Geologists knew where the centre of their discipline was. Their criterion included the concentration of libraries, collections and societies. In addition, it was in the centre where researchers had to validate the data and research carried out by individuals back in Italy, who, nevertheless, were fully aware of the quality of their work (CORSI, 2008: 10-32). Although most of these elements coincide with traditional model’s predictions, bringing the historical actor to the foreground first and foremost reveals a theoretical stance that the narrative could have had a completely different formulation if a different character or group was the focus of attention. The historical actor in this sense becomes the most reliable source to indicate the evolution of his or her own field

and, more importantly, to identify shifts in the axis of power of scientific centres. This interpretive flexibility is similar to the ‘uncertainty trough’ put forward by Donald MacKenzie (PINCH, 1996). According to MacKenzie, the closer one gets to scientific research, the greater the uncertainty about the experimental data it yields becomes. In narrative terms this translates into the existence of different perspectives that vary according to the individuals investigated, and which implies a sceptical stance towards any of the actors’ interpretations. Stone called this variability in narrative resolution as the ‘principle of indeterminacy’, which, in face of the evidence presented so far, could be perfectly expected in ironical emplotments (RESTIVO, 2005: 391). In addition, scepticism can also be assumed from Corsi’s use of sources. The amassing of letters that constituted the bulk of his book demanded years of research and almost a decade to transcribe the letters. It is noteworthy that this was correspondence between two marginal figures, from a peripheral part of a small scientific community. The choices guiding Corsi’s empirical practice therefore reveal a methodological scepticism in which nothing can be aprioristically excluded.

90

I opened up this paper answering the invitation for the dialogue between history of science and STS, and I would like to close it pointing out areas where this might actually take place based on the possibilities highlighted above. The role of motivations explored in this chapter resembles the ‘interests approach’ put forward by STS scholars in the early 1980s (WEBSTER, 1991: 16). Further studies may define more specifically the ways in which narratives written from historical and sociological perspectives have incorporated motivations and interests into narratives, and how they could learn from each other. The question of symmetry is another area that might be extremely useful to narratives of centre/periphery interactions. A concept that has been important in STS could be also useful to imagine more symmetrical narratives of interactions, and historians might benefit immensely from the familiarity of STS scholars with this concept (SISMONDO, 2010). This chapter has also suggested that this dialogue is possible in the form of narrative categorisation as ironical emplotments are suited to incorporate methodological and analytical requirements that amend problems identified in previous centre/periphery models. The several elements of ironical narratives in Corsi’s work indicates that this category enables historians and social scientists to deal with the main limitations of centre/periphery models by placing individual agency at centre stage and, at the same time, displaying an admittedly tentative nature. In this sense, ironically, the category of irony has always been there, we

just need to rediscover its potential.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Ivone F.M. and HAMBURGER, Amélia I. “Registros de interações de Luiz Freire (Recife, 1896-1963) com o contexto francês de idéias.” In *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*, ed. Amélia I. Hamburger et al., 189-204. São Paulo: Edusp, 1996.

ARBODELA, Luiz Carlos. “A Ciência e o ideal de ascensão social dos crioulos no vice-reinado de Nova Granada.” In *Um olhar sobre o passado*, ed. Silvia F. de M. Figueiroa, 121-152. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

ARDIGO, Fabiano. “Uma ciência improvável.” In *Histórias de uma ciência regional*, ed. Fabiano Ardigo, 101-176. Sao Paulo: Contexto, 2011.

BALDWIN, Peter. “Comparing and Generalizing” In *Comparison and history: Europe in cross-national perspective*, eds. Deborah Cohen and Maura O’Connor, 1-22. London: Routledge, 2004.

91

BARONA, Josep L. *Ciencia e historia: Debates y tendencias en la historiografía de la ciencia*. Valencia: Godella, 1994.

BASALLA, George. “The spread of western science.” *Science* 156 (3775) (May): 611-622, 1967.

BEN-DAVID, Joseph. *The scientist’s role in society: A comparative study*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

BOTELHO, Antonio. “Cultural contagion.” *Science, Technology, & Human Values*, 18 (3): 389-394, 1993.

BROWNE, E. J. *Charles Darwin - The power of place*. New York: Pimlico, 2003.

CHAMBERS, David Wade. “Locality and science: Myths of centre and periphery.”

In *Mundializaion de la ciencia y cultura nacional*, ed. A. Lafuente, 605-619. Madrid: Ediciones Doce Calles, 1991.

--- and Richard Gillespie. 'Locality in the History of Science Technoscience : Colonial Science, and Indigenous Knowledge', *Osiris*, 15: 221-40, 2000.

CIANCIO, Luca, "Fossils and Reputations", *Isis*, 101, (1): 230-1.

COLEBROOK, Claire Mary. *Irony*. London: Routledge, 2004.

CORSI, Pietro. *Fossils and Reputations - A scientific correspondence, Pisa, Paris, London, 1853-1857*. Pisa: Pisa University Press, 2008.

--- . "The Politics of Theory in the History of Science", In *Histórias de uma ciência regional*, ed. Fabiano Ardigo, 354-363. Sao Paulo: Contexto, 2011.

92 COZZENS, Susan et al. "Knowledge and Development." In *The Handbook of Science and Technology Studies*, ed. Edward J Hackett et al., 787 -812. London: The MIT Press, 2008.

CUETO, Marcos. "Science under Adversity 1920-1960." *Minerva*, 35, (3): 233-45, 1997.

CURRIE, Gregory. *Narratives and Narrators*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

DASTON, Lorraine. "Science studies and the history of science" *Critical Inquiry*, 35 (4): 798-813, 2009.

DEAR, Peter, and JASANOFF, Sheila. "Dismantling boundaries in science and technology studies." *Isis* 101 (4): 759-774, 2010.

DESMOND, Adrian and MOORE, James. *Darwin's Sacred Cause*. London: Penguin.

Eustace, Nicole. 2003. "When fish walk on land: Social history in a post modern world", *Journal of Social History*, 37 (1): 77-91, 2009.

FIGUERÔA, Silvia. As ciências geológicas no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

FILGUEIRAS, Carlos. A.L. “A História da ciência e o objeto de seu estudo.” *Química Nova* 24 (5): 709-712, 2001.

FRYE, Northrop. *Anatomy of Criticism: Four Essays*. Princeton: Princeton University Press, 1957.

GALISON, Peter. “Ten problems in history and philosophy of science” *Isis*, 99 (1): 111-24, 2008.

GIERYB, Thomas. *Cultural Boundaries of Science*. London: The University of Chicago Press, 1999.

GOLINSKI, Jan. *Making Natural Knowledge*. London: The University of Chicago Press, 2005.

93

GOODAY, Graeme. *The Morals of Measurement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GRIJALVA, Manuel. ‘¿Existe la historia Regional?’ *Historia Mexicana*, 51 (4): 867-97, 2002.

HACKETT, Edward J. et al. *The Handbook of Science and Technology Studies* London: The MIT Press, 2008.

HODARA, Joseph. “Ciencia en la periferia de la periferia.” *Estudios interdisciplinarios de America Latina y El Caribe* 14 (1): 1-8, 2003.

HOLTON, Bod. “History and Sociology in the Work of E.P. Thompson.” *Journal of Sociology* 17 (1): 46-55, 1981.

JACOBS, Ronald N. and SMITH, Philip. “Romance, Irony, and Solidarity.” *Sociological Theory* 15 (1): 60-80, 1997.

JORDANOVA, Ludmilla. "Gender and the Historiography of Science." *The British Journal for the History of Science* 26 (4): 469-483, 1993.

KOHLER, Robert E. 'A Generalist's Vision Focus: The Generalist Vision in the History of Science', *Isis* 96 (2): 224-29, 2005.

KROPF, Simone Petraglia, and HOCHMAN, Gilberto. "From the Beginnings: Debates on history of science in Brazil." *Hispanic American Historical Review* 91 (3): 391-408, 2011.

LAW, John. "Theory and Narrative in the History of Technology: Response." *Technology and Culture* 32 (2): 377-384, 1991.

LENOIR, Timothy. *Instituting science*. Stanford: Stanford University Press, 1997.

94 LIVINGSTON, David N. "The spaces of knowledge" *Environment and Planning: Society and Space*, 13 (1): 5-34, 1995.

LOPES, Maria Margaret, and PODGORNÝ, Irina. "The Shaping of Latin American Museums of Natural History." In *Nature and Empire*, ed. Roy MacLeod, 108-118. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

LÓPEZ-ÓCON, Leoncio, and BADÍA, Sara. "Overcoming obstacles: The Triple Mobilization of the Comisión Científica del Pacífico." *Science in Context* 16 (4): 505-534, 2003.

MAcLEOD, Roy. "On Visiting the 'Moving Metropolis': Reflections on the Architecture of Imperial Science", *Historical Records of Australian Science*, 5 (1): 1-16, 1982.

---. "Introduction." In *Nature and Empire*, ed. Roy MacLeod, 1-16. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

MATEOS, Ismael Ledesma. "La introducción de los paradigmas de la biología en México y la obra de Alfonso L. Herrera." *Historia Mexicana* 52 (1): 201-240,

2002.

MEGILL, Allan. "Recounting the Past: Explanation, description, and narrative in historiography", *The American Historical Review*, 94 (3): 627-53, 1989.

MERTON, Robert K. *The Sociology of Science Theoretical and Empirical Investigation* Chicago. London: The University of Chicago Press, 1979.

NYE, Mary Jo. *Science in the provinces*. London: The University of Chicago Press, 1986.

PINCH, Trevor. 'The Social Construction of Technology', In *The Social Construction of Technology*, ed. Robert Fox, 17-36. Amsterdam, B.V.: OPA, 1996.

POLANCO, Xavier. "World-Science." In *Science and Empires*, ed. P. Petitjean et al., 225-242. London: Kluwer, 1992.

POLANCO, Xavier. "Une science-monde." In *Naissance et développement de la science-monde*, ed. X. Polanco, 225-242. Paris: Editions La Découverte, 1990.

95

PYENSON, Lewis. 'Comparative History of Science History of Science, 2002.

QUEVEDO, Emilio V. "Os Estudos Histórico-Sociais sobre as Ciências." In *Os estudos histórico-sociais sobre as ciências*, ed. Silvia Figueiroa, 33-96. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

RESTIVO, Sal P. *Science, technology, and society: an encyclopaedia*. New York: Oxford University Press, 2005.

ROSTOW, W.W. "The Stages of Economic Growth" *The Economic History Review* 12 (1): 1-16, 1959.

RUDWICK, Martin J.S. *The Great Devonian Controversy*. London: The University of Chicago Press, 1985.

SAGASTI, F. and GUENERO, M. *El Desarrollo Científico y Tecnológico en*

America Latina. Buenos Aires: INTAL, 1974.

SECORD, J.A. "Knowledge in Transit." *Isis* 95 (4): 654-72, 2004.

SECORD, James A. *Victorian Sensation*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

SCHWEICKARDT, Júlio C. *Ciência, nação e região*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

SHAPIN, Steven. *Never pure*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.

SISMONDO, Sergio. *An introduction to science and technology studies*. Malden: Blacwell, 2010.

96

SOMERS, Margaret R. "The Narrative Constitution of Identity: A Relational and Network Approach." *Theory and Society* 23 (5): 605-649, 1994.

SRONE, Lawrence. "The revival of narrative: Reflections on a new old history." *Past and Present* (85): 3-24, 1979.

TURNER, R. Steven. "On Telling Regulatory Tales: rBST comes to Canada." *Social Studies of Science* 31(4): 475-506, 2001.

VOS, Paula De. "The science of spices: Empiricism and economic botany in the early Spanish empire." *Journal of World History* 17 (4): 399-427, 2006.

WEBSTER, Andrew. *Science, Technology and Society*. New York: Palgrave, 1991.

WILLIAM, Clark. "Narratology and the history of science." *Studies In History and Philosophy of Science* 26 (1):1-71, 1995.

Etnias, Fronteiras e Ciências Humanas: a contribuição da História da América

Enviado em:
20/11/2012
Aprovado em:
04/2013

Cristiano Lima Sales¹

Professor de História da América na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.
c.limaastronauta@yahoo.com.br

Resumo

Nesse artigo pretendo revisar teorias acerca de conceitos de etnia, fronteira étnica e seus usos políticos a partir do campo historiográfico sem, no entanto, perder de vista as conexões entre a história e demais ciências sociais, como a antropologia e a arqueologia. Rediscutirei as ideias de pureza racial ou étnica, mestiçagem e fronteiras historicamente construídas na esfera simbólica, levando em consideração a responsabilidade da historiografia neste processo. Levantarei ainda questionamentos sobre o estabelecimento de “fronteiras internas” dentro da própria ciência histórica – “Etnohistória” e “Pré-História” – ponderando sobre a gênese e os sentidos dessas subdivisões da disciplina, especialmente no que se refere à História da América.

97

Palavras-Chave

História, fronteiras étnicas, fronteiras disciplinares.

Abstract

In this article, I intend to review theories about concepts of ethnicity, ethnic borders and their political uses from the historiographical field without, however, disregard the connections between History and another social sciences, as Anthropology and Archeology. I will rediscuss the ethnical or racial purity ideas, miscegenation and the borders historically built at the symbolical sphere, considering the historiography's responsibility in this process. I will still question about the establishment of 'internal borders' inside the historical science itself - 'Ethno-history' and 'Prehistory' - considering the genesis and the meanings of these subdivisions of the discipline, specially on what concerns American History.

Keywords

History, Ethnical Borders, Discipline Borders.

1 Mestre em História pela Universidade Federal de São João del-Rei – USFJ.

Introdução

A existência e persistência de grupos étnicos é daquelas “situações-problema” que causam uma espécie de “vertigem” em muitos cientistas sociais. Talvez nem tanto nos antropólogos, mais habituados a lidar com a matéria, mas alguns sociólogos e historiadores por vezes demonstram certa desorientação sobre ou simplesmente desconsideram as diversas “realidades étnicas” nos seus estudos. E não é para menos, pois se trata de uma questão de fundo “espinhosa”, incômoda, complexa ao extremo e, talvez por isso mesmo, “jogada para debaixo do tapete”.

Essa discussão é também, muitas vezes, negligenciada de modo não intencional. Uma vez que as ciências sociais foram fundamentadas a partir de bases epistemológicas culturais europeias, os estudos tenderam a ignorar realidades culturais diferentes, que se afastassem dos seus modelos originais, tratando-as como apêndices da “verdadeira matéria de estudo” percebida, até então, sempre com uma visão “europeizada” e “europeizante”, etnocêntrica. As pesquisas contemporâneas, no entanto, reconhecem a urgência em reparar essa “miopia científica” e em incorporar criticamente todos os grupos humanos, por mais diversos que sejam, como objeto de análise e como agentes históricos, respeitando-se suas particularidades. Este procedimento implicou numa revisão teórica geral e numa reconfiguração das metodologias científicas tradicionais a partir das diferentes realidades empíricas pesquisadas.

Nesse artigo pretendo revisar teorias acerca de conceitos de etnia, fronteira étnica e seus usos, especificamente a partir do campo historiográfico sem, no entanto, perder de vista as conexões entre história e “ciências vizinhas” (especialmente a antropologia e a arqueologia), no que tangem ao tema. O objetivo é rediscutir as ideias de “pureza racial ou étnica”, mestiçagem e fronteiras historicamente construídas na esfera simbólica, levando em consideração a responsabilidade da historiografia nesse processo. Seguindo esse raciocínio, quero chegar mesmo a questionar o estabelecimento de fronteiras internas dentro da própria ciência histórica – como “Etnohistória” e “Pré-História” – ponderando sobre a gênese e os sentidos dessas subdivisões da disciplina.

Sobre conceitos de etnia e fronteira étnica

As construções da ideia de etnia se vinculam intimamente a outros conceitos “problemáticos”, especialmente aos de raça, cultura e identidade. Dizia-se que a etnicidade teria um caráter “biocultural”. Entretanto, o peso relativo do fator biológico e do fator cultural na construção de “imagens étnicas” variou ao longo da história.

Até os anos 60, de modo geral, a antropologia adotava uma visão tradicional – “primordialista” ou “essencialista” – na qual a etnia seria um fator precedente ao sujeito, seria praticamente uma herança biológica, uma essência, composta por um conjunto de características culturais objetivas, ou seja, por uma cultura unificada, coerente, dada ou recebida no nascimento do indivíduo. Essa “estrutura cultural hereditária” somente se formaria no isolamento do grupo, tenderia à conservação (permanência) de seus traços identitários e determinaria o comportamento dos sujeitos nascidos no grupo. Nessa leitura antropológica, quando dois ou mais grupos entravam em contato ocorreria, necessariamente, um processo de aculturação, no qual o grupo culturalmente mais forte se sobreporia aos demais. Assim, o contato intergrupar seria um fator de desagregação e perda da identidade étnica, entendida como o conjunto de traços culturais comuns aos membros do(s) grupo(s) dominado(s).

Nessa vertente da antropologia, pois, a etnia está intimamente relacionada à ideia de raça e ancorada numa perspectiva objetivista de cultura e identidade. Esse conjunto conceitual e teórico foi, aos poucos, solapado pelo surgimento e emergência da antropologia cultural americana e desmontado, por fim, através de trabalhos posteriores ao surgimento dessa escola antropológica. Vamos por partes.

Falar em raça para qualificar grupos humanos hoje em dia é praticamente uma “heresia” científica. Esse conceito, segundo as pesquisas da biologia humana, simplesmente não se sustenta. A evolução dos estudos sobre o homem, que fizeram uso de medidas antropométricas (incluindo as medidas do índice encefálico), da caracterização dos diferentes grupos sanguíneos e, finalmente, dos avanços da genética, apontam para uma única conclusão geral: “qualquer ‘perfil raciológico’ é comparável com qualquer outro e os ancestrais de qualquer ‘raça’ remontam, igualmente, à mesmíssima origem do *Homo sapiens*” (GARCÍA, 2000:32). Assim, embora haja evidências empíricas, visíveis e invisíveis, de que existem diferenças biológicas entre populações humanas, essas diferenças são mínimas, insuficientes para estabelecer qualquer tipologia racial válida. A biologia mostra que todas as

mais diversas populações de nossa espécie têm uma única origem comum e “só resta [à ciência] estabelecer perfis estatísticos referentes a alguns traços genéticos característicos de certos grupos, [que não implicam em diferenciação racial e] que, ademais, são variáveis ao longo do tempo” (GARCÍA, 2000:33). Essas mesmas estatísticas revelam ainda que nenhum grupo humano apresenta um conjunto de caracteres hereditários homogêneo. A variação genética interna de qualquer grupo pesquisado chega a ser superior à variação expressa quando se compara grupos diferentes. E todas as pequenas diferenças genéticas populacionais detectáveis são relativamente recentes, evidenciando o fato de que nunca houve “raças puras” quando tratamos do homem. Dessa maneira, o conceito de população é teórica e cientificamente incompatível com o de raça.

Partindo dessa “verdade científica”, levanta-se uma questão central:

Se isso ocorre com a ‘identidade genética’, que está determinada, inscrita, para cada indivíduo desde a formação do zigoto, o que pensar da ‘identidade étnica’, uma vez que os traços atribuídos a ela ‘evoluem’ ou mudam de maneira muito mais rápida e podem se modificar inclusive ao longo da vida individual? (GARCÍA, 2000:36).

100

Voltaremos a isso adiante. Por hora é necessário reafirmar, a partir do que foi exposto, a distinção entre os conceitos de raça e etnia e relacionar, enfim, etnia à cultura e identidade.

Com a eliminação de componentes biológicos para justificar a diferenciação étnica restaram os traços culturais e identitários dos grupos. Entretanto, alguns cientistas questionam a escolha de quais traços (ou conjunto de traços) deveriam ser tomados como critério(s) para diferenciar e criar realidades étnicas diversas... Na perspectiva objetivista, que entende a cultura de modo estanque, forjada num conjunto de fatores (“marcadores culturais”) determinados pela observação do pesquisador, fala-se em características lingüísticas, territorialidades, religiosidades, origem familiar (retomando a proximidade com o fator biológico) e formas de organização social ou produtiva para distinguir as etnias, mas não chega-se a um consenso... Qual seria a seleção de traços pertinentes para identificar uma etnia? Quantos traços seriam necessários para isso? “Quem estabelece, e em virtude de que critério, que uma dada diferença é significativa e constitui um traço diferencial

ou um marcador de identidade étnica?” (GARCÍA, 2000:42)².

Devido a esse “nó teórico-conceitual” alguns estudos antropológicos tenderam a adotar uma postura extremada, inversamente oposta, ressaltando o caráter subjetivista da construção identitária. Nessa linha de raciocínio a etnia emergiria do próprio grupo étnico, da “subjetividade social de seus membros e da de seus vizinhos”, independentemente da observação do antropólogo. A este caberia perceber a consciência ou “sentimento de pertencimento” do indivíduo a uma comunidade étnica singular, identificando uma “consciência de identidade” já presente na subjetividade individual/grupal (GARCÍA, 2000).

Alguns cientistas propõem conceituações que chegam mesmo a fundir as proposições objetivistas e subjetivistas:

El término grupo étnico hace referencia al conjunto de individuos que comparten una cultura, algunos de cuyos rasgos son utilizados como signos diacríticos de pertenencia y adscripción, y cuyos miembros se sienten unidos mediante una consciencia de singularidad históricamente generada (ZAMORA, 1993 apud GARCÍA, 2000:43).

Esses autores são herdeiros de uma (re)visão antropológica que apareceu no contexto do ressurgimento dos movimentos étnicos e das “políticas de identidade” nos Estados Unidos, a partir dos anos 70 (CUCHE, 1999)³. Essa “nova

101

2 Na sua crítica tenaz ao que ele chama de “*pseudoconceito*” de etnia, Pedro G. García afirma: “A la idea ‘etnia’ no le queda ningún significado riguroso, cuando ningún rasgo o conjunto de rasgos, sean biogenéticos o socioculturales, es capaz de aportar, como regla general, una información concluyente acerca del grupo étnico al que pertenece un individuo humano” (GARCÍA, 2000:51). O autor destaca em toda sua argumentação, a inexistência de um critério (ou conjunto de critérios) único, universalmente válido, que “tipifique” uma etnia. Desta maneira parece querer simplificar demais uma questão complexa ao extremo, correndo o risco de reduzi-la a uma “explicação que não explica” nada... Garcia “perde o pé” da historicidade inerente tanto às ciências quanto à etnicidade. O “universal” na ciência é também uma construção histórica! Muda, evolui... Assim como a etnicidade (ou identidade étnica), que é resultado de uma construção social e histórica. Como afirma Denys Cuche: “Querer reducir cada identidad cultural a una definición simple, ‘pura’, sería no llevar en cuenta a heterogeneidad de todo grupo social. Nenhum grupo ou indivíduo está fechado *a priori* em uma identidade unidimensional. O caráter flutuante que se presta a diversas interpretações ou manipulações é característico da identidade” (CUCHE, 1999:192). É esse caráter “multidimensional e dinâmico”, difícil de ser apreendido, mas tão real quanto um teorema da física exata, que dificulta a conceituação de etnia, identidade ou cultura. E não é por isso que esses conceitos devam ser reduzidos a explicações simplistas. Os conceitos e/ou objetos sobre os quais a ciência trabalha precisam ser entendidos na sua complexidade.

3 Segundo Denys Cuche esses “fenômenos da exaltação da diferença” dos anos 70 levaram a tendências ideológicas muitas vezes opostas, como a “apologia da sociedade multicultural, por um lado, ou, por outro lado, a exaltação da ideia de ‘cada um por si para manter sua identidade’” (CUCHE, 1999:175).

antropologia”, que dialoga com o “culturalismo” original de Franz Boas⁴, adota uma perspectiva relacional, que “compara” os grupos culturais, ao mesmo tempo em que reconhece a dialética indivíduo/grupo na definição da etnia, destacando também a historicidade intrínseca à construção étnica.

Seguindo essa perspectiva, Fredrik Barth aponta que um grupo étnico só pode “emergir” de dois movimentos: 1º) do contato com outro grupo; 2º) pela atribuição (auto-atribuição e/ou atribuição externa) do indivíduo a um grupo. O autor defende que uma etnia só pode ser reconhecida no contato, no contraste, com outras etnias. Etnicidade implica, pois, em alteridade. Um grupo é o que é em relação a outro grupo, e a identificação acompanha a diferenciação (CUCHE, 1999). Apenas a partir das diferenças observadas e expressas nesse contato – eu/nós X “os outros” – pode-se estabelecer critérios que constituirão as fronteiras étnicas entre os grupos.

O que separa dois grupos etnoculturais não é em princípio a diferença cultural, como imaginam erroneamente os culturalistas. Uma coletividade pode perfeitamente funcionar admitindo em seu seio uma certa pluralidade cultural. O que cria a separação, a ‘fronteira’, é a vontade de se diferenciar e o uso de certos traços culturais como marcadores de sua identidade específica. Grupos muito próximos culturalmente podem se considerar completamente estranhos uns em relação aos outros e até totalmente hostis, opondo-se sobre um elemento isolado do conjunto cultural.

A análise de Barth permite escapar à confusão tão freqüente entre ‘cultura’ e ‘identidade’. Participar de certa cultura particular não implica automaticamente em ter certa identidade particular. A identidade etnocultural usa a cultura, mas raramente toda a cultura. Uma mesma cultura pode ser instrumentalizada de modo diferente e até oposto nas diversas estratégias de identificação (CUCHE, 1999:200-201).

Nesse processo os sujeitos individuais têm papel importante, pois são eles que se definirão pertencentes a um ou outro grupo, segundo seus interesses e suas subjetividades. Dependendo do posicionamento individual (certamente influenciado pela coesão ou mesmo pela coerção grupal) as fronteiras intergrupais

4 Franz Uri Boas nasceu na Prússia, em uma família judia, já assimilada pela cultura alemã. Tornou-se cientista de formação ampla, vindo morar nos Estados Unidos em 1896. Nas primeiras décadas do século XX sua visão crítica sobre os estudos antropológicos publicados até então revolucionou o meio intelectual, ao afirmar o conceito de cultura como fator explicativo das diversidades sociais (até aquele momento justificadas pelas teorias da evolução, da difusão ou a partir de determinações raciais, geográficas e econômicas). Apesar de não ter deixado uma metodologia de pesquisa claramente estruturada, Boas é considerado o fundador da “Escola Antropológica Americana”, que tem no “culturalismo boasiano” sua base epistemológica.

podem ser mais ou menos fluidas.

Mas a identidade social não diz respeito unicamente aos indivíduos. Todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (...) e o distingue dos outros grupos (CUCHE, 1999:177).

Outro detalhe importante a destacar é que, nessa visão, o contato não leva à aculturação.

Contrariamente a uma convicção largamente difundida, as relações contínuas de longa duração entre grupos étnicos não levam necessariamente ao desaparecimento progressivo das diferenças culturais. Frequentemente, ao contrário, estas relações são organizadas para manter a diferença cultural. Às vezes, elas provocam até a acentuação desta diferença através do jogo da defesa (simbólica) das fronteiras de identidade. Entretanto, as 'fronteiras' não são imutáveis. Para Barth, todas as fronteiras são concebidas como uma demarcação social suscetível de ser constantemente renovada pelas trocas (CUCHE, 1999:201).

Dessa maneira percebe-se que o contato estabelece, antes de tudo, uma dinâmica cultural intergrupal na qual as fronteiras tornam-se permeáveis e os grupos em relação se influenciam mutuamente. Nenhum deles sairia ileso do contato. O estudo histórico acurado dos contatos intergrupais seria capaz de demonstrar um quadro inteiramente diferente, no qual a condição atualizada dos grupos seria ocasionada por uma combinação única de antigos elementos “originais” de cada um (que em si mesmos são, sem dúvida, complexos) e de influências dos outros (BOAS, 1920), resultando numa situação necessariamente nova para ambos. “Nesse sentido, todas as culturas humanas resultam de processos de hibridação, já que a própria noção de cultura deve ser considerada um sistema dinâmico, cuja existência se deve tanto à criação interna quanto à relação externa” (BARTOLOMÉ, 2006:41).

Falando já em 1920 sobre os métodos da etnologia, Boas ressaltava a historicidade e a instabilidade inerentes a qualquer etnia, mesmo àquelas dos povos pretéritos, acusados de “fixismo cultural”:

Antes de mais nada, todo problema de história cultural se apresenta para nós como um problema histórico. Para entender a história é preciso conhecer, não apenas como as coisas são, mas como elas vieram a ser assim. No domínio da etnologia – em que, para a maior parte do mundo, nenhum fato histórico está disponível, exceto aqueles que podem ser revelados pelo estudo arqueológico – todas as evidências

de mudança podem ser inferidas apenas por métodos indiretos (...). O método baseia-se na comparação de fenômenos estáticos, combinada com o estudo de sua distribuição (...).

Tão logo esses métodos são aplicados, a sociedade primitiva perde a aparência de absoluta estabilidade transmitida ao pesquisador que vê determinado povo apenas num dado momento. Todas as formas culturais aparecem, com maior frequência, num estado de fluxo constante e sujeitas a modificações fundamentais (BOAS, 2004: 45).

Reafirma a seguir:

Onde quer que as condições primitivas tenham sido estudadas em detalhe, pode-se provar que elas estão num estado de fluxo (...). Períodos de estabilidade são seguidos por períodos de rápida mudança. É altamente improvável que se tenha preservado inalterado por milhares de anos qualquer costume de um povo primitivo (BOAS, 2004: 48).

Essa dinâmica destacada por Boas deve-se, também, à interação cultural do homem com o meio, mas, principalmente, às diferentes relações estabelecidas entre os próprios grupos humanos. Daí adviria a identidade grupal ou étnica. Segundo Barth, deve-se tentar entender o fenômeno da identidade através da ordem das relações entre grupos sociais (CUCHE, 1999).

(...) Deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais. Esta concepção dinâmica se opõe àquela que vê a identidade como um atributo original e permanente que não poderia evoluir. Trata-se então de uma mudança radical de problemática que coloca o estudo da relação no centro da análise e não mais a pesquisa de uma suposta essência que definiria a identidade (CUCHE, 1999:183).

Essas relações étnicas intergrupais se dão em todos os âmbitos: cultural, econômico, social e se expressam marcadamente no campo político, implicando em movimentos de poder.

Usos políticos da noção de etnia: identidades em choque

Em *O Poder do Simbólico*, Pierre Bourdieu refere-se ao uso contemporâneo dos termos “etnia” e “etnicidade” como “eufemismos eruditos para substituir a noção de ‘raça’, contudo, sempre presente na prática” (BOURDIEU, 1989:112). O autor parece chamar a atenção para as “antipatias raciais” que norteariam, num certo âmbito, as disputas de poder através do uso do conceito “eufemístico” de

etnia. Na conferência intitulada *Alguns problemas de metodologia nas ciências sociais*, proferida em 1930, Franz Boas já alertava sobre a relação direta entre racialização e disputa de poder:

Características hereditárias têm um valor cultural quando são socialmente significantes, como em todos os casos de discriminação racial ou naquelas condições culturais em que uma linhagem especialmente dotada tem a oportunidade de imprimir sua marca na cultura geral (BOAS, 2004:60).

Um ano depois, em *Raça e Progresso*, Boas vai ainda mais fundo na questão:

Não importa quão fraco o argumento em favor da pureza racial possa ser, nós compreendemos seu apelo social em nossa sociedade. Embora as razões biológicas aduzidas possam não ser relevantes, a estratificação da sociedade em grupos sociais de caráter racial irá sempre levar à discriminação de raça (BOAS, 2004:85).

Se a antipatia racial fosse baseada em traços humanos inatos, isso se expressaria em aversão sexual inter-racial. A mistura livre de donos de escravos com suas escravas, a notável diminuição resultante do número de negros puro-sangue, o progressivo desenvolvimento de uma população de sangue meio-índio e a facilidade de casamento com índios quando se podiam obter assim vantagens econômicas mostram claramente que não há fundamentos biológicos para o sentimento racial. (...) As antipatias são fenômenos sociais (BOAS, 2004:84).

105

Se valendo desses raciocínios sobre raça o autor postula a máxima de que, “na vida real, devemos considerar os cenários sociais, pois eles têm uma existência muito concreta” (BOAS, 2004:82). Qualquer distinção ou classificação conceitual teria, assim, uma função ou objetivo social. Podemos dialogar aqui com Bourdieu que não nos deixa esquecer que “as classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais” (BOURDIEU, 1989:112) – podem contribuir para produzir aquilo por elas descrito ou designado. A própria criação do conceito de etnia (no lugar de raça) produz a “categoria etnia” (conceituação produzindo a realidade objetiva) e a distinção étnica existe em função do contato social, muitas vezes conflituoso, entre grupos diferentes. Denys Cuche contribui para este debate ao destacar que em uma situação de dominação de um grupo sobre outro(s) a hetero-identidade se traduz pela estigmatização do(s) grupo(s) minoritário(s). Num conjunto composto por populações heterogêneas nem todos os grupos têm o poder de nomear e, muitas vezes, nem mesmo de se nomear. O que ocorre normalmente é uma situação em

que um grupo dominante classifica os outros na categoria de “grupos étnicos”. Os “étnicos” são os outros, ou seja, aqueles que se afastam de uma maneira ou de outra da referência de identidade dominante. Definidos como diferentes em relação à referência que os majoritários constituem, os minoritários ou assumem para si uma “identidade negativa” (vergonhosa ou rejeitada até por eles próprios), ou se engajam nas “lutas identitárias” pelos seus direitos. De qualquer maneira a imposição de diferenças significa mais a afirmação da única identidade legítima, a do grupo dominante, do que o reconhecimento das especificidades culturais de todos os grupos em contato. Ela serve para prolongar uma política de segregação dos minoritários. “O poder de classificar leva à ‘etnização’ dos grupos subalternos” (CUCHE, 1999:187).

Bourdieu arremata:

“As lutas a respeito da identidade étnica ou regional (...) são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver, fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos” (BOURDIEU, 1989:113).

106

O que está em jogo, ao final, é o poder de impor uma visão do mundo social.

Contudo, na contemporaneidade, a reafirmação da identidade étnica tornou-se uma arma política na luta pela conquista de direitos das “minorias”⁵. Nesse sentido, num contexto (pelo menos aparente) de busca por distribuição mais justa e equitativa dos direitos sociais, econômicos e políticos pelos Estados Nacionais, assumir uma identidade étnica pode trazer efeitos inversos àqueles sofridos pelo(s) grupo(s) dominado(s) até então. Pode contribuir para uma lenta e pretendida “desestigmatização” desses grupos⁶ e/ou abrir a eles possibilidades (mais imediatas) de acesso a melhores condições de vida, garantidas, até certo ponto, pelos Estados, que tem tentado reparar “culpas históricas”, compensado os grupos culturais (e seus descendentes) que sofreram todas as formas de violência nos processos históricos de ajuste a uma situação de “unificação” surgida com

5 O termo “minorias” refere-se àqueles grupos que destoam dos padrões estabelecidos pelo grupo dominante, não expressando, necessariamente, um caráter numérico. Os grupos “minoritários” podem, inclusive, apresentar índices populacionais superiores em relação ao grupo dominante, entretanto, não gozam dos mesmos direitos (sociais, políticos, civis...) ou da mesma situação econômica que este.

6 Essa hipótese é discutível, uma vez que o estigma continua sendo o critério de diferenciação, mesmo que abra novas possibilidades ao grupo.

a vitória e imposição do modelo de organização estatal⁷. Esses processos de “emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação” (HILL, 1996, apud BARTOLOMÉ, 2006:40) são conhecidos, no jargão antropológico, como “etnogêneses⁸ contemporâneas”.

Tem-se chamado de etnogênese o desenvolvimento de novas configurações sociais, de base étnica, que incluem diversos grupos participantes de uma mesma tradição cultural (por exemplo, os Mapuche atuais, BOCCARA 2000). Também já se qualificou de etnogênese o ressurgimento de grupos étnicos considerados extintos, totalmente ‘miscigenados’ ou ‘definitivamente aculturados’ e que, de repente, reaparecem no cenário social, demandando seu reconhecimento e lutando pela obtenção de direitos ou recursos (ROSSENS 1989; PÉREZ 2001; BARTOLOMÉ 2004). Em outras oportunidades, recorreu-se ao mesmo conceito para designar o surgimento de novas comunidades que, integradas por migrantes ou seus descendentes, reivindicam um patrimônio cultural específico para se diferenciarem de outras sociedades ou culturas que consideram diversas de sua autodefinição social, cultural ou racial (por exemplo, grupos migratórios interestatais ou comunidades afro-americanas) (BARTOLOMÉ, 2006:40).

Todas essas situações expressas nos processos de etnogêneses evidenciam a dinâmica social inerente à historicidade de estruturas e formas culturais que tendiam a se conceberem como relativamente estáticas, “(...) revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pela análise antropológica” (BARTOLOMÉ, 2006:39). Ao mesmo tempo demonstram

107

7 Denys Cuche ressalta que “o Estado moderno tende à mono-identificação”, pela “necessidade” de definir e reconhecer apenas uma identidade cultural, “a única verdadeiramente legítima”, como referência de “identidade nacional”. O autor nos lembra que “a ideologia nacionalista é uma ideologia de exclusão das diferenças. Sua lógica é a da ‘purificação étnica’, ainda que admita um certo pluralismo cultural no interior da nação” (CUCHE, 1999:188). É preciso ter clareza de que essa *mea culpa* assumida por alguns Estados Nacionais, encarnada nas políticas de compensação, no mais das vezes “cheira” a concessão, o que, na realidade, não garante a autonomia e não muda a situação de domínio sobre os grupos étnicos submetidos ao regime estatal.

8 A antropologia cunhou o conceito de “etnogênese” para nomear o desenvolvimento histórico de grupos étnicos ou “coletividades humanas”, “na medida em que se percebem e são percebidas como formações distintas de outros agrupamentos por possuírem um patrimônio linguístico, social ou cultural que consideram ou é considerado exclusivo” (BARTOLOMÉ, 2006:40). Como destaca Miguel A. Bartolomé: “Na verdade, a etnogênese foi e é um processo histórico constante que reflete a dinâmica cultural e política das sociedades anteriores ou exteriores ao desenvolvimento dos Estados nacionais da atualidade. É o processo básico de configuração e estruturação da diversidade cultural humana. Suas raízes fundem-se nos milênios e projetam-se até o presente” (BARTOLOMÉ, 2006:41). Na atualidade o termo ganhou novas nuances, sem dúvida muito mais complexas, espelhando a intrincada realidade sociocultural dos mais diversos grupos culturais em contato e interação num contexto de globalização.

a disposição dos grupos submetidos em recorrer ao conceito de etnia como uma “bandeira de luta” no campo social e político⁹.

Nesse contexto de etnogêneses contemporâneas e dialogando com F. Barth, Denys Cuche propõe que a etnicidade pode finalmente ser definida como:

“(…) a organização social da diferença cultural. Para explicar a etnicidade o importante não é estudar o conteúdo cultural da identidade, mas os mecanismos de interação que, utilizando a cultura de maneira estratégica e seletiva mantêm ou questionam as ‘fronteiras’ coletivas” (CUCHE, 1999:201).

Etnias e reconstruções históricas: o caso da História da América.

Diante do que já foi exposto parece ser necessário dedicar com um pouco mais de atenção à História da América. Logicamente, etnogêneses sempre existiram (e continuam a aflorar) em todos os continentes, desde que surgiram ou foram criadas diferenciações culturais nos grupos humanos... Entretanto, os processos históricos de migrações, contatos e reconfigurações étnicas vividos nas Américas foram tão complexos e expressivos que contribuíram decisivamente para a própria percepção desses processos em si. O estudo da realidade americana, a partir da conscientização da complexidade inerente aos seus processos históricos, foi fundamental para a evolução das ciências sociais, tanto teórica, quanto metodologicamente¹⁰. O próprio conceito de etnia parece ter sido gerado (ou consolidado) nas pesquisas empreendidas sobre o “ambiente” cultural e histórico americano, como veremos

108

9 Pedro G. García, expressando sua crítica aos “usos políticos da etnia”, chega mesmo a tentar desqualificar o conceito (ver GARCIA, Pedro Gómez, *Las ilusiones de la identidad*. Madri: Frónesis/ Universitat de València, 2001). Outros cientistas conseguem perceber as diferenças culturais e as limitações impostas a grupos estigmatizados, advindas das relações historicamente vividas, e reconhecem a legitimidade ou mesmo a necessidade da distinção étnica (ainda que constitua uma classificação “artificial”, como alerta P. Bourdieu) como mecanismo de acesso aos direitos humanos. Mais que isso, entendem que “as manipulações da identidade étnica” constituem a “prova científica” da sua real existência: “A identidade não existe em si mesma, independentemente das estratégias de afirmação dos atores sociais que são ao mesmo tempo o produto e o suporte das lutas sociais e políticas (BELL, 1975). Ao se enfatizar o caráter estratégico da identidade, pode-se ultrapassar o falso problema da veracidade científica das afirmações de identidade” (CUCHE, 1999:197).

10 Já falamos da importância do surgimento da Antropologia Cultural Americana, com Franz Boas, para a evolução do pensamento antropológico mundial. Paulo Seda, no artigo “Arqueologia e história Indígena: por uma História Antiga da América”, cita vários outros intelectuais – Montaigne, Hobbes, Rousseau, Darwin, Levi-Strauss, Sahlins... – para os quais as pesquisas executadas sobre a América foram decisivas na estruturação das suas obras, que revolucionaram o mundo da ciência. (Ver SEDA, 2007:205-206).

adiante.

Por hora, deixando um pouco de lado a história da ciência e focando na história concreta, vivida no solo americano, precisamos recuar muito no tempo se queremos dar conta da história “integral” do homem no continente, recorrendo, para tanto, às fontes arqueológicas. Mas a questão não é simples...

A chegada do homem ao continente americano é um dos temas mais controversos da arqueologia. Divergências teóricas, metodológicas e mesmo políticas entre os diferentes grupos de cientistas que se dedicam à pesquisa da história pré-colonial americana contribuem para a falta de consenso sobre a provável rota migratória utilizada pelos primeiros grupos humanos para penetrar no continente ocidental e geram polêmicas e discrepâncias relativas às datações. Alguns estudos atribuem uma idade de mais de 50.000 anos a artefatos de origem supostamente antrópica achados em sítios americanos, no entanto, datações muito antigas, embora não de todo rejeitadas, são consideradas com cautela. Ainda assim, é aceitável a hipótese de que o homem já estava presente nas Américas há, no mínimo, 12.000 anos¹¹ (RESENDE, SALES, ROCHA e FONSECA, 2010: 110).

O que se sabe sobre o “homem americano” de antes de 10 mil anos atrás é que teria uma morfologia mais próxima dos negroides que dos mongoloides (ancestrais da maioria dos índios atuais). Muito se especula se essa “etnia negroide” teria sido extinta, havendo hipóteses de uma persistência isolada, de “derrota” por assimilação genética frente aos mongóis ou mesmo de dizimação através de combate físico. O fato é que essa primeira vaga humana que iniciou a exploração e ocupação territorial da América cedeu espaço a novos grupos, de compleição mongoloide, que penetraram e dominaram, pouco a pouco, o continente, há, aproximadamente

109

11 Para maiores informações sobre o debate acerca do povoamento das Américas, consultar: FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002 (Ed. 2005). MEGGERS, Betty J. *América Pré-histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. NEVES, Walter Alves. A primeira descoberta da América. *Ciência Hoje*, nº 15, 1992, 38-48. NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luiz Beethoven. *O Povo de Luzia – em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Globo, 2008. PARFIT, Michel. O enigma dos primeiros americanos. *National Geographic*, dez. 2000, p. 77-103. (Edição Especial: Primeiros Americanos). PROUS, André. As Primeiras Populações do Estado de Minas Gerais, In: *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 101-114. ROOSEVELT, Anna. O povoamento das Américas: o panorama brasileiro, In: *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 35-50.

8.000 anos atrás¹². Esse segundo grande grupo humano ainda era eminentemente itinerante, dependendo da caça e da coleta para sobreviver. No entanto, adaptando-se bem ao ambiente, pôde crescer e, apesar de conservar características em comum, diversificou-se e subdividiu-se em incontáveis subgrupos que sofreram as mais variadas transformações culturais. Enquanto davam continuidade ao processo de povoamento e ocupação do território, já marcado pelas trilhas dos primeiros habitantes, inovaram, ao “(re)inventar”, por exemplo, o hábito de deixar “símbolos” gravados nas pedras por onde passaram, nos deixando os painéis de arte rupestre que podemos observar ainda hoje. Essa prática só deixaria de ser executada em torno de 2.000 anos atrás, quando uma nova e decisiva transformação cultural - a introdução da agricultura no cabedal dos recursos utilizados para a sobrevivência - vai, em certa medida, afastar o homem das rochas que eram seu suporte para as pinturas, deslocando-o das regiões serranas para os vales fluviais, em busca de solo fértil propício ao desenvolvimento da atividade agrícola (RESENDE, SALES, ROCHA e FONSECA, 2010).

110

As primeiras evidências conhecidas de domesticação de plantas surgem no planalto mexicano entre cerca de 7.000 a 4.000 a. C. (segundo MEGGERS, 1979). É comum, em arqueologia, associar o surgimento da agricultura e do fabrico de artesanato especializado com uma fixação territorial gradualmente maior dos grupos humanos. Entretanto, ao longo dos séculos, enquanto algumas “tribos” passaram a se estabelecer em territórios mais ou menos demarcados, chegando mesmo a formar algo como “Estados” ou “Impérios” indígenas, outras tantas continuaram no seminomadismo, ou seja, em situação muito próxima daquelas primeiras “culturas americanas”. Assim, quando da chegada dos europeus, as inumeráveis sociedades indígenas viviam aqui numa relação de profunda e

12 Este processo está exemplarmente descrito nas pesquisas sobre a história pré-colonial de Minas Gerais, nos trabalhos de André Prous (PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992. PROUS, André. As Primeiras Populações do Estado de Minas Gerais, In: *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 101-114. PROUS, André; BAETA, Alenice; RUBBIOLI, Ezio. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos: conhecer para proteger*. Belo Horizonte: Ed do autor, 2003), Walter Neves (NEVES, Walter Alves. A primeira descoberta da América. *Ciência Hoje*, nº 15, 1992, 38-48. NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luiz Beethoven. *O Povo de Luzia – em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Globo, 2008) e suas equipes. Os sítios arqueológicos mineiros “aquecem” as discussões sobre a antiguidade do homem na América. Os primeiros habitantes de Minas Gerais teriam vindo do nordeste brasileiro, no auge de um período seco e frio, deslocando-se em pequenos grupos. Achados de fósseis não mongoloides de mais de 12 mil anos em Lagoa Santa, no centro-norte de Minas (região central do Brasil), vão de encontro à “teoria clássica”, que só admitia a presença de seres humanos na América do Sul por volta de 9 mil anos A. P.

diversificada interação com o meio, já transformado numa “paisagem antrópica”: misto de caracteres naturais e culturais. Ao conquistador europeu não restou outra alternativa que não fosse recorrer ao conhecimento indígena para conseguir estabelecer-se no “Novo Mundo”.

Dessa maneira, o panorama étnico americano configurado no decorrer de milênios, já altamente complexo naquele momento histórico, passou a sofrer os mais variados processos de transformações advindos do contato inevitável com o universo cultural dos colonizadores. Chega a ser assustador imaginar o encontro desses “dois mundos” – de um lado as inúmeras sociedades, culturas ou etnias “ameríndias” e do outro lado os hispânicos, lusitanos, anglo-saxões e outros povos de origem europeia aportando nas Américas, trazendo consigo todo um legado étnico próprio, imensamente diversificado, fruto de experiências vividas em uma realidade completamente diferente da americana...

Os contatos culturais estabelecidos no “Novo Mundo” mudaram para sempre o panorama das relações historicamente vivenciadas pelo homem e a própria maneira do homem se perceber no mundo. Relembrando o debate entre Bartolomeu de las Casas e Juan G. Sepúlveda acerca da humanidade ou não-humanidade dos indígenas americanos, ocorrido em Valladolid após 50 anos da presença europeia na América, Edgar Ferreira Neto destaca que “a descoberta da humanidade do outro é, sem dúvida, como a descoberta da América, um dos acontecimentos mais surpreendentes da história do Ocidente” (FERREIRA NETO, 1997:314). Do ponto de vista do conquistador europeu, a “aceitação” da humanidade do outro (do indígena), permitiu um maior entendimento de si próprio, uma auto-descoberta, balizada nas semelhanças e diferenças das culturas europeias e indígenas em contato. Dali decorreram dois movimentos: “uma superação parcial do etnocentrismo medieval e o surgimento, no Ocidente, da necessidade de novas formas de entendimento do outro” (FERREIRA NETO, 1997:315).

Contudo, naquele momento, as semelhanças identificadas entre europeus e indígenas representavam um risco ao mundo cristão europeu, uma vez que traziam à luz “elementos de razão e virtude, entre outros povos”... “Por isso, a compreensão do outro, (...) podia vir junto com sua destruição, como apontou Todorov, considerado ato necessário não só para a dominação, mas para a preservação do caráter singular do ser cristão num mundo que colocava em evidência a sua não-singularidade” (FERREIRA NETO, 1997:317).

Miguel A. Bartolomé aponta que,

“(…) muitos dos grupos que originalmente conheceram os europeus eram sociedades relativamente recentes, derivadas de processos migratórios, conquistas, deslocamentos, fusões de coletividades menores, fissões de agrupamentos maiores, incorporações ou fragmentações políticas (...). Durante a época colonial alguns grupos desapareceram como resultado das compulsões militares, bióticas ou econômicas, mas também surgiram outros tantos devido a deslocamentos, congregações ou alianças.” (BARTOLOME, 2006:42)¹³.

Outro dado fundamental para o qual o autor chama a atenção refere-se à importação de escravos negros para servirem de mão-de-obra nos processos produtivos empreendidos no período colonial. Mesmo antes da abolição da escravidão o agrupamento dos negros em comunidades mais ou menos marcadas pela mestiçagem, diversificou ainda mais o panorama étnico americano.

Este seria o caso das coletividades de ascendência africana procedentes de diferentes tradições culturais, mas reconstituídas em termos étnicos exclusivos e nas quais o fenótipo opera como um dos referentes identitários básicos, como os “cimarrones” da Venezuela (Guss 1996), os “kilombos” do Brasil (O’Dwyer 2002) ou os “palenques” colombianos (Fridmann e Arocha 1986). Deve-se sublinhar que não apenas uma, mas várias etnogêneses negras foram produzidas - cada uma das quais supondo a recomposição ou a reestruturação dos distintos referentes ideológicos, lingüísticos e culturais africanos, dos quais eram portadores os membros dessas novas configurações étnicas baseadas em uma identificação compartilhada (BARTOLOME, 2006:43).

Apenas por esse vôle superficial sobre a História da América já é possível perceber como ela se processou – fundindo num enorme “caldeirão étnico” as mais diversificadas culturas. E não é de estranhar que, por vezes (muitas vezes, aliás), essa “sopa” tenha se tornado indigesta... Os conflitos étnicos foram inevitáveis e continuam emergindo na atualidade. Bartolomé destaca que os processos de independência e formação dos Estados Nacionais americanos, que seguiram uma “inspiração européia”, fomentaram fortemente a emergência de etnogêneses protagonizadas por diferentes populações, especialmente pelos nativos.

A nova visibilidade política obtida pelos povos indígenas nas últimas décadas faz com que os processos pelos quais eles passam sejam objeto

13 Bartolomé levanta uma série de exemplos concretos para estruturar seu estudo, que não cabem no espaço deste ensaio. Consultar BARTOLOME, Miguel Alberto, “*As Etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político*”. MANA 12(1), 2006: 39-68.

da reflexão, algo desconcertada, dos responsáveis ao decretarem que a ‘modernidade’ era o fim da etnicidade, ou que esta era uma ‘contradição secundária’ das sociedades de classes. No entanto, os povos nativos sempre estiveram ali, não como fósseis viventes do passado, mas sim como sujeitos e participantes da história, como sociedades dotadas de dinâmicas próprias que transcendem as percepções estáticas. Para os etnógrafos de campo e para as populações regionais, essa presença étnica nunca esteve realmente oculta, a não ser por sua ausência no discurso acadêmico e político que até recentemente não havia reparado nela. É que subjacente a este desconcerto diante da etnicidade está a reificação do Estado-nação, ao qual se atribuía a capacidade de produzir uma desejada homogeneização cultural e para o qual as lealdades étnicas são percebidas quase como uma traição à pátria (BARTOLOME, 2006:45).

Em outras palavras, esperava-se que a mistura ou hibridização étnica sob o “regime estatal” promovesse uma “síntese racial e cultural” generalizada em toda a América. O “mito da miscigenação” alimentou a ideia de que as “populações nacionais” tenderiam à homogeneização, com o desaparecimento progressivo de índios e outras minorias étnicas, não levando em conta que os sincretismos e a “aculturação” poderiam representar, na verdade, estratégias de resistência que possibilitariam a reprodução e a reconstituição cultural desses grupos subjugados no presente e no futuro (OCHOA ARIAS, 2005, Apud BARTOLOME, 2006). As etnogêneses americanas contemporâneas expressam justamente uma mudança na postura de grupos étnicos, que se tornaram combativos no cenário político, passando a ganhar visibilidade no contexto social global e contribuindo para a “reformulação da ‘cegueira ontológica’ construída pelas ideologias nacionalistas estatais” (BARTOLOME, 2006:45).

Conforme Bartolomé, em alguns casos de etnogênese a dinamização ou atualização de “antigas filiações étnicas às quais seus portadores tinham sido induzidos ou obrigados a renunciar” ocorre em função do possível acesso a benefícios coletivos. “Em certas oportunidades isso se deve à desestigmatização da filiação nativa, mas freqüentemente também às novas legislações que conferem direitos antes negados, como o acesso a terra ou a programas de apoio social ou econômico” (BARTOLOME, 2006:46). Muitos grupos que haviam aparentemente renunciado à sua condição étnica reassumiram-na para se tornarem beneficiários de programas ou políticas públicas específicas, direcionados a eles, implementadas pelos Estados americanos. Dessa maneira, fica claro o dinamismo inerente às identidades étnicas, que podem ser “acionadas” ou “encobertas”, tornando-se também permeáveis a transformações de acordo com as mudanças no contexto

social e político que as envolvem.

A transfiguração cultural - a adoção de numerosos traços materiais e simbólicos da sociedade envolvente - não implica o enfraquecimento automático das identidades étnicas, mas sua reformulação em um novo contexto que ela qualifica como “cultura do contato”. Todavia, a antropologia e as políticas públicas tenderam a esquecer, ou a não reconhecer, essas presenças étnicas não mais redutíveis aos arquétipos (...). A respeito desta questão, Arruti (1997) propôs que as classificações das populações nativas responderam historicamente às vontades políticas de domínio e controle social e que, portanto, seu ressurgimento contestatório corresponde ao desenvolvimento de um novo tipo de sujeito político orientado a enfatizar sua alteridade para ser reconhecido como tal. Assim, as relações das comunidades atuais com as do passado produzem-se por meio da seleção e da recriação de aspectos da memória e de traços culturais emblemáticos, capazes de atuarem como sinais externos de reconhecimento entre aquelas instâncias de poder que declararam sua extinção. Como em outros casos, a esses processos de emergência identitária não são alheias as legislações que garantem direitos especiais às comunidades nativas, mas o fato de que estas não tenham se manifestado antes como tal não deriva de sua não-existência, mas de sua estigmatização. Entretanto, a construção ou a reconstrução das identidades orientada para certos fins e, por conseguinte, suscetível de ser qualificada como instrumental não se esgota nesta qualificação. Afinal, pressupõe processos sociais de extrema complexidade (...) (BARTOLOME, 2006:49).

114

Nessa complicada relação entre Estados Nacionais e grupos étnicos, em que o Estado tornou-se “gerente” das identidades (CUCHE, 1999) ao instaurar regulamentos e controles aos quais todos os grupos devem se submeter, as ciências são chamadas a atuar como mediadoras, ou “árbitros”. Afinal de contas vivemos (pelo menos seguramente nas Américas) imersos em um padrão de racionalidade ocidental no qual as ciências têm um papel central. Como assevera Bourdieu, “o efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões [étnicas, sociais, regionais, etc...] é inevitável uma vez que critérios ditos ‘objetivos’ são utilizados como armas nas lutas simbólicas” (BOURDIEU, 1989:119-120). Mas o autor chama nossa atenção para a apropriação do discurso científico no intuito de “consagrar” uma realidade apenas momentânea e artificial.

(...) a ciência que pretende propor os critérios mais bem alicerçados na realidade não deve esquecer que se limita a registrar um estado da luta das classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação e que, como ela, invocam frequentemente a autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor (BOURDIEU, 1989:115).

Ou seja, tudo o que é instituído cientificamente consiste apenas na resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou “inexistir” o que existe. Desse modo, a “realidade” seria um lugar de luta permanente para definir o que é real, e tudo seria produto histórico das determinações sociais (BOURDIEU, 1989).

Rediscutindo “Etnohistória” e “Pré-história”

A ciência estrutura e é estruturada na sua relação com o universo empírico sobre o qual se debruça. Como já dito, a história das ciências sociais evidencia a importância das pesquisas na América para a consolidação e evolução da antropologia, da sociologia, da geografia... No campo da historiografia e da arqueologia a adoção dos povos americanos como objeto de análise também provocou questionamentos profundos sobre os métodos, as especializações, as formulações teóricas e mesmo sobre o conjunto do conhecimento científico acumulado até então. Percebeu-se que a experiência historicamente vivida pelo homem em solo americano era muito complexa e exigia um esforço interdisciplinar para ser apreendida de maneira integral. Reconheceu-se que, para se escrever uma História da América seria necessário ter clareza de que as ações de certos grupos geraram reações de outros, ou seja, ter sempre em mente que na história não existe apenas um ator social e, em se tratando da América, seria essencial levar em conta a pluralidade de grupos humanos distintos envolvidos e “fazendo a história”. O problema é que os sistemas culturais desses povos em contato eram tão diferentes que a ciência histórica precisou desenvolver um novo enfoque a fim de incluir a todos nos seus domínios.

115

Assim nasce a “etnohistória”, originalmente definida como “a história dos povos ágrafos”, escrita através dos testemunhos legados por outros povos. Seria uma “história da gente sem história”, uma espécie de história “de segunda mão” que rapidamente ultrapassou os limites dessa definição. O caráter ágrafo expresso como característica primária nesta definição é muito discutível, pois existem casos de culturas indígenas, como os índios das pradarias norte-americanas, por exemplo, que não somente aprenderam a ler e a escrever com caracteres latinos, como um grupo destes – os Cherokee Sequóia – inventou um sistema de escrita no começo do século XIX. Na Mesoamérica também havia escritas desde antes da era cristã, registrada em cerâmica, pedra, madeira, osso e papel, e o fato de que nós não sejamos capazes de decifrar todas elas não converte seus autores em ágrafos

(ROJAS, 2008).

Uma outra definição citada pelo etnohistoriador José Luiz de Rojas é ampla o suficiente para ajudar a esclarecer vários aspectos relacionados à “etnohistória” na sua relação central com a história dos povos americanos e sobre suas particularidades metodológicas:

Aunque el término ‘etnohistoria’ ha aparecido esporádicamente desde principios del siglo XX, fue utilizado por primera vez de modo sistemático en los años cincuenta por algunos antropólogos, arqueólogos e historiadores norte-americanos para describir sus escritos e investigaciones sobre la historia de los aborígenes del Nuevo Mundo. En años más recientes, la etnohistoria ha pasado a ser el estudio histórico de cualquier pueblo no europeo, y su objeto es reconstruir la historia de los pueblos indígenas, antes y después de su contacto con Europa, mediante la utilización de fuentes arqueológicas, orales y documentales, junto con el sistema conceptual y los modos de conocimiento de la antropología cultural y social (COHN, 1975, apud ROJAS, 2008:23).

116

Aqui fica claro que o uso do “olhar antropológico” seria o ponto de distinção fundamental entre o etnohistoriador e o historiador, isto porque o sujeito da etnohistória é o “objeto tradicional da antropologia”: “os outros”, ou seja, os povos não-europeus¹⁴. Ainda sobre as especificidades metodológicas da etnohistória podemos buscar outra definição:

(...) ethnohistory is essentially the use of historical and anthropological methods and materials to gain knowledge of the nature and causes of change in a culture defined by ethnological concepts and categories (AXTELL, 1979, apud ROJAS, 2008:25).

Axtell chama a atenção, mais uma vez, para a interdisciplinaridade que caracteriza a etnohistória e destaca o foco no processo de transformação dinâmica expresso pelas sociedades em estudo.

Enfim, seguindo a argumentação de Rojas é possível traçar considerações gerais acerca da etnohistória como sendo uma derivação não autônoma da ciência histórica, surgida na América para estudar os indígenas. A princípio somente se dedicava aos índios das pradarias dos Estados Unidos, mas rapidamente foi acolhida pelos pesquisadores do mundo pré-hispânico e colonial como útil ferramenta para solucionar problemas específicos dessas investigações (ROJAS, 2008).

14 Se essa definição fosse seguida de maneira rigorosa, os estudos de grupos germanos, gálicos ou íberos, por exemplo, não poderiam ser rotulados de etnohistória.

A etnohistória aplicada aos estudos coloniais¹⁵ trouxe como principal consequência o reconhecimento dos indígenas no papel de protagonistas de sua história, e seu êxito tem estendido sua utilização ao estudo de populações nativas de outras partes do mundo, mesmo de grupos que viviam (ou ainda vivem) no interior de Estados da Europa ocidental. A etnohistória se encontraria entre a história e a antropologia, incorporando também elementos de outras distintas ciências – arqueologia, biologia, lingüística, etc – de acordo com as necessidades e interesses de cada investigação. Tem se convertido numa metodologia-chave, inclusive, para os estudos de sociedades “pré-históricas”, cujas análises apresentam muitos pontos em comum com o estudo dos indígenas americanos (ROJAS, 2008).

O próprio conceito de “pré-história” aplicado à América tem sido questionado e ameaça “cair por terra” com a emergência dos estudos etnohistóricos. Alguns pesquisadores propõem a substituição urgente do termo por outros mais adequados, como, por exemplo, “História pré-colonial” ou mesmo “História Antiga da América”. Nesse sentido, vejamos a argumentação do arqueólogo brasileiro Paulo Seda:

Falar em História Antiga da América implica em abordar duas questões: a Arqueologia e a História das Populações Indígenas.

Arqueologia porque, sem dúvida, este é o principal meio para se conhecer a história dos povos que ocuparam, povoaram, exploraram e se desenvolveram neste continente antes da chegada dos europeus. São, sobretudo, os arqueólogos que revelam como estes povos viviam, como se organizavam, como se relacionavam e, até mesmo, como pensavam.

História Indígena, porque se entende que os indígenas atuais são os descendentes destes primeiros povos e, desta forma, sua história não

117

15 Os trabalhos de M. Leônia Chaves de Resende e Hall Langfur sobre as etnias indígenas e de Eduardo França Paiva sobre os grupos étnicos afrodescendentes, ambos na Minas Gerais colonial, são exemplos fecundos da etnohistória aplicada a contextos coloniais específicos. Ver LANGFUR, Hal & RESENDE, M. Leônia Chaves de. Minas Expansionista, Minas Mestiça: a resistência dos índios em Minas Gerais do século do ouro. In: *Anais de História do Além-Mar*, Lisboa. N. 9, 2008, p. 78-103. PAIVA, Eduardo França. Bateias, Carumbés, Tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In ANASTASIA, Carla M. J. e PAIVA, Eduardo F. (orgs.) *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séc. XVI a XIX*. São Paulo, 2002, p. 187-207. PAIVA, Eduardo França. *Povos das Minas no Século XVIII*. Transcrição de palestra e debate do Ciclo de Palestras Formação do Povo Mineiro. Belo Horizonte: Cad. Esc. Legis., v. 11, n.16, 2009, p. 23-55. (mimeog.). RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas dos Cataguases. Entradas e Bandeiras nos sertões do Eldorado. In *Varia História*. N° 33. Belo Horizonte: UFMG, janeiro de 2005. RESENDE, Maria Leônia Chaves de. “Brasis coloniales”: índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentistas. In: RESENDE, M. E. e VILLALTA, L. C. *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1, p 221-251.

pode ser contada a partir da chegada do colonizador, mas sim desde o momento em que, a milhares de anos, seus ancestrais iniciaram o povoamento do continente.

Por outro lado, falar em História Antiga da América não significa, de modo algum, transpor para cá o conceito de Antiguidade, é de uma outra História Antiga que está se falando. Significa sim, romper conceitos como “pré-história”, como “pré-colombiana”, significa entender que um processo histórico já se desenvolvia neste continente antes da chegada do europeu e que estes povos foram fundamentais em nossa formação histórica. Significa dar o Direito a História a estes povos (SEDA, 2007:191).

O autor tece uma crítica contundente quanto à utilização da escrita (entendida como os testemunhos voluntários deixados por meio de símbolos que hoje podem ser decifrados) como critério consagrado para o estabelecimento da fronteira entre História e “Pré-história”. Ele ressalta que o desenvolvimento da arqueologia contemporânea permite, cada vez mais, que os “documentos do solo” (arqueológicos) rivalizem com os documentos escritos na reconstrução histórica. Seda critica o próprio sentido do termo “pré”, que significa “antes” ou “sem”:

Poderá existir um povo ou cultura ‘com História’ e outro ‘sem História’ ou ‘anterior à História’? A História é uma sequência, um contínuo, portanto nada, nenhum traço cultural, nenhum invento, justifica uma divisão na História da humanidade (SEDA, 2007:195).

118

Em outras palavras, chamar “pré-história” o período anterior à colonização contribui para manter o mito etnocêntrico, de origem européia, fundado na noção de que as sociedades indígenas americanas seriam atrasadas ou pouco evoluídas, ao ponto de se situarem “fora da História”, aproximando, de forma perigosa, a etnohistória (e/ou a história indígena) de um pensamento evolucionista que marcou a segunda metade do século XIX, hoje em franca superação. Apesar do uso corrente, que consagrou a expressão, seria preferível substituí-la por outras mais adequadas, considerando que História da América começa muito antes de 1492. Essa “América antes de ser América” é um espaço/tempo já marcado profundamente pela presença de uma rica diversidade de sociedades indígenas, portanto, já estamos “pisando em terreno histórico”.

Considerações Finais – Por uma “história inclusiva” futura

Partindo de conceituações historicamente produzidas sobre etnia tratei, neste texto, de como esse conceito está, na atualidade, sustentado numa perspectiva relacional, que estabelece fronteiras étnicas a partir do contato entre grupos culturais que se percebem e se expressam como diferentes.

Entretanto, como ressalta Bourdieu, “a fronteira nunca é mais do que um produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na ‘realidade’ segundo os elementos que ela reúne” (BOURDIEU, 1989:114). Tão artificial que os critérios concebíveis (língua, ascendência, território, religião, etc...) em função dos quais as fronteiras étnicas são delimitadas nunca coincidem perfeitamente, suscitando controvérsias e discussões, inclusive no meio científico, que muitas vezes tende a criá-las ou a endossar sua “realidade”. Mais uma vez Bourdieu alerta: a realidade é social de parte a parte, nada tem de natural, é produto de uma imposição arbitrária resultante do embate de forças no campo de lutas pela delimitação legítima (BOURDIEU, 1989).

Nesse sentido a delimitação de fronteiras produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta, pois “(...) o mundo social é também representação¹⁶ e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto” (BOURDIEU, 1989:118). É justamente esse recurso à diferença historicamente construída e percebida entre as culturas o fundamento das etnogêneses contemporâneas e dos movimentos étnicos no cenário político internacional. Esses processos apresentam uma dinâmica constante de adaptações e reinvenções de tradições étnicas, como bem expressa Miguel A. Bartolomé:

Construir uma ideologia coletiva em termos étnicos é uma empreitada cujos mecanismos encontram-se muito longe de estarem satisfatoriamente explicados. Em um de seus níveis, implica uma busca no passado para instituir uma nova relação com a realidade contemporânea. É uma tentativa de superar a des-historização de que padecem os povos colonizados e reconstruir uma história, talvez fragmentária, mas tida como fundamental para recompor uma noção de coletividade, de comunidade histórica que deve se reencontrar com suas origens confusas ou mitificadas a fim de reivindicar, em face dos outros e de si mesma, sua legitimidade passada e presente (BARTOLOME, 2006:56).

16 “Enunciado performativo que pretende que aconteça aquilo que enuncia” (BOURDIEU, 1989:118)

Procurei mostrar também o quanto a construção da ideia de etnia esteve ligada à colonização e ao estudo científico empreendidos sobre o continente americano. A tal ponto que, da historiografia da América surgiu a Etnohistória – subcampo da pesquisa histórica voltado para o estudo e a incorporação dos indígenas (e outras minorias étnicas) como agentes indispensáveis para o entendimento da história do continente.

Nessa perspectiva a História da América ganha outra dimensão, e só pode ser apreendida na “longa duração”, afinal, os ancestrais dos indígenas atuais estiveram aqui presentes desde há, pelo menos, 11 milênios. Esse fato leva a questionar a existência de fronteiras que pretendiam delimitar ou fragmentar a experiência humana no continente: o rótulo “pré-história”, apesar do seu uso generalizado, está em decadência nas pesquisas científicas. E não só nos estudos americanos, pois essa crítica já começa a reverberar em congressos e publicações de todo o mundo.

Parece ainda cedo para isso, mas já é possível supor que num futuro ainda não previsível a própria Etnohistória passe a ser encarada com desconfiança... Os conceitos de etnia e fronteira étnica, e especialmente os usos políticos instrumentais que se têm feito deles, já vêm sendo alvo de ataques constantes. Contudo, devemos ter a clareza de que vivemos num contexto de mundialização, no qual as culturas dominantes tentam homogeneizar para consolidar ou mesmo ampliar seus domínios. “Qualquer unificação que *assimile* aquilo que é diferente encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra” (BOURDIEU, 1989:129). Sendo assim, criticar os movimentos étnicos dizendo que eles não se fundamentam é despolitizar a questão das relações inegavelmente desiguais travadas entre as culturas. Da mesma maneira, o prefixo “Etno”, ligado à “história” só vai perder sentido quando a ciência for capaz de entender a historicidade inerente a toda e qualquer sociedade, quando ela for capaz de incluir a todos os grupos culturais, sem exceção e com oportunidades iguais de visibilidade e atuação, no cenário da História da humanidade.

120

Referências Bibliográficas

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. SP: Ed Unesp, 1998.

BARTOLOME, Miguel Alberto, As Etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *MANA* 12(1), 2006: 39-67.

BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. (Organização e tradução Celso Castro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel: 1989.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2002.

FERREIRA NETO, Edgard, “História e etnia”, in CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 313-328.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002 (Ed. 2005).

GARCIA, Pedro Gómez, “La ilusiones de la identidad: la etnia como pseudoconcepto”, in GARCIA, Pedro Gómez, (coord.). *Las ilusiones de la identidad*. Madri: Frónesis/ Universitat de València, 2001, pp. 29-54.

121

LANGFUR, Hal & RESENDE, M. Leônia Chaves de. Minas Expansionista, Minas Mestiça: a resistência dos índios em Minas Gerais do século do ouro. In: *Anais de História do Além-Mar*, Lisboa. N. 9, 2008, p. 78-103.

MEGGERS, Betty J. *América Pré-histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NEVES, Walter Alves. A primeira descoberta da América. *Ciência Hoje*, nº 15, 1992, 38-48.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luiz Beethoven. *O Povo de Luzia – em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Globo, 2008.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, Carumbés, Tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In ANASTASIA, Carla M. J. e PAIVA, Eduardo F. (orgs.) *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séc. XVI a XIX*. São Paulo, 2002, p. 187-207.

PAIVA, Eduardo França. *Povos das Minas no Século XVIII*. Transcrição de palestra e debate do Ciclo de Palestras Formação do Povo Mineiro. Belo Horizonte: Cad. Esc. Legisl., v. 11, n.16, 2009, p. 23-55. (mimeog.).

PARFIT, Michel. O enigma dos primeiros americanos. *National Geographic*, dez. 2000, p. 77-103. (Edição Especial: Primeiros Americanos).

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992.

PROUS, André. As Primeiras Populações do Estado de Minas Gerais, In: *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 101-114.

PROUS, André; BAETA, Alenice; RUBBIOLI, Ezio. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos: conhecer para proteger*. Belo Horizonte: Ed do autor, 2003.

122

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas dos Cataguases. Entradas e Bandeiras nos sertões do Eldorado. In *Varia História*. N° 33. Belo Horizonte: UFMG, janeiro de 2005.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. “Brasis coloniales”: índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentistas. In: RESENDE, M. E. e VILLALTA, L. C. *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1, p 221-251.

RESENDE, Maria L. Chaves de; SALES, Cristiano Lima; ROCHA, Leonardo Cristian; FONSECA, Bráulio Magalhães. Mapeamento da arte rupestre na Estrada Real. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Rona Editora Ltda. Ano XLVI, n° 2, julho-Dezembro de 2010.

ROJAS, José Luis de. *La etnohistoria de América: los indígenas, protagonistas de su historia*. Buenos Aires: SB, 2008.

ROOSEVELT, Anna. O povoamento das Américas: o panorama brasileiro, In: *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 35-50.

SEDA, Paulo. Arqueologia e história indígena: por uma História Antiga da América.
In: OLIVEIRA, Ana Paula de P. Loures de. (org.). *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, 2007, p. 191-207.

A trajetória de um museu como objeto da história da ciência: uma análise das obras mais recentes sobre a história do Museu Paraense Emílio Goeldi (2006-2010)

Enviado em:
30/11/2012

Aprovado em:
04/2013

Geraldo Magella de Menezes Neto

Mestre em História Social da Amazônia pela UFPA
Bolsista CNPq do Museu Paraense Emílio Goeldi
geraldoneto53@hotmail.com

Resumo

O Museu Paraense Emílio Goeldi, localizado em Belém do Pará, é uma das instituições científicas mais antigas do Brasil. Sua trajetória, que remonta à época do império, tem sido objeto de pesquisa de vários autores desde o final do século XIX. O objetivo deste artigo é o de analisar a produção mais recente sobre a história da instituição, utilizando como fonte duas obras publicadas no início do século XXI: *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*, de Luís Carlos Bassalo Crispino, Vera Burlamaqui Bastos e Peter Mann de Toledo, publicado em 2006; e *A coruja de minerva: o Museu Paraense entre o império e a república (1866-1907)*, de Nelson Sanjad, publicado em 2010. Tais obras fazem parte da historiografia do Museu Goeldi e da história da ciência na Amazônia, assim, destacaremos suas principais influências e contribuições.

124

Palavras-Chave

História da ciência; Historiografia; Museu Paraense Emílio Goeldi.

Abstract

The Goeldi Museum, located in Belém do Pará, is one of the oldest scientific institutions in Brazil. Its career, which dates back to the time of the empire, has been the subject of research by several authors since the late nineteenth century. The aim of this paper is to analyze the most recent production about the history of the institution, using as source two works published at the beginning of XXI century: *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*, of Luís Carlos Bassalo Crispino, Vera Burlamaqui Bastos and Peter Mann de Toledo, published in 2006, and *A coruja de minerva: o Museu Paraense entre o império e a república (1866-1907)*, of Nelson Sanjad, published in 2010. These works are part of the historiography of the Goeldi Museum and the history of science in the Amazon, so highlight your main influences and contributions.

Keywords

History of science; Historiography; Goeldi Museum.

Introdução

O Museu Paraense terá por fim o estudo, o desenvolvimento e a vulgarização da História Natural e Etnologia do Estado do Pará e da Amazônia em particular e do Brasil, da América do Sul e do continente americano em geral. (REGULAMENTO do Museu Paraense, 1894: 22).

Com as palavras acima, o zoólogo suíço Emilio Augusto Goeldi definia a missão do Museu Paraense, museu de história natural localizado em Belém do Pará. Instituição criada no ano de 1866, o Museu passaria por uma reforma no ano de 1894, tarefa que coube a Emílio Goeldi, que tinha vindo ao Estado do Pará a convite do governador Lauro Sodré.¹ Desde então, o Museu Paraense apresenta-se como um observador privilegiado da região amazônica, tendo se notabilizado por pesquisas relacionadas às mais diversas áreas, tais como zoologia, botânica, arqueologia, antropologia, etc.

Diante de uma trajetória que remonta à época do império, a história do Museu Paraense Emílio Goeldi² e de suas pesquisas científicas tem sido objeto de pesquisa de vários autores. Um resumo dos trabalhos sobre a trajetória do Museu Paraense pode ser encontrado em um artigo de Nelson Sanjad, que realizou uma discussão sobre a historiografia produzida sobre o Museu no período 1894-2000. O texto procurava fazer um balanço do que tinha sido produzido sobre a história da instituição: desde os primeiros estudos históricos sobre o Museu, como os de Domingos Soares Ferreira Penna e José Veríssimo, produzidos no final do século XIX, até os estudos produzidos no final do século XX, que não analisavam exclusivamente o Museu Paraense, mas integrado com os outros museus de história natural no contexto de institucionalização das ciências no Brasil, tais como os trabalhos de Lilia Schwarcz, Maria Margaret Lopes e Regina Gualtieri. (SANJAD, 2001).

Passada uma década do texto de Sanjad, novos estudos sobre o Museu

1 O suíço Emílio Goeldi (1859-1917) foi um importante zoólogo do final do século XIX e início do XX. Fez o seu doutorado na Alemanha, sendo assistente de Ernst Haeckel. Trabalhou na seção de Zoologia do Museu Imperial no Rio de Janeiro entre 1884 e 1889; e de 1894 a 1907 foi diretor do Museu Paraense.

2 Quando de sua fundação, a instituição recebeu o nome de “Museu Paraense”. Em 1894 mudou para “Museu Paraense de História Natural e Etnografia”. Já em 1900 mudou novamente, desta vez para “Museu Goeldi”. Por fim, em 1931 recebe a denominação atual, “Museu Paraense Emílio Goeldi”.

Goeldi foram realizados, indicando novas perspectivas para a história da instituição. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar essa produção mais recente sobre o Museu tomando como fontes dois livros que foram publicados na primeira década do século XXI: *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*, de Luís Carlos Bassalo Crispino, Vera Burlamaqui Bastos e Peter Mann de Toledo, publicado em 2006; e *A coruja de minerva: o Museu Paraense entre o império e a república (1866-1907)*, de Nelson Sanjad, publicado em 2010.

A análise será orientada por algumas questões, tais como: quais os objetivos das obras? Quais as influências dos autores - com quem dialogam na historiografia do Museu Goeldi? Quais as fontes utilizadas nas obras? Quais as principais contribuições que trazem para a história do Museu?

Apesar de alguns artigos terem sido publicados no início do século XXI³ optamos por fazer uma análise dos dois livros, já que tratam especificamente da história do Museu. Além disso, diferentemente do texto de Sanjad em 2001, não pretendemos fazer um balanço da historiografia do Museu na primeira década do século XXI. Os dois livros utilizados, se não podem ser vistos como representantes de toda a produção historiográfica do período, são importantes fontes no sentido de que podem ser considerados narrativas oficiais sobre a instituição, já que seus autores são ou foram vinculados ao Museu.⁴

126

História da ciência e historiografia

Para analisar tais obras, recorreremos às discussões do campo da ‘história da ciência’.⁵ Sendo o Museu Goeldi uma instituição científica, a história da ciência pode nos auxiliar a explorar melhor o museu como objeto de pesquisa. Maria Amélia Dantes aponta que nas últimas décadas “um número crescente de

3 Ver por exemplo FIGUEIREDO, 2001 e GUALTIERI, 2005.

4 Vera Burlamaqui Bastos foi chefe do setor de flora do Museu Goeldi; Peter Mann de Toledo foi diretor do Museu e é pesquisador associado da área de Geologia; já Nelson Sanjad é editor do *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. A exceção é Luís Carlos Bassalo Crispino, um dos autores de *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*, vinculado à Universidade Federal do Pará.

5 Segundo Lilian Al-Chueyr Pereira Martins, “muitos estudiosos vêm tentando definir o que é História da Ciência ou discutindo se seria preferível a denominação História da Ciência ou História das Ciências. Tratam-se de discussões complexas sobre as quais não existe um consenso.” (MARTINS, 2005: 305).

historiadores passou a definir ciência como atividade social cujo desenvolvimento resulta da ação de variáveis internas e externas.” (DANTES, 2005: 34). Segundo a autora, os estudos recentes “procuram enfatizar que o processo de implantação de práticas científicas não foi resultante simplesmente da ação de centros difusores, sendo determinante a atuação de grupos locais”, já que considera que “o contexto cultural local, com a presença de outros saberes, também atuou neste processo, gerando apropriações diferenciadas das ciências modernas.” (DANTES, 2006: 38). Nesse sentido, Maria Amélia Dantes destaca alguns temas que tem sido trabalhados pelos pesquisadores dessa área:

Temos assim hoje, para o final do período colonial, estudos sobre a atuação de naturalistas viajantes e de jardins de aclimação e gabinetes de história natural que levantavam recursos naturais existentes no território brasileiro, realizavam catalogações ou atividades de aclimação, trazendo subsídios para o projeto metropolitano de revigoração da produção colonial. O período imperial, também vem merecendo a atenção dos historiadores que têm acompanhado a atuação de cientistas e de instituições, como escolas profissionais, museus, associações científicas. (DANTES, 2006: 39).

127

Já Juan José Saldaña, ao tratar da história da ciência na América Latina, afirma que a história da ciência pode nos mostrar como foram constituídos dentre outros temas “a cultura científica, as comunidades, o *ethos* científico particular, as escolas de pensamento, os mecanismos sociais de avaliação do trabalho científico, as instituições, as políticas de fomento, os estabelecimentos de ensino”; e, igualmente, “os efeitos ‘perversos’, e outros aspectos sociais de grande importância, posto que, além de nos permitir entender como foi o desenvolvimento científico latino-americano, lançam luz sobre as opções do presente.” (SALDAÑA, 2000: 14).

Lilian Al-Chueyr Pereira Martins faz referência a duas possíveis abordagens em história da ciência: uma denominada ‘conceitual (interna, internalista)’, discute os “fatores científicos (evidências, fatos de natureza científica) relacionados a determinado assunto ou problema. Procura responder a perguntas tais, como se determinada teoria estava bem fundamentada, considerando o contexto científico de sua época”; a outra abordagem, denominada ‘não-conceitual (externa, externalista)’, lida com os “fatores extracientíficos (influências sociais, políticas, econômicas, luta pelo poder, propaganda, fatores psicológicos)”, procurando entender, por exemplo, “se uma teoria estava bem fundamentada para sua época e foi rejeitada, o porquê da rejeição da mesma”. (MARTINS, 2005: 306).

Além dos temas de pesquisa citados por Dantes, Saldaña e Martins, a própria historiografia da história da ciência também se torna objeto de discussão dos pesquisadores. Antonio Augusto Passos Videira observa que se não é simples apresentar uma definição da história da ciência, “por outro lado é possível compreender o seu desenvolvimento histórico.” Um dos modos para que isso se dê é “analisar os escritos (livros, monografias e artigos) produzidos na área”, sendo a produção bibliográfica “o ‘caminho’ adequado para se compreender como se desenvolveu a história da ciência.” Assim, conforme Videira, de modo geral, quando se faz referência à historiografia, “pensa-se, em primeiro lugar, numa análise crítica de obras das histórias das ciências já publicadas.” (VIDEIRA, 2007: 116).

Já Roberto de Andrade Martins utiliza o termo ‘meta-historiografia da ciência’ ao se referir a “uma reflexão sobre as atividades dos historiadores da ciência.” Segundo Martins, incluem-se na ‘meta-historiografia da ciência’ as “discussões sobre a metodologia de pesquisa do historiador da ciência, ou sobre as várias correntes de historiografia da ciência.” (MARTINS, 2005: 116).

128

Alguns trabalhos procuram identificar as principais influências e tendências do campo da história da ciência. Antonio Augusto Passos Videira identifica três fases historiográficas distintas desse campo no período 1950-2000: a primeira dessas fases, que vai até o início dos anos 1960 pode ser caracterizada como ‘positivista e presentista’, na qual a ciência “é habitualmente apresentada como um corpo de conhecimento, teleologicamente estruturado, experimental.” (VIDEIRA, 2007: 131); a segunda fase, genericamente chamada de ‘pós-positivista’ surgiu a partir da conjunção de fatores, tais como a influência da obra de Thomas Kuhn publicada em 1962, *A estrutura das revoluções científicas*, e a resposta de Imre Lakatos, que, reconhecendo a importância das críticas que Kuhn dirigiu ao Círculo de Viena e a Karl Popper, desenvolveu uma resposta baseada na existência dos chamados programas de pesquisa. (VIDEIRA, 2007: 132); já a terceira fase apareceu a partir do início da década de 1970, podendo ser denominada de ‘pós-modernista’, na qual a ciência é compreendida como sendo basicamente “uma entidade sociológica configurada por restrições contingentes, vinculadas a agentes específicos e a práticas locais.” (VIDEIRA, 2007: 133).

No caso do Brasil, Moema Vergara identifica duas vertentes da historiografia da ciência tendo como pano de fundo o debate sobre a modernidade: a primeira corrente, mais próxima da sociologia da ciência, é influenciada por Fernando de Azevedo e Simon Schwartzman; já a segunda está identificada com a história das

instituições científicas no Brasil. (VERGARA, 2004).

Moema Vergara aponta que na obra de Schwartzman há a ideia de que “o marco fundador da comunidade científica brasileira está no advento das universidades, local onde se dá o início da profissionalização da atividade científica brasileira”. A matriz de Simon Schwartzman está na obra de Fernando de Azevedo, que via “uma inaptidão nata do brasileiro para os estudos das ciências.” (VERGARA, 2004: 23). Por outro lado, a corrente da história das instituições científicas no Brasil “valoriza a atividade científica na Colônia”, além de entender a difusão científica no Brasil como “algo dinâmico no qual os setores locais tiveram um papel determinante nas escolhas dos modelos adotados.” (VERGARA, 2004: 27-28).

Lílian Al-Chueyr Pereira Martins aponta dois tipos de documentos nas pesquisas em história da ciência, classificando-os em “fontes primárias (material da época estudada escrito pelos pesquisadores estudados) e fontes secundárias (estudos historiográficos e obras de apoio a respeito do período e dos autores investigados).” (MARTINS, 2005: 310).

Desse modo, o presente artigo trabalha com as chamadas fontes secundárias, já que utiliza como fontes duas obras sobre a história do Museu Paraense Emílio Goeldi. Entendemos que uma análise da própria historiografia sobre a história da instituição contribui também para um melhor entendimento de como a ciência na Amazônia é vista por seus pesquisadores, já que o Museu não deixa de ser um importante elemento na produção científica na região.

No caso das duas obras que serão analisadas aqui sobre o Museu Paraense Emílio Goeldi, elas tomam como fonte e influência os escritos de Osvaldo Rodrigues da Cunha (1928-2011), uma espécie de historiador ‘oficial’ do Museu na segunda metade do século XX. Os livros da primeira década do século XXI não deixam de tomar os escritos de Cunha como referência, sendo este inclusive alvo de agradecimentos e homenagens dos autores.⁶ Assim, antes da análise das duas obras, torna-se necessário referirmos primeiramente às pesquisas de Osvaldo Cunha.

6 Os dois livros apontam Osvaldo Cunha como um “antecessor” dos estudos sobre a história do Museu. Luís Carlos Bassalo Crispino afirma, por exemplo, que “via de regra, Osvaldo Cunha se revelou preciso em datas, nomes e números. A ele dirigimos nosso reconhecimento e nossa gratidão.” (CRISPINO, 2006: 20). Já Nelson Sanjad faz “homenagem ao Dr. Osvaldo Rodrigues da Cunha, cuja obra sobre a história do Museu Paraense permanece como fonte primeira para a preservação da memória institucional, pela qualidade, honestidade e inspiração.” (SANJAD, 2010: 33).

A influência de Osvaldo Cunha na historiografia do Museu Goeldi

A historiografia do Museu Paraense Emílio Goeldi tem uma forte influência dos escritos do zoólogo e memorialista Osvaldo Rodrigues da Cunha, escritos muitas vezes tomados como a história ‘oficial’ do Museu.⁷ Cunha, cuja produção se inicia nos anos 1950, trabalha com a ideia de que a história do Museu Paraense poderia ser contada “como uma sucessão de fases, alternando-se esplendor e decadência, vigília e sono. Essas fases são entendidas como uma cronologia evolutiva da instituição, iniciada com uma fase ‘pré-científica’ e finda com o que surgia, na década de 1950, como ‘Ciência pura’.” (SANJAD, 2001: 114).

Nelson Sanjad afirma que Osvaldo Cunha “atualizou esquemas teóricos mais antigos”, como os utilizados por Friedrich Katzer, os quais pressupõem “tanto uma ruptura ocorrida com a República quanto uma suposta evolução institucional”. (SANJAD, 2001: 114). Desse modo, Cunha divide a história do Museu em seis fases:

130

O início, para Cunha, foi marcado por turbulentas questões políticas, que teriam impedido a realização de um trabalho científico pelo Museu e seus colaboradores. Classificada como “pré-científica”, essa primeira fase coincide com o governo imperial (1866-1888), tendo na atuação e na obra de Ferreira Penna os principais referenciais. A segunda fase, iniciada com a reforma de Goeldi e finda com a demissão de Snethlage (1921), seria de “consolidação”, propiciada pelos recursos provenientes da exportação de goma elástica. A terceira seria a década de “crise” e “decadência” (1921-1930), que dizimou a economia gomífera e abortou o projeto científico de Goeldi. A quarta (1930-1945) teria no Estado Novo e na administração de Carlos Estevão de Oliveira os seus marcos político e científico. A quinta (1945-1955) seria um novo período de “crise” e dificuldades impostas pelo pós-Guerra. Por fim, a sexta fase (1955-), considerada a fase “científica” propriamente dita, foi iniciada quando o Museu passou a ser administrado pelo governo federal. (SANJAD, 2001: 121).

Nesse sentido, a periodização da história do Museu feita por Cunha

7 Além de vários estudos sobre a história do Museu publicados em jornais, revistas e livros, Osvaldo Cunha também produziu ampla pesquisa na área da herpetologia (parte da zoologia que trata dos répteis e anfíbios). Para um resumo da contribuição de Cunha para a herpetologia, ver AVILA-PIRES, 2011.

influenciou muitos pesquisadores.⁸ No entanto, não só a periodização, mas também os estudos biográficos realizados por Osvaldo Cunha são bastante citados, tornando-se uma referência. Podemos citar a obra *Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi*, publicada em 1989, que contém a biografia de catorze cientistas, diretores do Museu e demais pessoas que tiveram relação com a instituição.⁹

Concordamos que os escritos de Osvaldo Cunha são de fato referência para uma história do Museu, o que é percebido inclusive nas obras mais recentes sobre a instituição. No entanto, ao invés de simplesmente reproduzir suas ideias, deve-se considerar o contexto em que Cunha produziu para se entender a sua obra. Nessa perspectiva, torna-se necessária uma breve abordagem do livro *Talento e atitude*.

Podemos dizer que a obra *Talento e atitude* era uma espécie de resposta ao que o autor considerava o esquecimento da história da ciência na Amazônia. Cunha afirmava que “a história da pesquisa científica no Brasil e seus cientistas sempre foi relegada a plano medíocre e parcial” (CUNHA, 1989: 15). O autor cita, por exemplo, o livro *As Ciências no Brasil*, organizado por Fernando de Azevedo (publicado em 1955), e a obra *História das Ciências no Brasil*, coordenado por Mário Ferri e Shozo Motoyama (obra em três volumes, publicada entre 1979 e 1981). Sobre o livro de Azevedo, afirma que é “muito defeituoso e parcial no que diz respeito à Amazônia, suas instituições científicas e seus cientistas no passado”; já sobre a obra de Ferri e Motoyama, Cunha aponta que “deixa ficar muita coisa por informar e é, às vezes, incompleta e discordante. Pouco ou quase nada se refere à Ciência e cientistas na Amazônia.” (CUNHA, 1989: 15).

Até mesmo no Pará Osvaldo Cunha observa uma lacuna sobre a história

8 Dentre os pesquisadores que produzem uma cronologia a partir de Osvaldo Cunha, Nelson Sanjad cita na área da antropologia Ângela Bertho, que classifica a história do Museu em fases como ‘Formação’, ‘Consolidação’, ‘Crise e decadência’ e ‘Reorganização’. (SANJAD, 2001: 125). Já na área da arqueologia, Sanjad cita Mário Simões, que aponta duas fases da arqueologia no Museu: a ‘pioneira’ ou ‘especulativo-descritiva’ (1866-1954) e a ‘atual’ (1953-) (SANJAD, 2001: 122); também na área da arqueologia, Mauro Barreto classificou as pesquisas arqueológicas da instituição em seis períodos: ‘pioneiro’ (1866-1894), ‘goeldiano’ (1894-1907), ‘estacionário’ (1907-1948), ‘ressurgimento’ (1948-1962), ‘de Mário Simões’ (1962-1985) e ‘atual’ (1985-). (SANJAD, 2001: 137).

9 Os biografados por Osvaldo Cunha são os seguintes: Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1880), Francisco da Silva Castro (1815-1889), Edgar Leopold Layard (1824-1900), Joaquim Pedro Correa de Freitas (1829-1888), José Ferreira Cantão (1827-1893), José Coelho da Gama e Abreu (1831-1906), Charles Frederick Hartt (1840-1878), Aureliano Pinto de Lima Guedes (1848-1912), Herbert Huntington Smith (1851-1919), Maria Elizabeth Emília Snethlage (1868-1929), Carlos Estêvão de Oliveira (1880-1946), Rodolpho de Siqueira Rodrigues (1884-1957), Paul Vincent Ledoux (1898-1984) e Walter Alberto Egler (1924-1961).

da ciência na região, afirmando que “a história científica e a biografia de cientistas têm sido uma lástima e uma indigência de memória pelo passado que mais parece uma terra sem história e sem existência.” (CUNHA, 1989: 15). Apesar de elogiar o livro *Vultos Notáveis do Pará*, de Ricardo Borges (publicado em 1970), “o melhor livro de biografias que se publicou no Pará”, Cunha aponta “incorreções, lapsos e grandes lacunas sobre cientistas, naturalistas e pesquisadores em geral, sejam paraenses ou estrangeiros”, não preenchendo “o vácuo da história da ciência no Pará”. (CUNHA, 1989: 16-17).

Nesse sentido, para preencher a lacuna sobre história da ciência no Pará Osvaldo Cunha utilizava a biografia de pessoas ligadas ao Museu Goeldi, porque entendia que “a biografia bem elaborada e coordenada com imparcialidade e analisada através das fontes documentais confiáveis, reconstitui uma época” (CUNHA, 1989: 14). Os critérios para a escolha dos biografados levava em conta “a contribuição e a maior representatividade que a pessoa em questão teve no desenvolvimento do Museu Paraense Emílio Goeldi, na pesquisa científica ou no aspecto administrativo.” (CUNHA, 1989: 17).

132

Segundo Nelson Sanjad, Osvaldo Rodrigues da Cunha operava “com conceitos das ciências naturais e os transpunha para o campo historiográfico, como se esse movimento garantisse a cientificidade que buscava no ‘fazer história’.” (SANJAD, 2011: 220). O recurso a cientificidade de seu trabalho historiográfico tinha como finalidade “demarcar uma fronteira entre o que havia sido dito até então e o que estava sendo gestado, anunciado pelo próprio Cunha como algo mais confiável e próximo da ‘verdade’.” (SANJAD, 2011: 221). Sobre a obra *Talento e atitude*, Sanjad considera esse “singelo livro com título curioso, uma fonte de inestimável valor para a consulta de historiadores e cientistas”, já que traz textos únicos no seu gênero, como a biografia de Carlos Estevão de Oliveira (1880-1946). (SANJAD, 2011: 223).

Podemos relacionar os estudos de Osvaldo Cunha sobre a história do Museu Paraense Emílio Goeldi com o relato de Juan José Saldaña sobre a “evolução dos estudos históricos sobre a ciência latino-americana”. Para este autor, os estudos anteriores à renovação na história das ciências na região caracterizavam-se por terem sido “histórias laudatórias, cronologias de acontecimentos e relatórios comemorativos os trabalhos que buscavam levantar a experiência científica latino-americana”. (SALDAÑA, 2000: 13).

De fato, em *Talento e atitude*, Osvaldo Cunha busca exaltar a atuação dos seus biografados, que são cientistas e diretores do Museu. Por exemplo, sobre

a gestão de Carlos Estevão de Oliveira à frente do Museu (1930-1945), Cunha celebra as realizações do diretor, afirmando que este foi “um pioneiro que conseguiu levar adiante um propósito, um programa bem estudado da criação de animais silvestres em cativeiro” (CUNHA, 1989: 110), além de criar no Parque “o esplêndido *Palmarum*, como ele chamava a área onde existiu a piscicultura.” (CUNHA, 1989: 112). Por fim, Cunha informa que o diretor “procurou incentivar as pesquisas científicas no Museu”: “patrocinou e encorajou os estudos do Dr. Eládio Lima sobre os mamíferos da Amazônia”; conseguiu trazer “o velho zoólogo Godofredo Haggmann para chefiar a Seção de Zoologia”; conseguiu trazer “o maior etnólogo da época, Curt Nimuendajú” para “estudar várias tribos indígenas amazônicas”; além de outros cientistas renomados que colaboraram com o Museu, como o limnólogo Harald Sioli, a “famosa arqueóloga” Helen Palmatary, o “velho botânico” Adolpho Ducke, etc. (CUNHA, 1989: 112-113)

Desse modo, a obra de Osvaldo Cunha não deixa de ser uma referência na história do Museu, entretanto, deve ser vista com ressalvas, mais como fonte passível de críticas do que uma história ‘oficial’ do Museu. Os dois livros a serem analisados não deixam de tomar a obra de Cunha como fonte, trazendo a partir dele novas perspectivas para a história do Museu.

133

As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)

A primeira obra a ser analisada é o livro *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*, de Luís Carlos Bassalo Crispino, Vera Burlamaqui Bastos e Peter Mann de Toledo, que foi publicado no ano de 2006. Podemos dizer que trata-se de uma obra voltada para o público em geral, já que, segundo Peter Mann de Toledo, o livro “não tem como objetivo principal analisar detalhadamente ou comentar os sucessivos acontecimentos”, ele se preocupa primeiramente em “contextualizar os fatos diante das ações dos atores que influenciaram na construção, manutenção e dinâmica do cotidiano institucional.” (TOLEDO, 2006: 16).

A influência de Osvaldo Cunha é reconhecida pelos autores, que afirmam que “foram guiados pelos numerosos trabalhos do laborioso historiador da instituição, Osvaldo Rodrigues da Cunha.” No entanto, os autores constatarem que a riqueza de informações dos livros de Cunha “contrasta com a escassez de citações precisas de quais as fontes em que estas informações foram obtidas”. (CRISPINO,

2006: 19). Desse modo, a obra torna-se uma espécie de atualização da história do Museu feita anteriormente por Osvaldo Cunha, já que os autores percorreram os mesmos caminhos do memorialista, mas desta vez indicando as fontes que não foram citadas nas obras de Cunha.

Os autores utilizam como fontes ofícios, cartas, relatórios provinciais e institucionais e jornais de época, além da apresentação de material iconográfico. A utilização de jornais como fonte tem como objetivos “esclarecer relações cronológicas, aprofundar análises e auxiliar na interpretação de informações eventualmente antagônicas”, além de contextualizar, sob a visão dos jornalistas locais, “polêmicas, interesses e repercussões relacionadas à implantação e ao funcionamento de um museu de história natural e etnografia na capital paraense.” (CRISPINO, 2006: 20).

O livro *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi* adota como recorte temporal o período 1860-1921, que representa respectivamente a ideia inicial para a criação de um museu de história natural no Pará e a saída de Emília Snethlage, a última diretora estrangeira do Museu. Percebemos nessa opção de recorte temporal uma aproximação com a periodização proposta por Osvaldo Cunha, sobretudo pelo livro finalizar o estudo no ano de 1921, ano que representa para Cunha o fim da fase de “consolidação” do Museu.

A obra se divide em sete capítulos, mais anexos. Os capítulos seguem uma cronologia que mesmo sob a influência de Osvaldo Cunha não deixa de ter as suas especificidades: ‘A Idéia (1860-1866)’, ‘A Associação Filomática (1866-1871)’, ‘A Instalação (1871-1887)’, ‘A Anexação à Biblioteca Pública (1887-1890)’, ‘A Reorganização (1890-1894)’, ‘A Administração de Emílio Goeldi (1894-1907)’ e ‘Pós-Goeldi – Os Diretores Estrangeiros (1907-1921)’.

De fato, a obra de Crispino, Bastos e Toledo não aborda todo o período imperial de uma só vez, como o faz Osvaldo Cunha, que associa esse período à fase “pré-científica” do Museu (1866-1888). Em seu recorte temporal, a obra *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi* aponta que a história do Museu pode ser abordada sem seguir a cronologia política, já que a fase da ‘A Anexação à Biblioteca Pública’ (1887-1890) abrange tanto o período imperial quanto o republicano. No entanto, a valorização do período no qual Emílio Goeldi foi diretor do Museu segue o mesmo caminho de Osvaldo Cunha.

Os autores sugerem que a ideia da criação de um museu de história natural em Belém ocorreu num contexto de grande fluxo de naturalistas estrangeiros na Amazônia. Tais naturalistas, “preparavam as coleções recolhidas e as despachavam

para seus países de origem, para ocupar lugar de destaque nos diversos museus espalhados pelas principais capitais do mundo.” (CRISPINO, BASTOS, TOLEDO, 2006: 27). Além disso, as remessas de material para o Museu Nacional no Rio de Janeiro também “devem ter fomentado nos políticos e intelectuais no Pará a ideia da fundação de um museu de história natural na sua própria província.” (CRISPINO, BASTOS, TOLEDO, 2006: 28).

Consideramos a obra *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)* mais como uma fonte para os pesquisadores do que como um estudo analítico sobre o Museu Paraense Emílio Goeldi. A obra se caracteriza como uma narrativa da história da instituição, abordando os fatos relacionados ao Museu no período 1860-1921. Isso não tira o mérito do livro, que desde o início deixa claro tratar-se de obra voltada para o público em geral. Assim, a obra cumpre a sua função de apresentar a história do Museu àqueles que não a conhecem.

Apesar de não realizar uma análise crítica dos documentos, como relatórios e jornais, a obra indica de onde eles foram transcritos e consultados. Esse procedimento se mostra um avanço em relação às pesquisas de Osvaldo Cunha, que muitas vezes não indicava as fontes de onde tirava as informações sobre as pessoas ligadas ao Museu.

O livro mostra, por exemplo, os debates na Assembleia Provincial sobre os recursos destinados ao Museu, inclusive os discursos dos deputados que eram contrários. Na sessão de 11 de outubro de 1867, na qual se votou pela autorização do auxílio de recursos do governo da província para a Associação Filomática com o fim de criar o Museu, dois deputados provinciais votaram contra pelos seguintes motivos:

1º Porque, fazendo nós parte desta associação instalada em uma das salas do palácio do governo em agosto do ano passado, não temos tido conhecimento de que tenha ela funcionado, o que prova o estar extinta, ou a nenhuma importância que seus instituidores ligam a ela.

2º Porque, tendo esta associação no princípio deste ano recebido uma prestação de 2 contos de réis dada pelo presidente Pedro Leão Velloso, não sabemos em que fosse ela aplicada, o que não deve admirar, pois, se não se sabe onde funciona a sociedade, muito menos se pode saber o destino que teve essa quantia. (CRISPINO, BASTOS, TOLEDO, 2006: 52).

Já no ano de 1871, o deputado tenente-coronel José do Ó de Almeida declarou que “votou contra a emenda que manda dar uma quantia para compra de

certas necessidades do Museu Paraense visto como as circunstâncias do tesouro não permitem que se despenda dinheiro com gafanhotos.” (CRISPINO, BASTOS, TOLEDO, 2006: 75).

Os dois relatos dos deputados são importantes no sentido de que nos sugerem que a destinação de recursos para a manutenção do Museu Paraense era antecedido por intensos debates. Os gastos com o Museu eram vistos muitas vezes como desperdício de dinheiro público por alguns deputados, que argumentavam que o governo provincial deveria investir em outras áreas prioritárias. Assim, mesmo valorizando a trajetória do Museu Goeldi, os autores não deixam de fazer referência aos opositores ao projeto da instalação da instituição.

A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)

‘A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)’ é fruto da tese de doutorado de Nelson Sanjad em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz, defendida no ano de 2005. A obra ganhou o prêmio ‘Mário de Andrade’ do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na categoria ‘Teses’ no ano de 2008, sendo então publicada no ano de 2010.

136

O objetivo do livro é “refletir sobre a construção institucional do Museu Paraense, tendo como pano de fundo a passagem do Império para a República”, mais especificamente, “analisar as mudanças políticas que posicionaram o Museu Paraense, após o golpe republicano de 1889, como uma das instituições estaduais prioritárias em termos de aplicação de recursos financeiros e como importante símbolo para a identidade das elites locais.” (SANJAD, 2010: 16). O autor utiliza como recorte cronológico o período 1866-1907, que representa respectivamente a fundação do Museu e o término da gestão do zoólogo suíço Emílio Goeldi. Essa periodização também remete um pouco às ideias de Osvaldo Cunha, principalmente a visão da gestão de Goeldi como o ‘auge’ da história do Museu.

Nelson Sanjad utiliza uma extensa variedade de documentos, que incluem atas, ofícios, cartas, jornais, leis, relatórios, contratos e fotografias, de vários arquivos em Belém, São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, Sanjad utiliza muitos artigos científicos, inclusive em língua estrangeira, de cientistas de diversas áreas, como zoologia, botânica, ornitologia, entomologia, arqueologia, etnologia, etc.

Podemos dizer que o livro se divide em duas partes: a primeira, que

trata especificamente da história do Museu Paraense, compreende o capítulo 1, ‘O Museu Paraense no período Imperial’ e o capítulo 2, ‘A reforma do Museu Paraense no período republicano’, enfocando principalmente as figuras de Domingos Soares Ferreira Penna, na época do Império, e Emílio Goeldi, na época da República; já a segunda parte compreende o capítulo 3, ‘Agenda de pesquisa e autoridade científica’, e o capítulo 4, ‘O Museu Paraense e as questões regionais’, já tratando especificamente das estratégias de Emílio Goeldi para obter o reconhecimento do Museu como autoridade científica na fauna amazônica, bem como o seu envolvimento em questões políticas e de ordem pública, como no caso do Contestado Franco-Brasileiro (1897-1900) e nas pesquisas sobre a entomologia médica.

O estudo de Sanjad recebe forte influência do campo da ‘história das ciências’. A partir das ideias mais recentes desse campo, o autor critica as hipóteses que tendem a generalizar definições e conceitos sobre os museus de história natural do fim do século XIX. O autor deixa claro que o seu argumento “não deve ser confundido com um tipo de história positivista das ciências que classifica o regime imperial como pré-científico e o republicano como científico”, nem com “uma tentativa de delimitação da origem de uma ‘ciência nacional’ e autônoma.” (SANJAD, 2010: 19).

137

Apesar de Sanjad trabalhar com a ideia de que a passagem do Império para a República constitui-se um ‘marco’ na história do Museu, o que também é percebido por Osvaldo Cunha, sua obra se diferencia porque relaciona a transformação do Museu Paraense no início da República com o projeto político dos primeiros governadores republicanos, que viam no Museu um elemento de ‘instrução do povo’, pelo qual se chegaria ao ‘progresso da nação’, ideias profundamente influenciadas pelo positivismo.

Nesse sentido, ao analisar o Museu na passagem do Império para a República, o autor toma o cuidado de não adotar o discurso dos republicanos, o qual muitos pesquisadores acabaram incorporando em seus estudos sobre a história do Museu Paraense, inclusive Osvaldo Cunha. Assim, a ideia de evolução da instituição, que a apresenta sob uma interpretação positiva em relação ao período republicano e sob uma interpretação negativa em relação ao período imperial, é criticada por Nelson Sanjad, que estuda “o contexto de criação do Museu e os significados que a instituição adquiriu para a elite dirigente no Pará durante o império.” (SANJAD, 2010: 40).

A obra de Sanjad traz importantes contribuições e novas perspectivas para

a história do Museu. Ao realizar uma análise da trajetória de Ferreira Penna, por exemplo, Sanjad contesta vários pesquisadores, que, equivocadamente, vinculavam a obra científica de Ferreira Penna ao Museu Paraense, como Osvaldo Cunha. Segundo Sanjad, a obra de Penna teve como “interlocutor, financiador e veículo de divulgação o Museu Nacional, sua revista e seus funcionários”, sendo assim, não houve “uma única pesquisa concluída ou publicação” levada pelo Museu Paraense nos seus primeiros 23 anos. (SANJAD, 2010: 120).

Nelson Sanjad também destaca a atividade científica de Emílio Goeldi, que construiu uma agenda de pesquisa com o objetivo de angariar ‘autoridade científica’ em relação aos estudos sobre a fauna amazônica. Além das publicações na revista da instituição, o ‘Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia’, Goeldi manteve um intenso intercâmbio com cientistas e instituições, inclusive da Europa, enviando artigos e espécies coletadas. O autor destaca que Goeldi foi “extremamente hábil na percepção dos ‘vácuos de autoridade’ existentes no conhecimento zoológico da Amazônia, assim como na seleção de problemas irresolutos e temas que se apresentavam ou emergiam como ‘campos de batalha’.” (SANJAD, 2010: 287).

138

O livro de Sanjad também demonstra a relação de Goeldi com as autoridades no chamado Contestado Franco-Brasileiro (1897-1900). Goeldi fez duas expedições ao Amapá para proceder a um inventário científico da região para auxiliar a posição brasileira contra a França, que reivindicava o território apoiada nos estudos de Henri Coudreau. Nelson Sanjad mostra que mais do que produzir o inventário científico, Goeldi atuou no caso como uma espécie de ‘espião’, transmitindo informações às autoridades brasileiras sobre a comissão suíça que iria arbitrar a questão. Nesse sentido é notável o esforço de Sanjad em reconstruir cada passo da estratégia brasileira, apoiado nas cartas trocadas entre Goeldi e o Barão do Rio Branco.

Emílio Goeldi também se voltou para o ramo da entomologia médica, estudando várias espécies de mosquitos, num momento em que não apenas havia “a emergência da entomologia médica como disciplina autônoma”, mas também “o aumento de casos de febre amarela em Belém e uma maior atenção do poder público estadual para a saúde pública.” (SANJAD, 2010: 346). Sanjad aponta a pouca atenção dos pesquisadores sobre esses estudos de Goeldi, que é menor em relação aos trabalhos ornitológicos, mas “não menos importante em razão da densidade desses estudos e da repercussão que tiveram no meio científico.” (SANJAD, 2010: 359).

Podemos relacionar a abordagem de Nelson Sanjad sobre o envolvimento de Emílio Goeldi com as autoridades no chamado Contestado Franco-Brasileiro (1897-1900) e os estudos do zoólogo sobre a entomologia médica com o que Moema Vergara identificou de “profunda reorientação teórico-metodológica” experimentada na historiografia brasileira da ciência após os anos 1970. Os trabalhos a partir desse contexto começaram a ver “as instituições científicas como agentes da implantação de práticas e conhecimentos científicos, sobretudo no que diz respeito à ‘análise da influência de fatores extracientíficos no processo de produção de conhecimentos’.” (VERGARA, 2004: 27). De fato, o livro de Sanjad sugere que Goeldi, mesmo tendo que se distanciar de sua pesquisa inicial por causa de demandas externas, soube reverter isso em benefício do Museu Paraense, conseguindo mais apoio para desenvolver os seus projetos na instituição.

Considerações finais

Os dois livros analisados neste artigo trouxeram importantes contribuições para a historiografia do Museu Paraense Emílio Goeldi e para a história da ciência na Amazônia. Ao finalizar seu artigo publicado em 2001 sobre o balanço da historiografia do Museu produzida no período 1894-2000, Nelson Sanjad dizia ser necessário estudos que sobretudo valorizassem as fontes primárias na análise histórica. (SANJAD, 2001: 132). Os livros de Crispino, Bastos, Toledo, e o do próprio Sanjad, apesar de distintos em seus métodos e objetivos, seguiram nessa perspectiva, trabalhando com esses tipos de fontes e apontando vários caminhos para novas pesquisas.

Os dois livros, apesar de reforçarem mitos da história do Museu, como Emílio Goeldi e Ferreira Penna, não deixam de abordar outros personagens da instituição. Crispino, Bastos e Toledo fazem várias referências às contratações de cientistas estrangeiros pelo Museu, sobretudo na gestão de Emílio Goeldi, utilizando relatórios, correspondências e reportagens de jornal, que noticiavam a chegada dos cientistas em Belém. Igualmente, Sanjad trata dos cientistas contratados pelo Museu, destacando os seus países de origem e as suas formações acadêmicas.

As duas obras, cujos autores curiosamente não se citam,¹⁰ também contribuem para um entendimento da construção do perfil científico do Museu, que no período de Emílio Goeldi valorizou as pesquisas na área das ciências naturais, principalmente a Zoologia e a Botânica. Além disso, demonstraram o impacto do estabelecimento do parque zoobotânico do Museu na cidade de Belém, local bastante frequentado pela população local e pelos viajantes.

Diante disso, a partir das contribuições das duas obras, cabe um desafio aos futuros pesquisadores sobre a história do Museu Paraense Emílio Goeldi e sobre a história da ciência na Amazônia: avançar na periodização dos estudos,¹¹ que até o momento priorizaram a fase do chamado “apogeu” da instituição, do final do século XIX e início do XX, período que coincide com a *Belle Époque* amazônica, o auge da economia da borracha. Com a abordagem de períodos mais recentes, podem-se derrubar mitos como o da “decadência” do Museu após a década de 1910, e se ampliar o rol de fontes, a exemplo das fontes orais, a partir de depoimentos de cientistas e funcionários do Museu, que tem muito a dizer sobre a instituição.

Bibliografia

140

AVILA-PIRES, Teresa Cristina. “A contribuição de Osvaldo Rodrigues da Cunha (1928-2011) à Herpetologia”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 229-231, jan.-abr. 2011.

CRISPINO, Luís Carlos Bassalo; BASTOS, Vera Burlamaqui; TOLEDO, Peter Mann de. *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*. Belém: Paka-Tatu, 2006.

CRISPINO, Luís Carlos Bassalo. Prefácio. In: CRISPINO, Luís Carlos Bassalo; BASTOS, Vera Burlamaqui; TOLEDO, Peter Mann de. *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*. Belém: Paka-Tatu, 2006.

10 É curioso o fato de que a obra de Nelson Sanjad, publicada em 2010, não faça referência ao livro *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*, que foi publicado em 2006. Por outro lado, Crispino, Bastos e Toledo também não fazem referência ao artigo de Sanjad, “Bela adormecida entre a vigília e o sono: uma leitura da historiografia do Museu Paraense Emílio Goeldi (1894-2000)”, publicado no ano de 2001. É praticamente impossível que um não conhecesse a pesquisa do outro. Isso talvez sugira uma espécie de disputa pela narrativa oficial da história do Museu Goeldi.

11 Poucas pesquisas analisaram a história do Museu enfocando gestões de diretores após a de Emílio Goeldi. Podemos citar o artigo de Aldrin Figueiredo, que trata da gestão de Carlos Estêvão de Oliveira, no período 1930-1945. (FIGUEIREDO, 2001).

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. *Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.

DANTES, Maria Amélia M. A implantação das ciências no Brasil – um debate historiográfico. In: ALVES, José Jerônimo de Alencar. (org.). *Múltiplas faces da história das Ciências na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005, pp. 31-48.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Parque da cidade, Museu da nação: nacionalismo, modernismo e instituições científicas na Amazônia, 1930-1945. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de. (orgs.). *Conhecimento e fronteira: história da Ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. A Amazônia sob olhares evolucionistas: a ciência no Museu Paraense (1894-1914). In: ALVES, José Jerônimo de Alencar. (org.). *Múltiplas faces da história das Ciências na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005, pp. 103-134.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. “História da Ciência: objetos, métodos e problemas”. *Ciência & Educação*. v. 11, n. 2. pp. 305-317, 2005.

MARTINS, Roberto de Andrade. Ciência *versus* historiografia: os diferentes níveis discursivos nas obras sobre história da ciência. In: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; BELTRAN, Maria Helena Roxo. (orgs.). *Escrevendo a História da Ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo: EDUC / Livraria da Física / FAPESP, 2005, pp. 115-145.

REGULAMENTO do Museu Paraense. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*. v. 1, n. 1, 1894.

SALDAÑA, Juan José. Ciência e identidade cultural: a história da ciência na América Latina. In: FIGUERÔA, Silvia F. de M. (org.). *Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, pp. 11-31.

SANJAD, Nelson. Bela adormecida entre a vigília e o sono: uma leitura da historiografia do Museu Paraense Emílio Goeldi (1894-2000). In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de. *Conhecimento e fronteira: história da Ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

_____. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

_____. A contribuição de Osvaldo Rodrigues da Cunha (1928-2011) à História da Ciência. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas. Belém, v. 6, n. 1, jan-abr. 2011.

TOLEDO, Peter Mann de. Apresentação. In: CRISPINO, Luís Carlos Bassalo; BASTOS, Vera Burlamaque; TOLEDO, Peter Mann de. *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*. Belém: Paka-Tatu, 2006.

VERGARA, Moema de Rezende. “Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX”. *Revista da SBCH*. v. 2, n. 1, pp. 22-31, jan/jun 2004.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. “Historiografia e história da ciência”. *Escritos: revista da Casa de Rui Barbosa*, v. 1, p. 111-158, 2007.

Considerações Históricas na Construção da Pesquisa de Alexander von Humboldt

Enviado em:
03/12/2012

Aprovado em:
04/2012

Vinicius Santos da Silva¹

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências
Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana
(UFBA/UEFS)
vinicius_his@hotmail.com

Resumo

Alexander von Humboldt foi um naturalista alemão que atuou na modalidade de investigação da Natureza fundamentado teoricamente, no seu processo de formação intelectual, como também a partir da relação desta experiência teórica com as expedições científicas realizadas por este filósofo em finais do século XVIII e durante o limiar do século XIX. As várias expedições realizadas por Humboldt lhe auxiliaram a desenvolver uma forma metodológica para os estudos sobre as questões pertencentes à Natureza. A partir destas questões, presentes no trabalho de Alexander Humboldt, o presente texto objetiva realizar uma apresentação a respeito do contexto histórico e das concepções teóricas que possivelmente influenciaram Alexander Humboldt em suas observações da Natureza. A fim desta proposta algumas reflexões foram realizadas em algumas literaturas que tratam sobre o legado intelectual de Alexander Humboldt, como também algumas considerações na obra '*Quadros da Natureza*' (*Ansichten der Natur*), tradução de Assis de Carvalho.

143

Palavras-Chave

Alexander von Humboldt, Natureza, Viagens Científicas.

Abstract

Alexander von Humboldt was one German naturalist who acted in the modality of investigation reasoned theoretically of Nature, in its process of intellectual formation, as also as from the theoretical relation of this experience with the scientific expeditions carried out by that philosopher in the late eighteenth century and during the threshold of the nineteenth century. The various expeditions undertaken by Humboldt helped him develop a methodological form for studies

1 Especialização em Filosofia Contemporânea. Universidade Estadual de Feira de Santana – Ba (UEFS). Bolsista do Programa de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

on the issues pertaining to nature. From these questions, presents the work of Alexander Humboldt, this paper aims to make a presentation about the historical context and theoretical concepts that possibly influenced Alexander Humboldt in his observations of nature. The purpose of this proposal some reflections were held in some of the literature that deal with the intellectual legacy of Alexander Humboldt, as well as some considerations in the work 'Frames of Nature' (Ansichten der Natur), translation of Assis de Carvalho.

Keywords

Alexander von Humboldt, Nature, Trips Scientific

Cientista, poeta, pintor, filósofo, naturalista, literário, são algumas das caracterizações que podem ser inferidas a partir das leituras dos trabalhos (MATTOS, 2004; VITTE, 2011, ABRAHÃO, 2009; PEDRAS, 2004), que investigam e comentam a obra intelectual do alemão Friedrich Wilhelm Heinrich Alexander von Humboldt. Para Vitte (2011) as obras de Humboldt se constituem importante para a geografia como também para a ciência moderna, para o pensamento humanista e, em especial, para o pensamento ecológico e geofísico.

144

Este observador da natureza nasceu em Berlim, no ano de 1769, era convivente do ambiente nobiliárquico da corte prussiana do rei Frederico Guilherme II, O Grande (1712-1786) (GAROZZO, 1975; HUMBOLDT, 1952). Alexander von Humboldt era o irmão mais novo de Guilherme Wilhelm von Humboldt (GAROZZO, 1975; PRATT, 1999; HUMBOLDT, 1952). Ambos eram filhos do major, camareiro e amigo do rei Frederico II, o barão Alexander Georg von Humboldt (1720-1777) e de Maria Elizabeth von Humboldt (1741-1797) (HUMBOLDT, 1952).

Considera-se Alexander von Humboldt, a partir da literatura que investiga seu legado intelectual (PRATT, 1999; CHACHAM, 2004; MATTOS, 2004; VITTE, 2011; PEDRAS, 2004), como um dos precursores de uma nova forma de se observar e realizar as investigações sobre os fenômenos da natureza em finais do século XVIII e durante o limiar do século XIX. Vitte relata a respeito da proposta de análise da natureza defendido por Humboldt abordando que:

A partir de um considerável acúmulo de números e mensurações, a consciência de uma enorme variedade de fenômenos e, acima de tudo, a consciência metafísica da unidade da natureza e da necessidade de se estabelecerem leis transcendentais, ou seja, gerais, Humboldt,

fundamentado ontologicamente nas noções de estética da Terceira Crítica [...] e na experiência estética de Schiller, desenvolverá o método da observação da paisagem como postura científica de se registrar a organicidade da natureza e estabelecer as suas relações causais (VITTE, 2011: 74).

A pesquisa de Humboldt transpõe os aspectos da descrição, sistematização e hierarquização da natureza se direcionando para um método diferenciado de observação dos fenômenos da natureza. Segundo Pedras (2004) Humboldt buscou associar o sentido da realidade por meio de uma observação reflexiva que é resultado da conjugação investigativa entre a experiência científica com a apreensão com o conteúdo genérico e quantitativo e a experiência estética do singular e empírica.

A observação reflexiva em Humboldt tinha por finalidade a realização de “[...] uma explicação física da natureza, ancorado em uma precisão nas mensurações, no desenvolvimento de inovações gráficas, cartográficas e no estabelecimento de relações causais entre os elementos da natureza e os processos desta, em um contexto regional” (VITTE, 2011: 74). Becker (2012) relata que para Humboldt o olhar empírico do conhecimento científico não é menos importante que a experiência estética do observador. Ambos constituem uma totalidade em que as finalidades científicas e literárias desempenham uma comunicação resultante da íntima relação do homem com a natureza e esta relação é presente na proposta de trabalho desenvolvido por Humboldt, sobre esta questão Becker coloca que:

Humboldt propôs o “empirismo raciocinado”, isto é, desenvolveu a intuição a partir da observação. No método humboldtiano, o cientista deveria contemplar a paisagem de uma forma quase estética e a paisagem causaria, no observador, uma “impressão” que, combinada com a observação sistemática dos seus elementos componentes e filtrada pelo raciocínio lógico, levaria à explicação: a causalidade das conexões contidas na paisagem observada (BECKER, 2006).

Para estudar a natureza Alexander von Humboldt construiu a sua pesquisa fundamentada na relação estabelecida pela tríade arte, emoção e ciência. Por meio da articulação destes elementos que este expedicionário tentou compreender os fenômenos considerados ocultos ou imperceptíveis aos olhos, e que são pertencentes a cada ambiente natural. Sobre esta proposta Pedras (2004) coloca que:

Humboldt adere a uma perspectiva, ao mesmo tempo, empírica e filosófica da Natureza, a fim de demonstrar a harmonia invisível que

liga a diversidade enorme de objetos naturais. A planta, o animal e os elementos celestes são descritos, por si só, como espécies isoladas, mas a vivacidade dos sentidos que sua perspectiva exige sugere que é espantosa a capacidade do naturalista de observar (PEDRAS, 2004: 11).

Os fenômenos da natureza, conforme Humboldt (1952) poderia ser compreensível por meio da capacidade que o observador da natureza teria em desenvolver a percepção de saber receber a impressão do objeto visualizado. Esta forma de observar a natureza objetivava em sentir os efeitos dos fenômenos e por meio deste sentimento descrever a sensação física e emocional em relação ao objeto visualizado. Sobre esta questão o próprio Humboldt ressalta que:

O meio mais apropriado de realizar esse fim [estudo da natureza] consiste em que o observador, aquele que sentiu pessoalmente a impressão, a conte singelamente, e circunscreva e particularize o lugar ou as circunstancias a que se liga a narração (HUMBOLDT, 1952: 260).

Assim a observação reflexiva, pautada na conexão da tríade arte, ciência e emoção, possibilitava ao observador descrever os elementos subjetivos e pertencentes aos fenômenos da natureza. Vitte (2011: 75) salienta que o observador da natureza “[...] marcado por uma forte sensibilidade, [...] poderia registrar as forças imateriais da natureza que plasman a paisagem”. Para Thomas,

[...] toda a observação do mundo da natureza envolve a utilização de categorias mentais com que nós, os observadores, classificamos e ordenamos a massa de fenômenos ao nosso redor, a qual de outra forma permaneceria incompreensível; e é sabido que, uma vez apreendidas essas categorias, passa a ser bastante difícil ver o mundo de outra maneira (THOMAS, 1989: 62).

A racionalidade de Alexander Humboldt sobre os fenômenos da natureza tem algumas conexões e relações com concepções filosóficas e teóricas do século XVIII. Assim como com as experiências das expedições científicas realizadas por este filósofo em finais do século XVIII e início do século XIX. Pode-se ressaltar, que a prática da observação itinerante, por meio das excursões *in loco*, é um dos métodos de investigação científica utilizada por Alexander von Humboldt para produzir seus conhecimentos sobre os fenômenos da natureza.

As viagens científicas possibilitaram a Humboldt realizar uma distribuição espacial da natureza de acordo as especificidades de cada ambiente. O próprio Humboldt coloca que:

Em todas as zonas a natureza apresenta o fenômeno destas planícies sem fim; mas, em cada região, têm elas carácter particular e fisionomia própria, derivados da constituição do solo, diferenças de clima e elevação sobre o nível do mar. (HUMBOLDT, 1952: 6).

As incursões científicas ajudaram a este naturalista realizar estudos, sistematizações e pinturas sobre as paisagens naturais. Estas irão contribuir para sua elaboração de conceito da natureza. Ou seja, a partir dos fenômenos observados, em cada ambiente natural visitado, em viagens realizadas em finais do século XVIII e durante as décadas iniciais do século XIX, que Humboldt foi estruturando sua concepção sobre a natureza.

A vontade de conhecer o funcionamento dos agentes integrantes da natureza é pertencente ao ideário deste expedicionário desde tempos de criança, quando sob os ensinamentos do preceptor *Herr* Joachim Heinrich Campe (1746-1818)². Humboldt já demonstrava sua atenção para os assuntos referentes à natureza e a imensa vontade de conhecer as florestas tropicais. No entanto, foi a partir da convivência nos espaços universitários e o contato estabelecido com pesquisadores da natureza que houve maior influencia sobre o Humboldt a fim de se direcionar para a lógica de pesquisa sobre a natureza fundamentada nas expedições científicas.

147

Em relação às expedições científicas Humboldt não instaurou estas novas modalidades de viagens. Pois, quando este observador da natureza se encaminhou para esta atividade de pesquisa, a partir de finais do século XVIII, estas já eram realizadas desde meados do mesmo período temporal. No entanto, os relatos, resultado de expedições científicas ocorridas anteriormente, foram referencias teóricas utilizadas por Humboldt a fim de desenvolver seus estudos sobre a natureza. Salienta-se também que as viagens científicas estimularam este filósofo naturalista para realizar seus estudos investigativos sobre a natureza também por meio desta modalidade de pesquisa.

As excursões além-mar já ocorriam na história, não sendo, portanto, algo novo, em meados do século XVIII. Todavia, o que singulariza as viagens

2 Herr J. H. Campe era um pedagogo ilustre, caríssimo, famoso, poliglota emérito e autor do livro “Robinson der Jungler” publicado em 1779, condenado, à primeira vista, a um destino cruel pela desleal e velha concorrência de antigo escritor inglês Daniel DeFoe que, em 1719, havia cismado de contar, através de páginas inesquecíveis e envolventes, as aventuras de um marinheiro abandonado pelo comandante de seu navio numa ilha selvagem e perdida no meio do oceano “Robinson Crusoe” (GAROZZO, 1975).

que foram executadas a partir de meados do século XVIII e que influenciou as excursões que foram realizadas a partir deste momento, dentre estas viagens se insere as realizadas por Alexandre Humboldt, é que estas além do conhecimento do interior dos territórios terão vieses de atuações científicas.

De acordo com Mary Pratt (1999), houve uma mudança de consciência planetária, a partir do ano de 1735. Esta mudança, conseqüentemente, influenciou as expedições além-mar que seriam lançadas após este ano. As viagens que ocorreram após 1735, diferentemente das expedições além-mar que eram realizadas anteriormente, procuraram realizar estudos científicos nas regiões interiores dos territórios visitados.

Demarca-se, portanto, na história, o ano 1735 como o momento que houve a emergência de uma nova versão de expedições além-mar, “uma versão marcada pela tendência à exploração do interior e pela construção do significado em nível global por meio dos aparatos descritivos da história natural” (PRATT, 1999: 42). Esta nova maneira de realizar as averiguações e pesquisas em outros territórios, por meio das viagens ultramarinas ou mesmo por incursões terrestres, afetou a pauta e o direcionamento das propostas de investigações das expedições que foram realizadas pós este ano.

148

Para Pratt (1999) este é um dos dois eventos inéditos e europeus que ocorreram em 1735 e que contribuíram para a mudança de atuação das expedições além-mar. Em primeiro momento a inauguração da expedição itinerante internacional, de viés científico, canonizado nominalmente por La Condamine (1735). Esta expedição tinha por objetivo determinar, por meio de mensurações científicas, a forma exata da terra. Para Pratt (1999) a expedição La Condamine inaugura uma era de viagens científicas e exploração do interior que, por seu turno, sugere mudanças, na concepção que tem a Europa de si mesma e de suas relações globais. Em segundo lugar a publicação da obra “*O Sistema da Natureza*” (*Systema Naturae - 1735*) de Carl Linné (1707-1778), que determinou a classificação e a descrição dos elementos que compõe a natureza.

Estes eventos, conseqüentemente, sucumbiram o ideário das navegações que foram realizadas após 1735, em relação às propostas de investigação. Pratt coloca que:

Estes dois eventos, e sua coincidência, sugerem a importante magnitude das mudanças no entendimento que as elites europeias tinham de si mesmas e de suas relações com o resto do mundo. Esta nova consciência planetária [...], é elemento básico na construção

do moderno eurocentrismo, o reflexo hegemônico que incomoda os ocidentais, continuando mesmo a ser uma segunda natureza para eles (PRATT, 1999: 42).

A exploração científica por meio das expedições itinerantes, na segunda metade do XVIII, se tornou, portanto, um dos “conspícuos instrumentos de expansão europeia” (PRATT, 1999: 52). Os textos que eram produzidos pelos viajantes, frutos dos relatos de diários de campos provenientes das expedições, se tornaram documentos importantes com conteúdos e temas de amplo interesse para a Europa a partir de meados do século XVIII. Estes relatos seriam, portanto, “fonte de alguns dos mais poderosos aparatos ideológicos e de idealização, por meio dos quais os cidadãos europeus se relacionaram com outras partes do mundo” (PRATT, 1999: 53).

Contrastando, de certo modo, com as navegações dos séculos anteriores, realizadas durante os séculos XV, XVI, XVII, até meados do XVIII, demarcadas na história como circunavegações, as expedições científicas realizadas a partir de 1735 buscavam, então, conhecer por meio da ciência o interior dos territórios e relatar por meio dos diários de campos estes conhecimentos. Este, portanto, é um dos aspectos que singularizavam e distinguiam estas expedições em relação às suas antecessoras.

149

Por conseguinte, salienta-se que as viagens que aconteceram a partir da segunda metade do século XVIII começaram não só investigar o interior territorial e a produzir textos que traziam o “corpus”³ dos relatos dos expedicionários integrantes e sobreviventes da La Condaminie. Como também, por outro lado, começaram a concentrar suas atenções em outras questões. Ou seja, “vão se dissociar de tradições tais como a da literatura de sobrevivência, descrição cívica ou narrativa de navegação, pois se engajariam no novo projeto de construção de conhecimento da história natural” (PRATT, 1999: 55).

Em relação a este novo projeto o outro evento que sucumbiu o ideário das navegações tem uma participação significativa nesta realidade. Este novo, a sistematização da natureza, será o projeto norteador nas investigações científica da natureza por meio das excursões. O projeto de sistematização traz, em seu

3 Textos orais, textos escritos, textos perdidos, textos secretos, apropriados, abreviados, traduzidos, coligidos e plagiados; cartas, relatórios, histórias de sobrevivência, descrição cívica, narrativas de navegação, monstros, e maravilhas, tratados medicinais, polêmicas acadêmicas, velhos mitos reencenados e invertidos – o corpus La Condaminie ilustra o múltiplo perfil dos relatos de viagem nas fronteiras de expansão da Europa em meados do século XVIII (PRATT, 1999: 52).

arcabouço teórico e prático, a busca pela catalogação e descrição da natureza. As investigações científicas realizadas, por meio de expedições internacionais ou nacionais, a partir da segunda metade do século XVIII teriam objetivos que estariam pautados no projeto de sistematização da natureza. Assim sendo, as investigações científicas e, conseqüentemente, os textos que foram produzidos neste momento estarão estruturados nas diretrizes, teóricas e práticas, traçadas pela obra “*O Sistema da Natureza*”⁴ de 1735, Carl Linné. Salienta Pratt que:

As viagens e os relatos de viagem jamais seriam os mesmos. Na segunda metade do século XVIII, fosse uma dada expedição primariamente científica ou não, fosse o viajante um cientista ou não, a história natural desempenharia algum papel nela. A coleta de espécimes, a construção de coleções, o batismo de novas espécies, a identificação de outras já conhecidas, tornaram-se temas típicos nas viagens e nos livros de viagem (PRATT, 1999: 59).

O projeto de classificação da natureza promoveu direcionamentos para as pesquisas científicas que seriam realizadas por meio das expedições com visitação dos ambientes naturais *in loco*, a partir de meados do século XVIII. Chacham (2004) evidencia que a busca de uma ordem da natureza não limitou apenas na catalogação e na classificação de espécies da flora ou da fauna, mas também ao homem e a sociedade. Para Thomas (1989) os esquemas classificatórios que foram propostos em meados do século XVIII traziam uma oposição à tendência de enxergar os animais e as plantas como meros símbolos do homem. Thomas relata que:

O mais notável é que eles [os esquemas classificatórios] foram voltando os seus esforços para agrupar as plantas não em ordem alfabética ou de acordo com seus usos humanos, mas com base em suas características estruturais intrínsecas. [...] Cada um desses esquemas classificatórios representou uma tentativa ambiciosa de impor uma nova forma de organização intelectual ao mundo da natureza, de reduzir “todos os tipos de animais e vegetais a um método” (THOMAS, 1989: 78).

Ressalta-se também que as pesquisas que foram realizadas pelas expedições itinerantes seriam ministradas e desenvolvidas pela figura do naturalista.

4 Encontra-se aí uma criação extraordinária que teria profundo e duradouro impacto não apenas sobre as viagens e os relatos de viagem, mas na maneira mais geral dos cidadãos europeus construir e compreenderem seu lugar no planeta. Era um sistema descritivo designado para classificar todas as plantas da Terra, conhecidas e desconhecidas, de acordo com as características de suas partes reprodutivas (PRATT, 1999: 55).

Este pesquisador integrará não só como passageiro, mas também como pesquisador nas embarcações das expedições científicas a partir do limiar do século XVIII.

Thomas (1989) aborda que os naturalistas desenvolveram uma maneira de olhar para as coisas, ou seja, com traços mais imparciais, mais objetivos e menos antropocêntricos. O naturalista, pautado no projeto de sistematização da natureza, estabelecerá as diretrizes para as coletas de informações nas regiões que serão visitadas. Chacham (2004) coloca que o olhar do naturalista para a natureza, durante a segunda metade do século XVIII, será o de enquadrar a mesma em categorias gerais e universais.

Os naturalistas começaram a partir deste momento a desempenhar um papel fulcral no desenvolvimento das pesquisas nas expedições científicas. Pratt relata que:

Ao lado dos personagens de fronteira, como o homem do mar, o conquistador, o cativo, o diplomata, começava a surgir em toda a parte a imagem benigna e decididamente letrada do herborizador, armado com nada mais do que uma bolsa de colecionador, um caderno de notas e alguns frascos de espécimes, não desejando nada mais de que umas poucas pacíficas horas com os insetos e as flores (PRATT, 1999: 59).

151

O naturalista passará a elaborar textos que sejam leituráveis. Ou seja, as suas observações redigidas em diários de viagens teriam que resultar em publicações. Estas deveriam trazer informes importantes sobre o interior dos territórios visitados. Ressalta-se, portanto, o quão importante se tornou ao longo do século XVIII a figura dos naturalistas. Os relatos dos naturalistas, a partir da segunda metade do século XVIII, tornaram textos essenciais para os estudos não só da natureza como também dos comportamentos culturais das localidades visitadas.

Estes arcabouços teóricos, que se desenvolveram a partir da segunda metade do século XVIII, foram inseridos como conteúdos nos espaços universitários. Os relatos de campo, fundamentados nas viagens expedicionárias científicas dos naturalistas, seriam fonte de inspiração e reflexão dos pesquisadores que se interessavam pelos estudos da natureza nas Universidades Europeias. Não seria, portanto, diferente a inserção destes ensinamentos, por exemplo, na Universidade de Göttingen. “Importante centro para estudos físicos na época” (NETO & ALVES, 2010: 37), “uma Universidade ainda jovem e moderna – fundada 1737, mas já aristocrática e famosa” (GAROZZO, 1975: 45).

Humboldt esteve matriculado primeiramente na Universidade de Frankfurt an der Oder. Posteriormente Humboldt foi matriculado por sua

mãe na Universidade de Göttingen (NETO & ALVES, 2010). Neste ambiente universitário este observador da natureza começou a desenvolver ainda mais a sua intelectualidade para os estudos da natureza, fundamentado nos textos dos expedicionários naturalistas de meados do século XVIII.

Na Universidade de Göttingen que Humboldt começou a estabelecer vínculos com colegas e professores que se interessavam pela mesma matéria ou área do conhecimento que lhe estimulava e o empolgava, a botânica. Em Göttingen este pesquisador começou a investigar sobre a flora de Berlim com Carl Ludwig Willdenow (1765-1812). Neto & Alves (2010) relata que Humboldt intensificou seu apreço pela botânica a partir das aulas do professor Willdenow.

Em Göttingen Humboldt também começou a frequentar as aulas do professor Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), “notável fisiologista e antropólogo” (GAROZZO, 1975: 47). Segundo Becker (2012) foi com este, naturalista e antropólogo alemão, que Humboldt intensificou ainda mais seus interesses pela botânica e geologia e iniciou a prática da observação itinerante por meio das excursões de investigação científica.

152

Humboldt também passou a assistir as aulas do professor Christian Gottlob Heyne (1729-1812), arqueólogo e filólogo, que realizava pesquisas direcionadas para o conhecimento da agricultura dos gregos antigos. Segundo Garozzo (1975) as aulas do professor Christian Heyne rendeu a Humboldt um trabalho, não publicado, sobre os métodos empregados pelos gregos antigos na tecelagem de seus estofos, redescobriu a maneira de tecer a lã, a crina, o linho e toda e qualquer fibra têxtil pelos helenos.

Portanto, o ambiente acadêmico na Universidade de Göttingen possibilitou a Humboldt estabelecer laços de amizades que conseqüentemente lhe auxiliaram nas estruturações das pesquisas e investigações sobre a natureza. A literatura que estuda a obra de Humboldt (GAROZZO, 1975; NETO & ALVES, 2010), relata que foi neste âmbito universitário que este pesquisador começou a desenvolver e reforçar a sua atividade científica para as pesquisas e investigações sobre a natureza. As influências teóricas de sujeitos históricos, a exemplo, dos “herdeiros do idealismo alemão pós-Kant, como Schelling, Hegel e Herder” (ALVES, 2005), possibilitaram a Alexander von Humboldt, ao longo de seus estudos, estabelecer sua ontologia e epistemologia sobre a natureza.

O contato com Johann Georg Adam Forster (1754-1794) e com o pai deste, Johann Reinhold Forster (1729-1798), foi central para que Humboldt começasse a “desenvolver o espírito incondicional para as viagens como método

para a pesquisa de campo” (NETO & ALVES, 2010: 37). Os relatos de viagens já realizados por Georg Forster entusiasmaram ainda mais Humboldt para se enveredar na seara das viagens científicas em outras regiões, inclusive, fora do seu ambiente de convivência.

Ressalta-se que foi com Georg Forster que Alexander Humboldt iniciou suas viagens exploratórias. Com Forster, Humboldt empreendeu uma viagem ao redor da Europa em 1780 (NETO & ALVES, 2010: 37). Durante o percurso da expedição Baixo Reno, Holanda, Bélgica, Inglaterra, França, voltando para a Alemanha, Humboldt realizou anotações e estudos a publicação de três trabalhos “*Observações mineralógicas sobre um basalto do Reno, com investigações sobre a sienita e a basanita dos antigos; A origem aquosa do basalto; Depósito metálico no basalto em Unkel*” (GAROZZO, 1975: 51; HUMBOLDT, 1952).

Os aspectos da metodologia de investigação da natureza proposta por Humboldt estão presentes e registrados em seus textos. Estes foram postos à publicação e conseqüentemente é o acervo documental ou o legado intelectual deste naturalista. Ressalta-se também que o material intelectual humboldtiano foi muito consultado no limiar do século XIX e como apresenta os textos que investigam a sua obra (BECKER, 2012; DIENER & COSTA, 2008; DAGNINO, 2008; ALVES, 2005; RATTES, 2005) influenciou, com determinados limites nesta influência, os pesquisadores que tinham interesse em realizar estudos sobre História Natural a partir do século XIX como também pesquisadores de outras áreas do conhecimento.

A partir das pesquisas nas publicações de Humboldt pode-se ressaltar que as observações sobre os fenômenos da natureza passaram a ser realizadas de forma diferente do que era praticada em seu tempo. Humboldt munido teoricamente, por meio dos estudos desenvolvidos e pelos contatos estabelecidos nos espaços universitários e por meio da experiência prática por conta das expedições científicas pode estruturar a sua maneira de observar os fenômenos da natureza. Esta estruturação metodológica, fundamentada na proposta de investigação da natureza de Alexander Humboldt, está relacionada com o contexto histórico vivenciado por este filósofo naturalista.

Portanto, a análise do trabalho desenvolvido pelo Humboldt se remete também ao conhecimento dos acontecimentos históricos que é pertencente e contemporâneo a este observador da natureza. Assim, pode-se salientar que os contextos históricos, vivenciados pelo Humboldt, como também a própria lógica das experiências nas excursões científicas se caracterizam enquanto essenciais

para a formação científico-filosófica deste naturalista.

Os contatos estabelecidos por este observador da natureza no ambiente Universitário como relata a literatura que investigar a sua obra (ALVES, 2005; BECKER, 2012; MATTOS, 2004; NETO & ALVES, 2010). Como também os contatos estabelecidos por este naturalista com a natureza por meio da pesquisa *in loco* se inserem como arcabouços teóricos e práticos interessantes na estrutura da metodologia de investigação da natureza proposta por Humboldt. Sendo assim, a experiência teórica e prática fazem parte da formação do Humboldt e se apresentam em sua proposta de pesquisa ou em sua forma de observar a natureza diante da realidade de pesquisa utilizada por este expedicionário.

Referências Bibliográficas:

ABRAHÃO, Cinthia Maria de Sena. “Síntese e complexidade no pensamento geográfico”. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, nº 21 (2), p.p, 211-215, 2009.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. “A obra de Humboldt e sua provável influência sobre a antropologia de Franz Boas”. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 18, pp. 67-79, 2005.

BECKER, Elsbeth Léia Spode. “A obra de Margaret Mee e sua provável relação com os procedimentos metodológicos de Alexander von Humboldt”. *Revista Geonorte*, edição especial, v. 1, nº 4, p. 1-12, 2012.

CHACHAM, Vera. “A natureza americana, a ciência e a paisagem oriental em narrativas de viagens do século XVII”. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 9, nº 2., p. 79-90, 2003.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio. “A geografia de Alexander von Humboldt: diálogos entre arte e complexidade”. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 9, nº 26, pp. 65-83, 2008.

DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima. “A arte de viajantes: de documentadores a artistas-viajantes perspectivas de um novo gênero”. *Revista Porto Arte*, Porto Alegre, v. 15, nº 25, pp. 75-89, 2008.

GAROZZO, Filippo. *Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro, Editora Três, 1975, p. 137.

HUMBOLDT, Alexander von. *Quadros da Natureza*. Tradução Assis de Carvalho.

Assis. Edição XXXIV, Volume 1º, Rio de Janeiro, W. M. Jackson, 1952, p. 346.

MATTOS, CLAUDIA VALLADÃO. “A pintura de paisagem entre Arte e Ciência: Goethe, Hackert, Humboldt”. *TERCEIRA MARGEM*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes, Faculdade de Letras, Pós-Graduação, Ano IX, nº 10, p. 152-169, 2004.

NETO, Danilo Piccoli; ALVES, Flamarion Dutra. “Alexander von Humboldt: viajante naturalista e entusiasta da harmonia da natureza”. In: *História do pensamento geográfico e epistemologia*. Org: Paulo R. Teixeira de Godoy. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PEDRAS, Lúcia Ricotta Vilela Pinto Brando. *A totalidade encantada: natureza, ciência e arte em Alexander von Humboldt*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História, PUC, Rio de Janeiro, 2004.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução: Jézio Hernani Bonfim Gutierre, Revisão Técnica: Maria Helena Machado; Carlos Valero. Bauru, São Paulo, Editora EDUSC, 1999, p. 394.

155

RATTES, Cecília Luttembarck de Oliveira Lima. Ciência e Arte: os viajantes estrangeiros do século XIX. In: XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-MG, São João del Rei. Anais Eletrônicos do XV Encontro Regional de História. São João del Rei : Seção de Minas Gerais da Associação Nacional de História, v. Único, 2006.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais, 1500-1800*. Tradução: João Roberto Martins Filho; Consultor desta Edição: Renato Janine Ribeiro; Consultor dos termos zoológicos: Marcio Martins. 2ª reimpressão. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1989, pp. 454.

VITTE, Antonio Carlos. “A ciência humboldtiana e a geografia física”. *Mercator*, Fortaleza, v. 10, nº 23, pp. 71-82, 2011.

Sobre a arte de conservar e restabelecer a saúde dos homens: formação e ofício de um médico ilustrado nas Minas colonial

Enviado em:

09/12/2012

Aprovado em:

04/2013

Lucas Samuel Quadros¹

Graduando em História pela UFOP

lucassquadros@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo tem como proposição discutir as principais questões e reflexos da medicina luso-brasileira na América Portuguesa após as Reformas da Universidade de Coimbra em 1772. Para tanto, tomará como fio condutor de compreensão do complexo contexto medicinal do Brasil colonial nos fins do século XVIII, o estudo de caso da trajetória profissional e social do médico doutor Luís José de Godói Torres, formado pela sobredita universidade. Intenta-se analisar, através do estudo biográfico do Dr. Godói, o esforço do Estado lusitano em instruir e instituir uma medicina nos moldes da Ilustração nos domínios ultramarinos, explorando como realmente as práticas e leituras medicinais se davam na vastidão geográfica e nas diversidades culturais e naturais da América Portuguesa e das Minas no período.

Palavras-Chave

História da medicina; Reformismo Ilustrado; Minas colonial

Abstract

This article is to propose and discuss the main issues reflexes medicine Luso-Brazilian Portuguese in America after the reform of the University of Coimbra in 1772. Therefore, take as a thread of understanding of complex medical context of colonial Brazil in the late eighteenth century, the case study of the trajectory of social and professional medical doctor Luís José de Torres Godói, formed by the aforesaid university. Intends to analyze, through biographical study of Dr. Godói, the State's effort to instruct Lusitanian and institute a medical illustration in the mold of the overseas dominions, really exploring how the practices and medicinal readings gave up in the vast geographical and cultural diversities in natural and Luso-America and Minas in the period.

Keywords

History of medicine; Reformism Illustrated; colonial Minas

1 Bolsista de iniciação científica (FAPEMIG). Membro do Núcleo de Estudos sobre o Corpo (NEC) e do Núcleo de Estudos sobre Justiça, Administração e Luta Social nas Minas (JALS).

A História da Medicina e os estudos biográficos: o caso do Dr. Luís José de Godói Torres

Os estudos biográficos nunca estiveram ausentes das reflexões historiográficas, contudo, cada vez mais as trajetórias individuais dos sujeitos de variadas posições e camadas sociais vêm tomando espaço nas pesquisas históricas no que diz respeito aos estudos de História cultural e social. Se, por muito tempo, as trajetórias foram vistas como modelos tradicionais mais preocupados com os grandes fatos do que com as estruturas sociais e culturais, a retomada desse campo de investigação traz vieses preocupados em questionar as tensões entre o indivíduo e sociedade no que diz respeito às especificidades individuais e dos contextos que os circundam.

Teresa Malatian (2008: 21) propõe que,

no lugar da linearidade factual da curta duração centrada na cronologia do tempo curto do indivíduo, a tendência passou a ser o estabelecimento de relações desta com o contexto econômico, político e social, cultural, no qual se insere e desenvolve uma vida e que esclarece trajetórias num campo de possibilidades de escolhas e exploração, no qual se exerce a ação individual.

157

Ou seja, afasta-se da ideia da narrativa cronológica de curtos espaços e experiências de vida, e passa-se a estabelecer análises articuladas entre às micro e macrosociológicas. Análises que não devem deixar de considerar as individualidades de cada agente na sociedade a qual se insere, potencializando a investigação da ação individual dos sujeitos nas ambiências em que estão inseridos.

Portanto, entende-se que as biografias e trajetórias se mostram como ricos percursos para o estudo de várias temáticas, dentre as quais, se elegeu a História da Medicina. A experiência individual de um médico ilustrado das Minas do fim do século XVIII consiste em uma oportunidade para a análise do contexto medicinal luso-brasileiro, sobretudo, pós as Reformas Universitárias de 1772. Nesse sentido, a ideia é trazer à apreciação e discussão parte das inúmeras possibilidades que a trajetória social, profissional e política do médico Luís José de Godói Torres oferece aos estudos da História da Medicina e da experiência do pensamento ilustrado no Brasil colonial.

O médico Luís José de Godói Torres foi uma das mais notórias figuras no que diz respeito à medicina mineira no período colonial. Formado na Universidade

de Coimbra reformada segundo os Estatutos de 1772, a trajetória profissional do Dr. Godói é marcada por um amplo leque de atuações dentro da medicina e áreas que se correlacionavam com ela no período em que se trata. Até onde se sabe, nenhum outro médico egresso de Coimbra após as Reformas de 1772 alcançou tão altas distinções dentro do cenário medicinal mineiro.

Tal afirmação se baseia na pesquisa realizada em alguns fundos documentais relativos às cidades de Mariana e Vila Rica no período colonial. Foram analisadas as correspondências do Governo da Capitania de Minas e do Ministério Estado de Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos presentes na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino organizada pelo Projeto Resgate. Entre os anos de 1795 e 1824, respectivamente os anos de formatura e falecimento do Dr. Godói, foram encontradas 24 correspondências que versavam sobre a medicina na capitania e suas vilas. Destas, 8 tinham ligação direta com o Dr. Luís José. Dessa documentação, se obteve maior parte das informações concernentes a ancestralidade do Dr. Godói e da sua notável ascensão nos primeiros anos de carreira.

158

Outras 17 correspondências da *Coleção Casa dos Contos e José Bonifácio* da Biblioteca Nacional proporcionaram importantes informações acerca da ida do então jovem Luís José à Coimbra e das redes de sociabilidades que o estudante formou em Coimbra.

A partir das pistas obtidas nas correspondências, foram buscadas informações complementares em outros fundos documentais. Realça-se os 9 inventários e testamentos da Casa Setecentista de Mariana onde se encontrou importantes informações acerca dos parentes próximos do médico sobredito, principalmente àqueles que de alguma maneira foram preponderantes para a formação e obtenção de cargos de Luís José. A partir da rede de nomes que ia se obtendo paulatinamente na pesquisa, buscas onomásticas também foram feitas no acervo digital do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, sendo encontradas poucas referências correlacionadas nos dois últimos.

O volume de informações obtidas sobre um sujeito apenas, dá pistas de que realmente se trata de um indivíduo distinto na sociedade a qual pertencia. Da mesma maneira, a pesquisa proporcionou um panorama da importância de Luís José de Godói Torres no contexto medicinal das Minas no final do século XVIII e início do XIX.

A investigação acerca da formação, leituras e atuações do Dr. Godói é

capaz de proporcionar um panorama de como se davam as tentativas do Estado Português em estabelecer a Medicina nos moldes iluministas nos longínquos e vastos domínios do América, bem como se davam as estratégias de ascensão social e profissional desses sujeitos, uma vez enquadrados num patamar de alta diferenciação social garantida pelos estudos na Universidade de Coimbra. Este fator, em principal, propiciava diversas oportunidades de ascensão no seu ofício, uma vez que a política pombalina estabelecia critérios científicos nas escolhas dos cargos públicos da administração portuguesa. Desta forma, os primeiros campos de atuação foram galgados, petições foram efetuadas, contatos foram estabelecidos e cargos foram concedidos.

A medicina nas Minas do século XVIII e as Reformas Universitárias de 1772

As descobertas das minas de extração aurífera no final do século XVII legariam ao século XVIII uma considerável reversão no quadro administrativo português em relação aos seus domínios americanos. O *rush* demográfico e a intensificação da ocupação territorial dos sertões da América Portuguesa fizeram com que a Coroa organizasse uma efetiva estrutura administrativa que garantiria a ordem e a tributação nas Minas do Ouro através das Vilas e Câmaras que foram erguidas nessas regiões (ALMEIDA, 2010).

159

As oportunidades de enriquecimento que a mineração ofertava, trouxe para Minas um grande êxodo de pessoas livres e seus escravos, e conseqüentemente, manifestaram-se diversas doenças ocasionadas principalmente pela rápida acentuação demográfica da região. A sociedade, que era composta por uma população com formas de alimentação, vestimentas, moradias e rotinas de trabalho majoritariamente precárias, fez com que Minas chamasse a atenção das autoridades no que diz respeito à questão da salubridade dos espaços e pessoas que circulavam por eles. Desta forma, o Governo tentava regular a saúde dos povos através de legislações e fiscalizações, ao passo que ansiava em conhecer mais acerca das principais doenças que ali se manifestavam (FURTADO, 2005).

Tratados de Medicina e Cirurgia foram escritos com base em procedimentos de cura e observações realizados nas Minas, sobretudo na primeira metade do século XVIII. Assim, Minas Gerais se tornou um fértil laboratório de experimentos práticos de conhecidos médicos e cirurgiões portugueses, como no caso do Luís Gomes Ferreira e o *Erário Mineral* (1735); José Antônio Mendes e seu *Governo de Mineiros* (1770); e João Cardoso de Miranda que escreveu a *Relação cirurgica*,

e médica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo methodo para curar a infecção escorbútica (1741) e a *Prodigiosa lagoa descoberta nas congonghas das Minas do Sabará* (1749)(FURTADO, *op. cit.*).

Mais do que conhecimentos obtidos acerca das doenças e procedimentos de cura, esses tratados davam parecer a Coroa da situação da saúde dos povos das Minas e de como se davam as práticas medicinais na região, constando muitas das vezes, críticas dos autores a hábitos insalubres da população e de métodos supersticiosos de cura empregados nas doenças. De certa maneira, esses tratados de medicina prática orientavam a forma do governo português quanto à questão do exercer de Medicina nas Minas².

Leis reguladoras foram baixadas e medidas de coerção foram impostas na tentativa do Estado em combater o charlatanismo e as práticas de medicina supersticiosa. Porém, legislações como as do *Regimento e foros de ley que devem observar os comissários do fisico-mor no estado do Brasil* e o *Regimento dos preços dos medicamentos*, ambos de 1744, encontraram grande resistência em território mineiro. Além da escassez de oficiais de cura que poderiam atuar legalmente nos Termos das Vilas, a vastidão territorial dificultava uma ação fiscalizadora e coerciva efetiva do Estado. Ademais, os saberes de cura ditos não legalizados, eram mais acessíveis e gozavam de certa legitimidade tanto nos extratos sociais mais baixos, quanto nos mais altos das sociedades da América Portuguesa(RIBEIRO, 1997). Esse quadro só obteria uma reversão considerável quando do início do Período Pombalino e da Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772. As reformas dos *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772 – Curso das Ciências Naturais e Filosóficas*³ – que constavam as orientações do curso de Medicina – foram a primeira e primordial ação para superação do descompasso que marcava a Medicina no Reino de Portugal e seu atraso científico em relação as

160

2 Segundo Márcia Moisés Ribeiro, nos finais do século XVII e início do XVIII houve um aumento da produção de livros voltados para o contexto colonial. A nítida preocupação que se começa a ter com a saúde dos povos – e sobretudo, com a dos escravos – demonstra que o Estado associava o corpo sadio a força de trabalho, e conseqüentemente, a lucratividade econômica do Estado.(RIBEIRO, 1997)

3 *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772*(Livro III) – *Curso das Ciências Naturais e Filosóficas*. Coimbra: Por ordem de Sua Majestade, 1772.

demais nações europeias⁴.

Neste momento, de fato, começou-se a colocar em prática um projeto pedagógico que formaria os homens capazes de levar a Portugal e seus domínios ultramarinos os ideias de uma medicina moderna calcada no cientificismo do Iluminismo Europeu⁵. Ao mesmo passo, começou-se a construir com bases no experimentalismo o alicerce sobre qual se erguia toda uma concepção de saber(ABREU, 2011).

Além de um amplo conteúdo teórico nos primeiros dois anos de curso, fundado basicamente nas lições de História Natural e Filosofia, as técnicas medicinais práticas e os experimentos empíricos passariam a demandar bastante tempo da carga-horária dos estudantes de medicina em Coimbra. Nesse sentido, notáveis foram os avanços no que diz respeito à anatomia. Tentava-se afastar a ideia da cirurgia como ofício mecânico através dos estudos e dissecações de cadáveres humanos realizados cada vez mais comumente. Aproximava-se assim, o conhecimento prático do corpo ao conhecimento teórico da medicina. Pode se dizer que as Reformas como um todo, se voltariam para formação teórica dos alunos com intuito de melhor amparo nas observações práticas, e esses alunos ali formados, teriam as habilidades científicas condicionadas as demandas de expansão das Luzes ao Império Português(ABREU, *op. cit.*).

161

E toda essa reorientação seria preponderante para que se realizasse o cumprimento efetivo das legislações de saúde e medicina que desde o início do século XVIII o Estado português tentava estabelecer. Ou que pelo menos a ação fiscalizadora se acentuasse. Segundo Ruth Maria Gauer(1996: 99),

a formação de médicos preparados para experiência e observação nos hospitais construiu um saber que deu condições de controle político científico do meio, vale dizer: da cidade, do subúrbio, da comunidade.

4 Em meados do século XVIII, começaram a surgir em Portugal obras como *Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se* (1777) e *Tratado da conservação da saúde dos povos* (1756), de Antônio Nunes Ribeiros Sanches, *Verdadeiro método de estudar* (1746), de Luis Antônio Verney, e *Reino da estupidez* (1818), Francisco de Melo Franco, que criticavam principalmente os arcaicos modos de ensino de medicina no Reino de Portugal em consonância com outras nações europeias no mesmo período. As críticas fundamentavam-se principalmente na ausência do ensino de anatomia em peças humanas na Universidade, no pensamento escolástico e galênico e os ainda presentes misticismos nos autores trabalhados pelos lentes nas aulas(RIBEIRO, *op. cit.* pp.117-36).

5 Segundo Carlota Boto, foi no curso de Medicina que houve as mudanças mais radicais da Universidade de Coimbra pós 1772. Chegando-se a ter maior número de lentes jubilados – 13 ao todo – o curso de medicina se reorientou completamente ao racionalismo que se introduzia com os estudos obrigatórios de Matemática, Fisolofia e História Natural presentes no novo currículo(BOTO, 2011).

[...] O sistema médico implantado pela Reforma de 1772 aponta para a coexistência de uma medicina assistencial, administrada pela autoridade científica médica cujo conhecimento adquirido lhe garantia o controle da saúde pública ao mesmo tempo que o da medicina privada, que beneficiava quem tinha meios para pagar.

Não havendo uma universidade na América Portuguesa, e conseqüentemente as Minas, tinha-se como referencial pedagógico a Universidade de Coimbra. Em consonância, os médicos encarregados de dissiparem o projeto português de modernização do Estado no que diz respeito à salubridade dos povos e às práticas de cura, seriam prioritariamente formados na dita Universidade.

Estudantes brasileiros em Coimbra

No final dos setecentos, a administração portuguesa iniciaria uma política de cooptação e incentivo de filhos da elite colonial da América a ingressarem sua formação na Universidade de Coimbra. A ausência de instituições de ensino superior na Colônia, somada a necessidade Portugal em formar indivíduos capazes de levarem ao ultramar a modernização do Estado lusitano, corroboraria a formação de uma nova geração da elite luso-brasileira de indivíduos inseridos no pensamento ilustrado em voga na Europa (GAUER, *op.cit.*).

Francisco de Morais (1940) apontou que no período entre a Reforma de 1772 e a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, 608 estudantes brasileiros passaram pela Universidade de Coimbra. E dentre este número contabilizado por Morais, 18 estudantes mineiros ingressaram no curso de Medicina. Quando retornavam a América, estes doutos egressos da Universidade galgavam prioritariamente cargos administrativos no Governo português (CRUZ e PEREIRA, 2009b).

Segundo a listagem de estudantes brasileiros em Coimbra de Francisco de Morais, o mineiro Luís José de Godói Torres, filho de Domingos Gonçalves Torres, iniciou seus estudos no ano de 1784 no curso de Matemática em regime

ordinário⁶. Apesar de nos registros de Francisco Morais Godói Torres aparecer no curso de matemática no referido regime – enquadrado naquele grupo de alunos que realmente queriam seguir a carreira em áreas de atuação que exigiam avançados conhecimentos matemáticos –, não se pode afirmar que a medicina não fosse sempre o primeiro desejo do Dr. Godói⁷.

Contudo, o jovem Luis José sabia que se quisesse adentrar nos estudos de medicina deveria passar por rígidos pré-requisitos e obter conhecimentos em grego, latim e línguas vivas na Europa que talvez só fossem propícios através da Universidade de Coimbra. Dentre os pré-requisitos, constava que os pretensos estudantes em Medicina, deveriam passar antes pelas matérias de Geometria, Cálculo, Cinética e Dinâmica do curso de Matemática, bem como as disciplinas de Lógica, Moral, História Natural, Física Experimental e Química do curso de Filosofia(CRUZ e PEREIRA, 2009b).

Desta forma, permanece por ora essa incógnita quanto aos reais desejos primeiros de Godói em relação à sua formação superior⁸. Se por um lado até o momento não foi encontrado nenhum documento que comprove que Godói tenha obtido o diploma de matemático em Coimbra, o dito médico chegou a atuar como

6 O regime ordinário de estudos destacado por Morais se trata do modelo em que o estudante ingressava no curso com o objetivo de seguir carreira na mesma área, diferentemente do regime obrigatório em que ingresso deveria cursar algumas áreas com intuito de inserção em outro curso posteriormente, como se algumas graduações fossem requisitos de entradas em outras. A rigor, nenhum estudante da Universidade de Coimbra pós 1772 deveria iniciar o curso escolhido sem antes passar pelas matérias dos cursos ditos filosóficos. Estes se tratavam daqueles onde se tinham altas cargas de discussão em filosofia, como no caso da Matemática, Ciências Naturais e da Filosofia propriamente dito. A filosofia se destaca no processo de modernização do ensino na Universidade de Coimbra pós 1772. Entendia-se na matéria a “Ciência Geral do homem, que abraça, e compreende todos os conhecimentos, que a luz da Razão tem alcançado, e há de alcançar em Deus, no Homem, e na Natureza”(Estatutos... 1772: 2) (CRUZ e PEREIRA, 2009b).

7 Entende-se que os matemáticos, juntamente com os naturalistas, estavam em alta na conjuntura política educacional pombalina e que as chances de se conseguir bons cargos no governo eram grandes, uma vez diplomado como matemático(CRUZ e PEREIRA, 2009a).

8 Ressalta-se que se supondo que Godói realmente tenha se formado em Matemática – mesmo não sendo encontrado nada que o denote até então –, e o diploma permanece desconhecido até o momento da pesquisa, o tempo de atuação de Luís de Godói Torres na carreira de matemático fora muito curto. Ao contrário do que diz o levantamento de Morais, que Luis José de Godói Torres adentrou ao curso de Medicina em Coimbra no ano de 1790, o diploma de médico de Godói data a sua entrada exatamente no dia 20 de julho de 1789(Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa 178; Documento 50. 30/12/1805; fl.17.). Ou seja, segundo a listagem de Morais, se o primeiro registro de ingresso de Godói diferentemente do segundo estiver certo, Godói teria se formado em Matemática aproximadamente em 1788. Tomando nota de que o tempo de formação era em média de 4 anos(FIGUEIREDO, 2011), no ano seguinte, em 1789, Luis José já iniciaria a sua graduação em outra área.

fiscal da intendência na Real Fazenda de Fundição de Vila Rica por cerca de um ano em 1801, quando já era médico formado há 6 anos⁹.

Há indícios de que Luís José de Godói tenha adentrado em Coimbra efetivamente no ano de 1784, como consta dos registros apresentados por Moraes. Em maio de 1783, o Juiz de Fora da Cidade de Mariana, Inácio de Souza Rebelo, pediu para que o contrador João Rodrigues de Macedo intercedesse pela ida de Luís José de Godói Torres para Coimbra com todas as suas necessidades sendo assistidas¹⁰. O pedido foi deferido, e João Rodrigues de Macedo, pediu ao irmão Bento Rodrigues de Macedo, residente em Coimbra, que assistisse o jovem no tempo que ele permanecesse na Universidade. Godói demandava as quantias de cem mil réis anuais para moradia, e, sete mil e duzentos réis mensais para gastos com alimentação, vestuário e estudos¹¹.

Levando em consideração tais indícios, Luis José ingressou em Coimbra aos 23 anos¹². Naquele ano, 22 brasileiros ali iniciariam seus estudos em Matemática, Filosofia, Direito e Medicina. Dos 22, predominavam os mineiros, totalizando ao todo 8 matriculados, enquanto das demais localidades do Brasil haviam 5 baianos, 4 cariocas, 3 paraibanos e 2 pernambucanos(MORAIS, *ibdem*: 176-9).

164

No período de permanência desses indivíduos em Coimbra, as primeiras redes de sociabilidade, tanto entre brasileiros quanto com metropolitanos eram criadas. Caio Boschi(1991)imbuído em reconstruir a gênese da formação da elite intelectual mineira nos fins do século XVIII destaca que nomes que aqui atuaram juntos em mesmas empreitadas, possivelmente começaram a tecer no Reino os laços firmados na Colônia. Ainda segundo Boschi(*ibdem*: 108),

na Universidade, estimulava-se um clima de entrosamento entre metropolitanos e brasileiros em benefício dos interesses estatais. Intelectualmente, aliás, mesmo depois de retornados ao Brasil, os parâmetros e os padrões que seguiam eram os da urbe coimbrã, em patente evidência da fusão de comportamento que aglutinava a elite dos dois polos do Império.

9 Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa 178; Documento 50. 30/12/1805; fl.2v.

10 Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos – Coleção Casa dos Contos – I-10, 16, 014, nº001.

11 Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos – Coleção Casa dos Contos - I-10, 18, 026, nº001.

12 Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários. 1º ofício. Códice 33. Auto 786. Inventário de Domingos Gonçalves Torres; 1761; fl. 6. Godói aparece como o mais novo de 4 irmãos no rol de herdeiros do pai.

Com Godói Torres não se deu de maneira diferente. Dos mineiros matriculados em 1784, encontrou-se até o momento registros de convivência posteriormente ao período da Universidade, apenas com o cânone João Saião¹³. O que não quer dizer que laços foram realizados com sujeitos que chegaram posteriormente ou anteriormente em Coimbra, como no caso de José Bonifácio de Andrada e Silva, que talvez tenha sido o contemporâneo e amigo pessoal mais notável do Dr. Godói¹⁴.

Godói voltou para as Minas por volta do ano de 1795. Como doutor e bacharel em medicina pela Universidade. Realça-se aí, que o tempo em que esses estudantes passavam em Coimbra, obtinham mais do que títulos e graus que os dariam prestígio quando da volta às suas localidades. Esses estudantes conformariam redes de sociabilidade com indivíduos de diferentes partes da metrópole e colônia(CRUZ & PEREIRA, 2009b). Ao mesmo tempo conheceriam o cotidiano da metrópole que em outrora possivelmente seria de unimaginável. Ou seja, além de graduados, voltariam com experiências que os diferenciariam ainda mais da maioria que vivia na colônia. Mais do que um projeto de modernização, as Reformas de 1772 e a política de cooptação colonial aproximaram o conhecimento da Universidade de Coimbra às demandas dos domínios ultramarinos.

165

As primeiras atuações e ascensão profissional do Dr. Godói

O primeiro cargo público obtido pelo Doutor Godói foi o de Médico do Partido da Câmara no ano de 1797. Neste ano, a Câmara de Mariana redigiu uma representação ao próprio rei de Portugal solicitando a nomeação do Dr. Godói, sob a alegação dos vereadores de que faltavam conhecimentos medicinais necessários

13 João Luiz de Souza Saião é o denunciante de um processo que apurou uma ação de infâmia religiosa supostamente proferida por Luis José de Godói Torres. Segundo Saião, o Dr. Godói defendia publicamente a ideia de que o Papa fosse destituído de autoridade temporal e ficasse apenas na instância espiritual, como fizeram os franceses. Arquivo Nacional da Torre do Tombo(Torre do Tombo Online). Avulsos. Autos da Inquisição de Lisboa. Maço 1119. Auto15549.

14 Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos – Coleção José Bonifácio – I-4, 32, 080; 25/10/1801. José Bonifácio ingressara em Coimbra um ano antes de Luís José, em 1783 na faculdade de Direito, e mais tarde obteria os títulos de Filosofia em 1787, Direito em 1802 e doutor em Filosofia em 1802(MORAIS, *ibidem*: 176). Comumente apontado na historiografia como “o patriarca da independência do Brasil”, Bonifácio dedicou boa parte da sua vida aos estudos na Universidade de Coimbra. O jovem começou a despontar como reconhecido mineralogista ainda durante sua graduação em Filosofia, sendo aluno e tendo expedições confiadas por nomes famosos como Werner e Vandelli(KURY, 2004).

e próprios ao então Cirurgião do Partido, Manoel Torres de Abreu, e que Luis José de Godói Torres era o único médico bacharel formado em Coimbra morador no Termo da Leal Cidade de Mariana. Pelo ordenado de 200 mil réis anuais, entre as atribuições do Dr. Godói estavam oferecer assistência aos pobres necessitados, aos órfãos, aos presos da cadeia e realizar os exames de corpo de delito.

Dois anos depois, a Câmara de Vila Rica, então capital de Minas Gerais, pedia para que o Governador Bernardo José Lorena e Silveira intercedesse junto a D. Rodrigo de Sousa Coutinho – Ministro do Estado de Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos da Coroa Portuguesa – para que o Doutor Luís José de Godói Torres logo fosse nomeado Médico do Partido da Câmara da dita Vila.¹⁵

Ressalta-se nesse ponto, o nome e o peso do diploma que a Universidade de Coimbra tinha nesse momento, mesmo nas partes periféricas do Império. O vereador requerente da procuração, Francisco da Costa Azevedo, é conciso em incorporar à sua súplica o pedido de que, em caso de ausência ou desligamento de Godói do cargo, deveria ser atribuído à cidade outro bacharel formado em Coimbra para exercer a função¹⁶.

166

Ainda quanto à petição da Câmara de Mariana, o peso do diploma da Universidade de Coimbra, somado ao fato de Godói ser morador natural do Termo de Mariana, justificariam a autorização do médico para o exercício do ofício. Já na representação acerca do cargo de Vila Rica, as habilidades técnicas e científicas de Godói foram apresentadas e endossadas pela assinatura e indicação pessoal do próprio governador Bernardo Lorena, figura que era conhecida por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Lorena era conhecido também, entre a administração do império português por sua dedicação e compromisso com o avanço das áreas e técnicas de exploração natural da flora e fauna da América Portuguesa, sobretudo no que tange a agricultura(PINTO, 2010).

Sob a égide do governo de Lorena em Minas, outro nome ganharia destaque na conjuntura do governo português do período. Também citado na representação da câmara de Vila Rica para legitimar os conhecimentos de Godói acerca das plantas medicinais do Reino, Joaquim Veloso de Miranda foi um naturalista de intensa vida científica em Minas Gerais. Depois de retornar de Coimbra em 1779, como bacharel e doutor em Filosofia Natural, Miranda se envolveu em diversas

15 Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. CD 43; Caixa 148; Documento 8; 13/03/1799.

16 Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. CD 42; Caixa 143; Documento 46; 28/08/1797.

pesquisas científicas patrocinadas pelo governo de Portugal, em especial na área de botânica. Seus esforços e habilidades foram coroados, em 1799, com a inauguração do Horto Botânico de Vila Rica, seu principal projeto. Logo depois foi nomeado Secretário de Governo da Capitania de Minas Gerais (MAIA, 2012).

Juntamente como Joaquim Veloso de Miranda, o Dr. Godói trabalhou no advento do Jardim Botânico como ajudante de Joaquim Veloso de Miranda. Quando Bernardo Lorena, em nome da câmara de Vila Rica, solicitou a nomeação de Godói para médico do partido, este e Veloso de Miranda já faziam os últimos ajustes no imponente horto erguido ao lado da Casa de Fundação de Vila Rica. A dita representação em questão é datada exatamente do dia 13 de março de 1799 e era bem clara quanto à contribuição de Godói na construção do horto. Todavia, a prestação de contas por D. Rodrigo, solicitante da empreitada, viria somente no dia 10 de maio do mesmo ano¹⁷.

Godói Torres já era médico do partido de câmara de Mariana quando se envolveu com os encargos do horto de Vila Rica. A ordem para que fosse erguido o jardim partiu de Coutinho para Lorena em novembro de 1798, mas apenas meses depois, já no ano seguinte, os préstimos de Godói se fizeram necessários. Isto ocorreu devido aos frequentes impedimentos e ausências de Veloso de Miranda nos trabalhos, o que demandou a contratação de um ajudante ao custo de 200 mil réis anuais.

Os critérios que fizeram que Lorena e Miranda escolhessem Godói para tal trabalho, fundamentaram-se, sobretudo no conhecimento do médico sobre plantas medicinais da região. Também pelo fato de que assim como Joaquim Veloso, Luis Godói formou-se na Universidade de Coimbra após a Reforma de 1772 e tiveram professores em comum, como no caso do conhecido naturalista italiano Domingos Vandelli(MAIA, 2009).

Posteriormente apenas ao Horto do Grão-Pará, o Jardim Botânico de Vila Rica foi o segundo de toda a América Portuguesa. Já no seu primeiro ano de funcionamento já contava com mais de 500 espécies aclimatadas e catalogadas. Feito esse, que mereceu as congratulações do Príncipe Regente Dom João VI. Todavia, as parabenizações viriam acompanhadas de outra responsabilidade, já que em 1800, Dom João e o Ministério dos Domínios Ultramarinos mandaram investigar se haviam naquela região plantas que poderiam ser utilizadas na

17 Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. CD 43; Caixa 148; Documento 36; 10/05/1799.

fabricação de papel. O trabalho demandou ao diretor Miranda e seu assistente Godói, a análise de 18 espécies em 9 meses de trabalho(MAIA, *op. cit.*, 2012).

Os estudos sobre a flora brasileira nesses hortos foram de fundamental aproveitamento a economia do estado português naquela conjuntura. Os envolvidos nesses projetos, mesmo antes de ressaltarem as importâncias científicas dos experimentos, enalteciam os benefícios que as descobertas resultavam a Real Fazenda e ao Erário Régio. E tudo que era descoberto na colônia, era efetivamente remetido ao Reino. Talvez por isso, tenha sido tão ampla a produção de conhecimento mineralógico e botânico que se obteve da América Portuguesa nos fins do século XVIII e início do XIX(SILVA, 1999).

A historiografia especializada na temática frequentemente aponta o Ministério Ultramarino, a Universidade de Coimbra e a Real Academia de Ciências de Lisboa – instituições subsequentes ao poder monárquico lusitano – como os principais pilares da política de conhecimento e exploração dos recursos naturais da América Portuguesa. E nessa ambiência,

o absolutismo ilustrado português do período de reinado de D. Maria I e regência do príncipe Dom João mostrou que era capaz de criar formas específicas de ordenamento do mundo natural das colônias, como uma força remobilizadora do Império Colonial. Das “produções naturais da colônia” viria a fonte capaz de contribuir para a retirada do Reino português do estado de defasagem econômica em relação aos países além-pirineus.(VARELA, 2006: 64)

168

O conhecimento que Godói tinha para exercer funções de tais prestígios se mostra inegável. Dessa forma, é preciso reafirmar que para além da formação de ponta que Universidade de Coimbra proporcionava, é provável que boa parte dos conhecimentos do Dr. Godói foram adquiridos nos livros de sua admirável biblioteca. No período em Coimbra, provavelmente constituiu-se maior parte do notável montante de livros do bacharel. Constituído por 92 tomos divididos em 38 títulos¹⁸, o universo de leitura do Doutor, pode ser considerado de ponta para o período, e conseqüentemente um elemento de distinção social e profissional, levando em consideração o acesso à leitura, em maior parte, estrangeira.

As leituras de autores como Willian Cullen, Tissot e Boerhaave – autores embaixados de ideais profiláticos do final do século XVIII – denotam que basicamente as leituras do médico permeavam o que estava em voga nas discussões

18 Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários. 1º ofício. Códice 109. Auto 2244. Inventário de Luis José de Godói Torres.

medicinais do período: a ideia da instrução de prevenção de doenças aos povos mais longínquos para que esses figurassem como seus próprios médicos (ABREU, 2007). Inclusive, eventualmente, constavam nesses tipos de obras inventários de plantas medicinais normalmente acessíveis, bem como formas simplificadas de preparação e dosagem dessas substâncias medicinais.

Na biblioteca do Doutor, um aspecto que chama a atenção é a total ausência dos populares títulos de cirurgia prática, como no caso dos sobreditos, *Erário Mineral* de Luís Gomes Ferreira e do *Governo de Mineiros* de José Antônio Mendes. Acentua-se mais a surpresa quando se leva em consideração que os livros mencionados foram redigidos com base em experiências curativas nas Minas, terra natal de Godói e onde atuaria como médico.

Contudo, o motivo da inexistência dos sobreditos livros pode ser explicado pelo fato de que um dos principais objetivos da reformulação dos *Estatutos* em 1772 era o de romper com a tradição escolástica. Tradição essa, que Luis Gomes Ferreira, José Antônio Mendes, João Curvo de Semedo – muito popular e também inexistente na biblioteca de Godói –, dentre outros se enquadram. Mesmo a medicina hipocrático-galênica – que encharca as páginas do *Erário Mineral* – já não era bem vista entre os lentes da Universidade de Coimbra (ABREU, *op. cit.*, 2011: 17-52).

169

Se a leitura era um dos pilares de sucesso profissional no período, era preciso estar em acesso com o que se tinha de mais requintado no período. Chama-se a atenção pra dois aspectos nesse sentido. O primeiro é o da circularidade de leituras entre professores e médicos de toda a Europa. Na biblioteca de Godói, por exemplo, constam títulos em português, francês, inglês, espanhol/castelhano e latim. Outro aspecto é da paulatina busca por conhecimentos modernos. Os clássicos “canonizados” da medicina não tinham mais tanta importância quanto em outrora. Começava a se conformar nas bibliotecas e nos circuitos acadêmicos medicinais um conhecimento mais globalizado e atualizado de acordo com seu tempo e as conseqüentes demandas. Os vários volumes dos mesmos títulos – no caso de Godói, por exemplo, haviam 10 volumes de uma mesma obra não identificada de Tissot – também dão indícios de tal fato (BOTO, *op.cit.*).

Boa parte dessas obras também estavam enquadradas acentuadamente na proposta do Reformismo Ilustrado português de conhecimento e aproveitamento dos recursos naturais no Reino em benefício da Real Fazenda. O tipo de literatura que constava basicamente em sua biblioteca, somada a sua formação em Coimbra, lhe davam visibilidade de médico notável das Minas e grande conhecedor da flora

medicinal da região.

Realça-se a importância que a leitura e os livros começam a tomar no espaço colonial, principalmente no que trata as práticas medicinais. A cultura do conhecimento passado pela oralidade e empirismo, começa a ser rejeitado paulatinamente pelo conhecimento escrito. A concepção do período girava em torno da ideia que só o conhecimento escrito, concebido como padronizado, poderia combater o descompasso entre as práticas de cura nos vários territórios do Império Português, e conseqüentemente, coibir o charlatanismo e o misticismos amplamente empregados entre pessoas de várias regiões e extratos sociais(BOTO, *op. cit.*).

Assim como as leituras, a formação e o legado de permanência em Coimbra – os conhecimentos, hábitos e as redes de sociabilidades – formados no Reino refletiram-se na Colônia. Legislações, indivíduos, projetos e práticas se impuseram, afirmaram, negaram e se conformaram de acordo com o contexto americano.

Em tempo, destaca-se um importante ponto a ser mencionado nesse estudo. Não foi encontrado no arrolamento de Luis José nenhum bisturi, estojo, lanceta, instrumentos de botica ou qualquer outro que remeta à medicina. Entende-se assim que a prática curativa direta não fazia parte do universo de atuação do Doutor, pelo menos não no fim de sua vida. Caso contrário, possivelmente encontrar-se-ia indícios de atividades clínico-cirúrgicas entre os bens do Doutor.

A ausência de instrumentos de ofício medicinal entre os bens do Dr. Godói dão vestígios de que a reorientação da formação desses indivíduos pós 1772 poderiam também estar assentadas em outros vieses; os da arte de governo dos vastos domínios ultramarinos.

Apesar de todo o esforço na reformulação do conteúdo empírico e prático previsto nos *Estatutos*, o tinteiro esteve mais presente nas mãos Dr. Luis José do que os bisturis. Talvez sejam esses os maiores reconhecimentos e contradições da vida profissional do Dr. Godói e de outros médicos com trajetórias similares. O reconhecimento que atuação em importantes cargos do governo, ao mesmo tempo denota uma crucial contradição: a retórica de que a reorientação da formação dos médicos em Coimbra seria integralmente em benefício dos povos, quando o intuito primordial se mostrava na manutenção de integridade do Império Português num contexto de crise de sua legitimidade(NOVAIS, 1981). O povo, no entanto, continuaria carente de assistência medicinal adequada, quando a administração portuguesa modernizava paulatinamente o seu aparato regulador das práticas medicinais.

Tendo isto em mente, objetivou-se na oportunidade de discutir não apenas práticas e técnicas medicinais, mas também acerca do conhecimento de medicina, por parte de um sujeito que a praticou. Entendendo assim, qual era a legitimidade, o reconhecimento, a inserção social e cultural deste conhecimento, e, sobretudo, sobre as formas e disputas de poder que também envolviam a medicina no período colonial. Questões essas, que no caso das leituras, práticas e até mesmo do retorno econômico que a profissão propiciava, extrapolavam os fatores práticos, simbólicos, visíveis e invisíveis da vida em sociedade (BOURDIEU, 1989).

Considerações finais

Sabe-se que no fim do sua carreira, Luis José de Godói Torres, alcançou o maior posto que um médico poderia ocupar dentro da Capitania de Minas, a saber: o de Físico-Mor da Capitania. Além do mais, gozava de respeito em toda Minas em razão de suas conhecidas especialidades¹⁹. Contudo, optou-se neste estudo biográfico por não fazer uma trajetória integral e exata da vida do médico, priorizando assim, os primeiros anos de atuação, e conseqüentemente, as primeiras estratégias de ascensão profissional utilizadas. Preferiu-se privilegiar a fase de formação e dos primeiros anos da carreira justamente por ela estar em concomitância com o início de um contexto político de estabelecimento do racionalismo e modernidade no Império Português, principalmente no que diz respeito ao aparato administrativo.

171

A forma ambígua de como se deu o Reformismo Ilustrado Português, no ténue equilíbrio entre reformar e conservar (VILLALTA, 1999) acabou por complexificar a experiência do pensamento medicinal ilustrado na América Portuguesa. Os sujeitos que, segundos os Estatutos de 1772 deveriam dominar a “arte de conservar e restabelecer a saúde dos homens”²⁰ foram também os homens que se beneficiaram de espaços de atuação e ascensão profissional na medida em que conservavam e restabeleciam os laços entre a América e a Metrópole Portuguesa.

Sendo assim, através da análise da trajetória do Dr. Godói, entende-se

19 O conhecimento do Dr. Godói acerca das plantas medicinais nativas e indígenas de Minas Gerais era reconhecido em todo Império Português, fator que ocasionou uma publicação do médico no conhecido periódico *O Patriota*. TORRES, Luís José de Godói. *Plantas medicinais indígenas de Minas Gerais*. *O Patriota*, p. 62-73, mai.-jun. 1814.

20 *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772*(Livro III) – *Curso das Ciências Naturais e Filosóficas*. Coimbra: Por ordem de Sua Majestade, 1772; pp.17.

que essa geração de sujeitos da ciência gestada em Coimbra pós 1772, formava-se conjugando de maneira intrínseca seus conhecimentos adquiridos em suas respectivas áreas às necessidades econômicas da Nação Lusitânia (CRUZ e PEREIRA, *op.cit.*, 2009b). E, não apenas a metrópole seria beneficiada dessa política fomentista de incentivo à ciência. O avanço das técnicas de exploração de recursos naturais expandiria até os longínquos territórios coloniais, o pensamento ilustrado da Europa (VARELA, *op. cit.*). As demandas econômicas da colônia não acentuariam somente a circulação de amostragens e mercadorias, mas também de conhecimento. Autores, técnicas e pensamentos seriam inseridos no contexto colonial (KURY, 2004), e ascensão inicial da carreira do Dr. Godói, mostra que ele estava atento a conjuntura política.

Recém-formado no contexto da “dobradinha” que tanto trouxe benefícios ao Império Português e conseqüentemente desenvolvimento à Capitania de Minas Gerais, entre o ministro dos domínios ultramarinos D. Rodrigo de Sousa Coutinho e do então governador, Bernardo José Maria Lorena e Silveira; Godói se fez notar como um homem de ciência, sobretudo dentro dos objetivos de modernização de Coutinho a frente do Ministério Estado de Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos.

172

E num contexto em que sedições baseadas em questionamento da legitimidade da ligação entre a colônia e a metrópole aconteciam em variadas partes da América Portuguesa, especialmente em Minas, onde a emblemática Inconfidência Mineira se fazia latente na memória dos mineiros e da Coroa, esses homens de ciência colocaram seus conhecimentos a serviço do reformismo que visava manter a integridade do império lusitano (VARELA, *op. cit.*). E a ciências e os benefícios que foram resultados a Minas, corroboraram por atenuar o pensamento sedicioso do período, sobretudo onde ele se fazia mais eminente, que eram as elites intelectuais. O que Caio Boschi (*ibidem*: 108) trata especificamente ao dizer que,

habilmente, no exercício prático de seu reformismo ilustrado, o Estado procurou amortecer nessas elites o potencial dos seus representantes ao regressarem ao seu país de origem, se entregassem a atividades reprodutoras do saber que fossem contrárias a manutenção dos laços de dependência que uniam essas duas partes do Império Português.

Se o Império Português estabeleceu um modelo ideal de práticas científicas a serem seguidas nos domínios ultramarinos – dentre as quais, aqui se destacou as medicinais – entende-se que uma das possibilidades de se ter a noção da recepção

desse modelo na América Portuguesa, é analisar cuidadosamente a trajetória dos sujeitos responsáveis pela expansão da ação modernizadora do Estado Português. Conferiu-se, que como no caso de Godói, cargos, títulos e mercês foram distribuídos entre esses sujeitos.

Ao passo que o desenvolvimento se seguia, os intelectuais se atinavam às demandas econômicas e se enquadravam nos ideais reformistas do Império. E essa trama, permitia que esses indivíduos gozassem em quase todas as suas carreiras, desde o início ao fim, de espaços de ascensão. Contudo, os sucessos profissionais, que no caso da medicina deveriam estar direcionados ao benefício da saúde dos povos, obstante estavam diretamente ligados ao quão os médicos estavam dispostos a se acondicionar às ordens e necessidades da Coroa.

Referências Bibliográficas

Fontes manuscritas:

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Inventários. 1º ofício. Códice 33. Auto 786. Inventário de Domingos Gonçalves Torres; 1761.

173

Inventários. 1º ofício. Códice 109. Auto 2244. Inventário de Luis José de Godói Torres; 1824.

Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate

CD 42; Caixa 143; Documento 46; 28/08/1797.

CD 43; Caixa 148; Documento 8; 13/03/1799.

CD 43; Caixa 148; Documento 36; 10/05/1799.

CD 51; Caixa 178; Documento 50; 30/12/1805.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo(Torre do Tombo Online)

Avulsos. Autos da Inquisição de Lisboa. Maço 1119. Auto15549.

Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos.

Coleção Casa dos Contos – I-10, 16, 014, nº001.

Coleção Casa dos Contos - I-10, 18, 026, nº001.

Coleção José Bonifácio – I-4, 32, 080; 25/10/1801.

Fontes impressas:

Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772(Livro III) – *Curso das Ciências Naturais e Filosóficas*. Coimbra: Por ordem de Sua Majestade, 1772.

TORRES, Luis José de Godói. *Plantas medicinais indígenas de Minas Gerais*. O Patriota, p. 62-73, mai.-jun. 1814.

Bibliografia:

ABREU, Jean Luiz Neves. “A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades da América Portuguesa”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, 2007; pp.761-778.

_____. *Nos domínios do Corpo: o saber medicinal luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

BOSCHI, Caio César. “A Universidade de Coimbra e formação intelectual das elites mineiras coloniais”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n.7, 1991.

174

BOTO, Carlota. O curso de Medicina da universidade pombalina: ciência e pedagogia no Iluminismo português. In: FONSECA, Thaís Nívea de Lima(org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011; pp.9-48.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da.; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “Ciência, identidade e cotidiano: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2009.

_____. “Ciência e memória: aspectos da reforma da Universidade de Coimbra de 1772”. *Revista de História Regional*, v.14, n.1, 2009.

FIGUEIREDO, Fernando B. “A faculdade de Mathematica da Universidade de Coimbra(1772-1820): um ensaio estatístico”. *Suplemento do Boletim da SPM 65*, Coimbra, outubro, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas Colonial”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.41, p.88-105, 2005.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade Portuguesa e A Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

KURY, Lorelai Brilhante. “A ciência útil em *O Patriota*(Rio de Janeiro, 1813-1814)”. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v.4, n.2, 2011.

_____. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações(1700-18010)”. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v.11, 2004.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. O criador e a criatura: o naturalista Joaquim Veloso de Miranda e o Horto Botânico de Vila Rica. In: ALEGRIA, João. *Projeto Vale dos Contos*. Ouro Preto: 2012.

_____. “Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.4, 2009.

MALATIAN, Teresa. “A biografia e a História”. *Cadernos CDEM*, 2008.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)* São Paulo: Hucitec, 1981.

175

PINTO, Francisco Eduardo. “Avanço da agricultura sobre as terras indígenas da capitania de Minas: distribuição de sesmarias nos sertões dos rios Pomba e Peixe (1750-1822)”. In: XIV Seminário Sobre a Economia Mineira, Diamantina-MG. *Anais do XIV Seminário Sobre a Economia Mineira*: CEDEPLAR/UFMG, 2010.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência os trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

VARELA, Alex Gonçalves. *Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva(1780-1819)*. São Paulo: Annablume, 2006.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. 1999. Tese. Programa de Pós Graduação em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

A Viagem Mineralógica Pela Capitania de São Paulo Realizada Pelos Naturalistas José Bonifácio de Andrada e Silva, e Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1820)

Enviado em:

17/11/2012

Aprovado em:

04/2013

Alex Gonçalves Varela¹

Doutor em Ciências Pelo Instituto de Geociências da Unicamp
alexvarela@mast.br

Maria Margaret Lopes²

Doutora em História Pela USP
mmlopes@mast.br

Resumo

José Bonifácio e Martim Francisco ficaram conhecidos na historiografia a partir da sua atuação como políticos. Contudo, eles também foram naturalistas, dedicando-se a um dos ramos da História Natural, a mineralogia. O objetivo central deste artigo é sublinhar a atuação destes dois indivíduos como “metalurgistas de profissão”, destacando a viagem mineralógica que realizaram em conjunto pela Capitania de São Paulo, no ano de 1820. A viagem será compreendida a partir da sua importância para o processo de emergência e consolidação das ciências naturais na América Portuguesa.

Palavras-Chave

História do Tempo Presente. Internet. História da Cultura Escrita e da Leitura.

Abstract

Jose Bonifacio and Martim Francisco became known in historiography from its role as politicians. However, they were also naturalists, dedicated to one of the branches of natural history, mineralogy. The main purpose of this paper is to highlight the performance of these two individuals as “professional metallurgists”, highlighting the mineralogical trip that made together by the Captaincy of São Paulo, in 1820. The trip will be understood from its importance to the process of emergence and consolidation of the natural sciences in Portuguese America.

Keywords

José Bonifácio; Martim Francisco; Mineralogical Travel

1 Bolsista do Programa de Capacitação Institucional (PCI) do Ministério da Ciência e da Tecnologia pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins.

2 Diretora do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCTI).

A presença dos Ilustrados José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) e Martim Francisco Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1776-1844) na bibliografia especializada se dá em função de seus respectivos perfis de homens públicos, evidenciando a atuação dos personagens no mundo da política enquanto ministros e parlamentares. Tais análises dão relevância à atuação dos personagens no contexto da criação e organização da Junta de Governo Provisória da Província de São Paulo (1821) no período da Independência, (1823), quando atuaram como ministros, compondo o “Ministério dos Andradas” e, na Assembléia Geral Constituinte (1823). Especificamente, em torno de José Bonifácio se configurou a criação do mito político que criou para o mesmo a denominação de “patriarca da independência”.

José Bonifácio e Martim Francisco notabilizaram-se não apenas como políticos, mas também como estudiosos e pesquisadores do mundo natural. (CAVALCANTE, 2001; VARELA, 2006; 2009) Os dois personagens também foram naturalistas dedicados ao estudo da História Natural, sobretudo ao ramo da Mineralogia. Eles participaram de viagens científicas, foram sócios de inúmeras sociedades científicas européias, publicaram diversos estudos no campo da História Natural, fizeram traduções de obras de importantes naturalistas, ocuparam relevantes cargos diretamente relacionados à administração das minas no Reino e no espaço colonial. No âmbito dessas funções realizaram diversas viagens “geognósticas” ou mineralógicas, tendo produzido a partir desses empreendimentos importantes estudos.

O objetivo central deste artigo consiste em analisar a memória científica produzida a partir da experiência da *Viagem Mineralógica Realizada na Província de São Paulo no ano de 1820*, viagem realizada em conjunto pelos dois naturalistas. A partir da memória que narra o evento, buscaremos identificar o roteiro da viagem; quais as “produções naturais” descritas pelos naturalistas; quais os sistemas de classificação utilizados pelos ilustrados; quais as características presentes na prática científica dos estudiosos; a forma como descreviam as diversas localidades da região de São Paulo por onde passavam, dentre outras questões. A premissa central do artigo consiste em argumentar que a viagem realizada pelos irmãos Andradas contribuiu para o processo de emergência e consolidação das ciências naturais na América Portuguesa, em especial na capitania de São Paulo.

I- Nascimento, Instrução Primária, Formação Superior na Universidade de Coimbra, e o Ingresso de José Bonifácio na Academia Real das Ciências de Lisboa

José Bonifácio e Martim Francisco nasceram em Santos. Eram filhos de D. Maria Bárbara da Silva e Bonifácio José de Andrada. Seu pai era um alto funcionário da Coroa, embora também tivesse outras atividades como o comércio, e possuía a segunda maior fortuna de Santos. (SOUSA, 1957: 33) Tinha outros irmãos, dentre os quais se destacou a figura de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1773-1845).³

A instrução primária foi dada pela própria família, destacando-se nessa tarefa os seus tios padres, uma vez que as escolas primárias de Santos não tinham um ensino de tão boa qualidade. Os três irmãos Andradas foram para São Paulo, com o intuito de receber uma formação que extrapolasse aquela recebida no âmbito familiar. Naquela cidade, frequentaram o curso preparatório mantido por Frei Manuel da Ressurreição, o que lhes possibilitou os primeiros contatos com a cultura clássica. Também participaram de aulas de gramática, retórica e filosofia, matérias indispensáveis para aqueles que pensavam ir estudar em Coimbra.

178

Na década de oitenta e noventa do século XVIII, respectivamente, José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos viajaram para Portugal, matriculando-se na Universidade de Coimbra nos cursos de Direito Canônico e Filosofia Natural. Naquele espaço, os Andradas, todos membros da elite colonial, juntaram-se às elites cultas da metrópole que ali estudavam; juntos leram as mesmas obras e receberam a mesma formação. (SILVA, 1999: 44; BOSCHI, 1991)

Nos diversos cursos da Faculdade de Filosofia em que eles frequentaram ganhou destaque a Cadeira de História Natural, lecionada pelo naturalista italiano Domenico Vandelli, que ensinava segundo os “livros de Linneu (Carl von Linné)”. Vandelli também seria o líder do grupo de naturalistas da Academia Real das Ciências de Lisboa dedicados ao estudo das “produções naturais da colônia e do Reino”. José Bonifácio estava inserido nos quadros da Academia e do mencionado grupo. (MUNTEAL FILHO, 1993)

O ingresso de José Bonifácio na Academia Real das Ciências de Lisboa,

3 A trajetória do personagem Antônio Carlos não se constitui em nossa preocupação analisá-la. Contudo, em alguns momentos do artigo iremos mencioná-la e abordá-la.

centro aglutinador do ideário reformista do governo de D. Maria I⁴, se deu no ano de 1789. Para ser aceito apresentou o estudo *Memória Sobre a Pesca das Baleias e Extração de Seu Azeite*, publicada nas Memórias Econômicas da Academia no ano de 1790, o primeiro artigo científico de autoria de Bonifácio que foi publicado. A dissertação reuniu os conhecimentos teóricos adquiridos por ele no âmbito da Cadeira de História Natural da Universidade de Coimbra, e as suas observações sobre a realidade brasileira, colhidas nos vinte anos anteriores à sua partida para Coimbra (SILVA, 1999: 78)

II- Martim Francisco e Antônio Carlos na Tipografia do Arco do Cego

Por sua vez, Martim Francisco e Antônio Carlos não ingressaram nos quadros da Academia de Ciências, após a formação em Coimbra. Eles foram arregimentados para atuar em outro espaço, tão importante para a difusão das “luzes” em Portugal quanto a Academia: a Tipografia do Arco do Cego. Criada no ano de 1799 pelo ministro de Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, quem convidou o Frei José Mariano da Conceição Veloso para dirigi-la, um homem preocupado com a divulgação de conhecimentos práticos e úteis (NUNES & BRIGOLA, 1999: 51; CARDOSO, 2001)

179

A principal atribuição de Conceição Veloso no âmbito da Tipografia era

Ajuntar e trasladar em português todas as matérias estrangeiras que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil, para melhoramento da sua cultura e das fábricas que dela dependem, pelas quais ajudadas houvessem de sair do atraso e atonia em que atualmente estão e se pusessem ao nível com os das nações vizinhas e rivais no mesmo continente, assim na quantidade como na qualidade dos gêneros e produções. (Apud FARIA, 1999: 112)

Em sua grande maioria os livros editados eram traduções ou tratados sobre gêneros agrícolas, como a cana-de-açúcar, a mandioca, o algodão e o linho, entre outros, os quais eram distribuídos entre os lavradores do Reino e, a partir dali, para

4 O ápice da Ilustração portuguesa ocorreu no momento em que assumiu o trono D. Maria I, dando início ao que se convencionou chamar de “viradeira”. Esse período caracterizou-se pelo reforço das práticas Ilustradas de caráter pragmático-científico, que já vinham sendo fomentadas desde o período do consulado pombalino, durante o reinado anterior de D. José I. Ver: NOVAIS (1995) e FALCON (1982; 1989).

a América Portuguesa, com o intuito de divulgar as novidades agronômicas.

Ressalta-se que a Tipografia converteu-se numa espécie de “sociabilidade tipográfica de pendor brasileiro” (NUNES & BRIGOLA, Op. Cit.: 66), pois grande era o número de estudantes “portugueses naturais do Brasil” que ali gravitavam em torno de Frei Veloso. Muitos deles empenhados em fazer traduções.

Dentre esses “portugueses naturais do Brasil” que estavam ao lado do Frei naturalista na Casa Tipográfica do Arco do Cego estavam Martim Francisco e Antônio Carlos. Dentro da política da instituição de fazer traduções de obras de homens de ciência renomados com o intuito de divulgar os modernos conhecimentos e técnicas científicas pela sociedade do Império Português, os mencionados naturalistas foram incumbidos de traduzir diversas obras, dentre as quais:

Obras Traduzidas por Martim Francisco

- Manual do Mineralógico, ou Esboço do Reino Mineral, Disposto Segundo a Análise Química por Mr. Torbern Bergman, Cavaleiro da Ordem de Wasa, Professor de Química em Upsala, membro de muitas academias. Publicado por Mr. Freber, professor de Química em Mittaw; traduzido e aumentado de notas por Mr. Monge' Z, o moço, e consideravelmente aumentada por M. J. C. de La Metherie. Ultimamente traduzido por Martim Francisco Ribeiro de Andrada Machado (v. 2, p. 1799-1800)⁵;
-
- Tratado Sobre o Cânhamo, composto em francês por Mr. Marcandier, Conselheiro na Eleição de Bruges. Traduzido de Ordem de S.A.R. o Príncipe do Brasil, Nosso Senhor em Benefício da Agricultura, e Marinha do Reino e Domínios Ultramarinos (1799).

Obras Traduzidas por Antônio Carlos

- Cultura Americana (1799 – v.2);
- Propostas Para Formar por Subscrição na Metrópole do Império Britânico uma Instituição Pública Traduzida do Inglês (1799);
- Considerações Cândidas e Imparciais Sobre a Natureza do Comércio do

⁵ Sobre a atuação de Martim Francisco como tradutor da obra de Bergman ver o artigo de KURY & LUNA (2012).

Açúcar, e Importância Comparativa das Ilhas Britânicas, e Francesas das Índias Ocidentais, nas quais se Estabelece o Valor, e Consequência das Ilhas de Santa Luzia, e Granada (1800);

- Tratado do Melhoramento da Navegação por Canais por Roberto Fulton (1800)

Portanto, após a formação em Coimbra, Martim Francisco e Antônio Carlos estiveram envolvidos no projeto tipográfico da Casa Literária Arco do Cego, criado sob a iniciativa direta de D. Rodrigo e posto em prática pelo Frei José Mariano da Conceição Veloso, realizando traduções de diversas obras de caráter técnico e instrutivo sobre diversas culturas passíveis de utilização econômica e também sobre manufaturas associadas a trabalhos agrícolas.

Ressalta-se também que Martim Francisco em paralelo a atuação como tradutor no Arco do Cego, começou a realizar viagens mineralógicas pelo Reino de Portugal, em companhia do irmão José Bonifácio, no ano de 1800, estudando as minas de carvão de pedra de Buarcos e do Porto. Essas viagens serviram como base de treinamento e especialização para a sua atuação como mineralogista. (VARELA, 2009)

181

III- José Bonifácio e a Viagem Mineralógica por Diversos Países da Europa Central Setentrional (1790-1800), e a Sua Atuação em Portugal

Na Academia Real das Ciências de Lisboa, José Bonifácio despertou a atenção do Duque de Lafões, um dos fundadores da corporação, homem que tinha parentesco com a casa real e expressiva influência no Paço. No período pombalino, em função da pouca simpatia do primeiro ministro josefino à sua pessoa, ele se ausentara de Portugal viajando por diversas cortes européias, tornando-se assim um típico representante do pensamento estrangeirado, a diagnosticar o atraso cultural do Reino. Tanto que, ao retornar, no ano de 1779, contrastou a situação da nação lusa com aqueles onde havia estado, e identificou a necessidade de reformas como um dos principais problemas a ser vencido na viabilização de sua prosperidade econômica e política. (SILVA, 2006) Interessado, então, na difusão das “luzes” da civilização européia pelo Reino, conseguiu que Bonifácio fosse agraciado com uma pensão real para participar de uma ‘viagem filosófica’ por diversos países da Europa Central e Setentrional com o intuito de obter os modernos conhecimentos mineralógicos.

A viagem foi de extrema importância para a carreira de Bonifácio enquanto

naturalista, versado nas “artes mineiras”. Ele visitou importantes regiões de tradição mineira, frequentou as mais laureadas escolas de minas, e participou de cursos lecionados pelas principais autoridades científicas no campo da mineralogia. Frequentou importantes espaços acadêmicos, tornando-se sócio de muitos deles, publicou diversos artigos científicos e, num deles, descreveu pela primeira vez quatro minerais até então considerados desconhecidos: acanticônio, petalita, escapolita, e espodumênio. Assim, seguindo as suas próprias palavras, durante a viagem buscou honrar “o nome de português e acadêmico”. (VARELA, 2006: 123)

Após dez anos viajando por diversos países da Europa central e setentrional, em que recebeu formação teórica e prática no campo da metalurgia e da mineração, Bonifácio retornou a Portugal no ano de 1800.⁶ A viagem fazia parte da política portuguesa que visava arregimentar os estudiosos portugueses, nascidos ou não na metrópole, com o intuito de ajudar a promover a modernização do Império. (CARDOSO, 2001; DIAS, 1968; LYRA, 1994; KANTOR, 2004) Não foi por acaso que a maioria desses ilustrados coloniais, entre os quais o mencionado naturalista, pertenciam ao grupo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro do regente Dom João desde 1796, que defendia a fundação de um Império luso-americano, com sede em sua porção mais rica, o Brasil, como solução para a crise que se abatia sobre o Reino.⁷

182

A viagem fazia parte do processo de modernização do Estado português no período do governo iniciado por Dona Maria I. O Estado português buscou, na época, incentivar a formação de funcionários especializados com o intuito de ocupar cargos públicos estratégicos. Esses homens competentes, tecnicamente preparados e politicamente comprometidos com os interesses da monarquia lusa, assessorariam o Estado, uma vez que eram vistos como capazes de promover a retomada da prosperidade econômica do Reino, reconhecidamente dependente da eficiência dos mecanismos de exploração colonial.

6 Sobre a viagem ver o nosso artigo VARELA (2009). Nesta viagem, Bonifácio teve a companhia de Manuel Ferreira da Câmara. Sobre a atuação de Câmara ver o artigo de FIGUEIRÓA (1999); FIGUEIRÓA & SILVA (2000).

7 Bonifácio, Ferreira da Câmara, Martim Francisco, Antônio Carlos, entre outros, comporiam, no período da Independência, aquilo que Lucia Neves chamou de “elite coimbrã”, a facção mais conservadora da elite brasileira. Formada por elementos que, em sua maioria, tinham frequentado a Universidade de Coimbra, esse grupo assumia postura de crítica em face da estrutura do poder estabelecido, o Antigo Regime, sem traduzir, porém, sua proposta de uma ordem nova por meios revolucionários; além disso, partilhava a idéia de um grande Império luso-americano, característico da geração de 1790, da qual fazia parte. Ver: NEVES (2003); MAXWELL (1999).

De acordo com José Bonifácio, a viagem foi imprescindível para a especialização de sua trajetória como naturalista. Ele se tornou, como ele próprio afirmava, um “metalurgista de profissão”.

Após a realização dessa viagem, José Bonifácio voltou a frequentar as sessões da Academia das Ciências.⁸ A Academia foi o *locus* de gestão da política colonial voltada para a exploração do mundo natural. (MUNTEAL FILHO, 1998) Vandelli defendia que deveria ser realizado um profundo inventário da natureza nas colônias, natureza esta que seria estudada nos estabelecimentos científicos, como os Jardins Botânicos, Museus de História Natural, entre outros, por meio dos métodos de classificação e dissecação. Ele teve uma atuação fundamental para a criação do “complexo museológico da Ajuda”, na expressão de BRIGOLA (2003), que centralizava o vasto projeto de se produzir uma ‘história natural das colônias’.

Por outro lado, o conhecimento da natureza estava diretamente relacionado à política fomentista do governo mariano e joanino, uma vez que se acreditava que as produções naturais da colônia ajudariam na recuperação econômica do Reino e valorizava-se a agricultura, baseada nas práticas científicas de orientação pragmática, que viam na natureza tropical uma fonte geradora de riqueza. A natureza colonial, portanto, deveria ser cientificamente conhecida e explorada, pois contribuiria para a modernização portuguesa.

No espaço da Academia, Bonifácio produziu diversas memórias científicas, sendo inclusive na produção memorialística da instituição a fonte em que iam beber os homens do poder, orientando por esta literatura intelectual suas políticas fomentistas para o Reino e o Ultramar. A aliança tácita entre *saber e poder* estava selada. (SILVA, Op.cit.: 82)

Seguindo os passos da argumentação de SILVA (Idem. Ibidem: 93), para além da marcada heterogeneidade de enfoques e temáticas, o percurso pela produção memorialista da Academia de Lisboa revela que a diretriz fundamental do reformismo português do final do setecentos foi a tentativa de vencer a decadência econômica do Reino e projetá-lo competitivamente no cenário econômico internacional, mediante a sistemática, racional e articulada exploração da natureza do Reino e das colônias. Foi esse “impulso modernizador” que se constituiu na

8 O paduano Domenico Vandelli, no âmbito da Academia, adotou o ecletismo do reformismo Ilustrado, pelo qual se posicionou em favor de algumas idéias do mercantilismo, adotando tanto os princípios fisiocráticos italianos e franceses, bem como os princípios da economia clássica inglesa. (NOVAIS, 1984)

problemática mobilizadora do pensamento ilustrado acadêmico.

A formação científica em Coimbra e sua complementação pela viagem credenciaram a inserção de Bonifácio no âmbito da “elite do conhecimento” interessada no estudo da natureza e do homem, em função do programa reformista de exploração científica, sistemática e metodológica da natureza do Reino e das colônias, relacionando com aspectos geográficos. (DOMÍNGUES, 1991) Bonifácio foi arregimentado por D. Rodrigo de Souza Coutinho⁹, ministro da Marinha e do Ultramar, para assumir postos importantes no âmbito da administração central do Império Português, visando à aplicação firme e eficiente da sua política reformista. A associação entre os “homens da política” e os “homens de ciência” estava estabelecida, ou melhor, entre aqueles que produziam o conhecimento científico e os que eram capazes de arregimentar apoio e recursos financeiros necessários ao desenvolvimento das ciências. (MUNTEAL FILHO, 1998)

Para gerenciar as minas e pesquisar os minerais portugueses, José Bonifácio foi nomeado Intendente Geral das Minas e Metais do Reino (Carta Régia de 18/05/1801). Por Carta Régia de 01 de julho de 1802, D. Rodrigo ordenou que fosse associado à administração mineira as árvores e os bosques do território luso. E, por Alvará de 13 de julho de 1807, o estudioso foi designado para ser o Superintendente da administração do rio Mondego e obras hidráulicas da Cidade de Coimbra, e Provedor dos Marachões.¹⁰ Estava reunida sob a autoridade de um estudioso da História natural a administração das minas, matas e bosques, e os rios. Observa-se, assim que, o naturalista José Bonifácio foi colocado pelo principal “ministro da Viradeira” em pontos chaves para a aplicação firme e eficiente da sua política reformista. (LYRA, 1994) Para o naturalista, maior não poderia ser sua

184

9 D. Rodrigo era o líder dos chamados ilustrados esclarecidos, que concebiam o mundo como um espaço para a atuação da razão e da vontade daqueles dotados das verdadeiras Luzes, de modo a transformá-lo, à medida das necessidades e conveniências dos homens. (NEVES, 2007). Ainda segundo SILVA (2010, p. 141), D. Rodrigo teve a sorte de encontrar colaboradores de grande qualidade, que o entenderam, o apoiaram, e o aconselharam na sua ação reformadora. Eram homens formados pela Universidade de Coimbra (mineralogistas, botânicos, matemáticos), que publicaram memórias na Academia Real das Ciências de Lisboa. Faziam parte daquilo a que a autora chamou de “constelação brasileira”, porque muitos deles eram nascidos no Brasil e conhecedores do seu país. Eram homens “esclarecidos”, preocupados com o progresso do Brasil e do Império Português.

10 Além destes cargos, Bonifácio foi nomeado para exercer outras funções como Desembargador da Relação do Porto (Carta de 08/08/1806), Lente da Cadeira de Metalurgia da Universidade de Coimbra (Carta Régia de 15/04/1801), Diretor do Curso Docimástico da Casa da Moeda de Lisboa (Decreto de 12/11/1801), primeiro-secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa, entre outros. Por exemplo, como secretário da Academia redigiu diversas memórias históricas. Uma análise destas ver ARAÚJO (2008).

glória que ver recompensado com tanta Real Grandeza, os serviços que a obrigação de fiel vassalo lhe impunha. (RAMINELLI, 2008)

No estudo intitulado *Memória Sobre a Necessidade e Utilidades do Plantio de Novos Bosques em Portugal* (1815), Bonifácio sugeriu a criação de uma inspeção única e central, constituída de homens “sábios e zelosos”, que deveriam cuidar de tudo aquilo que dissesse respeito à administração e polícia das matas e bosques, rios e minas, ramos que necessitavam de um sistema único e ligado de meios e de fins, assim como aconselhou a elaboração de regulamentos adequados às circunstâncias do Estado e às particularidades de cada distrito. (VARELA, 2006: 182)

De todos os cargos que lhe foram oferecidos por D. Rodrigo, o de Intendente Geral das Minas foi aquele para o qual mais efetivamente se dedicou. A Intendência Geral das Minas e Metais do Reino foi um espaço de produção de conhecimento em Portugal. No âmbito da Intendência, ele realizou diversas viagens mineralógicas pelo território português e, como resultado dessas viagens, produziu diversos relatórios que foram apresentados em sessões na Academia Real das Ciências de Lisboa e, depois, publicados nas suas Memórias. Nestas, Bonifácio apresentou as suas atividades práticas nas regiões onde pesquisava, assim como descreveu minuciosamente cada local onde eram encontrados os minerais, bem como a sua importância para o desenvolvimento da nação portuguesa. (VARELA, 2006)

185

Nas memórias podemos observar que viagens ou trabalhos de campo foram características indissociáveis dos trabalhos dos mineralogistas do século XVIII. Bonifácio viajou por todo o território português para estudar e pesquisar o solo luso e observar os locais onde se poderia estabelecer um bom trabalho de mineração, para que logo se encontrassem os minerais mais úteis ao Reino de Portugal. Portanto, suas memórias constituíram-se como um trabalho prático de mineração, em que viajar e pesquisar eram palavras-chave.

A Intendência foi um espaço de difusão das luzes das ciências pelo território luso, sobretudo as ciências mineralógicas. Todo um esforço de mapeamento dos recursos minerais portugueses foi feito pelo intendente das minas, que buscou sempre averiguar as utilidades oferecidas pelos minerais à nação. Tudo isso foi feito sempre tendo em mente o fato de ser o “mais humilde e fiel súdito português”.

Tendo permanecido trinta e seis anos em Portugal, no ano de 1819, José Bonifácio recebeu autorização do governo para retornar ao “Reino do Brasil”. No dia 19 de agosto embarcou juntamente com sua mulher, D. Narcisa Emília

O'Leary de Andrada, e duas de suas filhas para Santos, sua cidade natal. A filha mais velha do casal, Carlota Emília, permaneceu em Portugal, pois se casara com um auxiliar do pai, o Sr. Alexandre Antonio Vandelli, filho do reconhecido naturalista Domenico Vandelli.

A sociedade “brasileira”, no momento em que José Bonifácio retornou, caracterizava-se por um processo de grandes mudanças em sua vida econômica, política

e social. No ano de 1808, a Corte portuguesa transferiu-se para a sua colônia americana, em virtude de as tropas napoleônicas atravessarem a fronteira de Portugal com a Espanha e avançarem rapidamente sobre Lisboa. O Rio de Janeiro passou a ser a capital do Império português e, as demais capitanias, antes relacionadas horizontalmente, passaram a manter uma relação de hierarquia em relação ao Rio de Janeiro. (JANCSÓ; PIMENTA, 2000,: 154) Um dos artífices dessa proposta, o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, considerava que a estada na América não era uma solução temporária para a resolução dos problemas europeus. Tanto que, logo ao chegar, o Príncipe Regente ordenou uma série de medidas que apontavam na direção de uma vinda sem retorno previsto, dentre as quais ganharam destaque as que ordenavam a abertura dos portos às “nações amigas” e a permissão da instalação de fábricas (SILVA, 1986: 38).

186

No ano de 1810 foram assinados os tratados com os ingleses. Entre outras coisas, eles garantiam que as mercadorias importadas da Inglaterra pagariam impostos menores do que as importadas de Portugal. Esses tratados ampliaram a influência inglesa sobre a colônia. E no ano de 1815, o “Brasil” foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. Essa medida punha, de vez, fim à condição colonial “brasileira”, que terminara, de fato, em 1808. (Idem. Ibidem: 40) Foi, portanto, neste cenário histórico-social que Bonifácio retornou ao Brasil.

IV- Os Irmãos Andradas na América Portuguesa

Se Bonifácio só retornou no ano de 1819, Martim Francisco e Antônio Carlos retornaram bem antes. Contudo, a data do retorno dos dois naturalistas ainda não foi possível precisar com exatidão.

O que, de fato, sabemos é que em fins do primeiro trimestre de 1799, Martim apresentou um requerimento (30.03.1799) ao governador Melo Castro sobre a possibilidade de estabelecer uma Cadeira de Aritmética, Geometria e Princípios de Álgebra para assim espalhar o conhecimento das referidas ciências pela Capitania

de São Paulo. Contudo, a proposta de Martim não foi aprovada pelo governador da Capitania. (VARELA, Op. Cit.: 115)

Por sua vez, sobre as atividades de Antônio Carlos, o que se observa é que o personagem passou a atuar como magistrado, destacando o cargo de Juiz de Fora, em Santos e Olinda. Também esteve envolvido na Revolução Pernambucana de 1817. A participação de Antonio Carlos no movimento foi vinculada à ideia difundida pela maçonaria, que desejava elevar Pernambuco a uma condição diferente da que ocupava, não desejando ficar em segundo plano frente ao Rio de Janeiro. MELLO (2004) destacou a importância de Antônio Carlos, primeiramente como Grão-Mestre da maçonaria estabelecida em Pernambuco. Entretanto, comentou que o irmão de José Bonifácio era um monarquista constitucional convicto e tentou de certa forma, conter os mais exaltados, inclusive os antilusitanos. No entanto, seu espírito conciliador não foi suficiente, pois acabou por ser vinculado aos revolucionários pernambucanos de 1817. Foi preso no calabouço das Cinco Pontas, ficando detido por mais de quatro anos.

Antônio Carlos só conseguiu a liberdade a partir da anistia geral em consequência da Revolução Vintista. Após tal ato, o personagem foi eleito deputado às Cortes de Lisboa pela província de São Paulo, no ano de 1821, momento em que entrou em discussão as propostas liberais da Revolução. Após a independência política do Brasil, Antônio Carlos de Andrada foi figura de grande importância frente à elaboração da Assembléia Constituinte de 1823. (SOUSA, 1922) Portanto, a sua trajetória de vida deixa transparecer o primado concedido à vida política em detrimento do perfil de estudioso da História Natural.

Quanto à Martim, após ter tido negada a proposta da Cadeira de Aritmética, ele foi agraciado com um cargo de maior importância: a Direção Geral das Minas de Ouro, Prata e Ferro da Capitania de São Paulo, uma espécie de “filial” da Intendência Geral das Minas e Metais do Reino.¹¹

O naturalista Martim Francisco Ribeiro de Andrada foi nomeado para o posto de Coronel de Milícias da Capitania de São Paulo por Decreto Real em 20 de setembro de 1799. Por Aviso de 04 de abril de 1800, Martim foi nomeado Diretor Geral das Minas de Ouro, Prata e Ferro da Capitania recebendo uma pensão de

11 Os recursos minerais da América Portuguesa também estavam sob a mira dos olhares atentos dos agentes metropolitanos. Assim, D. Rodrigo sabendo das potencialidades das produções naturais minerais do Ultramar nomeou, por Carta Régia de 07 de novembro de 1800, o naturalista Manuel Ferreira da Câmara Intendente Geral das Minas, na Capitania de Minas Gerais e Serro do Frio. Essa foi a primeira “filial” da Intendência das Minas do Reino na colônia portuguesa americana. (MENDONÇA, 1958)

20\$000 rs. por mês. Essa nomeação foi confirmada pela Carta Régia de 17 de agosto de 1801, que anunciava a substituição de João Manso por Martim Francisco nos trabalhos de que estava encarregado, ou seja, a administração das minas na capitania de São Paulo. Ao mesmo tempo, foi graduado no posto de Sargento-mor de Milícias da referida Capitania e sucedeu, na inspeção da fábrica de ferro¹² que havia sido mandada estabelecer nas minas de Araçoiaba, ao já mencionado João Manso. (VARELA, 2009: 153)

No âmbito do referido cargo, Martim Francisco realizou várias viagens mineralógicas pelo território paulista, pesquisando e descrevendo pormenorizadamente as produções minerais presentes no solo da Capitania, atividades estas desenvolvidas no âmbito da Direção Geral das Minas de Ouro, Prata e Ferro da Capitania de São Paulo. Como resultado dessas viagens pelo interior da Capitania, ele produziu os seus diários de campo que foram publicados pela primeira vez na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ainda no século XIX. (Idem. Ibidem: 160)

Dos diários de campo observamos que, no período de 1803 a 1805, Martim Francisco realizou sozinho três viagens mineralógicas pela Capitania. (VARELA, 2009) Por sua vez, a quarta viagem foi realizada conjuntamente com o irmão José Bonifácio de Andrada e Silva, no ano de 1820. A presença deste último acabou por trazer temas e questões que não apareceram nos três diários de campo anteriores e faziam-se presentes nas memórias mineralógicas de Bonifácio apresentadas em Portugal no âmbito da Intendência Geral das Minas e Metais do Reino.¹³ Esses temas novos serão apresentados à medida que a análise das memórias for sendo feita.

188

V- A Viagem Mineralógica de José Bonifácio e Martim Francisco Pela Província de São Paulo (1820)

A memória que relata a Viagem Mineralógica é cercada de uma grande polêmica historiográfica. O principal biógrafo de José Bonifácio no século XIX, Latino Coelho, não a menciona. (COELHO, 1877[1963]). Otávio Tarquínio de

12 O estabelecimento da fábrica de ferro ainda iria demorar alguns anos para se concretizar, mais precisamente no ano de 1810, quando o Príncipe Regente D. João criou a Real Fábrica de Ferro de Ipanema.

13 A análise das viagens mineralógicas de José Bonifácio no âmbito da Intendência Geral das Minas e Metais do Reino ver VARELA (2006).

Sousa não a incluiu no conjunto de trabalhos produzidos por José Bonifácio, mas sim no de seu irmão Martim Francisco (SOUSA, 1957). Quem a redigiu de fato, e não só a traduziu, foi o Conselheiro Antônio de Menezes Drumond, no exílio, depois de 1823, tendo por base notas “confusas e desordenadas” de José Bonifácio e apontamentos com mais “método e clareza” de Martim Francisco. A primeira edição foi feita em 1827, no *Journal de Voyage set Navigations Modernes ou Archives Géographiques du XIX siècle* (LOPES, 1990: 342). A primeira versão em português da Memória encontra-se inserida na tradução da quarta edição da obra de Nero Boubée, publicada em 1846 no Rio de Janeiro, para os estudos dos alunos da Escola Militar.

O trajeto da viagem teve o seu marco inicial em Santos, passando por Cubatão, Santo André, São Paulo, Santo Amaro, Cotia, São Roque, Aparecida, Sorocaba, Ipanema, Itu, Pirapora, Santa de Parnaíba, e Piracicaba, o ponto mais distante.

Muito pertinentes são as considerações de PRATT (1999) sobre as viagens científicas do século XVIII. Essa autora afirmou que as viagens científicas do século XVIII inauguraram uma nova era de exploração e documentação dos interiores continentais, contrastando assim com o paradigma marítimo que havia predominado durante os séculos XV, XVI e XVII. Nos últimos anos do Setecentos, a exploração do interior havia se transformado no objeto principal das energias e imaginação expansionistas. O homem europeu partiu para o domínio e controle sobre os recursos naturais localizados no interior dos territórios, sugerindo assim mudanças na concepção que tem a Europa de si mesma e de suas relações globais. Os naturalistas muito contribuiriam para esse processo ao produzirem relatos de viagem. Esses relatos continham descrições especializadas das espécies naturais com suas respectivas nomenclaturas e taxonomias. Os sistemas classificatórios do século XVIII suscitaram a tarefa de localizar todas as espécies do planeta, extraindo-as do seu local de origem, onde reinava o caos, e colocando-as em seu posto apropriado no interior do sistema, junto a seu recém-criado nome secular europeu.

A viagem mineralógica de Martim Francisco e José Bonifácio pela Capitania de São Paulo também pode ser vista como inserida nesse movimento de interiorização dos continentes, pois os naturalistas se dirigiram para as regiões interioranas da Capitania – Itu, Sorocaba, Piracicaba, entre outras. Nessa viagem pelo interior da Capitania, os naturalistas seguiram em grande parte as margens do rio Tietê, a via principal utilizada pelos bandeirantes em suas entradas e bandeiras

em direção ao interior da região (KOK, 2004, p.39).

No relatório da viagem observamos que a prática de José Bonifácio e Martim Francisco estava inserida em uma tradição de pesquisa que buscava relatar o que TAYLOR (1988, p. 2) chamou de “regularidades permanentes”. O estudo de tais regularidades, também denominadas de “condições gerais ou constantes” ou “regularidades de disposição”, era uma prática dominante nos estudos geológicos do século XVIII, estando presente nos trabalhos de Buffon, Louis Bourguet, Nicolas Desmarest, Horace Benedict de Saussure, Jean-André Deluc, entre outros. O interesse em identificar e estudar as regularidades refletia o empirismo habitual da época, assim como o desejo de fazer generalizações, de se criar leis no domínio da geologia. Os autores supracitados estavam preocupados em estudar os grandes traços dos continentes e dos mares, a altura, localização, orientação e a espessura das montanhas, o movimento das águas dos mares e dos rios, a disposição das camadas estratigráficas, os minerais presentes em tais camadas, entre outras regularidades. Cabe ressaltar ainda que nos trabalhos daqueles autores imperava o estudo das regularidades estáticas entendidas como consequência de processo e não com as causas, a explicação de como um determinado fenômeno ocorreu.

190

José Bonifácio e Martim Francisco enfatizaram no relatório da viagem as regularidades estáticas, buscando sempre descrever minuciosamente os terrenos por onde passavam, dando informações sobre o tipo e os materiais que os formavam. Quanto aos minerais encontrados e coletados, comentaram sobre os locais em que se achavam, se os minerais se achavam em betas, em camadas ou matrizes, quais as suas matrizes, a quantidade, como estavam contidos nas camadas estratigráficas, a localização nos veios, as suas características externas, como cor, forma, tamanho, peso e dureza, entre outras.

Um belo exemplo que comprova essa afirmação é a descrição dos minerais de um “monte escarpado” localizado na fazenda de Jaraguá:

Saindo de Jaraguá trepamos um monte escarpado, cuja direção é quase ao norte. Depois de descer do lado do rio, que o banha, observamos dois veios de quartzo, um de cor cinzenta, o outro puxando mais para o branco, com manchas ferruginosas, e dirigindo-se ambos para este. Pedacos deste veio, examinados com a lente, pareceram conter pequenas parcelas d'ouro, e sem dúvida merecem ser melhor examinados. Deixados aqueles lugares, observamos outro morro, uma formação de mina de ferro argilosa, vermelha como a de Jaraguá. Fomos ver as antigas minas de Quebra-pedra, que não são mais o que aqui se chama guapiara, isto é, cascalho

superficial, que segue a irregularidade do terreno. Estas guapiaras compõem-se de cascalho de quartzo, de pedra e de mineral de ferro argiloso, empastados em argila ferruginosa vermelha. As partes do cascalho, que ainda restam, e a pissara superior, que os antigos minerais não souberam aproveitar, tem mostras d'ouro. (José Bonifácio & Martim Francisco, In FALCÃO, 1963, I: 510).

No trecho acima podemos observar um tipo de linguagem que se caracteriza como o conjunto das práticas científicas mineralógicas (*common sense*) do século XVIII, segundo a historiadora das geociências Rachel Laudan. Segundo essa autora, era consenso, entre os estudiosos da crosta terrestre, ser ela formada por terras, metais, sais e substâncias betuminosas. Essas classes de minerais poderiam ser diferenciadas umas das outras por suas reações ao fogo ou à água, ou, então, por esses minerais terem sido fluidos, tendo se solidificado por retirada de água ou de calor. Esse conjunto de questões foi o que LAUDAN chamou de *common sense* da mineralogia no século XVIII (LAUDAN, 1987). Martim Francisco utilizava termos como terras, areias, pedras, minerais, sais, enxofres e metais, seguindo assim esse *common sense*.

Além dessa presença da linguagem típica da época no relato de viagem, a prática científica dos dois naturalistas caracterizava-se por informar os minerais em seus locais de ocorrência. Por todas as localidades da Capitania por que passaram, os naturalistas preocuparam-se sempre em fornecer as informações exatas sobre a localização espacial das produções naturais do reino mineral – prática presente na tradição mineralógica do final do século XVIII. A mineralogia tinha uma dimensão geográfica, devendo os minerais, rochas e metais serem descritos e observados no local de sua ocorrência. Como mostrou HAMM (1997, p. 80), os mineralogistas do final do século XVIII como Leibniz e Werner, entre outros, argumentavam que as espécies minerais necessitavam também da geografia, são simplesmente da descrição ou da história natural básica. Em outras palavras, as descrições dos minerais e as explicações sobre seus lugares ou ocorrência não se apresentavam dissociadas.

Um belo exemplo que comprova as considerações que apresentamos acima é a descrição da composição mineralógica do terreno da Ilha de São Vicente, onde estava situada a Vila de Santos:

A Ilha na sua parte montuosa (cujo ponto mais elevado é o monte chamado de Monserrate) é composta de gneiss, que passa muitas vezes ao verdadeiro granito, e outras vezes ao Sienito de *Werner*, quando a hornblenda é mais abundante. Sobre este gneiss aparece, de vez em quando, o xisto argiloso primitivo, que se transforma

em algumas partes em micaschisto. Observei a pouca distância de Monserrate, uma massa solitária de rocha, despedrada daquele monte, que em partes era cor de cinza, e em outras amarela, assaz decomposta e fendida, de hornstein ou petrosilex; tendo quase 9 braças de comprido, 3 de alto, e 2 e meia de largo, e formando um paralelepípedo irregular. O resto do terreno da ilha é plano, de tripla formação aluvial, composta de argila, areia, e seixos rolados maiores e menores. (Idem. *Ibidem*: 503)

Na citação acima observa-se a recorrência aos nomes dos minerais e rochas, como o sienito, baseados na classificação do geognosta Abraham Gottlob Werner (1749-1817), característica que se fazia presente nas memórias mineralógicas de José Bonifácio durante os anos em que esteve em Portugal, atuando como Intendente Geral das Minas. Bonifácio foi aluno de Werner, na Bergakademie, em Freiberg, durante a “Viagem de Aperfeiçoamento Técnico” que realizou pelas regiões mineiras da Europa Central e Setentrional no período de 1790-1800, e por nós já comentada.

Werner foi o responsável pela classificação do reino mineral, uma vez que rejeitou a aplicação a este reino do sistema de classificação proposto por Carl von Linné para o reino vegetal baseado no sistema sexual das plantas. O mineralogista saxão afirmou que os minerais deveriam ser classificados de acordo com a sua composição, uma vez que nele residia a característica essencial de um mineral. Os minerais seriam classificados levando em conta as suas características externas e a sua composição química. (LAUDAN, 1987: 81)

No ano de 1774, Werner publicou uma obra intitulada *Sobre as Características Externas dos Minerais*, em que apresentou uma técnica para identificar os minerais por meio dos sentidos humanos. Entre essas características estavam a forma do cristal, a superfície externa, o brilho externo, fratura, forma dos fragmentos, transparência, traços, cor, dureza, flexibilidade, adesão à língua, e o som. Ele descreveu as características individuais dos minerais de forma detalhada e subdividiu-as de uma forma que os maximizava pela utilidade da identificação mineral. Apenas para a cor vermelha, Werner distinguiu treze variedades diferentes.

Werner estava convencido da importância das características externas não apenas para a identificação dos minerais, mas também para o estudo da sua composição. Ele justificava que, uma vez que a aparência de um mineral muda quando sua composição química é alterada, deve haver uma correlação entre a composição química e as características externas. Além disso, reconhecia que as características externas não podiam formar a base de um sistema natural. Ele

escreveu:

One can indeed recognize in the external character of minerals the differences of their composition, provided both are previously determined, but the correlation between these two features cannot be discovered in them. (Apud OSPOVAT, 1981: 257)

Ele estava convencido, em definitivo, de que os sistemas minerais deveriam basear-se na composição química e nas propriedades e características externas.

Mediante o diagnóstico de combinações específicas de qualidades, baseado em características externas, os tipos minerais poderiam ser reconhecidos rapidamente e por meios relativamente simples. Werner tornou-se muito famoso e foi considerado como o supremo mestre de um método de identificação incomparável na mineralogia por algum tempo. Com seu trabalho, estabeleceu uma perfeita versão do método histórico natural de identificação mineral e, simultaneamente, uma metodologia para a mineralogia como disciplina, que começou a emergir como uma ciência distinta da História Natural. (LAUDAN, Op. Cit.: 88)

Dando seqüência à análise da viagem, os naturalistas visitaram a região de Itu, conhecida pelas suas famosas lajes, decorrentes da pedreira histórica localizada no atual Parque do Varvito, que possui um grande valor histórico ligado ao povoamento do oeste paulista, As lajes de Itu serviram de material de construção de edifícios e pavimentação das ruas, desde a época da fundação da Cidade, há mais de trezentos anos. (ROCHA-CAMPOS, 2000)

Em Itu, os mineralogistas fizeram, como de praxe, primeiro a descrição do terreno, ganhando destaque a referência aos conhecimentos empíricos adquiridos por Bonifácio em sua viagem pela Europa no período de 1790-1800, como demonstra a referência à Suécia, um dos locais visitados na ocasião:

O terreno em que se assenta é todo de argila silicosa, mais ou menos ferrugionosa, ali chamada massapé, e que é a mais própria, principalmente o de cor violeta, cinzento, e vermelho escuro, para a cultura das canas-de-açúcar. Há uma quarta de légua da Vila no caminho da cascata, atravessa-se uma estrada cortada por grünstein, que passa ao basalto, semelhante em cor e no grão, ao que vi em Kinacula na Suécia. Daqui o mesmo massapé continua até perto da cascata, onde se principiam a ver solitários rochedos de granito, porém chegando ao salto, o granito é contínuo e superficial. Aí o rio se separa em três braços, muito pitoresca, por causa das rochas quebradas e escarnadas, que formam diversas figuras, e diferentes e curiosas vistas, e pela queda do Tietê, que depois se divide em dois braços, um dos quais se precipita de mais de três braças de altura. (José Bonifácio & Martim

Francisco, In FALCÃO, Op. Cit.: 525-6).

A seguir, eles relataram as descobertas mineralógicas:

A algumas centenas de braças acima do Tietê, do lado esquerdo, reconhecemos um sítio chamado a lavra, cujo nome (e os restos de um canal ou rego), nos indicou que antigamente ali se tirou ouro. Uma escavação que fizemos, descobriu uma camada de cascalho, que está ao nível do ribeiro e se entranha pelo seu leito. O cascalho é fino, e solto, composto de seixos cobertos de quartzo e schisto argiloso; deu suficiente sinal d'ouro. Se se estender em ambos os lados do ribeiro para o interior da terra pode ser produtivo. O esmeril, que fica no fundo da batea, é pouco magnético, mas contém muito daquele metal branco, de que já falei, e que parece ser Iridium. (Idem. Ibidem: 526)

A preocupação com a descrição detalhada dos elementos do mundo natural presente no trabalho dos dois naturalistas está intimamente relacionada à atenção ao que era verdadeiramente útil. O olhar dos naturalistas era, como afirmou SUSSEKIND (1990, p. 116), um olhar armado, que os forçava a observar os elementos do mundo natural, neste caso específico os minerais, para assim procederem a uma exata descrição e classificação. Nada de passeios e olhos ao léu; ao contrário, os naturalistas iam para o campo com os quadros teóricos-metodológicos de que dispunham.

Junto à prática de descrever e classificar, vinha a de colecionar. Os naturalistas também estavam preocupados em recolher, encaixotar, etiquetar, possuir os objetos que se apresentassem à vista e pudessem ser descritos e classificados. Depois de serem coletados todos os objetos, estes eram levados para os laboratórios, onde sofriam exame de forma detalhada e eram observadas as suas utilidades.

Possivelmente essas amostras incorporaram-se às coleções de José Bonifácio de Andrada e Silva, que como uma típica coleção do século XVIII almejava um profundo rigor científico, sendo então classificados os seus objetos a partir da divisão básica dos três reinos da natureza: o vegetal, o animal e o mineral. Ademais, as coleções deveriam fundamentar a pesquisa científica, que caracterizar-se-ia pela associação entre o epistêmico e o utilitário. (POMIAN, 1990)

Diferentemente das atividades dos antigos colecionadores e antiquários cujo fim seria a curiosidade ou o luxo, o novo sentido das coleções era dado pelo estudo do material recolhido, estímulo para a pesquisa científica. Enquanto as antigas coleções (séculos XVI e XVII) obedeciam ao princípio da imaginação, as novas deveriam resultar da observação dos fatos e da comparação das observações, produzindo assim conhecimento mais seguro a partir do material recolhido. Inscrito

num registro diverso, o texto daí resultante deveria dar conta de uma realidade rigorosamente submetida à observação sistemática. (Idem. Ibidem: 77)

Anda tecendo comentários sobre as passagens da Memória, numa delas Bonifácio e seu irmão relataram visitas a minas que já haviam sido exploradas como as “antigas minas de Quebra-Pedra”, localizadas na saída de Jaraguá, ou na região do Tietê, onde afirmaram existir “um sítio chamado a lavra, cujo nome (e os restos de um canal ou rego), nos indicou que antigamente ali se tirou ouro”. As minas localizadas no Pico do Jaraguá marcam o momento inicial da exploração do ouro na América Portuguesa, por volta de 1590, numa ação conjunta de Sardinha, o moço, e Clemente Álvares (FELICÍSSIMO JR., 1969: 4) Hoje, as históricas cavas de ouro do pico do Jaraguá – ou melhor, os vestígios que dela restam – encontram-se ameaçadas pela expansão urbana. (CARNEIRO, 2000)

Essa prática de estudar e analisar minerações antigas fazia parte da *práxis* científica mineralógica de José Bonifácio. Em Portugal, em várias das suas memórias mineralógicas, o autor fez referências à exploração das minas realizadas no tempo dos romanos, cartagineses e fenícios, entre outros povos que habitaram a Península Ibérica. Os exemplos históricos forneciam a chave para a viabilidade de exploração das minas, bem como a racionalidade das “luzes” poderia permitir retomar o aproveitamento dessas antigas minerações, a partir de novos conhecimentos. (VARELA, 2006: 196)

A atividade científica de Bonifácio em Portugal caracterizou-se pela constante ida ao campo, uma vez que ele considerava a experiência da viagem insubstituível no processo de produção do conhecimento científico. Ele viajou por diversas partes do território português com o objetivo de examinar o subsolo em busca de minerais. Queria ver ele mesmo as produções minerais lusas. E agia da mesma forma no “Reino do Brasil”, buscando averiguar as riquezas minerais contidas no subsolo da Capitania de São Paulo.

Para José Bonifácio e Martim Francisco, não bastava apenas mapear e descrever os minerais. Era necessário também avaliá-los quanto à sua possibilidade de prospecção e utilização, ou seja, era necessário estabelecer uma política mineral para a Capitania de São Paulo. Era imperioso para o autor o conhecimento de todos os locais da Capitania que oferecessem possibilidades de potencialidades minerais a serem cheçadas, confirmadas e exploradas, racional e cientificamente. Tal característica do trabalho científico de Bonifácio fazia-se também presente em suas memórias produzidas no âmbito da Intendência Geral das Minas e Metais do Reino de Portugal.

Dando seqüência à análise do relato da viagem, ao passar pelas diversas regiões da província paulista, Bonifácio e Martim averiguaram os locais em que havia minas, sobretudo de ferro, a possibilidade de fundição do metal e a instalação de fábricas. Como exemplo, nos terrenos intemperizados da Vila de Parnaíba, os naturalistas ressaltaram estar ela assentada no centro de um “vasto distrito aurífero”, sendo bastante própria para formar um “centro metalúrgico e estabelecer uma Administração Geral”. Isso porque, além do ouro, poderiam ser extraídos “abundantes minerais de ferro hematítico, vermelho e branco, excelente ferro magnético da rica mina de Pirapora, e era provável que entre os muitos veios quartzosos, que cortavam os seus contornos, se achassem alguns que encerravam metais úteis”. (José Bonifácio & Martim Francisco, In FALCÃO, Op. Cit.:514).

Saindo da Vila de Parnaíba, foram em direção aos lugares de Pirapora e Boturuna. No primeiro foram extremamente felizes ao encontrarem pedaços de “excelente mineral de ferro cor de sangue de boi, e vermelho, que pousa sobre banco de grés”, como também um “cume todo formado de mineral de ferro magnético, espesso e pesado, que está às vezes coberto de ocre de ferro vermelho, com as cavidades cheias de manganês negra e escamosa”. (Idem. Ibidem, p. 515)

196 A descoberta desses dois minerais de ferro animou os dois naturalistas a pensarem na possibilidade de estabelecer no local fundições, uma vez que ali havia em abundância “xisto argiloso e hornblendico” para a construção dos fornos. Também tinha para “fundente ou castilha” boa pedra calcária, “grossa e cinzenta”, que se alternava com o “xisto argiloso”. E para o combustível havia um bom número de lenhas, dentre tantas outras vantagens para se estabelecer fundições em Pirapora.

Uma preocupação dos autores, que aparece no relato da viagem, era a falta de cuidado dos habitantes das regiões da Província paulista com a preservação das matas e bosques. Lembremos o quanto a madeira era importante para o funcionamento das fábricas siderúrgicas, especialmente como combustível para os fornos e forjas. Como exemplo da destruição dos arvoredos, José Bonifácio e Martim Francisco relataram que saindo de um engenho próximo à região de Jundiuvira sentiram a falta de bosques. Os naturalistas afirmaram que as antigas matas haviam sido todas destruídas “barbaramente com o fogo e machado”. Se o governo não tomasse medidas enérgicas contra aquela “raiva de destruição”, acabariam

as madeiras e lenhas; os engenhos seriam abandonados, as fazendas se esterilizariam, a população emigraria para outros lugares, a civilização atrasar-se-ia, e a Administração da Justiça, e a punição dos crimes cada vez experimentaria

maiores dificuldades no meio dos desertos. (Idem. *Ibidem*: 523)

Essa preocupação com a conservação de árvores e matas não estava relacionada a uma perspectiva ecológica (PÁDUA, 2002), mas sim a uma perspectiva de contribuir para que o “Reino do Brasil” aproveitasse melhor as suas riquezas naturais. Das árvores e matas provinham a madeira e a lenha, importantes fontes de combustível para o funcionamento dos fornos das fundições de ferro e de chumbo. Daí, a preocupação de Bonifácio e de Martim com a conservação dos bosques e arvoredos.

Tal preocupação também estava presente nas Memórias elaboradas durante a estada de Bonifácio em Portugal. Constituía-se também como tema do sub-grupo de naturalistas da Academia Real das Ciências de Lisboa, que tinha em Domenico Vandelli sua expressão máxima, e do qual Bonifácio era membro. Em suas memórias mineralógicas, Bonifácio deixou explícita essa crítica à exploração irracional das matas e arvoredos. A falta de lenhas e madeiras era extremamente prejudicial ao desenvolvimento das fundições de ferro e de outros metais, na medida em que eram uma importante fonte de combustível para abastecer os seus fornos e forjas. (VARELA, 2006: 187-188)

Outros recursos minerais também deveriam ser preservados, além das matas e arvoredos. Como exemplo, podemos citar a destruição dos leitos dos rios pela ação humana, para a qual os autores chamaram a atenção. Dessa forma, registraram o “miserável estado” em que se encontravam os rios Tamandataí (hoje, Tamanduateí) e Tietê, que estavam sem margens, sem leitos fixos, sangrados em toda a parte por sargetas, que formam lagos e pauis que inundam esta bela planície; e o que é mais para lastimar, é que quase todos estes males não são obra da natureza, mas sim o resultado da ignorância dos que quiseram melhorar o curso destes rios. (José Bonifácio & Martim Francisco, In FALCÃO, Op. Cit.: 507).

Bonifácio e Martim também estavam atentos ao estado da agricultura das regiões da província paulista por que passavam. Em várias passagens do diário de viagem, relataram as produções agrícolas presentes em cada uma delas, assim como mostraram o grau de desenvolvimento da agricultura. Os locais que não tinham um cuidado com a produção agrícola eram vistos como atrasados, espaços por excelência da “barbárie”. Já aqueles que fomentavam a agricultura de gêneros eram os espaços da “civilização”.

Essa preocupação de Bonifácio com o desenvolvimento agrícola, ou seja, a agricultura como uma fonte de riquezas, capaz de tornar a natureza útil ao homem

também se fazia presente nas Memórias escritas pelo autor em Portugal no âmbito da Academia Real das Ciências de Lisboa. Na *Memória Sobre a Necessidade do Plantio de Novos Bosques em Portugal* (1815), José Bonifácio deixou clara a importância dada à agricultura pelos membros do já referido subgrupo de naturalistas da Academia Real, da qual fazia parte. A agricultura poderia gerar grandes lucros para o estado português. Essa afirmação de que a atividade agrícola era uma fonte de riqueza constituiu-se num dos indícios das apropriações das idéias agraristas pelos membros da Academia. (VARELA, 2006: 165-166).

Em diversas passagens da memória Martim e Bonifácio consideraram que a província paulista possuía uma “vista magnífica”, com “bonitos vales, largos e extensos”, rios de água cristalina, animais “belos e robustos”, montes cobertos pelos mais ricos minerais, em muitos dos quais afirmaram encontrar ouro. Na Estrada São Roque, afirmaram ser ela cercada de capoeiras e matas, cuja vegetação variada mostrava-se “rica e prodigiosa. Muitas daquelas árvores, por causa das suas magníficas flores, podiam figurar nos jardins e parques, principalmente uma, que parece ser de espécie dos plátanos, e outra, cujas folhas antes de cair, se fazem umas vermelhas, outras amarelas”. (José Bonifácio & Martim Francisco, In FALCÃO, Op. Cit.: 533).

198

A natureza paulista tinha no entender dos autores um “aspecto romântico” (Idem. Ibidem: 533), em função dos seus belos campos e arvoredos, dos seus rios de água cristalina, montes cobertos por minerais de extrema utilidade, entre outras características. Era, portanto, uma região extremamente bela e encantadora, fazendo provocar sensações e sentimentos diante do êxtase provocado pela paisagem; ao mesmo tempo, era uma natureza rica, que deveria ser olhada com mais cuidado em função das inúmeras produções naturais que possuía e das utilidades que poderia oferecer.

Podemos observar nessas passagens o discurso positivo dos dois naturalistas sobre a natureza da Capitania de São Paulo. Para eles, a paisagem natural paulista não tinha uma aparência hostil; a vegetação não era sufocante e nem constituída por plantas venenosas; a natureza não degenerou por completo as plantas, os animais e os homens; o clima não era predominante frio e o ar insalubre. Tais considerações otimistas sobre a natureza revelam a inserção de forma indireta dos naturalistas naquilo que Gerbi (1996) chamou de polêmica do Novo Mundo. Trata-se da controvérsia em torno do caráter positivo ou negativo da natureza nas Américas, iniciada na época das Luzes. Filósofos como Buffon, Cornelius de Pauw e Abade Raynal, entre outros, formularam teorias de inferioridade e imaturidade da natureza

americana. Esses filósofos em suas obras buscaram mostrar que na América a natureza tinha degenerado inteiramente os elementos, as plantas, os animais e os homens. Esse enorme continente jovem possuía pântanos insalubres, cm insetos e répteis selvagens, uma vegetação que era sufocante e as espécies animais escassas em número e variedade. Portanto, todos esses filósofos consideravam inóspita e hostil a natureza americana

Por outro lado, sendo essa natureza pródiga, caberia aos homens de ciência estudá-la profundamente para assim descobrir as suas potencialidades, os Recursos Naturais que ajudariam a Coroa Portuguesa a promover a modernização econômica de todo o seu Império. (FIGUEIRÔA; SILVA & PATACA, 2004) Os dois naturalistas apresentavam uma visão do mundo natural como sendo um espaço de pesquisa científica, algo que deveria ser racionalmente explorado pelo homem, uma vez que lhe poderia fornecer inúmeras utilidades. E a ciência seria o instrumento teria o papel de facilitar a exploração dessa natureza intocada. Essa visão da natureza que se faz presente no relato de viagem está relacionada às ideias do naturalista sueco Carl Von Linné preconizadas em sua “economia da natureza”, que afirmava poder o homem utilizar todos os produtos do mundo natural sem exceção, uma vez que tudo lhe poderia ser útil. (KURY, 2001)

199

Além da preocupação com a descrição da natureza, José Bonifácio e Martim Francisco ao percorrerem os diferentes locais da província paulista descreveram também os seus habitantes. Na Vila de Sorocaba, por exemplo, afirmaram que nas mulheres havia o “verdadeiro tipo ou modelo de beleza”, pois possuíam uma “regularidade nas suas feições, uma boa figura, e esbelta estatura, cor de jasmins e rosas, e amabilidade e bondade de caráter”. (José Bonifácio & Martim Francisco, In FALCÃO, Op. Cit.: 530)

A viagem mineralógica serviu para os naturalistas terem uma idéia do estado da agricultura na Província de São Paulo, assim como para comprovarem a “fertilidade e riqueza do seu território”, uma vez que por meio das suas pesquisas e indagações realizadas comprovaram que não era só no distrito aurífero de Parnaíba que havia minas de ouro. Havia outros distritos auríferos nos “confins de Iguape e da Serra do Mar, entre as minas quase abandonadas de Paranapanema e de Piauí”, outros localizados na “extremidade meridional da província, nos campos de Curitiba”, nas “faces e lados da Serra do Mar, principalmente na parte ocidental, que corre do N. S. pela província de São Paulo”, entre outros distritos localizados. A constatação dessa riqueza mineral deixava transparecer um otimismo típico dos homens da Ilustração quanto ao futuro da província, uma vez

que poderia constituir-se em fonte de bem-estar material para a sociedade, gerar lucros ao “Estado” e trazer a felicidade pública. No parágrafo final da Memória ficou expresso esse sentimento progressista em relação ao futuro de São Paulo: sendo povoada e civilizada, formará um grande Estado, visto que pela variedade do seu clima, sendo parte entre os trópicos, a outra, fora deles; pela abundância de madeiras, e dos seus campos, pelos inumeráveis rios e ribeiros, em grande parte navegáveis, pelas riquezas de ferro, ouro, diamantes, outros metais, e pedras preciosas, é realmente um dos países mais privilegiados do globo, e uma obra prima de benfazeja natureza. Acrescente-se que a raça branca, que o habita, é das mais belas, e fortes da América meridional... (Idem. Ibidem: 535-6)

A viagem de José Bonifácio e Martim Francisco foi o último trabalho realizado pelos dois naturalistas de que se tem notícia. A partir de então, passaram a ocupar cargos políticos de ministros e parlamentares. Como argumentou DIAS (1968), ao lado da finalidade prática e da inclinação pragmática da obra dos naturalistas Ilustrados, suas trajetórias de vida caracterizaram-se pela variedade de cargos e ocupações a que o meio os conduzia. Em virtude da existência de uma pequena elite, com poucos homens letrados, os naturalistas eram obrigados a compartilhar os gabinetes de estudos, com ocupações administrativas ou cargos políticos e judiciários. Tal fenômeno era característico do século XVIII Ilustrado, servindo como exemplo o químico francês Antoine Laurent de Lavoisier (1743-1794) que atuava ao mesmo tempo como químico e *Fermier Général*, coletor de impostos do Antigo Regime francês. (BENSAUDE-VINCENT, 1996) No Brasil, o que importa ressaltar é a participação dos estudiosos Ilustrados na vida pública, decorrentes de acumulação de interesses científicos e cargos administrativos e políticos. Tal foi o caso durante os anos da Independência e Primeiro Reinado da família dos Andradas: José Bonifácio, Martim Francisco, Antônio Carlos, entre tantos outros.

Convém sublinhar que a realização dessa viagem pelos irmãos Bonifácio e Martim levaram alguns autores a argumentar que Bonifácio é o “pai da geologia brasileira”. (FALCÃO, 1979) Devemos estar atentos ao fato de que no momento de realização do empreendimento, ano de 1820, Bonifácio e Martim ainda não se afirmavam como brasileiros, aceitando o princípio da integridade e indissolubilidade do Reino Unido de Portugal e do Brasil, em igualdades de condições. Eram defensores de um grande Império luso-americano, centrado nos trópicos. Ou, como eles próprios se definiam, eram “portugueses naturais do

Brasil”.

Referências Bibliográficas

Fonte Impressa de autoria de José Bonifácio e Martim Francisco:

SILVA, José Bonifácio de Andrada e; ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. Viagem Mineralógica na Província de Soa Paulo (1820). In: FALCÃO, Edgard Cerqueira de (Org.) *Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Santos: Revista dos Tribunais, 1963.

Artigos, Livros e Teses:

ARAÚJO, V. L.. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

BENSAUDE-VINCENT, B.. Lavoisier: uma Revolução Científica. In: SERRES, M. (Dir.). *Elementos Para uma História das Ciências*. Lisboa: Terramar, 1996.

BOSCHI, Caio C.. A Universidade de Coimbra e a Formação Intelectual das Elites Mineiras Coloniais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, PP. 100-111, 1991.

201

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

_____. Nas malhas do Império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. In: CARDOSO, José Luis (Org.) *A economia política e os dilemas do Império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

CARNEIRO, Celso Dal Ré. As cavas de ouro históricas do Jaraguá. *Sítios Arqueológicos e Paleontológicos do Brasil*, n.098. 11/09/2000. Disponível em www.unb.br/ig/sigep/sitio098/sitio098.htm, acessado em 08/08/2005.

CAVALCANTE, Berenice. José Bonifácio: *razão e sensibilidade, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

COELHO, José Maria Latino. Elogio histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva lido na sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa em 15 de maio de 1877. In: *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Edgard de Cerqueira de Falcão (Org.) v. III. Santos: Revista dos Tribunais, 1963.

CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda M. G. de et al. (Org.) *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) – Bicentenário: “Sem Livros Não Há Instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda-Biblioteca Nacional, 1999.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 278, janeiro-março, de 1968.

202

_____. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme da (Org.). *1822. Dimensões*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986[1972].

DOMINGUES, Ângela. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: s.n., 1991.

_____. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de setecentos. *Ler História*. Lisboa, 39(2000), pp. 19-34.

FALCÃO, Edgard Cerqueira de (org.). *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Santos: Rev. dos Tribunais, 1963. Vols. I, II e III.

_____. Alguns aspectos menos conhecidos da vida e obra de José Bonifácio, o patriarca. *Ciência e Cultura*, v. 3, n. 4, abril de 1979.

FALCON, Francisco J. C.. *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. Da Ilustração à revolução - Percursos ao Longo do Espaço - Tempo Setecentista. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 4,

n. 1, jan. - jun., 1989.

FARIA, Miguel Figueira de. Da facilitação e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de et al. (Org.) *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) – Bicentenário: “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda–Biblioteca Nacional, 1999.

FELICÍSSIMO JR., Jesuíno. *História da siderurgia de São Paulo, seus personagens, seus feitos*. São Paulo, 1969.

FIGUEIRÔA, Silvia. Um “Pensionário Fiel de Sua Majestade”: Manuel Ferreira da Câmara, 1764-1835. In: ARANGO, Diana Soto et alli. *Científicos Criollos e Ilustración*. Madrid: Ediciones Doce Calles, 1999.

_____ & SILVA, Clarete Paranhos da. Enlightened mineralogists: mining knowledge in colonial Brazil, 1750-1825. *Osiris*. New York, Volume XV, 2000.

203

_____ & SILVA, Clarete Paranhos da & PATACA, Ermelinda Moutinho. Aspectos Mineralógicos das “Viagens Filosóficas” Pelo Território Brasileiro na Transição do Século XVIII Para o Século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, Vol. 11, N.º 3, setembro-dezembro de 2004.

GERBI, Antonelo. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1890)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HAMM, E. P. Knowledge From Underground: Leibniz mines the Enlightenment. *Earth Sciences History*. New York, vol. 16, n.º 2, 1997.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme da (Org.) *Viagem incompleta, 1500-2000. A experiência brasileira. Formação: histórias*. São Paulo: Senac, 2000.

KANTOR, Íris. Ciência e Império: trajetórias de ilustrados lusoamericanos na

segunda metade do século XVIII. In: *Laboratório do Mundo*. Idéias e Saberes do Século XVIII. São Paulo: Pinacoteca; Imprensa Oficial, 2004.

KURY, Lorelai Brilhante. Entre utopia e pragmatismo: a história natural no Iluminismo tardio. In: SOARES, Luiz Carlos (Org.) *Da revolução científica à big (business) science*. São Paulo: Hucitec; Niterói: Eduff, 2001.

_____ & LUNA, Fernando J.. Enlightenment Chemistry Translated by a Brazilian Man of Science in Lisbon. *AMBIX*, vol. 59, n.3, november 2012, pp. 218-40.

LAUDAN, Rachel. *From mineralogy to geology: the foundations of a science, 1650-1830*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LISBOA, João Luís. *Ciência e política. Ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

204

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil: Bastidores da Política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

LOPES, Maria Margaret. José Bonifácio de Andrada e Silva – O Mineralogista – na produção historiográfica brasileira. *Quipu*. México, vol. 7, nº 3, set.-dez., 1990: 335-344.

MATOS, Ana Maria Cardoso de. *Ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal oitocentista. O caso dos lanifícios do Alentejo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros. Ensaio tropicais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano*

de 1817 a 1824. São Paulo: Ed.34, 2004.

MENDONÇA, M. C. de. *O Intendente Câmara*. Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes, 1764-1835. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808)*. Rio de Janeiro: PUC-Rio (Departamento de História - Dissertação de Mestrado), 1993.

_____. *Uma sinfonia para o novo mundo: a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*. Rio de Janeiro: IFCS-Departamento de História da UFRJ (Tese de Doutorado), 1998.

NEVES, Guilherme Pereira das. Em busca de um ilustrado: Miguel Antônio de Melo (1766-1836). *Revista Convergência Lusíada*. Real Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro, n.24, segundo semestre 2007.

205

NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003.

NOVAIS, Fernando A. O Reformismo Ilustrado Luso-Brasileiro: Alguns Aspectos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 7, 1984.

_____. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. 6ª Ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

NUNES, Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) – Um frade no universo da natureza. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de et al. (Org.) *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) – Bicentenário: “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda–Biblioteca Nacional, 1999.

OSPOVAT, Alexander. Abraham Gottlob Werner. In: GILLISPIE, Charles C. (Org.) *Dictionary of scientific biography*. New York: Scribner’s Sons, 1981, v.13-4.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

POMIAN, Krzysztof. *Collectores and curiosities*. Paris and Venice, 1500-1800. Cambridge: Polity Press, 1990.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império*. Relatos de Viagem e Transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas*. Monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

ROCHA-CAMPOS, Antônio Carlos. Varvito de Itu, SP. *Sítios arqueológicos e paleontológicos do Brasil*, v.062. 21/03/2000. Disponível em www.unb.br/ig/sigep/sitio062/sitio062.htm, acessado em 08/08/2005.

206

SERRÃO, José Vicente. Introdução. In: *Domingos Vandelli. Aritmética Política, Economia e Finanças*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994.

SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva (1783-1823)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP / Centro de Memória, 1999.

SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a nação*. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiras na crise do antigo regime português (1750-1822). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.

SILVA, André Mansuy-Diniz. Uma figura Central da Corte Portuguesa no Brasil: D. Rodrigo de Sousa Coutinho. In: MARTINS, I. & MOTTA, M. (ORGS.). *1808: A Corte no Brasil*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O Império luso-brasileiro (1772-1822)*. Lisboa: Estampa, 1986.

_____. *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

SOUSA, Alberto. *Os Andradas*. São Paulo: Tip. Piratininga, 1922.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio de Andrada e Silva*. Vol. I. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1957.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAYLOR, Kenneth L. “Les lois naturelles dans la géologie du XVIII^{ème} siècle: recherches préliminaires”. In: *Travaux du Comité Français d’Histoire de la Géologie* Troisième série, t. II. Paris, 1988.

VARELA, Alex Gonçalves. “*Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português*”: análise das memórias científicas do Ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume, 2006.

207

_____. As Viagens Científicas Realizadas Pelo Naturalista Martim Francisco Ribeiro de Andrada na Capitania de São Paulo (1800-1805). *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 8, p. 172-205, 2007.

_____. *Atividades Científicas na “Bela e Bárbara” Capitania de São Paulo (1796-1823)*. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. A “Viagem de Aperfeiçoamento Técnico” de José Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara Pelas Regiões Mineiras da Europa Central e Setentrional (1790-1800). *Tempos Históricos* (EDUNIOESTE), v. 13, p. 75-102, 2009.

Caçadores, negociantes e museus: Ferdinand Schwanda e o comércio internacional de espécimes científicos, 1905-1913

Enviado em:

02/12/2012

Aprovado em:

04/2013

Diego Amorim Grola

Mestrando em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP
diegogrola@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo, ao examinarmos a atuação de Ferdinand Schwanda, coletor de espécimes para uso científico atuante no Maranhão no princípio do século XX, pretendemos contribuir para o entendimento do papel do comércio de espécimes na construção das ciências naturais. Objetivamos analisar como, travando relações com Hermann von Ihering, diretor do Museu Paulista, Schwanda reunirá condições para se estabelecer como coletor profissional e passar a integrar as redes de comércio de espécimes que conectam caçadores, negociantes e museus instalados em ambos os lados do Atlântico.

208

Palavras-Chave

Comércio de espécimes; história dos museus; cultura material

Abstract

This paper addresses the role of Ferdinand Schwanda, collector of scientific specimens that operates in Maranhão in the early twentieth century. We aim to understand the role of the specimens' trade in the construction of the natural sciences. We will discuss how, through relationships with Hermann von Ihering, director of the Museu Paulista, Schwanda manages to establish itself as a professional collector and becomes part of the networks of trade in specimens that connect hunters, dealers and museums installed on both sides of the Atlantic.

Keywords

Trade of specimens; history of museums; material culture

Introdução

No período que vai de meados do século XIX até o princípio do XX, observa-se grande desenvolvimento dos museus de História Natural. Os museus nesse período configuram-se como espaços institucionais destinados à produção de conhecimentos em moldes considerados científicos, bem como lugares onde o público pode visualizar, por meio de exposições cada vez mais elaboradas, uma natureza ordenada segundo os critérios da ciência.¹

Mas como, exatamente, os museus elaboram e veiculam conhecimentos e representações sobre o mundo natural? Parece importante tomar como patamar de análise que tais instituições não desempenham suas atividades de forma abstrata. Ao contrário, elas o fazem por meio de objetos palpáveis: os espécimes científicos – os quais são mobilizados para produzir conhecimentos socialmente legitimados e veicular representações da natureza.

Tanto o desenvolvimento de conhecimentos em moldes considerados científicos, quanto a formulação de representações acerca do mundo natural por meio das exposições, dependem, portanto, da capacidade de formar coleções – isto é, da capacidade de coletar, preparar e armazenar amostras do mundo natural.

Para tanto, os museus contarão com funcionários envolvidos na coleta de plantas, animais, rochas, minerais, fósseis, objetos arqueológicos e etnológicos. No que se refere ao Museu Paulista, caso que conhecemos melhor, existia apenas um funcionário encarregado de realizar as coletas – um naturalista viajante –, embora eventualmente outros membros do estafê também fossem a campo em busca de materiais para o Museu.²

Além das coletas empreendidas por seu próprio corpo funcional, os museus contavam com alguns outros mecanismos de aquisição de espécimes científicos: doações, permutas e compras.

A aquisição de espécimes por meio de compra parece ter sido particularmente relevante para o crescimento das coleções dos museus de História Natural. O comércio de espécimes científicos era prática bastante comum, envolvendo

1 Sobre a história dos Museus de História Natural no Brasil, ver LOPES, 1997. Para um exame histórico de alguns dos principais museus europeus e americanos, ver ALVES, 2004.

2 Aberto ao público em 1895, o Museu Paulista teve como seu primeiro diretor o zoólogo alemão naturalizado brasileiro Hermann von Ihering, o qual dirigiu o Museu entre 1894 e 1916. Nesse período inicial, a instituição era sobretudo, embora não apenas, um museu de História Natural. Sobre o período inicial do Museu Paulista, ver ALVES, 2001, ELIAS, 1996, LOPES, 1997 e MORAES, 2008. Para dados biográficos de Hermann von Ihering, ver LOSANO, 1992.

diversos agentes, que em alguns casos chegavam a atuar de modo bastante formal – verdadeiros negociantes de espécimes.

De acordo com Barrow, durante a segunda metade do século XIX, naturalistas europeus e americanos frequentemente exerciam atividades comerciais ligadas à História Natural. O que, em alguns casos, era apenas um meio temporário ou esporádico de obter algum dinheiro, em outros se tornava um empreendimento mais sistemático e de longo prazo. Segundo o autor, no final do século XIX, mais de uma centena de negociantes de espécimes estavam em atuação nos Estados Unidos.

Em seu artigo, Barrow examina mais detidamente quatro grandes estabelecimentos comerciais dedicados à venda de espécimes – como o Ward's Natural Science Establishment, que por volta de 1880 possuía 15 prédios e 22 funcionários. Conforme esse autor, tais empreendimentos teriam desempenhado papel fundamental na grande expansão dos museus americanos de História Natural ocorrida nas três últimas décadas do século XIX, já que tais empresas foram responsáveis por abastecer esses museus com grande número de espécimes.

210

Essas grandes casas comerciais trabalhavam com uma ampla rede de coletores, além de patrocinarem expedições de maior vulto. Vendiam tanto para colecionadores privados e instituições de ensino quanto para grandes museus. Além de anunciarem em periódicos de História Natural, as empresas distribuíam catálogos e chegavam, em alguns casos, a editar seus próprios periódicos (BARROW, 2000).

Na Europa também existiram diversos negociantes de espécimes científicos. Reiling e Spunarová tratam de um desses negociantes, o tcheco Václav Frič (1839-1916). A loja de Frič em Praga comercializava, além de espécimes, objetos para auxiliar o ensino de ciências naturais. Além de vender para instituições tchecas, o negociante exportava produtos para clientes de outros países europeus (REILING e SPUNAROVÁ, 2005). No caso latino-americano, Podgorny examinou o envolvimento de eruditos, na primeira metade do século XIX, no comércio de manuscritos e ossos fósseis provenientes do território do antigo vice-reinado do Rio da Prata (PODGORNY, 2011).

No Brasil, pouco se escreveu sobre o comércio de espécimes científicos

nos séculos XIX e XX.³ No caso do Museu Paulista, sabemos que era comum a prática de compra de espécimes, tanto de coletores que atuavam no país quanto de casas comerciais sediadas na Europa.

Documentos existentes no acervo do Museu, como recibos de compra, registros em livros de aquisição e cartas trocadas com o diretor da instituição, indicam-nos ao menos nomes de indivíduos residentes no Brasil dos quais o Museu comprava espécimes. Figuras como: Otto Dreher, Ernesto Garbe, Mathias Wacket, Francisco Günther, Ricardo Krone, Christiano Enslin, Hellmuth Pinder, Adolph Hempel, Ferdinand Schwanda, entre outros.

Além disso, o Museu Paulista adquiria espécimes comercializados por casas europeias especializadas (e também de uma sediada nos EUA, justamente o Ward's Natural Science Establishment, a grande empresa americana à qual nos referimos anteriormente). A maioria das encomendas vinha de negociantes alemães: Hermann Rolle e seu "Kosmos – Naturhistorisches Institut"; Wilhelm Schlüter; Otto Staudinger e seu sócio Andreas Bang-Hass; além de J. F. G. Umlauff. Muitas relações também foram travadas com a casa londrina de William Frederick Henry Rosenberg. O museu adquiria ainda, em menor escala, material científico de diversos outros negociantes europeus (GROLA, 2012).

211

De qualquer modo, a questão do comércio de espécimes no Brasil ainda foi pouco abordada. Examinar o caso de um único ator envolvido nessa rede comercial pode ser então uma contribuição interessante para se começar a pensar sobre o papel de tais agentes na construção de conhecimentos sobre a natureza sul-americana pelas ciências naturais.

Neste artigo, examinaremos então a atuação de Ferdinand Schwanda, coletor autônomo residente no Maranhão. Schwanda, além de vender espécimes para o Museu Paulista, manteve correspondência com seu diretor, Hermann von Ihering, correspondência essa que apresenta elementos os quais nos possibilitam

3 Duarte tratou do comércio de penas de aves brasileiras e do aparecimento dos primeiros discursos apontando o perigo dessa atividade para a avifauna nacional. Segundo a autora, o Brasil exportou, entre 1901 e 1905, uma soma de cerca de 600 quilos de penas, e, entre 1910 e 1914, um total de 20 mil quilos. A autora se refere ainda a um comércio de couros de pássaros, indicando que, no Rio de Janeiro, uma só fazenda exportava por ano 20 mil couros de beija-flores para a França. Todavia, a questão do comércio de animais para fins científicos está fora do horizonte de interesse da autora. Ver DUARTE, 2006.

refletir sobre sua atuação enquanto caçador e negociante de espécimes científicos.⁴ Nossa análise da correspondência enfatizará como o estabelecimento de relações entre Schwanda e Ihering será fundamental para que o primeiro possa obter algum sucesso enquanto coletor e vendedor de espécimes científicos no Brasil. As relações mantidas com o diretor do Museu Paulista permitirão a Schwanda mais facilmente expedir os espécimes para compradores europeus, bem como obter os suprimentos necessários para suas atividades de coleta.

Ferdinand Schwanda

Mas, afinal, quem foi Ferdinand Schwanda? Por que se estabeleceu no Brasil? Qual sua relação com as instituições científicas e com o mercado de espécimes de História Natural? Como suas atividades colaboraram com o desenvolvimento de conhecimentos sobre a natureza brasileira?

Pouco sabemos sobre Schwanda. Supomos que tenha nascido em algum país germânico, uma vez que suas cartas dirigidas a Ihering são redigidas em alemão. De acordo com Hellmayr, ele se estabeleceu no Maranhão em 1905, de onde passou a enviar espécimes para a Europa. Hellmayr teve oportunidade de examinar materiais coletados por Schwanda pertencentes ao Museu Paulista e a diversos museus europeus, como o Museu de História Natural em Tring, o Museu Real de História Natural de Sófia, Bulgária, além dos museus de Viena, Munique e Frankfurt am Main. Ainda segundo o ornitólogo austríaco, Schwanda coletou inicialmente em São Luiz, Boa Vista e Primeira Cruz, tendo, mais tarde, passado a atuar na região de Miritiba – todos no Maranhão (HELLMAYR, 1929: 235-238).

De acordo com Ihering, Schwanda faleceu em 10/06/1913 (IHERING, 1914: 231-232). Após sua morte, seu filho J. Karl Schwanda continuou a fornecer espécimes para o Museu Paulista, conforme atestam documentos encontrados no acervo do Museu.

Não temos maiores informações sobre a vinda de Schwanda para o Brasil. É possível que já trabalhasse como caçador profissional, pois em carta a Ihering

4 Existem, no Arquivo do Museu Paulista, 20 cartas enviadas por Ferdinand Schwanda. Embora o destinatário não seja nominado, presume-se que as cartas são endereçadas a Hermann von Ihering. Das 20 cartas, todas redigidas em alemão, 7 contam com traduções para o português, de autoria desconhecida, armazenadas junto aos documentos originais. Utilizamos a expressão “tradução anexa” para indicar a existência de tal tradução. Além disso, existem no Arquivo registros de compra e recibos referentes a espécimes adquiridos de Schwanda, bem como cartas de outros emissores que fazem referência ao coletor.

refere-se ao fato de ter percorrido outras regiões do mundo – afirma já ter estado em todo o sul da Europa, no oeste asiático e no norte da África.⁵ Pode-se supor que tenha realizado essas viagens a fim de coletar espécimes de História Natural. Mas não sabemos se viajou por conta própria, ou se suas expedições foram comissionadas por alguma instituição científica ou por algum comerciante de espécimes científicos.

No caso de sua estada no Brasil, tudo indica que tenha se estabelecido no país por conta própria, na expectativa de vender o produto de suas coletas para museus ou para revendedores de espécimes sediados na Europa. Afinal, a correspondência mantida com Ihering trata da venda de espécimes não só para o Museu Paulista, como para institutos científicos e negociantes sediados no velho continente.

Podemos saber um pouco mais sobre a atuação de Schwanda por meio dessas cartas por ele enviadas ao Museu Paulista. Nelas, o coletor trata, sobretudo, de assuntos relativos às transações comerciais mantidas com o Museu: oferece determinados espécimes por ele caçados, cobra pagamentos devidos, etc. Além disso, aborda, por vezes, outros dois assuntos sobre os quais nos interessa tratar aqui. Primeiro, o envio de espécimes para outros clientes. Segundo, as dificuldades em obter os suprimentos necessários para as atividades de coleta, preparação e envio de espécimes.

213

Buscando clientes

Comercializar os espécimes coletados no Brasil nem sempre era tarefa fácil. Fazia-se necessário encontrar clientes interessados em adquiri-los por preços que valessem a pena para o coletor – já que os custos com frete e com aquisição dos suprimentos para caça, preparação e envio eram altos.

Sendo assim, Schwanda estaria sempre em busca de clientes com os quais pudesse realizar negócios vantajosos. Já na primeira carta remetida a Ihering existente no Arquivo do Museu Paulista, o caçador solicita que o diretor do Museu o comunique caso surja um bom cliente no Rio ou em São Paulo: “Eu peço a vossa senhoria que, se em São Paulo ou no Rio existir uma loja de produtos de História Natural séria, faça a gentileza de me enviar o endereço, para que eu me livre do

5 Carta, em alemão, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Miritiba, 27/09/1907. Arquivo Permanente do Museu Paulista/Fundo Museu Paulista (APMP/FMP), Série Correspondência.

meu estoque atual (...)” (trad. nossa).⁶

Conversas posteriores com o diretor do Museu versarão sobre o interesse de Schwanda em encontrar algum revendedor que pudesse ficar com todo o material por ele coletado. Diz que seu ideal seria localizar uma firma que aceitasse tudo aquilo que Ihering não desejasse.⁷ Escoando toda a sua produção para um só destino, supomos, seriam poupados custos com transporte, além de se evitar o encalhe de mercadorias. Todavia, não sendo factível essa situação ideal, Schwanda se via obrigado a recorrer a mais de um cliente.

Mesmo precisando diversificar seu leque de compradores, foi aprofundando suas relações com um desses clientes – o Museu Paulista, por meio de seu diretor, Hermann von Ihering – que Schwanda conseguiu criar as condições necessárias para seu estabelecimento como coletor profissional no Brasil. Schwanda e Ihering fizeram um acordo pelo qual o primeiro deveria enviar ao Museu Paulista o produto total de suas coletas. Com todo esse material em São Paulo, Ihering escolhia o que interessava ao seu Museu e providenciava o envio do restante à Europa – sendo que caberiam ao Museu Paulista as despesas tanto do transporte do Maranhão até São Paulo, quanto de São Paulo para a Europa.⁸

214

Desse modo, o Museu Paulista tinha a vantagem de poder escolher o que lhe interessasse das coletas de Schwanda antes que qualquer outro cliente o fizesse. E contava ainda com a vantagem de ter as peças em mãos para poder fazer a escolha – não ficando refém de catálogos –, podendo assim conferir a qualidade do material e se a espécie correspondia ao apontado pelo coletor. Schwanda, por seu lado, teria a vantagem de ter as despesas com transporte até a Europa (bem como até São Paulo) pagas pelo Museu Paulista.

Expedidas a partir do Museu Paulista, ou então diretamente do Maranhão, remessas de espécimes coletados por Schwanda serão enviadas a instituições científicas e revendedores de espécimes na Europa.

No que se refere às instituições científicas, na correspondência enviada a

6 “Ich bitte Euer Hochgeboren, wenn in S. Paulo oder in Rio ein reelles Naturaliengeschäft existirt mir güthigst die Adreße zukommen laßen, damit ich meinen gegenwärtigen Vorrath los werde (...)”. Carta, em alemão, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Boa Vista, 14/08/1906. APMP/FMP, Série Correspondência. No caso das transcrições de trechos de documentos em língua estrangeira, optamos por manter a grafia original.

7 Carta, em alemão, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Boa Vista, 04/02/1907. APMP/FMP, Série Correspondência.

8 Carta, em alemão, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Miritiba, 27/09/1907. APMP/FMP, Série Correspondência.

Ihering, o caçador dá informações sobre o envio de espécimes para o Museu de História Natural em Tring, Inglaterra, e à Direção dos Institutos Científicos e da Biblioteca do Príncipe da Bulgária, em Sófia. Conforme já indicamos, Hellmayr menciona ter consultado materiais coletados por Schwanda em outros museus europeus. Mas não saberíamos dizer se tais materiais foram vendidos diretamente para essas instituições pelo próprio Schwanda, ou se o foram por revendedores de espécimes com os quais o caçador também mantinha relações comerciais.

Quanto a esses negociantes de espécimes instalados na Europa, a correspondência enviada a Ihering nos permite saber que Schwanda forneceu materiais aos revendedores alemães Wilhelm Schlüter, Hermann Rolle e Otto Tockhorn, bem como para o londrino William Rosenberg.

No que se refere a Schlüter,⁹ Schwanda diz a Ihering, em carta datada de 1906, que havia enviado ao negociante alemão uma coleção de mamíferos, bem como sua produção de peles de aves do ano todo.¹⁰ Aparentemente, as relações comerciais com Schlüter devem ter se mantido, já que ele volta a ser citado por Schwanda em duas cartas de 1909 – em uma delas, Schwanda comenta com o diretor do Museu Paulista que, por conta das chuvas, toda a coleta de um ano não pôde, até aquele momento, ser enviada ao negociante.¹¹

215

Schwanda também manteve relações comerciais com o revendedor alemão Hermann Rolle,¹² mas interrompeu tais negócios devido a divergências quanto ao valor pago pelos espécimes enviados. Pelo menos é isso que ele informa a Ihering. Em carta de 1907, Schwanda se refere a Rolle como um trapaceiro e pede para o diretor do Museu Paulista não voltar a enviar ao revendedor alemão espécimes

9 Wilhelm Schlüter (1828-1919), nascido na Alemanha, filho de um entomólogo e malacologista, fundou em 1853 sua empresa fornecedora de espécimes e suprimentos para História Natural, situada em Halle an der Saale. A partir do final do século XIX, a loja passou a ser dirigida por seus filhos. Ver dados biográficos em Zobodat – Banco de dados biogeográficos mantido pelo Centro de Biologia do *Oberösterreichische Landesmuseen* (Linz, Áustria), disponível em <http://www.zobodat.at>.

10 Carta, em alemão, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Boa Vista, 14/08/1906. APMP/FMP, Série Correspondência.

11 Cartas em alemão, com traduções anexas, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Miritiba, 29/01/1909 e 30/05/1909. APMP/FMP, Série Correspondência.

12 O alemão Franz Hermann Rolle (1864-1929) iniciou seu negócio de venda de espécimes de História Natural – “Kosmos - Naturhistorisches Institut” – em 1889 em Berlim. Ver <http://www.zobodat.at>.

seus.¹³ Já em carta do ano seguinte, justificando sua falta de interesse na coleta de borboletas – material que lhe havia sido solicitado pelo revendedor alemão Otto Tockhorn –, Schwanda relata que teve uma experiência negativa envolvendo Rolle:

Borboletas, que são seu principal desejo [de Otto Tockhorn], infelizmente não lhe posso enviar, porque eu tive experiências muito ruins a respeito. O preço prometido nunca é completamente pago, mas sim a coisa é censurada de todos os lados. Assim Rolle, em Berlim, deu-me absolutamente nada por mil borboletas (...) (trad. nossa).¹⁴

O caçador atuante no Maranhão também destinou espécimes para o negociante londrino William Rosenberg.¹⁵ Nesse caso, a colaboração do diretor do Museu Paulista com Schwanda parece ter sido ainda mais estreita. Além de providenciar o envio dos materiais para a Europa, arcando com as despesas de transporte – conforme o acordo já descrito –, Ihering facilitou a atuação de Schwanda no Brasil intermediando seus contatos comerciais com Rosenberg.

Em carta de fevereiro de 1907, Schwanda pergunta a Ihering se é preciso escrever algo a Rosenberg, ou se bastaria aguardar.¹⁶ Sinal de que Ihering já havia feito contato com o negociante londrino, oferecendo-lhe espécimes coletados por Schwanda, ou mesmo lhe enviado uma remessa.

Ainda em 1907, Schwanda lembra Ihering de que o mesmo havia enviado, no ano anterior, uma remessa de 59 peles de pássaros para Rosenberg, pela qual ele, Schwanda, ainda não havia recebido nada. Diz então para Ihering não voltar a enviar espécimes seus para Rosenberg:

13 Carta, em alemão, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Miritiba, 27/09/1907. APMP/FMP, Série Correspondência.

14 “Schmetterlinge was sein Hauptwunsch ist kann ich ihm leider keine senden, weil ich in dieser Hinsicht sehr schlechte Erfahrungen gemacht habe der versprochene Preis wird nie voll ausgezahlt sondern wird die Sache von allen Seiten bemängeln so hat mir Rolle in Berlin für 1000 Schmetterlinge absolut nichts gegeben (...)”. Carta, em alemão, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Miritiba, 12/09/1908. APMP/FMP, Série Correspondência.

15 William Frederick Henry Rosenberg (1868-1957) iniciou suas atividades como comerciante de espécimes de História Natural em 1897. Poucos anos antes de iniciar seu negócio, o próprio Rosenberg realizou duas expedições à Colômbia e ao Equador. Após dar início à sua empresa, empregou por dois anos, 1898 e 1899, coletores nessas regiões, os quais lhe abasteciam de espécimes. Também recebia espécimes de diversos outros coletores instalados em várias partes do globo. Ver <http://www.zobodat.at>.

16 Carta, em alemão, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Boa Vista, 04/02/1907. APMP/FMP, Série Correspondência.

Por isso, peço-lhe para não enviar novamente minhas coisas que aí estão a Rosenberg & Son em Londres, nem ao trapaceiro do Rolle em Berlim, mas sim à prezada Direção das Instituições Científicas e da Biblioteca de Sua Alteza o Príncipe da Bulgária, em Sófia, Bulgária, através de um comissário de Hamburgo (...) (trad. nossa).¹⁷

Mais tarde, o caçador voltaria atrás, indicando a Ihering que os materiais sem serventia para o Museu Paulista deveriam continuar seguindo para Londres, já que os preços praticados por Rosenberg eram muito bons, segundo o próprio Schwanda.¹⁸ O caçador referir-se-á outras vezes a Rosenberg nas cartas remetidas a Ihering, sempre pedindo informações sobre seus espécimes enviados ao negociante londrino e cobrando o recebimento dos pagamentos devidos.

Mais tarde, em carta de 1909, Schwanda diz que ele mesmo entrou em contato com Rosenberg, o qual aceitou receber mais remessas suas para venda. Acrescenta que ele pretendia efetivar o negócio, já que os preços praticados pelo revendedor londrino eram muito vantajosos.¹⁹ Schwanda parece ter preferido tomar as rédeas das negociações com Rosenberg – tanto é assim que, nas demais cartas existentes no Arquivo do Museu Paulista, o revendedor inglês não é mais mencionado.

Algumas cartas remetidas por Rosenberg a Ihering permitem-nos entender mais detalhadamente como se dava essa relação entre o coletor Schwanda, o Museu Paulista e os comerciantes europeus. As três cartas remetidas por Rosenberg, ao longo do primeiro semestre de 1908, tratam de um conjunto de espécimes coletados por Schwanda e enviados a Londres a fim de que fossem vendidos pelo negociante inglês. A primeira carta informa:

Eu incluo declaração de espécimes vendidos até o Natal de 1907 para o Sr. Schwanda, apresentando um saldo a este crédito de £ 11.11.7. Você faria a gentileza de me informar como devo dispor desse montante.

17 “Ich bitte Sie daher[?] meine dort liegenden Sachen nicht wieder an Rosenberg & Son in London und ja nicht an den Gauner Rolle in Berlin sondern:/ An die geehrte/ Direction der wissenschaftlichen Institutionen und der Bibliothek/ S. R. Hoheit des Fürsten von Bulgarien/ in Sofia Bulgarien/ durch einen Hamburger Comissioner (...) senden zu wollen.” Carta, em alemão, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Miritiba, 27/09/1907. APMP/FMP, Série Correspondência.

18 Cartas, em alemão, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Miritiba, 15/03/1908 e 05/09/1908. APMP/FMP, Série Correspondência.

19 Carta em alemão, com tradução anexa, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Miritiba, 07/09/1909. APMP/FMP, Série Correspondência.

Devo transferi-lo para o crédito do Museu de São Paulo, se você estiver apto a ordenar espécimes até esse valor, de modo que você pode então pagar o dinheiro real para o senhor Schwanda.²⁰

Na segunda carta, Rosenberg informa que envia anexo um cheque para Schwanda. Sinal de que Ihering preferiu que o próprio negociante inglês pagasse o caçador, ao invés de o Museu o fazer em troca de ficar com o saldo das vendas para ser utilizado futuramente adquirindo espécimes da casa londrina. Além disso, informa que ainda estavam sob sua posse cerca de 190 pássaros, 16 mamíferos, 7 crâneos antigos e 3 lagartos pertencentes a Schwanda. Por fim, afirma ter esperanças de conseguir vender muitos desses materiais e pede paciência ao coletor: “Se o Sr. Schwanda tiver paciência, eu farei o meu melhor por ele, eu irei pelo menos me esforçar para obter bons preços (...)”.²¹

Na terceira carta, Rosenberg informa que havia vendido espécimes de Schwanda que somavam £ 3.12.- e que lançaria esse valor como crédito em favor do Museu Paulista, pedia então que Ihering pagasse a Schwanda a soma correspondente.²²

Os documentos indicam que Ihering, enquanto diretor do Museu Paulista, mais do que providenciar o despacho dos espécimes que não lhe interessavam para os endereços indicados por Schwanda, encarregava-se ele mesmo de intermediar os contatos com os compradores – ao menos no caso do negociante inglês. No caso relatado, por vezes o próprio diretor pagava o coletor em troca de créditos a serem utilizados na aquisição de outros espécimes comercializados por Rosenberg.

218

20 “I enclose statement of specimens sold to Christmas 1907 for c/c[?] of Mr. Schwanda, showing[?] a balance to this credit of £ 11.11.7. Will you kindly let me know how I am to dispose of this sum. Shall I transfer it to the credit of the S. Paulo Museum, when you will be able to order specimens to that value, so[?] you can[?] then pay the actual money to Mr. Schwanda.” Carta, em inglês, de W. F. H. Rosenberg a Hermann von Ihering, Londres, 08/01/1908. APMP/FMP, Série Prestação de contas.

21 “If Mr. Schwanda will have patience I will do my best for him, I will at least endeavour to obtain good prices (...)”. Carta, em inglês, de W. F. H. Rosenberg a [Rodolpho] von Ihering, Londres, 18/03/1908. APMP/FMP, Série Prestação de contas.

22 Carta, em inglês, de W. F. H. Rosenberg a Hermann von Ihering, Londres, 26/06/1908. APMP/FMP, Série Prestação de contas.

Suprimentos

Assim como encontrar bons clientes, remeter os espécimes coletados para os compradores interessados não era tarefa fácil. Conforme atestam as várias queixas de Schwanda em suas cartas a Ihering, era preciso lidar com as incertezas e inseguranças dos correios e dos sistemas de transporte de mercadorias – cartas e encomendas que nunca chegavam, inclusive os pagamentos, deixando o coletor em apuros financeiros por diversas vezes. Além disso, era preciso obter os suprimentos necessários para caçar os animais, prepará-los e os embalar adequadamente – tais suprimentos, quando não eram inexistentes em território maranhense, eram muito caros.

As relações mantidas com o diretor do Museu Paulista serão então fundamentais para viabilizar o trabalho de Schwanda. Não apenas no que se refere ao fato de o museu intermediar o envio de espécimes para a Europa, mas também no que diz respeito a Ihering providenciar o envio para Schwanda de suprimentos necessários para seu trabalho (vidros, caixas, munição, etc.).

Schwanda reclama diversas vezes das condições de vida e de trabalho, particularmente das dificuldades em obter os suprimentos necessários às suas atividades de coleta. Em carta de 1907, por exemplo, diz que até o momento não conseguiu abater pássaros pequenos, devido ao fato de não ter chumbo fino. Acrescenta que, embora uma encomenda de 5 kg de tal chumbo lhe tivesse sido enviada da Europa, o material se encontrava retido na Alfândega.²³

Em outra carta do mesmo ano, o caçador informa que os peixes dos riachos e lagos locais por ele coletados tinham se estragado, já que lhe tinha sido impossível conservá-los da maneira adequada. Como não encontrava espírito por lá, conservou os peixes em cachaça, mas, devido à má qualidade da mesma e à longa espera para a expedição do material, acabou por perder os animais.²⁴

Sendo impossível obter tais suprimentos no interior do Maranhão, e enfrentando dificuldades para os importar da Europa, Schwanda precisará novamente recorrer à ajuda do diretor do Museu Paulista para viabilizar sua atuação enquanto coletor de espécimes científicos no Brasil. Ihering enviará de São Paulo alguns dos suprimentos imprescindíveis às atividades do caçador.

23 Carta, em alemão, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Boa Vista, 04/02/1907. APMP/FMP, Série Correspondência.

24 Carta, em alemão, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Boa Vista, 15/04/1907. APMP/FMP, Série Correspondência.

Em carta de 1907, Schwanda pede a Ihering que lhe envie alguns frascos de gargalo grande, ou latas de conservação que sejam fáceis de soldar, bem como vidros pequenos para insetos. Solicita também 5 kg de chumbo fino para que possa atirar em pássaros pequenos.²⁵

Mas, mesmo com a ajuda de Ihering, a situação deveria ser muito diferente daquela com a qual Schwanda estava habituado na Europa – onde os negociantes de espécimes científicos deveriam comercializar também equipamentos e suprimentos especialmente confeccionados para as atividades de coleta.²⁶

Alguns meses após a primeira carta, em nova missiva, Schwanda se refere às latas cilíndricas enviadas por Ihering. Diz ter imaginado que o diretor lhe enviaria latas ou vidros de conservação com fecho mecânico de pressão. Segundo o caçador, as latas enviadas por Ihering eram muito difíceis de soldar, de modo que teria sido melhor usar latas de querosene no lugar delas. Reclama ainda do fato de ele ter que arcar com o custo das latas e também do valor alto pago pelas mesmas – segundo ele, na Europa elas custariam bem menos.²⁷

Mesmo assim, Schwanda continuaria contando com a colaboração de Ihering para adquirir alguns suprimentos – munições, ao menos. Em carta de 1909, o coletor pede para o diretor do Museu Paulista não lhe enviar as 3 mil balas Mauser que havia pedido, pois tinha bastante delas.²⁸ Alguns meses mais tarde, em nova carta, Schwanda diz que não tem mais utilidade para o chumbo fino, já que, sem munição, viu-se obrigado a vender sua espingarda por uma ninharia e, em lugar dela, comprou uma espingarda de vareta.²⁹

220

25 Carta, em alemão, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Boa Vista, 15/04/1907. APMP/FMP, Série Correspondência.

26 Para considerações interessantes sobre os equipamentos demandados pelas práticas da História Natural, ver LARSEN, 1996.

27 Carta, em alemão, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Miritiba, 27/09/1907. APMP/FMP, Série Correspondência.

28 Carta em alemão, com tradução, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Miritiba, 29/01/1909. APMP/FMP, Série Correspondência.

29 Carta em alemão, com tradução, de Ferdinand Schwanda [a Hermann von Ihering], Miritiba, 07/04/1909. APMP/FMP, Série Correspondência.

Considerações finais

As relações travadas com o diretor do Museu Paulista adquirem papel fundamental para o desenvolvimento das atividades de Schwanda. Seja para obter os suprimentos imprescindíveis para suas atividades, seja para remeter seus produtos para os compradores europeus, a colaboração de Hermann von Ihering será de suma importância para viabilizar o estabelecimento de Schwanda no Brasil.

Além disso, ao intermediar os contatos com negociantes sediados na Europa, Ihering se torna peça chave na integração de Schwanda às redes internacionais de comércio de espécimes que conectam instituições científicas, revendedores e coletores espalhados pelo mundo. É por meio dessas redes de comércio de espécimes que os museus conseguiam obter os artefatos necessários às suas atividades científicas e expositivas; e são elas, igualmente, que viabilizavam a atuação de caçadores como Ferdinand Schwanda em diversas partes do mundo.

Ao enfocarmos, neste artigo, Ferdinand Schwanda e suas atividades de caça e comércio de espécimes científicos, foi possível visualizar o funcionamento de um sistema de trabalho estabelecido por Hermann von Ihering com vistas a ampliar as coleções da instituição a qual dirigia. Além disso, consideramos que o foco adotado permitiu observar aspectos importantes dos artefatos, práticas e sociabilidades que possibilitaram o desenvolvimento de conhecimentos científicos sobre o mundo natural no período em questão.

221

Referências bibliográficas

ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder: o Museu Paulista, 1893-1922*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

_____. *Redutos da ciência na “era dos museus”: Inglaterra, França, Estados Unidos e Brasil*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BARROW, Mark V. The Specimen Dealer: Entrepreneurial Natural History in America's Gilded Age. *Journal of the History of Biology*, 33, 3, 2000, pp. 493-534.

DUARTE, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: Em busca de proteção, 1894-1938. *Latin American Research Review*, 41, 1, 2006, pp. 3-26.

ELIAS, Maria José. *Museu Paulista: memória e história*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade

de São Paulo.

GROLA, Diego Amorim. O comércio de espécimes na formação das coleções de História Natural do Museu Paulista, 1894-1916. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 13, 2012, São Paulo, *Anais...* São Paulo: FFLCH/USP, 2012, pp. 800-817. Disponível em: <http://www.13snhct.sbhc.org.br>. Acesso em: 07 nov. 2012.

HELLMAYR, Carl E. *A contribution to the ornithology of northeastern Brazil*. Chicago: Field Museum of Natural History, 1929 (Zoological Series, 12, 18).
 IHERING, Hermann von. Os bugios do gênero *Alouatta*. *Revista do Museu Paulista*, 9, 1914, pp. 231-2565.

LARSEN, Anne. "Equipment for the field". In: JARDINE, N.; SECORD, J. A. & SPARY, E. C. (eds.). *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 358-377.

LOSANO, Mario G. Um precursor da ecologia no Brasil: Hermann von Ihering. Trad. Giacomina Faldini. *Revista USP*, 13, 1992, pp. 88-99.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORAES, Fábio Rodrigo. Uma coleção de história em um museu de ciências naturais: o Museu Paulista de Hermann von Ihering. *Anais do Museu Paulista*, nova série, 16 (1), jan-jun. 2008, pp. 203-233.

PODGORNY, Irina. Mercaderes del pasado: Teodoro Vilardebó, Pedro de Angelis y el comercio de huesos y documentos en el Río de la Plata, 1830-1850. *Circumscribere: International Journal for the History of Science*, 9, 2011, pp. 29-77.

REILING, Henri e SPUNAROVÁ, Tat'jana. Václav Frič (1839–1916) and his influence on collecting natural history. *Journal of the History of Collections*, 17, 1, 2005, pp. 23-43.

Os Sambaquis do Brasil: uma análise das diferentes formas de interpretação destes vestígios durante a segunda metade do século XIX

Enviado em:

09/12/2012

Aprovado em:

04/2013

Felipe Daniel do Lago Godoi

Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto

fdlgodoi@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar as diversas perspectivas elaboradas por pesquisadores nacionais e estrangeiros acerca de um mesmo objeto, os sambaquis, durante a segunda metade do século XIX. Estes depósitos de materiais acumulados ao longo do tempo tornaram-se objeto de investigação por parte dos naturalistas e uma das fontes por meio da qual era possível acessar o passado dos povos que habitavam o Brasil e que não possuíam uma cultura escrita.

Palavras-Chave

História; Naturalistas; Sambaquis

223

Abstract

The aim of this article is to present the different perspectives produced by national and foreign researchers about the same object, the sambaquis, during the second half of the nineteenth century. These deposits of materials accumulated over time have become the subject of investigation of naturalist and one possible way to access the past of the people who inhabited Brazil and haven't had a written culture.

Keywords

History; Naturalists; Sambaquis

Introdução

No século XIX, a consolidação do discurso histórico tornou-o o principal vetor a partir do qual se poderia discorrer acerca do passado. Assim, a investigação histórica oitocentista baseada principalmente na análise de documentos escritos, de acordo com os métodos fornecidos por esta disciplina, proporcionava aos homens uma forma de conhecer o passado ordenando-o e tornando-o inteligível ao presente.¹

Porém, as investigações sobre o passado da humanidade não se limitavam apenas à operação historiográfica. Os registros materiais encontrados no solo proporcionavam outra forma de se ter acesso ao passado e interpretá-lo, produzindo também um discurso sobre o tempo pretérito, gestado a partir de áreas do conhecimento diversas da História, como as Ciências Naturais. Os estudos destes vestígios proporcionavam aos homens de ciência uma forma de compreender o passado que partia de uma perspectiva de tempo profundo, mais ampla do que a fornecida pela cultura histórica oitocentista e os registros escritos.²

Foi assim que, no Brasil, durante a segunda metade do século XIX, diversos pesquisadores nacionais e estrangeiros produziram um conhecimento sobre o passado nacional formulado a partir de suas análises sobre os vestígios materiais encontrados no território brasileiro. Este conhecimento se tornava útil para a compreensão de como viviam os primitivos habitantes do País, uma população que não deixara registros escritos e que, de alguma forma, ainda se fazia presente, seja nos restos materiais seja na presença do elemento indígena remanescente.

Deste modo, saberes como a Arqueologia, Etnografia e a Antropologia reuniram-se, ao lado da História, na produção de um conhecimento que pudesse lançar luz sobre a “obscura história” das épocas anteriores ao descobrimento do Brasil e seus primitivos habitantes, auxiliando ainda, nas ações a serem tomadas com relação aos indígenas que habitavam o país.

Nestas investigações, os Sambaquis, depósitos de conchas e artefatos

1 Sobre a consolidação do discurso histórico no XIX ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc. Rio, 2006.

2 Para uma análise acerca da relação entre a descoberta de um tempo profundo e sua relação com o estudo dos objetos naturais ver GOULD, Stephen J. *Seta do Tempo, Ciclo do Tempo: mito e metáfora na descoberta do tempo geológico*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991. e ROSSI, Paolo. *Os Sinais do Tempo: História da Terra e das nações de Hooke a Vico*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

indígenas encontrados ao longo do território brasileiro, foram um dos principais alvos de análise destes homens ciência interessados em perscrutar o tempo remoto de Brasil. Estes vestígios suscitavam diversas interpretações por parte dos pesquisadores durante o século XIX, que discutiam sobre as origens destes, a sua antiguidade e como viviam os povos que neles deixaram suas marcas. Dessa forma, estudar os sambaquis era uma maneira de investigar o passado profundo da nação, um período que ainda se apresentava obscuro para os homens do século XIX.

A Historiografia sobre a institucionalização da Arqueologia no Brasil tem demonstrado como esta disciplina esteve relacionada com os projetos políticos do Estado Nacional.³ Gestado ainda na primeira metade do século XIX dentro de instituições ligadas ao Estado Imperial, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o discurso arqueológico, assim como o discurso histórico, esteve imbuído da tarefa de produzir um passado e cimentar uma identidade nacional para jovem nação independente.⁴ A ao fazer isto, Arqueologia, Antropologia e Etnografia, trataram de procurar “um tempo ontológico e profundo, um passado indígena majestático que fundasse retrospectivamente, na Pré-história, uma gloriosa representação histórico-coletiva para o presente monárquico” (FERREIRA, 2007:2).

225

Além disto, o conhecimento arqueológico no Brasil oitocentista fazia parte da criação de uma “geoestratégia” atuando em conjunto com a Geografia e a História Natural na demarcação de fronteiras geopolíticas, estabelecendo um registro sobre as populações indígenas e um saber sobre estas. Dessa forma, produziu-se um discurso que, sob o signo da cientificidade, contribuiu para a cristalização de identidades culturais sobre os indígenas baseadas na interpretação dos vestígios materiais encontrados no território nacional. Tal discurso servia ainda como lastro para referendar as ações realizadas no que tange à política indigenista. (FERREIRA, 2002, 2007).⁵

Contudo, apesar das investigações arqueológicas e etnográficas buscarem indícios de um passado nobre para a nação, como a existência de monumentos

3 Cf: Ferreira, 2002, 2007.

4 Sobre a relação do discurso histórico no Brasil oitocentista e a formação do Estado Nacional ver Guimarães, (1988).

5 Lúcio Menezes de Ferreira lembra que assim como a História, a Arqueologia, enquanto disciplina acadêmica, se constituiu ligada à construção dos Estados modernos, do Nacionalismo e Imperialismo.

arquitetônicos semelhantes aos deixados pelos antigos Incas, “não havia consenso, dentro do próprio país, sobre a reconstrução de um passado enobrecido” (SANJAD, 2011:135). Ao analisarem os sambaquis, por exemplo, muitos dos pesquisadores chegavam a conclusões discordantes acerca de vários aspectos destes vestígios. A seguir, aprestaremos algumas destas diferentes interpretações feitas por aqueles que estudaram os sambaquis durante a segunda metade do século XIX.

Os Sambaquis

Mas afinal o que seria um sambaqui? Esta palavra de origem indígena, de acordo com Guilherme de Schüch de Capanema⁶,

significa litteralmente *montão de conchas*; de *Tamba* concha, e *ky* collinas conicas como peitos de mulher. Nos substantivos guaranis a mudança do *t* em *h* aspirado ou em *gu* forma a passagem do valor absoluto ao relativo e recíproco; como os portugueses na sua língua não têm aspiração davam-na por *ç* pou *s*. Além disso em palavras compostas, o genitivo occupa o primeiro lugar, dahi resulta *hambaky*, collina de conchas. Póde tambem ser estropiamento de *hamba-kyab*, refugio ou varredura de concha (CAPANEMA: 1876:82)⁷

226

Para João Mendes de Almeida, autor do *Diccionario geographico da provincia de S. Paulo*⁸, a palavra sambaqui seria na língua dos indígenas “itã-mbati” o que significaria “montão de cascas de ostras” (ALMEIDA, 1902, citado em LÖFGREN, 1893:54).

Assim, vemos que na opinião destes autores, os sambaquis podem ser compreendidos como depósitos de conchas e cascas de ostras. Além destes objetos, eram encontrados nos sambaquis ossos de peixes, de mamíferos e humanos, e também instrumentos fabricados pelos povos que habitavam perto destes locais.

6 Segundo Silva Figueirôa, 2005, Guilherme Schüch de Capanema, nasceu em Minas Gerais (em Timbopeba, nos arredores de Mariana-MG), filho do austríaco Roque (Rochus) Schüch, bibliotecário e conservador do Gabinete de História Natural da Imperatriz Leopoldina. Era engenheiro de formação, foi lente na Escola Militar de Engenharia e também adjunto da Seção de Mineralogia do Museu Nacional, atuando também como naturalista, sendo um dos colaboradores da *Flora Brasiliensis* do Botânico Carl Philip Von Martius. FIGUEIRÔA, Silvia M. F. “Ciência e Tecnologia no Brasil Imperial: Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908). *Varia História* Belo Horizonte, Vol.21, n.24, p. 437-455, Julho de 2005.

7 As citações de documentos seguirão a grafia conforme consta nos originais.

8 *Diccionario geographico da provincia de S. Paulo, precedido de um estudo sobre a estructura da lingua tupi e trazendo, em appendice, uma memoria sobre o nome "América"*. Obra posthuma. São Paulo: Typographia a Vapor Espindola, Siqueira & Comp., 1902.

A importância dos estudos destes vestígios pode ser exemplificada nas palavras de Carlos Wiener, naturalista viajante do Museu Nacional, para quem “o humilde sambaqui tem para a sciencia universal a mesma importancia que a magestosa pyramide do Egypto ou do Mexico (...) o craneo de um cacique é tão interessante como o de um Pharaó” (WIENER, 1876:20). Os sambaquis indicavam a presença material de uma antiguidade ainda obscura aos olhos dos estudiosos do século XIX, cuja investigação poderia auxiliar no entendimento do Homem, uma vez que, segundo Wiener, para entender a humanidade é preciso “conhecê-la desde as suas primeiras manifestações, sem o que nunca se poderá bem compreendê-la.” (WIENER, 1876:20).

Como parte das investigações sobre estes vestígios, os pesquisadores descreviam as características das regiões em que os sambaquis eram encontrados. Estas análises eram importantes para que se pudesse estabelecer comparações entre os diferentes locais onde os sambaquis se situavam. Além disso, eram descritos os próprios sambaquis, seu tamanho, forma, quantidade e quais os objetos eram encontrados nestes. Tudo isso compunha uma “geometria dos sambaquis”, (FERREIRA, 2005), que buscava caracterizá-los e compará-los.

A partir da descrição dos sambaquis, autores procuravam apreender a origem destes montes, se seriam obra da natureza ou da ação humana, ou de ambas em conjunto. Para o engenheiro e naturalista Karl Rath, seria devido a força da água e a ação das marés, que as conchas se ajuntavam formando os montantes (RATH, 1871)⁹.

Guilherme Schüch de Capanema considerava que, apesar de construídos pela mão do homem, os sambaquis estavam sujeitos à ação natural, o que explicaria “a existencia, pois de *sambaquis* em lugares, onde se dão condições contrarias ás que presidiam a sua construcção”, revelando “o alteamento do littoral.” (CAPANEMA

9 Carl Friederich Joseph Rath Nasceu em Stuttgart, na atual Alemanha em 1802. Chegou ao Brasil em 1845 atuando na Província de São Paulo como engenheiro, porém sua produção intelectual e sua atuação profissional podem ser relacionadas aos diversos campos científicos que abrangia as chamadas ciências naturais na primeira metade do século XIX, como a paleontologia, a geologia, a mineralogia e a geografia. SALGADO, Ivone. “Atuação profissional de Carl Friederich Joseph Rath e as Ciências Naturais na primeira metade do século XIX. *Revista Esboços*, Florianópolis, v.17, n.23, pp.247-257, 2010.

1876: 87). Essa mesma opinião possuía Carl Von Koseritz,¹⁰ afirmando que os sambaquis antigamente se situavam mais próximos das praias do que quando ele os estudou, sendo que este distanciamento “prova quanto tem crescido a terra n’quelas regiões” (KOSERITZ, 1884:180).

Os Homens dos Sambaquis

Para aqueles que consideravam os sambaquis como produto da atividade humana era possível, por meio da análise destes, inferir hipóteses sobre os modos de vida da população que os construíram. Carlos Wiener afirma que alguns sambaquis foram construídos de forma intencional, sendo estes “obra da paciência do homem, que, durante largo espaço de tempo, tinha em vista um fim definido, isto é, sambaquis artificiaes, verdadeiros monumentos arqueológicos” (WIENER, 1876:15).

Contudo, esta interpretação dos sambaquis enquanto monumentos não era consensual. No relatório feito pelo engenheiro alemão Heinrich Kreplin, que investigou os sambaquis de Santa Catarina, consta que,

formarem estas colinas uma espécie de monumento é ainda mais improvável, visto que entre os indígenas atuais não existe o mínimo de vestígio de uma tradição concernente a isto, e nem sequer deixaram monumentos em parte alguma, mesmo quando tinham à disposição material superior. (KREPLIN, 1872:188, citado em FARIA, 2003:128).¹¹

Dessa forma, vemos que para Kreplin os indígenas, tanto do passado como do presente, eram e são incapazes de produzirem monumentos arqueológicos. Este argumento, que remete ao estereótipo da indolência indígena (FARIA, 2003), também estava presente em Wiener, ao falar da existência de outros tipos de sambaquis, que eram de origem “simultaneamente artificial e fortuita”, sendo

10 Carl Julius Christian Adalbert Heinrich Ferdinand Von Koseritz nasceu em Dessau, na Alemanha, 1830. Em 1851 veio ao Brasil para atuar em uma tropa de mercenários que combateriam o governo do de Juan Manuel Rosas. Desertando da vida militar, passa a atuar como político e jornalista em diversos periódicos nas cidades de Pelotas e Porto Alegre na Província do rio Grande. Faleceu em 1890. ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. “Laços e Traços de identidade numa leitura de Karl Von Koseritz.” *Revista de História da UEG*. Goiânia, v.1, n.1, p.65-85, jan/jun.2012..

11 De acordo com Luiz de Castro Faria, este relatório fora enviado ao pesquisador Rudolf Carl Ludwig Von Virchow, que o leu em uma das reuniões da Sociedade Berlimense de Antropologia, Etnologia e Pré-história.

“productos da indolencia humana que não removia para longe o resto das refeições” (WIENER, 1876:15). Sob esta ótica, os sambaquis são vistos como uma espécie de restos de lixo, ou, segundo Capanema, como frutos da varredura de conchas, operação necessária a povos que andavam descalço e nus sentando e deitando sobre o chão. (CAPANEMA, 1876).

Ao analisar este tipo de sambaqui, Wiener não deixa de tecer mais comentários sobre os costumes dos indígenas. Para este autor, a presença de grande quantidade de fragmentos de ossos humanos em meios às conchas indica que os índios que ali viviam eram antropófagos e que “a carne humana era provavelmente mais apreciada do que qualquer outro alimento” (WIENER, 1876:15), uma vez que havia mais ossos humanos do que outro tipo de material. Esta opinião também era partilhada pelo Dr. Von Eye, que investigara os sambaquis do sul do Brasil e que, segundo Luiz Castro Faria, “admitiu a prática da antropofagia, embora ciente de que não havia noticia de tal costume entre os índios que habitavam a região, nem entre seus antepassados.” (FARIA, 2003:136).

Porém, Rudolf Virchow, eminente pesquisador nos campos da biologia e também atuante no campo da antropologia biológica, discordava das observações de Von Eye, acerca da existência da prática antropofágica entre os indígenas. Mesmo nunca tendo visitado o Brasil, Virchow, a partir dos relatos que recebia, considerava que a presença de esqueletos inteiros e a falta de sinais de golpes artificiais nos ossos dos indivíduos iam de encontro às teses a favor do canibalismo. “Nenhuma das peças que examinamos” “tinha sinais de golpes ou abertura artificial na cavidade medular. Além disso, o sr. Kreplin fala com absoluta segurança da existência de esqueletos inteiros” (VIRCHOW, 1882: 224, citado por FARIA, 2003:140). Para este científico, a falta de rigor na coleta dos materiais e das observações “tornava prematura qualquer conclusão sobre a prática de canibalismo” (FARIA, 2003:140).

As divergências de interpretações entre os pesquisadores também se davam quanto à possibilidade dos sambaquis terem sido utilizados como cemitérios pelos indígenas. Essa hipótese era descartada por Guilherme de Capanema que afirmava que

Há quem sustente que as ostreiras eram aproveitadas para enterrar os mortos; não é isso muito verossímil, porque então seriam mais frequentes as ossadas; parece antes que também esses ossos, de algum velho, ou doente que fosse abandonado, constituíam lixo como o mais e eram atirado sobre o monte. (...) Reduzimos assim á sua singela expressão natural o *sambaqui*, que teve de servir para tanta produção fantastica,

ora sendo diques, ora trincheiras, outras vezes mausoléos, e até construções para o culto. (CAPANEMA, 1876: 85-86)

Já Karl Rath, Carlos Wiener e Domingos Soares Ferreira Penna eram partidários da opinião de que os sambaquis eram locais onde os indígenas praticavam rituais fúnebres. Para Wiener, este costume era também um sinal de barbárie, pois indicava que os indígenas enterravam seus mortos junto aos restos e lixos, fato que atestaria a ausência de leis sociais uma vez que para este autor, a existência de cemitérios com túmulos “é índice do grande passo dado pelo bípede carnívoro (antropófago) para tornar-se homem” (WIENER, 1876:17).

Entretanto, Domingos Soares Ferreira Penna, naturalista viajante do Museu Nacional, possuía uma visão mais otimista com relação aos indígenas. Segundo este autor, fora testemunhado por “pessoas de conceito” que havia entre os sambaquis esqueletos humanos inteiros, sendo que um desses estaria encerrado em uma urna. Este seria o indício da prática de rituais fúnebres entre os indígenas, e, ainda que estes rituais se dessem em meio a outros detritos, esta era “uma demonstração de veneração e amizade ao falecido de quem os parentes não se queriam separar.” (PENNA, 1876:96).

230

Assim, podemos observar que, se aos olhos de Wiener o enterro dos mortos junto aos restos de alimentos seria um atestado de selvageria e barbárie, Ferreira Penna entende esta prática como uma demonstração de sentimentos nos indígenas.

A idade dos sambaquis

Esta diversidade de opiniões com relação aos sambaquis se fazia presente nas tentativas de estabelecer a antiguidade destes elementos e daqueles que os construíram.

Carlos Wiener afirmava que, apesar da dificuldade em datar tais objetos, era possível estipular que os sambaquis possuíam cerca de dois ou três séculos de antiguidade (WIENER, 1876).

O botânico Alberto Löfgren¹² estende um pouco mais estas cifras, postulando

12 Johan Albert, Constantin Löfgren nasceu em Estocolmo na Suécia em 1854. Em 1874 veio ao Brasil como integrante de uma expedição comandada pelo naturalista Anders Fredrik Regnell (1807-1884) com o objetivo de explorar a flora das regiões de São Paulo e Minas Gerais. Dentre as diversas atividades realizadas em território brasileiro, Löfgren integrou a Comissão Geográfica e Geológica do estado de São Paulo, onde teve a oportunidade de estudar os Sambaquis da região de Santos, no litoral paulista.

que os sambaquis já existiam quando os portugueses chegaram ao Brasil, apresentando-se já nesta época cobertos de vegetação, sendo esta a mesma forma de quando ele os analisou, em 1893. Assim, considerando o tempo necessário para que o sambaqui atingisse tal estado e somando a diferença temporal entre o presente de Löfgren e os anos do descobrimento do Brasil, o autor afirma que “a antiguidade dos sambaquis paulistas não pôde, portanto, ser muito inferior talvez a um millenio; e nada absolutamente favorável a opinião de serem elle mais modernos” (LÖFGREN, 1893: 83).

Já os germânicos Carl Von Koseritz e Karl Rath, consideram estes vestígios ainda mais antigos. Segundo Koseritz, a existência de fósseis de espécies extintas nos sambaquis “demonstra, que pertencem á época ante-diluvial” (KOSERITZ, 1884:180). Karl Rath, considerava que “(...) com estas provas [os sambaquis] pôde-se garantir sem medo de errar, que o gênero humano existia por todo o mundo e mórmente no Brasil, onde numeroso povo habitou antes do grande diluvio chamado na geologia a *Myocene ou geral inundação*” (RATH, 1871:291)

Os sambaquis e os depósitos de conchas da Dinamarca

231

Outro aspecto debatido sobre os sambaquis é quanto a semelhança destes com os depósitos de concha encontrados na Europa, em especial na Dinamarca. Esta associação entre os vestígios encontrados no território brasileiro e os encontrados no território dinamarquês era algo feito desde a primeira metade do século XIX. Fora com base nesta possível relação entre o passado brasileiro e o europeu, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro passou a manter contato, desde o período de sua criação em 1838, com a Sociedade dos Antiquários do Norte, entidade situada em Copenhagen.

De acordo com Manoel Luiz Salgado Guimarães, esta relação era intermediada pelo dinamarquês Peter Wilhelm Lund, que nas décadas de 1830 e 1840 realizava investigações arqueológicas nas cavernas de Lagoa Santa em Minas Gerais. O objetivo da entidade dinamarquesa era de encontrar vestígios que atestassem a presença dos povos nórdicos nesta região do planeta antes da chegada dos portugueses e espanhóis. Contudo, à medida que esta possibilidade foi se tornando remota, os contatos entre as entidades do Brasil e da Dinamarca foram diminuindo até cessarem (GUIMARÃES, 2001).

Esta relação, Brasil-Dinamarca, novamente vem à tona com as investigações dos sambaquis, devido a sua semelhança com os montes de ostras

denominados de *kojkknmoddings*.¹³ Esta similaridade era ressaltada por Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que afirmava serem ambos os vestígios depósitos de concha marinha acumulada de forma gradual pela mão do homem, onde e se encontravam objetos e esqueletos humanos de diferentes épocas. (NETTO, 1882). Karl von Koseritz também irá afirmar tal identidade, “parecem-se as ostreiros chamados as da Conceição extraordinariamente com os *Kjokkjemoddings da Dinamarca*” (KOSERTIZ, 1884:80). Outro autor que traça semelhante paralelo é Rudolf Virchow, que, com base nos relatório recebido de Von Eye, afirmara:

não tardei a me convencer de que se tratava aqui de obra de mãos humanas, diversa apenas quanto à localização, mas em geral absolutamente idêntica, em todos os pormenores, aos *kjokkenmoddings pré-históricos das costas europeias*”. (VIRCHOW, 1882: 218, citado em FARIA, 2003:135).

“(…) mas os próprios outeiros, mesmo os bem altos (…) devem ser indiscutivelmente encaradas como obra humana, não como coisa rigorosamente artificial, no verdadeiro sentido da palavra, mas como produto da atividade do homem, como autêntico *kjokkenmoddings*. De um modo geral o aspecto dos sambaquis deve ser semelhante ao dos montões de conchas de Portugal, sobretudo ao Cabeça de Arruda, que descrevi na sessão de 20 de novembro de 1880” (VIRCHOW, 1882: 340, citado em FARIA, 2003:139)

232

Porém nem todos estavam de acordo com esta semelhança. Carlos Wiener e Kreplin contestavam tal identificação.

Considerações Finais

Diante de uma população, cuja ausência de registros escritos, tinha seu passado inacessível por meio dos métodos propriamente históricos, cabia aos homens de ciências e letras do século XIX lançar mão de outros recursos para preencher esta lacuna no tempo. Assim, as investigações feitas pelos engenheiros, botânicos e viajantes naturalistas, que percorriam o território nacional analisando os vestígios encontrados, era uma das maneiras de esclarecer este tempo obscuro. Como afirmara Carlos Wiener,

13 A grafia dos nomes destes objetos varia conforme o autor, mas acreditamos tratarem todos dos mesmos objetos.

a natureza das plantas e dos animaes que esta região produz, bem como, os costumes do homem que n'ella habita, suggerem-nos estas asserções sobre a natureza actual do paiz e permitem uma certa inducção acerca de seu passado. (WIENER, 1876:6)

Com este fito, disciplinas como a arqueologia e a etnografia tornaram-se importantes enquanto ciências capazes de conferir uma inteligibilidade e um sentido para este tempo remoto inserindo-os no discurso histórico.

A necessidade de esclarecer este passado vinha também dos desafios que o presente impunha. Ao classificar o estado de civilização dos povos que habitavam o Brasil, estes homens de ciência também discutiam o futuro da nação e qual o lugar para os indígenas remanescentes destes antigos habitantes na sociedade oitocentista. Além disto, percorrer o território nacional em suas regiões mais distantes e menos conhecidas era também uma forma de (re)descobrir o país e demarcar suas fronteiras com base tanto na materialidade dos vestígios quanto em uma pretensa ancestralidade da ocupação territorial.

Com relação às divergências nas interpretações destes objetos, Nelson Sanjad alerta para a necessidade de se ater à posição político-social dos investigadores, pois nem todos realizavam suas análises a partir de um mesmo lugar institucional, além de terem sido constantes “as disputas pessoais e institucionais pela liderança das pesquisas e pela prioridade das descobertas” (SANJAD, 2011:135).¹⁴

Neste debate diferentes campos do conhecimento que realizavam seus cortes epistemológicos durante a segunda metade do século XIX, reuniram-se em torno de um mesmo objeto, o passado da nação.

233

Referências Bibliográficas

CAPANEMA, Guilherme Schüch de. “Os Sambaquis”. In *Ensaio de Sciencia: por diversos amadores*. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, 1876.

FERREIRA, Lucio Menezes. *Vestígios de Civilização: a arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877)*. 2002. Dissertação. IFCH, UNICAMP, Campinas, SP, 2002.

14 Em seu artigo “A ‘Ciência de potes quebrados’: Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX.”, Sanjad apresenta um exemplo desta relação entre interpretações discordantes entre os estudiosos da arqueologia e os conflitos institucionais existentes.

_____. “Solo Civilizado, Chão Antropofágico: A Arqueologia Imperial e os Sambaquis”. IN: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; JR, Charles Orser; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira (orgs.). *Identidades, Discurso e Poder: Estudos da Arqueologia Contemporânea*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005. pp. 135-146.

_____. *Território Primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)*. 2007. Tese. IFCH, UNICAMP, Campinas, SP, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n1. P 5-27, 1988.

_____. “Para reescrever o passado como História: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte”. In: HEIZER, Alda, & VIDEIRA, A. A. Passos. *Ciência, civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

KOSERITZ, Carl Von: “Os Sambaquis da Conceição do Arroio”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Laemmert, v.47, p.179-182, 1884.

234

LÖFGREN, Alberto. “Os Sambaquis de São Paulo”. *Boletim da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*. São Paulo: Vanorden & Comp., 1893, p. 31-42.

NETO, Ladislau de S. M. “A origem dos Sambaquis”. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, 1882, p. 37-38.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. “Breve Notícia sobre os Sambaquis do Pará”. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imprensa industrial, v.1, p.85-101, 1876.

RATH, Karl. “Noticia etnológica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do Dilúvio Universal.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Garnier, v. 34, p.287-292, 1871.

SANJAD, Nelson. “‘Ciência de potes quebrados’: Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX.” *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.19. n1. p. 133-163, jan.-jun. 2011.

WIENER, Carlos. “Estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil”. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imprensa industrial, v.1, p.1-21, 1876.

RESENHAS



O “Paradigma Cuvieriano”: uma análise das contribuições de Georges Cuvier no desenvolvimento da Paleontologia segundo Felipe Faria

Enviado em:

03/12/2012

Aprovado em:

04/2013

Felipe Daniel do Lago Godoi

Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

fdlgodoi@gmail.com

FARIA, Felipe. *Georges Cuvier: do estudo dos fósseis à paleontologia*. São Paulo: Ed. 34, 2012.

236

O Objetivo deste trabalho é fazer uma resenha de apresentação do livro “*Georges Cuvier: do estudo dos fósseis à paleontologia*”, da autoria de Frederico Felipe de Almeida Faria, publicado em 2012 pela Editora 34. Este livro é fruto da tese de doutorado defendida por Faria em 2010 orientada pelo Prof. Dr. Gustavo Caponi sob o título “Georges Cuvier e a Instalação da Paleontologia como Ciência”, junto ao Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Tendo como norte teórico o modelo de desenvolvimento científico proposto por Thomas Kuhn em “A Estrutura das Revoluções Científicas”, Felipe Faria faz uma análise dos trabalhos do naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832). Segundo Faria, foi através do programa de pesquisa desenvolvido por Cuvier e dos métodos aplicados por este, que se constituiu um “paradigma cuvieriano” nas ciências naturais, lançando as bases para o surgimento da paleontologia enquanto ciência autônoma. Trata-se também de um livro que situa os trabalhos do naturalista em seu tempo, combatendo assim uma imagem distorcida de Cuvier que, segundo o autor, persiste até os dias atuais.

A Introdução do livro é dedicada a uma apresentação geral do modelo de análise a ser adotado, o modelo de kuhniano do desenvolvimento científico, e de como este se articula com os trabalhos de Georges Cuvier e o desenvolvimento a Paleontologia enquanto disciplina científica autônoma.

No Capítulo 1, “O Estudo dos Fósseis”, através de uma abordagem histórica das diversas interpretações dadas a estes objetos desde a pré-história até finais do século XVIII, Faria expõe como os fósseis foram alvos da curiosidade

humana. Segundo o autor, foram diversos os significados atribuídos a estes, sendo ora utilizados em ritos fúnebres, ora interpretados como vestígios mitológicos ou como objetos detentores de propriedades mágicas, ou ainda, reunidos sob a rubrica do colecionismo nos gabinetes de curiosidade dos séculos XVI e XVII.

Na virada do século XVII para o século XVIII seguiram-se debates acerca de qual seria a constituição destes objetos, orgânica ou mineral, e de como incorporar a ideia de uma origem orgânica dos fósseis à chamada Teologia Natural, que pretendia vincular a ocorrência de fenômenos naturais como prova da existência de Deus e de sua ação. Neste período o estudo dos fósseis permanecia ligado às ciências mineralógicas, eles eram descritos, analisados e classificados de acordo com suas propriedades químicas e físicas, não sendo vinculados ao mundo animal ou vegetal. Estes estudos contribuíram para a elaboração dos chamados “Sistemas da Terra”, que pretendiam explicar as características físicas e biológicas do globo com base apenas em processos naturais.

Segundo Faria, foi somente no século XVIII que uma abordagem histórica dos fósseis, tomando-os como evidências das diversas épocas pela qual a natureza passara, se fortaleceu. Com isso, havia de se investigar, então, a permanência ou a extinção dos animais que os fósseis pareciam representar. As discussões sobre a existência ou não de uma fauna extinta levavam os fósseis ao campo da ciência que mais tarde viria a ser a Biologia, porém fora só um passo inicial.

O Capítulo 2, intitulado “A Anatomia Comparada”, é dedicado à apresentação biográfica de Cuvier e de como este autor se articula e consegue constituir uma rede de colaboradores que aderem ao seu programa de pesquisa. Angariando cargos políticos e científicos através da divulgação de seus trabalhos, Cuvier projeta seu nome no cenário público, tornando-o ainda mais conhecido.

A ampla divulgação dos resultados de suas pesquisas através de publicações sistemáticas em diversos periódicos, a utilização de pranchas dos fósseis estudados, fazendo com que o leitor também veja o que está sendo descrito, e a divulgação dos nomes dos cientistas de sua rede de contatos, estavam entre as estratégias utilizadas por Cuvier para reunir adeptos e colaboradores que reforçariam seu programa de pesquisa. Assim, verifica-se que os trabalhos de Cuvier não deixam de ter uma dimensão coletiva, muito importante para o andamento destes.

Esta dimensão coletiva da pesquisa científica é evidenciada nos trabalhos feitos junto com o mineralogista Alexandre Brongniart, em que, pela primeira vez, surge com clareza uma perspectiva histórica nas análises de Cuvier. Sob esta perspectiva, os fósseis eram registros da ocorrência das chamadas revoluções,

eventos em que catástrofes teriam alterado a fauna da Terra, como também a sequência em que estas ocorreram, o que possibilitava traçar uma trajetória de tais acontecimentos que poderia ser exposta numa narrativa histórica.

Por fim, Faria destaca a publicação do primeiro tomo da obra mais significativa de Cuvier, *Recherches sur les ossements fossiles de quadrupèdes, où l'on rétablit les caractères de plusieurs espèces d'animaux que les révolutions du globe paroissent avoir détruites* (Investigações sobre as ossadas fósseis de quadrúpedes, onde se reestabelece os caracteres de várias espécies de animais, que as revoluções do globo parecem ter destruído). São descritas a organização e estrutura interna da obra, a recepção a esta, e a ocorrência de uma distorção na publicação inglesa das *Recherches* que teria modificado o sentido de algumas das afirmações de Cuvier levando a uma imagem errônea do pensamento deste naturalista que perdura até os dias atuais.

No Capítulo 3, “A Paleontologia”, Felipe Faria apresenta dois momentos do programa de pesquisa de Cuvier. Num primeiro, o modelo de investigação do naturalista apresenta-se já nos moldes de um paradigma consolidado e passa a ser seguido sistematicamente entrando na fase que Thomas Kuhn denomina de “ciência normal”. É neste estágio do modelo “cuvieriano” que o termo Paleontologia, enquanto “a ciência que trataria da investigação dos fósseis para distinguir os estratos sedimentares”, torna-se aceito como um sinal da consolidação de uma comunidade científica formada em torno de uma atividade definida e nomeada. (FARIA, 2012:169)

Nesta fase da ciência normal surgem as primeiras “anomalias”, que contradizem o paradigma. Assim, entra-se em um segundo momento em que novas descobertas no campo da paleontologia, colocavam questões que desafiavam o modelo de análise de Cuvier. Com a morte do autor e o surgimento do paradigma evolucionista nas ciências naturais, a Paleontologia entra numa fase de nova normalidade. Porém, os cientistas, mesmo sob o paradigma evolucionista, continuaram operando nas frentes de trabalho do programa de Cuvier, a determinação estratigráfica através dos fósseis.

No quarto e último capítulo, “A Revolução Darwiniana na Paleontologia Cuvieriana”, Faria faz um resumo dos capítulos anteriores e leva a uma conclusão na qual demonstra a imensa contribuição do paradigma cuvieriano para os estudos paleontológicos e o desenvolvimento das teorias evolucionistas.

Apesar de o livro ser analisado inteiramente sob a ótica da *Estrutura das Revoluções Científicas* de Thomas Kuhn, Faria demonstra que, no caso de Cuvier,

a mudança do paradigma catastrofista para as teorias evolucionistas contraria a hipótese de que a transformação de um paradigma requer uma alteração nos aspectos teóricos e metodológicos seguidos. Segundo Faria, a metodologia desenvolvida por Cuvier, para os estudos estratigráficos e anatômicos comparativos permanece até os dias atuais. O que houve então seria um rompimento epistemológico parcial, demonstrando não haver um único modelo de Revolução Científica, conforme apontara Thomas Kuhn.

As teorias fixistas de Cuvier faziam parte do programa de pesquisas pertencente à experiência temporal do naturalista. Assim como ele, diversos outros naturalistas rejeitavam as teorias transformistas que posteriormente acabariam no evolucionismo. O sucesso de suas pesquisas e métodos contribuiu para que o autor permanecesse firme em suas convicções, até sua morte. Contudo, a funcionalidade do seu programa de pesquisas possibilitou a utilização deste para objetivos distintos dos quais pretendia Cuvier, causando apropriações de sua obra que o ligaram injustamente à teorias que pregam o literalismo bíblico e a ocorrência do Dilúvio Mosaico, estigmatizando-o como um anti-evolucionista.

Referência Bibliográfica

KUHN, Thomas. *A estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.

PARECERISTAS

.....

Contribuíram neste número como pareceristas Ad hoc

*Breno Antonio Sponchiado
Gustavo Biscaia de Lacerda
Paulo César Borges Alves
Andréa Lisly Gonçalves
Bruno Capilé
Erisvaldo Pereira dos Santos
Ronald Raminelli
Flávio Raimundo Giarola
Henrique Estrada
Ivan Marques
Anny Jackeline Torres Silveira
Simone Kropf
Karen Lisboa
Sérgio Ricardo da Mara
Rita de Cássia Marques
Nelson Sanjad
Artur Cesar Isaia
Renato Viana Boy
Diogo Omar
Thiago Werneck Gonçalves
Gustavo Caponi
Ingrid Fonseca Casazza*